

XINGU

HISTÓRIAS DOS PRODUTOS DA FLORESTA





O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

www.socioambiental.org

Conselho Diretor

Jurandir M. Craveiro Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Geraldo Andreollo, Marcio Santilli, Marina Kahn e Neide Esterci

Secretário executivo

André Villas-Bôas

Endereços do ISA

São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901
01238-001, São Paulo (SP)
Tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

Altamira

R. dos Missionários, 2589
Esplanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA)
Tel: (93) 3515-5749
isaterradomeio@socioambiental.org

Canarana

Av. São Paulo, 202, Centro
78640-000, Canarana (MT)
Tel/fax: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Equipe do Programa Xingu

Coordenador: Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Coordenador Adjunto/Terra do Meio – Altamira:
Jeferson Straatmann (Camarão)

Coordenador Adjunto/Terra Indígena Xingu:
Paulo Junqueira

Terra do Meio – Altamira:

Augusto Postigo, Edione de Sousa Goveia, Fabiola Andressa Moreira da Silva, Marcelo Salazar, Maria Augusta M. Rodrigues Torres (Guta), Roberto Rezende, Pedro Rocha, Victor Cabreira Lima

Terra Indígena Xingu (TIX):

Adryan Nascimento, Aline Ferragutti, André Villas-Bôas, Dannyel Sá, Fabio Moreira, Fabrício Amaral Rodrigues, Ivã Bocchini, Karina Araujo, Kátia Ono, Maria Beatriz Monteiro, Manuela Sturlini, Marcelo Martins, Renato Mendonça, Renato Nestlehner

Adequação Socioambiental:

Ângela Oster, Bruna Dayanna Ferreira, Cleiton Marcelino dos Santos (Neto), Daniela Jorge de Paula, Eduardo Malta Campos Filho, Fernando Schneider, Guilherme Henrique Pompiano do Carmo, Heber Querioz Alves, Junior Micolino da Veiga, Valter Hiron da Silva Junior

Monitoramento:

Biviany Rojas, Carolina Piwowarczyk Reis, Juan Doblas Prieto, Rafael Espindula Andrade

Núcleo administrativo, financeiro e logística:

Altamira: Benedito Alzeni Bento (Nim), Luiz Augusto Nery Pessoa, Maria Euda de Andrade e Rita de Cássia Chagas da Silva
Canarana: Cleudemir Peixoto (Cleu), Erica Iegli, Flavia Costa da Motta Nestlehner e Sadi Eisenbach

São Paulo: Eric Deblire e Tathiana Lopes

Comunicação:

Isabel Harari

ORGANIZAÇÃO

André Villas-Bôas, Natalia Ribas Guerrero,
Rodrigo Gravina Prates Junqueira e Augusto Postigo

XINGU

HISTÓRIAS DOS PRODUTOS DA FLORESTA

São Paulo, março de 2017



© XINGU

Histórias dos produtos da floresta

Organização

André Villas-Bôas

Natalia Ribas Guerrero

Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Augusto Postigo

Textos

Parte I: André Villas-Bôas, Eduardo Malta Campos Filho, Jerônimo Kahn Villas-Bôas, Paulo Junqueira e Marcelo Martins

Parte II: Danilo Ignacio de Urzedo, Dannyel Sá Pereira da Silva, Rodrigo Gravina Prates Junqueira, Claudia Alves de Araújo e Bruna Dayanna Ferreira de Souza

Parte III: Augusto Postigo, Leonardo Moura, Marcelo Salazar, Jeferson Straatmann, Natalia Ribas Guerrero, Raquel Rodrigues dos Santos e Roberto Rezende

Edição dos textos

Natalia Ribas Guerrero

Edição técnica

André Villas-Bôas

Natalia Ribas Guerrero

Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Revisão

Marina Kahn

Edição de imagens

André Villas-Bôas

Claudio Tavares

Mapas

Juan Doblas Prieto

Heber Queiroz Alves

Projeto gráfico e diagramação

Ana Cristina Silveira / Anacê Design

Impressão e tiragem

Gráfica EGB, 2 mil exemplares



Essa publicação foi produzida com apoio da União Europeia. Os conteúdos são de inteira responsabilidade do Instituto Socioambiental e podem não refletir a opinião da União Europeia (<http://ec.europa.eu/world>)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Xingu: histórias dos produtos da floresta / organização André Villas-Bôas ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2017.

Outros organizadores: Natalia Ribas Guerrero, Rodrigo Gravina Prates Junqueira, Augusto Postigo

ISBN 978-85-8226-042-5

1. Biodiversidade 2. Desenvolvimento sustentável 3. Povos indígenas - Xingu 4. Proteção ambiental 5. Recursos naturais - Conservação 6. Reservas florestais - Brasil 7. Xingu, Rio (Bacia hidrográfica) I. Villas-Bôas, André. II. Guerrero, Natalia Ribas. III. Junqueira, Rodrigo Gravina Prates. IV. Postigo, Augusto.

17-02587

CDD-333.7098172

Índices para catálogo sistemático:

1. Xingu : Rio : Mato Grosso : Economia ambiental 333.7098172
2. Xingu : Rio : Pará : Economia ambiental 333.7098162

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação	13
PARTE 1. TERRA INDÍGENA XINGU	19
Capítulo 1. O TIX e o desafio de um negócio dos índios	21
Capítulo 2. Apicultura: o primeiro negócio dos índios no TIX	57
Capítulo 3. As abelhas nativas e a experiência da meliponicultura	93
Capítulo 4. Óleo de pequi com os Kisêdjê do Xingu	121
PARTE 2. REDE DE SEMENTES DO XINGU	153
Capítulo 5. Sementes de resistência e frutos de transformação	155
Capítulo 6. Diversidade social e integração	173
Capítulo 7. Desafios e oportunidades da RSX	209
PARTE 3. TERRA DO MEIO	221
Capítulo 8. Breve histórico da Terra do Meio	223
Capítulo 9. O aviamento e o modo de vida beiradeiro	235
Capítulo 10. Conhecimentos tradicionais e extrativismo	261
Capítulo 11. A criação das Reservas Extrativistas	277
Capítulo 12. Produtos: os primeiros passos	301
Capítulo 13. Como aproximar as pontas de uma cadeia	317
Capítulo 14. Cantinas e capital de giro coletivo	333
Capítulo 15. Organização de espaços de protagonismo	365
Capítulo 16. Políticas para o extrativismo e os caminhos da Terra do Meio	381

PREFÁCIO

Por Ricardo Abramovay

O encontro entre comunidades indígenas e a racionalidade econômica não está fadado a resultar em tragédia anunciada. É bem verdade que destruição, doenças e desagregação social são, de forma esmagadoramente predominante (e não só no Brasil), os principais produtos, para as sociedades nativas, de sua relação com os mercados. Mas as coisas podem ser diferentes. É o que começam a demonstrar, na prática, comunidades indígenas do Alto Xingu e ribeirinhas da Terra do Meio. Ao fazê-lo, elas estão contribuindo a um conjunto de atividades que se contrapõem à violência e ao desmatamento na Amazônia. Mais que isso, elas convidam a uma reflexão inovadora sobre um tema clássico das ciências sociais, a relação entre economia e sociedade, entre mercados e vida comunitária.

Este é o duplo interesse deste livro. Por um lado, ele é escrito por ativistas, por pessoas que buscam recursos e soluções práticas para os desafios de quem vive em áreas dispersas, desprovidas dos serviços básicos constitutivos da cidadania. Mas ele é também um texto de caráter reflexivo a autorreflexivo sobre o alcance e os riscos de fortalecer os valores tradicionais dos povos da floresta, não por alguma espécie de redoma que os isolasse do restante da vida social, mas, ao contrário, estimulando a emergência de mercados que reconheçam e desenvolvam as funções decisivas desses povos num dos maiores desafios de nosso tempo: a transição do que tem sido até aqui uma economia da destruição para uma economia do conhecimento da natureza.

Não se trata de uma glorificação apologética da pureza arcadiana de quem está distante daquilo que convencionamos chamar de “civilização”. É na cultura material dos povos da floresta que se encontra a raiz de comportamentos produtivos capazes de contribuir à regeneração dos serviços

ecossistêmicos que as atividades econômicas convencionais (agricultura, pecuária e exploração madeireira) sistematicamente destroem. E essa cultura material envolve o manejo das áreas florestais, mas também a representação mental da floresta para a vida humana. A floresta é provedora de significados, e não apenas de recursos. Se, como mostra Yuval Noah Harari, as sociedades contemporâneas são e serão cada vez mais marcadas pela dissociação entre poder e significado, entre nossas imensas e crescentes capacidades e a dificuldade cada vez maior em saber para que serve tanto poder, então os povos da floresta oferecem pistas fundamentais para encarar o problema.

A sacralização da natureza contada nos lindos mitos de origem aqui apresentados – como o do pequi, no capítulo 4, por exemplo – exprime uma cultura em que a espiritualidade toma conta das relações entre sociedade e natureza e por aí lhe dá sentido. O ensinamento que oferecem os povos da floresta não está nos próprios mitos de origem, mas na capacidade de ver, ouvir, interpretar e, mais que tudo, imprimir sentido ao que fazemos em nossa relação com o mundo material e vivo do qual dependemos.

O esforço para dominar e transformar a natureza segundo nossos desejos e nossas necessidades, a ideia de que ela é uma espécie de máquina viva à disposição de nossa inteligência e nossas tecnologias, está na raiz da crise socioambiental dos dias de hoje. Os povos da floresta encontram-se então na fronteira do que tanto a ciência como as humanidades preconizam: reunificar aquilo que a era moderna tão radicalmente separou, sociedade e natureza. Essa reunificação envolve três dimensões centrais, que este livro ilustra de forma inspiradora.

A primeira se refere à própria ideia de “cadeia de valor dos produtos da sociobiodiversidade”. Cada um dos produtos dessas cadeias de valor é exposto aqui com base na ecologia da floresta como um todo. Não são plantações resultantes da criação de um ambiente artificial onde possam se desenvolver graças a insumos trazidos de fora, sejam eles sementes, agrotóxicos ou

fertilizantes. O aproveitamento do pequi, do mel de abelhas sem ferrão, da castanha-do-pará, da seringueira e das sementes nativas para recomposição florestal se apoia na proteção e, muitas vezes, na regeneração da floresta da qual esses produtos dependem. Isso supõe intimidade, respeito e, sobretudo, conhecimento das condições que permitem manejar esses produtos sem destruir as bases de sua existência, ou seja, a própria floresta.

Num momento em que os serviços de polinização prestados à agricultura pelas abelhas encontram-se globalmente ameaçados, não é irrelevante que, como se mostra no capítulo 3, os Kawaiwete conheçam nada menos que 44 variedades de abelhas nativas sem ferrão e possam discorrer sobre sua morfologia, seu comportamento, a biogeografia em que se inserem, seus hábitos de vida, sua alimentação e suas funções medicinais e espirituais. É com base nesse conhecimento que os Kaiwawete e o Instituto Socioambiental (ISA) colaboram com a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), que desenvolveu em 2015 uma avaliação temática sobre polinizadores, polinização e produção de alimentos.

Mas será que, ao estimular a inserção em mercados do mel da abelha sem ferrão e de outros produtos da biodiversidade, os autores deste livro não estão organizando as condições para que essas atividades sejam destruídas? Será que os mercados podem ser mais que mecanismos anônimos, em que unidades individuais (indivíduos e empresas) competem, sobre a base do menor preço e da melhor qualidade? Na resposta a essa pergunta está a segunda dimensão importante na abordagem do objetivo estratégico de reunificar sociedade e natureza, contido nas atividades aqui expostas.

Os novos mercados ligados à exploração sustentável dos produtos extrativistas não são simplesmente fenômenos emergentes, decorrentes da relação entre atores econômicos com interesses diversos. Eles não exprimem tampouco o desejo de algumas organizações em ampliar as oportunidades de mercado para os produtos extrativistas. Eles supõem, antes de tudo, a

compreensão da forma como até aqui os produtos do extrativismo têm sido explorados. O ponto de partida, nesse sentido, é a dependência secular dos povos da floresta com relação a comerciantes (os regatões e o sistema de aviamento) que abastecem as comunidades com produtos vindos das cidades e delas compram os resultados de suas atividades produtivas. São relações de mercado que a microeconomia caracteriza como incompletas e imperfeitas. Os preços não se formam em mecanismos competitivos dinâmicos. Ao contrário, eles exprimem, antes de tudo, poder e dominação social dos que vivem na floresta por aqueles que manuseiam não só as compras e as vendas, mas, sobretudo, as informações a elas referentes. Mas esse poder e essa dominação supõem obrigações recíprocas (de exclusividade no fornecimento de produtos e de assistência aos beiradeiros em caso de necessidades e doenças) que não se suprimem do dia para a noite.

O fascinante na história dos mercados resultantes da exploração sustentável dos produtos extrativistas é que seus protagonistas em nenhum momento tiveram o objetivo de destruir essas formas tradicionais de comercialização. Ao contrário, aprenderam com elas e daí resultaram as cantinas, ou seja, a gestão da oferta de produtos não florestais às comunidades, por parte da própria comunidade. Ao mesmo tempo, o ISA empenhou-se em estabelecer o contato entre o extrativismo e empresas situadas nos centros dominantes do país. A base desse contato, no entanto, é explicitamente de natureza ético-valorativa: as empresas são as organizações que vão permitir às comunidades indígenas e ribeirinhas afirmar a preservação e toda a cosmologia mental em que ela se apoia fora do âmbito limitado da própria floresta. Para isso é necessário que os produtos do extrativismo se adaptem às demandas empresariais e à sensibilidade das empresas em detectar os hábitos e os desejos dos próprios consumidores. As empresas tornam-se assim vetores de contato entre comunidades tradicionais e um vasto conjunto de consumidores aos quais essas comunidades não tinham acesso direto.

Nesse processo, as empresas levam aos povos da floresta com que têm contato inovações fundamentais: dirigentes empresariais visitam a região

e, no contato com as lideranças, não só conversam sobre o que é o mercado consumidor, mas levam inovações tecnológicas que permitem melhorar o processamento dos produtos e, portanto, sua aceitação nos mercados consumidores. Estabelecem essa relação empresas que se dispõem explicitamente a fazer com que os mercados a partir dos quais adquirem produtos do extrativismo seja uma forma de valorizar os serviços socioambientais prestados à sociedade como um todo pelos povos da floresta. As empresas passam a comprar produtos por preços superiores ao habitualmente praticado e um primeiro resultado dessa prática é a elevação dos preços pelos quais os próprios regatões passam a adquirir esses produtos. A valorização dos produtos da sociobiodiversidade faz com que o sentimento de inferioridade ligado tradicionalmente à condição de indígena ou beiradeiro seja substituído pelo orgulho de desenvolver atividades sob as quais encontram-se valores cada vez mais importantes para a vida contemporânea. O resultado é um crescente interesse de jovens indígenas e ribeirinhos por atividades extrativistas vistas até recentemente como algo atrasado e sem futuro.

A terceira contribuição deste livro ao objetivo de reunificar sociedade e natureza está na capacidade de seus atores em colocarem em relação mundos sociais cuja hostilidade recíproca não poderia ser maior. O exemplo mais emblemático desse esforço é a Campanha Y Ikatu Xingu, lançada em 2004 pelo ISA. Trata-se de promover a restauração florestal das nascentes e matas de beira de rio. O problema é que os proprietários rurais, em sua quase totalidade, são preparados tecnicamente para plantar soja ou criar gado, mas não têm a menor ideia sobre reflorestamento com sementes nativas. Além disso, é generalizada a pressão para que as plantações avancem sobre territórios indígenas e reservas florestais. E foi nesse contexto que os técnicos do ISA adaptaram máquinas que facilitam o trabalho de plantio de sementes nativas por parte dos fazendeiros. Ao mesmo tempo, estimularam contatos entre essas comunidades, que passaram a vender essas sementes e transmitir seus conhecimentos de manejo aos fazendeiros, com o objetivo de viabilizar técnica e economicamente a restauração florestal.

Montesquieu dizia que o comércio adoça os costumes. A Campanha Y Ikatu Xingu, e sua filha, a Rede de Sementes do Xingu, tratada na segunda parte do livro, abre um caminho importante, em que a tensão entre fazendeiros e indígenas vai sendo substituída por cooperação baseada no valor e na importância da preservação. Claro que isso não se faz sem conflitos. Parte das lideranças indígenas (para nada dizer dos fazendeiros) simplesmente rejeitava essa cooperação sob o pretexto de que, se os fazendeiros desmataram, eles que se virem para recuperar o dano que provocaram. Mas outras lideranças, ao contrário, viram aí uma oportunidade e o projeto hoje já traz resultados significativos.

É claro que o pressuposto das atividades aqui apresentadas reside na baixa densidade demográfica da ocupação humana nos territórios em que elas se desenvolvem. Essa baixa densidade é condição essencial para que o extrativismo seja um vetor de preservação e recuperação florestal. Mas isso não retira o alcance universal das iniciativas descritas neste livro, por duas razões fundamentais.

A primeira é que são maiores as chances de fortalecer as áreas protegidas se nelas residirem populações com o acesso aos meios e aos dispositivos de levar adiante uma verdadeira economia do conhecimento da natureza. Na interação entre a pesquisa científica e esses conhecimentos tradicionais encontra-se um dos mais férteis campos em que a inovação tecnológica dos países megadiversos, como o Brasil, pode avançar.

A segunda é que o trabalho levado adiante pelas comunidades ribeirinhas, pelo ISA, pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), pelas empresas cujas atividades são descritas neste livro são um passo decisivo para a emergência de uma economia que se apoie em valores éticos e que contribua para reunificar aquilo que o mundo moderno continua separando: sociedade e natureza.

APRESENTAÇÃO

Por André Villas-Bôas e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

No Xingu, está em jogo o horizonte de uma sociedade nacional que abriga a variedade social em ato, como mosaico do presente, e em potência, como possibilidades para o futuro. O que está em jogo é, em suma, um patrimônio de territórios-natureza e de formação biológico-social, de patrimônios técnicos e de riqueza metafísica, de uso de corpos e de movimentos, cujo rendimento não podemos sequer avaliar e quantificar¹.

Mauro Almeida, antropólogo

O Xingu é uma região emblemática, presente no inconsciente de várias gerações de brasileiros como um território representativo da nossa diversidade socioambiental. Contraditoriamente, talvez seja hoje a região do Brasil que melhor ilustre o embate dessa diversidade com o paradigma do crescimento econômico indefinido e a qualquer custo. Os territórios indígenas e extrativistas estão se tornando uma ilha de florestas no contexto de uma bacia que vem substituindo suas paisagens naturais por atividades agropecuárias, impactada por projetos de infraestrutura.

Esta publicação pretende compartilhar com o leitor experiências e iniciativas inovadoras de povos indígenas, comunidades beiradeiras e extrativistas que moram e vivem dos rios e das florestas do Xingu, desenvolvidas em parceria com o Programa Xingu do ISA. Seu foco são as cadeias de diferentes produtos florestais trabalhados por esses grupos e para os quais se almeja uma inserção no mercado como itens diferenciados que agregam forte valor histórico cultural e socioambiental.

1. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Sociodiversidade e desenvolvimento: considerações entre centro e margem*. Palestra proferida na 28ª Reunião da Sociedade Brasileira de Antropologia, em São Paulo. 4 jul. 2012. Disponível em <<https://mwba.files.wordpress.com/2010/06/almeida-2012-sociodiversidade-e-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Trabalhar com produtos florestais na bacia do rio Xingu é um dos recortes de um conjunto de ações que o ISA desenvolve há mais de 20 anos na região, voltadas a fortalecer a sustentabilidade do corredor Xingu de diversidade socioambiental e seu entorno imediato. São 20 Terras Indígenas e dez Unidades de Conservação contíguas, distribuídas em 27 milhões de hectares, uma área maior que o estado de São Paulo e que corresponde a 50% da bacia do Xingu como um todo. Além de apresentar grande diversidade de espécies, paisagens e processos ecológicos, o corredor Xingu é ocupado por centenas de famílias ribeirinhas e 26 povos indígenas, que possuem um extraordinário patrimônio cultural e linguístico (são 24 línguas ao todo).

A importância do corredor e o papel fundamental dessas populações na manutenção de um conjunto de serviços ecossistêmicos e socioambientais é incontestável. Esses serviços se traduzem, entre outros, na produção de chuva e água, na manutenção de estoques de carbono, na geração de energia, produtividade agrícola e conservação de biodiversidade. Contribuem com a sustentabilidade do Xingu, do Brasil e do planeta, o que já justificaria uma relação de reciprocidade mais equilibrada entre esses povos da floresta e populações urbanas e rurais, cujo desenvolvimento, produtividade e bem estar necessitam desses serviços. Esse seria o melhor dos mundos. No entanto, tal horizonte ainda está distante, levando a discussão a termos com a “repartição de benefícios de serviços difusos”, ainda muito acanhada diante da necessidade, cada vez mais imperiosa, de planejarmos e agirmos em relação ao desenvolvimento humano e uso dos recursos naturais de forma sistêmica.

Abordar a questão da sustentabilidade dessas populações exclusivamente pelo viés de sua relação com os mercados pode parecer uma maneira limitada e tendenciosa de enfrentar o problema. De fato, não faz sentido se não for conjugada com um conjunto de outras ações e enfoques que fortaleçam e protejam o patrimônio cultural e saberes tradicionais desses povos e assegurem proteção territorial, acesso a informação e serviços

públicos de qualidade. Melhor que iniciativas econômicas aconteçam no contexto da busca desses povos por um diálogo intercultural mais forte e autônomo, em que gerar renda, por menor que seja, significa uma ação fundamental de afirmação, em especial para os povos indígenas, no contexto de uma relação histórica com nossa sociedade, marcada por desigualdade e dependência, quando não de humilhação, para acessar bens que nos primeiros contatos lhes eram ofertados, ou que eram quase inalcançáveis, no caso dos seringueiros, tamanha a exploração embutida nos preços pagos por sua produção.

Trabalhar com o desenvolvimento de produtos da floresta com os povos do Xingu tem sido um desafio instigante para o ISA. Significa, antes de mais nada, um esforço de entendimento e compreensão para interagir com populações que guardam um patrimônio inestimável e que não representam uma memória do que nós fomos, mas sim uma reserva de humanidade para um futuro cada vez mais incerto, exigindo um exercício de diálogo intercultural com culturas vivas e que mantêm formas sutis e inteligentes de relação com a floresta.

As populações aqui retratadas são culturalmente diferenciadas e possuem trajetórias bastantes diversas, o que se reflete, como seria de se esperar, na forma com que cada grupo se relaciona com as iniciativas econômicas retratadas nas páginas a seguir.

A primeira parte do livro é dedicada a um conjunto de experiências desenvolvidas na Terra Indígena Xingu (TIX)². Iniciada ainda no final da década de 1990, a apicultura é a mais longeva e abrangente delas – são 39 aldeias envolvidas na produção do mel de *Apis mellifera*, parte vendida sob o rótulo Mel dos índios do Xingu, em lojas do supermercado Pão de Açúcar.

2. Esta publicação está em acordo com decisão dos próprios povos indígenas de não mais se referirem a seu território como Parque Indígena do Xingu (PIX), mas, sim, como Terra Indígena Xingu (TIX).

Em paralelo à apicultura, a TIX também abriga o projeto da meliponicultura, como é conhecida a criação das chamadas abelhas nativas ou sem ferrão. O extrativismo do mel dessas abelhas é uma prática tradicional entre povos da TIX, associada a amplo arcabouço de conhecimentos sobre sua diversidade e modos de vida. No entanto, a falta de regulamentação da meliponicultura no Brasil fez com que a iniciativa principiasse de forma experimental, partindo de um número menor de aldeias e avançando aos poucos.

A iniciativa econômica mais recente na TIX, mas que tem apresentado resultados importantes, é a produção de óleo de pequi por parte do povo Kisêdjê do Xingu. Conduzido desde 2011, o projeto Hwĩn Mbê (óleo de pequi, em Kisêdjê) estruturou-se de forma piloto, tendo em perspectiva, de um lado, o desenvolvimento de uma mini usina que adaptasse tecnologia para processamento do óleo no método tradicional, em escala comercial. De outro, plantar novos pequizeiros como forma de recuperação de áreas degradadas e formação de sistemas silvipastoris, além de propiciar mais alimento para a comunidade e gerar renda sustentável.

É importante ressaltar que a TIX é ocupada por povos indígenas que, até o desenvolvimento dessas iniciativas, exerciam uma economia de subsistência voltada exclusivamente para o consumo. Sua relação mais intensa com nossa sociedade data de um período recente, oscilando entre 40 e 70 anos de contato. São povos resilientes, que sobreviveram a uma perda populacional dramática pós contato, ocasionada por doenças e epidemias, que os deixou à beira da extinção. Retornam, agora, ao seu patamar populacional original, em melhores condições de exercer sua autodeterminação, buscando uma experiência comercial própria, estruturada e autônoma com o mercado.

Na segunda parte da publicação, o leitor é apresentado à experiência da Rede de Sementes do Xingu. Sua origem está na Campanha Y Ikatu Xingu, ou “salve a água boa do Xingu”, na língua Kamaiurá, lançada em 2004, uma experiência de responsabilidade socioambiental compartilhada en-

volvendo organizações e atores multilaterais com o objetivo principal de promover a recuperação das nascentes e matas ciliares das cabeceiras do Xingu. Nos marcos desse esforço, ganhou destaque a semeadura direta como técnica de restauração florestal, o que levou ao nascimento da Rede de Sementes, em 2007, para suprir a demanda desse insumo nos projetos de restauração florestal. Na última década, a iniciativa têm ganhado adesão entre vários grupos, desde coletores urbanos a agricultores familiares, passando por povos indígenas do TIX, o povo Xavante e famílias de Reservas Extrativistas (Resex).

A terceira e última parte traz um mergulho na vivência de famílias beiradeiras da Terra do Meio, como é conhecida a região que abarca o interflúvio dos rios Xingu e Iriri, no Pará. Situadas, em sua maior parte, no interior de Resex, têm sua origem nas migrações que, desde o final do século XIX, levaram milhares de nordestinos para o trabalho com a borracha nativa, com estímulo do Estado e avançando sobre terras ocupadas imemorialmente ocupadas por povos indígenas. Na época, chamados de seringueiros, os beiradeiros foram alocados nas mãos de um patronato que deixou marcas profundas de injustiças na exploração de seu trabalho. Resistiram a um período de declínio da economia extrativista e de total abandono dos governos a partir da década de 50 do século passado. Ressurgem no início deste século, após o reconhecimento de seus territórios, com uma nova perspectiva de desenvolvimento e bem estar, mudando a condição de isolamento, segmentação territorial e subordinação econômica imposta pelos padrões, para um modelo de gestão compartilhada e mais cooperativa do território e dos seus recursos entre as famílias que lá residem, voltado para uma produção diversificada, baseada na riqueza e nas possibilidades fornecidas pela floresta.

É com esse histórico em mente que as iniciativas econômicas na Terra do Meio têm sido implementadas, desde a década de 2000. Dessa forma, não se trabalham cadeias produtivas de forma independente, mas uma cesta de produtos extrativistas, como castanha-do-pará, borracha e óleos ve-

getais. Um ponto central do trabalho desenvolvido é o de que não se pode dissociar a esfera econômica de outros domínios do modo de vida beira-deiro, bem como de garantias básicas de direitos, como cidadania, saúde, educação e segurança territorial.

Interagir com o mercado não deve se tornar uma outra forma de colonização de povos indígenas e populações tradicionais. Essa interação só faz sentido se abrigar uma estratégia de autonomia e fortalecimento cultural. Valores que normalmente são entraves para uma economia de mercado, como produção limitada, falta de regularidade e sazonalidade nas prateleiras, devem ser transformados em virtudes de produtos que mantêm o frescor da originalidade, frente a um mercado de massa que tende à pasteurização, mas que ao mesmo tempo vem abrindo espaço para a diversidade.

Por mais paradoxal que possa parecer, esses produtos têm potencial para se tornarem um canal importante de relacionamento desses povos com populações urbanas que parecem assimilar informações e interagir por meio do consumo. Agregar valor aos produtos da floresta, conectando consumidores com esses territórios, informando sobre seus serviços socioambientais e valorizando o patrimônio cultural dessas populações, pode ser uma maneira de despertar uma relação mais equilibrada que ajude a proteger esses povos e seus territórios.

PARTE I

TERRA
INDÍGENA
XINGU

CAPÍTULO 1

O TIX E O
DESAFIO DE UM
NEGÓCIO
DOS ÍNDIOS

Por André Villas-Bôas

*Com atualizações de textos do Almanaque
Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*

A Terra Indígena Xingu (TIX), mais conhecida como Parque do Xingu, é hoje uma forte referência da diversidade socioambiental da Amazônia, circundado por uma região marcada por grandes desmatamentos, monocultura de soja e criação extensiva de gado. Criado em 1961, faz parte do imaginário brasileiro sobre os povos indígenas no Brasil, tendo sido, durante muito tempo, um cartão postal da política indigenista oficial. Foi, ainda, a primeira Terra Indígena (TI) de grande extensão destinada a várias etnias, um ato considerado politicamente ousado para uma época em que o senso comum associava os povos indígenas a um período pretérito do Brasil.

Cientes desse papel estratégico da terra em que vivem, as atuais 16 etnias ocupantes dos 2.825.470 hectares pleiteiam o fim da categoria “Parque Indígena” para designar o território arquitetado por um projeto geopolítico do qual pouco participaram. Para os xinguanos atuais, o termo ‘Parque’ já não faz mais sentido. Entendem como algo que se refere a um espaço de visitação do exótico e não a um território étnico. Querem que seu território seja denominado Terra Indígena Xingu – TIX. Enxergam-se e posicionam-se como protagonistas principais das decisões que regerão seu futuro.

A localização da TIX, próxima ao centro geográfico do país, transição dos biomas Cerrado e Amazônia, propicia uma associação singular entre sociodiversidade e riquíssima biodiversidade. É possível observar uma exuberância de paisagens, desde as savanas e florestas semidecíduais mais secas ao sul até a floresta ombrófila amazônica ao norte, passando por cerrados, campos, florestas de várzea e terra firme, além das chamadas terras pretas arqueológicas¹. Os 16 povos indígenas que vivem na TIX são uma parte importante da diversidade cultural do Brasil. A história de contato e convívio desses povos com a sociedade envolvente traduz e representa a longa saga, ainda em curso, de ocupação e colonização desse imenso território chamado Brasil.

1. Também conhecidas como terras pretas de índio, trata-se de solos que indicam processos antigos e intensivos de ocupação humana.

A criação do Parque Indígena do Xingu foi precedida por um prolongado processo de discussão sobre a extensão de seus limites, o que durou quase dez anos. Na época, já se tinha conhecimento sobre a existência de vários povos indígenas que viviam entre as bacias dos rios Araguaia, Xingu e Teles Pires. O limite originalmente proposto para a TIX era aproximadamente dez vezes maior que o limite atual. Quando em 1961 decretou-se uma área muito menor do que a originalmente planejada, estava implícita a necessidade de deslocamento de outros povos indígenas, ocupantes de territórios circunvizinhos, e ameaçados pelas frentes colonizadoras. Sua conformação ensejou uma engenharia social de pacificação e convivência, em alguns casos com relações tradicionalmente conflituosas, o que exigiu grande esforço de mediação da política indigenista do governo, na época conduzida pelos irmãos Villas Bôas.

Apesar dos esforços da Fundação Brasil Central na década de 1940, promovidos pelo presidente Getúlio Vargas com o intuito de integrar a região Centro-Oeste do Brasil², as cabeceiras do rio Xingu só foram efetivamente ocupadas por não índios na década de 1970, com a construção das rodovias BR-163, BR-158 e BR-080. Em sua esteira, surgiram projetos de colonização oficiais e privados, incrementados pelos incentivos fiscais, que promoveram, ao lado da colonização espontânea, um intenso fluxo migratório de colonos do sul do país.

Os 16 povos indígenas da TIX testemunham com muita apreensão, ainda hoje, a velocidade do processo de colonização regional: alta escala de um desmatamento desenfreado, degradação dos rios, a formação de uma vasta malha viária e o surgimento de cidades que delinearão o “abraço de destruição” que os conduz a um quadro de confinamento praticamente irreversível. Houve momentos em que se duvidou de que os limites da Terra Indígena, estabelecidos antes dessa onda colonizadora,

2. Estava também nos planos de Vargas estruturar um sistema de navegação por meio de radiofarol, para apoiar as rotas aéreas para o norte do país.

pudessem detê-la. Os índios tiveram que se mobilizar constantemente para proteger seu território de frequentes investidas.

Por um lado, o Parque significou a delimitação de um espaço privilegiado e incontestado de proteção para os povos que lá viviam, bem como para os que se encontravam em situação de ameaça em sua circunvizinhança, e que para lá foram levados pelos irmãos Villas Bôas, alguns debilitados, em um quadro de drástica redução populacional e à beira da extinção. Em compensação, sua criação também pode ser vista como uma ação de ordenamento territorial por parte do Estado, liberando territórios de ocupação tradicional de várias etnias para a expansão das frentes colonizadoras do centro-oeste e da Amazônia.

OS POVOS DA TIX E SEUS TERRITÓRIOS

Internamente, a Terra Indígena Xingu é conformada, em sua porção sul, pela área cultural do Alto Xingu, composta pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, Waurá e Yawalapiti. Apesar de falarem línguas diferentes, esses povos caracterizam-se por uma grande similaridade em seus modos de vida e visão de mundo, principalmente por estarem há séculos articulados em uma rede de trocas, casamentos e rituais. No entanto, mesmo que o intercâmbio cerimonial e econômico celebre a sociedade altoxinguana, cada um desses povos faz questão de cultivar suas diferenças e sua identidade étnica.

As demais etnias estão mais ao norte e a leste da TIX, e não fazem parte do complexo cultural altoxinguano, sendo bastante heterogêneas do ponto de vista da organização social. Parte do povo Kawaiwete (conhecido também por Kaiabi) foi deslocada para dentro dos limites da TI na década de 1950, em função do risco de desaparecimento ou desagregação social provocado pelo contato com seringueiros e garimpeiros em seus territórios, localizados na bacia do rio Teles Pires.

Outros povos viviam na região circunvizinha aos atuais limites e foram deslocados para seu interior, como os Kisêdjê (também conhecidos por Suiá), que sempre ocuparam a área abrangida pelo rio Suiá-Miçu e tributários, mantendo incursões guerreiras com os altoxinguanos. Os Ikpeng (também conhecidos como Txicão), que viviam próximos ao rio Jatobá, foram transferidos em 1966, junto ao Posto Indígena Leonardo Villas Bôas e, posteriormente, na década de 1980, mudaram-se para abaixo da foz do rio Ronuro, onde está localizada hoje a principal de suas três aldeias.

Os Yudjá (conhecidos, até pouco tempo, por Juruna) atravessaram a Cachoeira Von Martius escapando do assédio dos Kayapó, mais abaixo no rio Xingu, e mantiveram discreta competição territorial com os Kisêdjê e os

Trumai. Os membros deste último povo, tradicionais ocupantes do interflúvio dos rios Tocantins e Araguaia, já estavam na região dos formadores do rio Xingu no século XIX, onde penetraram pelo rio Curisevo. Assim, mantiveram intercâmbios significativos com o complexo altoxinguano. Por fim, há ainda os Tapayuna, que viviam originalmente próximo ao rio Arinos, próximo ao município de Diamantino, em Mato Grosso. Depois de serem sistematicamente perseguidos por não índios e assolados por doenças, foram transferidos para a TIX em 1970.

Cada povo xinguano possui um acervo de conhecimentos sobre a natureza e processos tecnológicos para transformá-la em seu favor. Contudo, a demarcação da TIX deixou de fora uma parte significativa dos territórios tradicionais e seus respectivos recursos naturais, muitos deles estratégicos para a reprodução física e cultural desses povos. Esse fato é mais grave para os grupos que sofreram transferência de outros locais, pois precisaram se ajustar às novas condições ambientais.

Algumas etnias decidiram romper os limites estabelecidos com a demarcação do Parque, buscando assegurar e proteger parcelas de seus territórios ancestrais que haviam ficado fora dos limites do seu perímetro oficial, numa tentativa contundente de deter a onda destruidora de desmatamento que avançava sobre eles. Foi esse o caso emblemático dos Panará, que, após 20 anos de permanência na TIX, para onde haviam sido transferidos, retomaram uma parcela ainda preservada de seu território tradicional nos limites dos estados de Mato Grosso e Pará. Outros povos seguiram seu exemplo, a partir da percepção da velocidade do processo de ocupação regional e sua ameaça a sítios de patrimônio cultural que não haviam sido contemplados na demarcação da TIX. Mas nem todos tiveram sucesso³.

3. Durante mais de dez anos, os Ikpeng discutiram internamente, a exemplo dos Panará, reivindicar parcela do território tradicional contígua à TIX. Quando conseguiram que a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciasse o reconhecimento do território, no início dos anos 2000, o contexto político regional, nacional e jurídico em relação às demarcações sofreu grande retrocesso, paralisando o processo desse povo.

Hoje, o que se chama – ainda – de PIX e que os índios reivindicam ser reconhecido como Terra Indígena Xingu é um território de 2.825.470 hectares, formado pelas áreas contíguas das TIs Parque Indígena do Xingu (com 2.642.003 ha), Batovi (5.159 ha), Wawi (150.328 ha) e Pequizal do Naruvôtu (27.980 ha), que compartilham a mesma gestão político-administrativa. Com área equivalente ao território de Alagoas, a TIX incide em parte dos municípios mato-grossenses de Canarana, Paranatinga, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Gaúcha do Norte, Feliz Natal, Querência, União do Sul, Nova Ubiratã e Marcelândia.

A maior parte dos 16 povos que estão hoje dentro da TIX recuperou o patamar populacional anterior ao do contato, superando as sequelas das epidemias e o fantasma da extinção. A população atual é de aproximadamente 7 mil pessoas, distribuídas em mais de 80 aldeias. Os índios continuam zelando por seu patrimônio cultural e ambiental e buscam formas de manter um diálogo intercultural mais equilibrado com a sociedade envolvente. Por outro lado, as condições ecológicas ali se degradaram drasticamente, colocando graves desafios de sustentabilidade para toda a região, mas com risco maior sobretudo aos povos da TIX, que dependem do equilíbrio dos ciclos ecológicos para manter seus padrões tradicionais de vida.

A OCUPAÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO XINGU

A efetiva ocupação das cabeceiras do Xingu por não índios só ocorreu com a abertura das rodovias na década de 1970, uma vez que o rio Xingu, tanto ao norte como ao sul da TIX, apresenta obstáculos (inúmeras corredeiras e cachoeiras) que dificultam a navegação de médio e grande porte. Quando as estradas se consolidaram no entorno da TIX, estabeleceu-se um cenário de disputa entre gaúchos, goianos, paulistas e tantos outros que chegavam com seus sonhos de um novo Eldorado. Para muitos deles, vencer era transformar a diversidade das paisagens florestais em campos de gado e lavoura, transportando para a região o mesmo modelo de paisagem que seus antepassados aplicaram em outras áreas do país. A existência da TIX com sua ocupação indígena era vista como um empecilho para esses novos colonizadores, pois representava o reverso do modelo que estavam implementando. Muitos, ainda hoje, acreditam que os indígenas devam ser convertidos em pecuaristas e sojicultores, ou que talvez devessem franquear suas terras para essas culturas. Trata-se de uma tensão entre modelos de sociedades contrastantes que segue presente e permeia a relação de índios e não índios.

Ao longo dos últimos 50 anos, a região das cabeceiras do Xingu foi palco de diversas atividades econômicas que contribuíram para o desenho do cenário atual. Da exploração madeireira e da pecuária, típicas das décadas de 1970, 1980 e 1990, as cabeceiras hoje são praticamente dominadas pela produção de soja e milho. Diferentemente de outras regiões da Amazônia, não houve ali o desenvolvimento de atividades extrativistas, como a coleta de látex ou castanha-do-pará (**ver Parte III, Terra do Meio, p. 221**). Do ponto de vista fundiário, predominam nas cabeceiras grandes propriedades agropecuárias e um quadro de regularização fundiária relativamente consolidado, onde as disputas violentas por terra deram lugar a um frenético mercado imobiliário associado à expansão do agronegócio empresarial.

Com uma taxa de desmatamento baixíssima, a TIX é hoje a área mais preservada da região das cabeceiras do rio Xingu. O impacto do desmatamento no seu entorno, porém, já atinge mais de 37% da bacia do Xingu em Mato Grosso. Outro fator de vulnerabilidade decorre do fato de que as cabeceiras dos formadores do rio Xingu estão situadas fora dos limites da TIX. A calha do rio Xingu o corta ao meio, resultando em um “ralo regional”: todos os impactos negativos sobre os rios formadores – poluição por agrotóxicos, desmatamento e movimentação de terra que produz assoreamento – deságuam na calha do Xingu e afetam as aldeias da TIX.

O confinamento de povos seminômades como os que residem na TIX impôs uma reflexão entre gerações sobre a finitude dos recursos naturais. Existe um grupo de anciões que nasceu e cresceu antes do contato, bem como um segmento, ainda mais numeroso, que há pouco mais de 30 anos vivia uma situação de quase isolamento em relação à sociedade envolvente. As gerações atuais, porém, vivem em um contexto em que mais de 14 mil km² foram desmatados na região das nascentes do rio Xingu, somente na última década. A pressão trouxe para próximo da terra indígena fazendas, estradas, vilas e cidades, instaladas onde antes havia florestas de ocupação indígena, o que possibilitava o uso e recuperação de áreas para roçados e a manutenção dos estoques de pesca, caça e da vasta gama de produtos florestais utilizados pelos índios.

O impacto da urbanização e das práticas agropecuárias sobre as cabeceiras dos rios formadores do Xingu alterou os processos ecológicos dentro da TIX, prejudicando a reprodução da fauna aquática e terrestre e alterando o clima regional. Um aspecto que chama a atenção é o ressecamento das matas, que as torna mais vulneráveis ao fogo, hoje considerado a principal ameaça pelos próprios índios. Essas novas situações colocam desafios de adequação para o modo de vida dos povos xinguanos, cujas formas de manejo das roças baseiam-se na agricultura de corte e queima (coivara). O aumento de focos de calor dentro da TIX

tem mobilizado aldeias xinguanas a desenvolver iniciativas de prevenção e discutir formas de adaptação de práticas tradicionais de manejo.

As ameaças, porém, não atingem apenas os índios, pois também comprometem diferentes serviços ambientais prestados pela imensa área de floresta que a TIX abriga. Está em xeque, assim, a proteção a diferentes paisagens, fundamentais para a conservação da biodiversidade; a manutenção do microclima da região que assegura o vigor atual da produção agropecuária regional; a recarga de umidade no trânsito de nuvens que passam e geram chuvas em outras regiões do Brasil; a produção de água para gerar a energia da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte e de dezenas de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) na bacia, além de um estoque de carbono considerável num contexto global de mudanças climáticas.

Lamentavelmente, o papel dos povos indígenas como guardiões desse inestimável patrimônio socioambiental, com serviços ecossistêmicos estratégicos associados, ainda é pouco reconhecido e valorizado pela sociedade brasileira e ignorado pelos produtores agropecuários da região das cabeceiras do Xingu, que se beneficiam economicamente, de forma direta, da resultante desses serviços ambientais na produtividade de seus empreendimentos.

O FUTURO É AGORA

A vulnerabilidade representada pelo desmatamento do entorno da TIX, aliada às drásticas transformações socioeconômicas e políticas decorrentes da intensificação do contato com a sociedade envolvente, resulta em desafios que começam a ser considerados pelos povos da TIX. Eles se confrontam com a finitude dos recursos naturais e com novas necessidades de consumo, o que impõe meios de monetarização. Serem remunerados por serviços ambientais prestados ou manejarem recursos naturais escassos são iniciativas possíveis. Essas e outras alternativas vêm sendo consideradas a compor um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TIX.⁴ Também participam de alianças, como a Campanha Y Ikatu Xingu (**ver Parte II, Rede de Sementes do Xingu, p. 153**), que envolve diversas organizações e entidades da região e procura enfrentar questões relacionadas à sustentabilidade dos rios, proteção das nascentes e das matas ciliares, com ênfase nas cabeceiras do Xingu em Mato Grosso.

A atual geração xinguana depara-se com o desafio de se adaptar à nova realidade para manter as condições básicas de reprodução física e cultural, agora sem os padrões de mobilidade espacial de seus antepassados. Também é evidente um aumento da sedentarização das aldeias, principalmente junto à calha dos rios maiores, associada ao acesso a serviços de saúde e estabelecimento de infraestrutura, como escolas, pistas de pouso, associações indígenas, administração da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outras. Em seu conjunto, esse processo acarreta mudanças nos padrões de uso de recursos e das terras no interior da TIX e traz dificuldades para a sustentabilidade de uma população que ainda passa por um processo de recuperação demográfica, apresentando altas taxas de crescimento.

4. Também chamado de Plano de Futuro, o PGTA é um instrumento de planejamento territorial e ambiental nos marcos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747/2012. O Plano é uma forma de se arquitetar melhor a utilização dos recursos, criar regras de convivência e de uso entre os 16 povos da TIX, bem como levar às políticas públicas e parceiros o que esses povos almejam para o futuro.

AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS

Merece destaque, no diálogo da população da TIX com o mundo não índio, a criação das associações indígenas na década de 1990. Elas refletem um novo posicionamento com relação ao conceito de tutela. Com isso, a Funai deixa de ser a única provedora de bens e serviços para “protegê-los”, assumindo os próprios índios a responsabilidade por conceber, formular e criar condições institucionais e financeiras para realizar projetos de seu interesse.

As associações indígenas tornaram-se o instrumento administrativo e jurídico que permitiu aos indígenas, de acordo com as leis brasileiras, conquistar mais autonomia na gestão dos interesses comunitários que envolvam instituições públicas e privadas da sociedade envolvente. Essas associações, de modo geral, são dotadas de uma estrutura administrativa que não existe nas formas tradicionais de organização política das sociedades indígenas, o que obriga uma formação específica para habilidades gerenciais, contábeis, legais e organizacionais, todas ainda muito desafiadoras.

Criada em 1994, a Associação Terra Indígena Xingu (Atix) foi por muito tempo a única associação indígena na TIX, e desempenhou um papel importante na organização e representação política dos povos do Xingu. A Atix surgiu em um momento em que a presença e o apoio da Funai dentro da TIX haviam sido significativamente reduzidos, e a política indigenista do Estado estava fragmentada entre vários órgãos e esferas governamentais. Sua constituição representou uma busca por outras formas de relacionamento com a nova política indigenista do governo, como também uma abertura para o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, à exemplo da Fundação Mata Virgem e o Instituto Socioambiental (ISA).

O chamado “mercado de projetos”, constituído pela disponibilização de recursos de fundos públicos ou privados, também foi um estímulo para

que os indígenas passassem a organizar suas demandas em formatos característicos requisitados por esses projetos, fazendo surgir uma série de outras associações indígenas voltadas aos interesses específicos das diferentes etnias. Esse movimento, porém, não invalidou o papel da Atix no desenvolvimento e no atendimento de agendas e demandas transversais. Com efeito, a Atix introduziu a “cultura associativa” dentro da TIX, e formou uma geração de quadros e dirigentes indígenas que posteriormente cumpriram um papel importante na criação das associações específicas de cada povo, assim como assumiram cargos nos órgãos oficiais de assistência, tais como a Funai e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Os índios do Xingu vêm se estruturando para acessar fundos de proteção florestal, projetos de pagamento por serviços ambientais, fundos de adaptação às mudanças climáticas e outras fontes que possibilitem a eles a infraestrutura e recursos necessários à gestão de suas necessidades e à proteção de seu território, propiciando sua reprodução física e cultural e assegurando a relação de baixo impacto e equilibrada que tradicionalmente mantêm com as florestas.

GERAÇÃO DE RENDA

As sociedades xinguanas tiveram proximidade relativamente recente com o dinheiro e ainda estão aprendendo a manipulá-lo, tanto em âmbito familiar, como nos marcos de sua organização social e em suas associações. No período dos primeiros contatos, técnicas de atração e sedução se utilizaram fartamente da distribuição de bens de consumo básicos (ferramentas agrícolas, objetos de cozinha e vestuário etc.) para conquistar e cativar a confiança desses povos. Uma vez estabelecido o contato, manteve-se na TIX uma política de relacionamento com forte viés assistencialista, caracterizada pelo fornecimento de uma lista de bens básicos, ao longo de mais de 30 anos, gerando forte dependência e nenhuma alternativa estruturada de acesso a esses bens de forma continuada e autônoma.

A intensificação do contato e o histórico de relações com a sociedade envolvente acarretam transformações socioeconômicas e políticas entre os povos do Xingu. Novos hábitos incorporados requerem ações para suprir necessidades básicas de consumo. Trata-se tanto de artigos e gêneros de primeira necessidade, em âmbito individual e familiar, mas também de demandas referentes às aldeias como um todo, tais como manutenção de barcos, transporte terrestre, roçadeira para conservação de pista de pouso, casas de farinha, sistemas de comunicação e de geração de energia etc. Dessa forma, o fim do indigenismo paternalista do Estado na década de 1990 impôs de forma abrupta a demanda por atividades de geração de renda. Sociedades tradicionalmente baseadas numa cultura voltada ao autoconsumo defrontam-se com divergências culturais profundas para se inserir parcialmente em uma economia de mercado.

Na TIX, o contato dos povos indígenas com o dinheiro se deu inicialmente por meio da venda de artesanato para o Programa Artíndia, da Funai, entre os anos 1970 e 1990. O projeto realizava uma ou duas compras anuais de artesanato, de maneira bastante intermitente, com a venda dos produtos

para lojas do Sul e Sudeste do país. Embora a produção de artefatos seja fundamental para o funcionamento do cotidiano das famílias e para os mecanismos de trocas interétnicas, sua destinação para o mercado externo – o que caracteriza esses produtos como artesanato – representou, por muitos anos e de forma quase exclusiva, a única fonte de monetarização para os índios do Xingu.

Até hoje, a produção de artesanato ocupa um papel importante na economia familiar de vários povos, além de representar um fator fundamental de inovação e fortalecimento dos padrões tradicionais da cultura material. No entanto, a sazonalidade da produção indígena, a intermitência do mercado e fatores ligados a logística, estratégia de comercialização, questões tributárias e restrições legais aos artefatos que usam matéria prima de animais silvestres acabam por restringir o potencial comercial do riquíssimo artesanato indígena. Os povos indígenas do Brasil se ressentem de uma política governamental de incentivo, a exemplo de outros países latinoamericanos, como a Colômbia, que valorize e promova o artesanato indígena como expressão de sua diversidade socioambiental.

Outra via para entrada de dinheiro na TIX vem do assalariamento de indígenas contratados como servidores públicos da Funai (motoristas, administradores, coordenadores locais, regionais etc.), profissionais da educação (professores, diretores, coordenadores pedagógicos, vigias e merendeiras, por exemplo), da saúde (enfermeiros, agentes de saúde, agentes de saúde bucal, agentes de saneamento, coordenadores, auxiliares de escritório, entre outros), dos dirigentes das associações indígenas e, mais recentemente, de forma bastante intensa, de recursos oriundos de aposentadoria e de programas sociais e de assistência do governo federal, como o Bolsa Família.

Os efeitos da entrada regular de dinheiro nas comunidades, em alguns casos de forma pouco organizada, têm tido um lado perverso, cuja face mais visível talvez seja a monetarização das relações sociais antes regidas por

reciprocidade ou trocas no âmbito de relações de parentesco e de afinidade. O impacto na segurança alimentar também é preocupante. Comunidades e famílias cuja subsistência estava estruturada, sem nenhum sintoma de fome ou desnutrição, e até mesmo gozando de relativa abundância, tiveram, em prazo muito curto, um desbalanceamento de sua dieta tradicional, ao passarem a consumir produtos industrializados em quantidade, com excesso de carboidratos e açúcares, como massas, refrigerantes e doces, o que vem gerando grande incidência de problemas de saúde bucal, diabetes, obesidade e hipertensão, esta última pelo alto teor de sódio contido nos alimentos vindos das cidades. Nesse contexto, tem-se observado também uma diminuição do tamanho e da quantidade de roças familiares, o que gerou um ciclo de maior dependência de produtos industrializados, fragilizando a soberania alimentar desses povos.

Em relação ao dinheiro proveniente dos programas sociais e de assistência do governo, notam-se ainda outros impactos. As regras de acesso a tais recursos preveem a necessidade de saques periódicos de dinheiro, em bancos, levando os índios a um roteiro constante de peregrinação às cidades, o que demanda empenhar tempo em longas e cansativas viagens, em detrimento de outras atividades culturais, sociais e econômicas importantes, além de implicar custos de transporte e hospedagem que corroem o benefício a ser recebido. Existe, ainda, a percepção de que esse fluxo de viagens e o acesso a um dinheiro descolado de atividades com raiz no território vêm funcionando como um incentivo à migração dos índios para as cidades, cujo índice tem crescido muito nos últimos anos.

Reconhece-se que os benefícios desses programas sociais para a população pobre dos centros urbanos, que depende quase que exclusivamente do dinheiro para acessar alimentação de qualidade, têm um impacto positivo em seu bem-estar. No entanto, para populações que têm condições de vida mais estruturadas, como boa parte das comunidades indígenas, ribeirinhas e da agricultura familiar, que possuem uma subsistência alimentar satisfatória, quando não abundante, o pacote desses benefícios

tem efeitos colaterais indesejáveis, que paradoxalmente podem piorar a qualidade de vida dessas populações, como parece ser o caso da TIX. O conceito de pobreza que embasa esses programas não dialoga de forma adequada com as diferentes realidades que fazem parte da sociodiversidade brasileira, nivelando situações muito diferentes em vez de adequar as políticas a essas realidades.

Outra alternativa de renda que vem crescendo em algumas comunidades é o turismo. Opção controversa, que divide opiniões entre os índios, algumas iniciativas vêm ocorrendo mesmo sem o consentimento da Funai, que só muito recentemente estabeleceu um regramento para a atividade. Dentre essas iniciativas, poucas são dedicadas ao turismo etnocultural, com visitas breves de pessoas que querem conhecer as comunidades xinguanas e sua forma de relação com o território. Predomina, assim, o turismo pouco organizado e pontual, durante festas tradicionais, com destaque para o Kuarup, considerado a principal atração altoxinguana. Mais recentemente, começaram a surgir iniciativas voltadas ao turismo de pesca, por influência das pousadas que funcionam nas fazendas no entorno da TIX. Essa modalidade de turismo tem gerado conflitos, pois concorre com a pesca de subsistência, motivo pelo qual é rejeitada pela maioria das comunidades. De maneira geral, existe um excesso de expectativa em relação às vantagens da atividade turística. As experiências que ocorreram até agora foram muito mal estruturadas. É possível que a regulamentação da Funai gere a necessidade de um planejamento melhor, que possibilite uma avaliação mais realista sobre sua potencialidade e seus impactos nas comunidades.

O DESAFIO DE ORGANIZAR UM NEGÓCIO DOS ÍNDIOS COM PRODUTOS AGROFLORESTAIS

Em busca de alternativas econômicas sustentáveis, explorar a potencialidade de produtos da floresta que são familiares ao universo indígena aparece como uma opção aparentemente mais adequada, na medida em que dialoga com práticas tradicionais de manejo e com o conhecimento dos índios sobre recursos da natureza, bem como mobiliza as comunidades em suas diferentes formas de se organizar para o trabalho.

Tradicionalmente, os povos da TIX possuem uma estrutura social do trabalho voltada a uma economia multitarefas destinadas à subsistência. Sua inserção em uma economia de mercado não é óbvia, muito pelo contrário. Apesar de manejarem recursos e confeccionarem artefatos com potencial de assimilação pelo mercado, as condições básicas para se estabelecer uma relação comercial minimamente estável, como produção de excedente, regularidade e escala, uniformidade do produto, questões fiscais, logística de transporte e estratégia de comercialização, são alheias ao repertório cultural desses povos, demandando formações específicas, além de mudanças na organização social do trabalho dessas comunidades. Quanto mais distante a iniciativa for de seus padrões culturais, maior o impacto dessas transformações.

Em 1996, o ISA, em parceria com a Atix, realizou um levantamento de recursos naturais com potencial comercial ligados ao universo de conhecimento dos índios, buscando atender à forte demanda das comunidades pela estruturação de atividades que pudessem trazer retorno financeiro e resultar em maior autonomia para gestão de suas novas necessidades. Até então, a referência dos indígenas nesse sentido eram os chamados “projetos comunitários de roça”, incentivados pela Funai desde os anos 1970, quando eram distribuídas ferramentas e sementes de milho, arroz e feijão,

com a intenção de transformá-los em agricultores semelhantes aos colonos do entorno. A despeito da persistência da Funai nesse modelo, essas iniciativas não prosperaram, raramente geravam algum excedente que, ainda assim, acabava adquirido pela própria Funai para consumo de seus funcionários ou para apoiar indígenas em convalescência.

Tais projetos, portanto, nunca conseguiram efetivamente estruturar uma atividade econômica regular. Seus benefícios se restringiram ao oferecimento anual de ferramentas agrícolas úteis para as comunidades desenvolverem suas atividades de subsistência. Em contrapartida, alguns impactos ficaram evidentes, como a distribuição farta de sementes de milho híbrido ao longo de anos, levando à corrosão genética das variedades indígenas e gerando perdas inestimáveis à agrobiodiversidade dos povos do Xingu. Além disso, as sementes distribuídas chegavam na maioria das vezes atrasadas, frustrando o trabalho de preparação para os plantios, além do fato de serem tratadas com agrotóxicos, sem o devido esclarecimento sobre os cuidados para seu manuseio.

Apesar de não terem tido sucesso comercial e nem terem sido incorporadas na rotina de subsistência das comunidades, essas experiências fomentadas pela Funai geraram um entendimento, por parte dos povos do Xingu, de que algumas atividades trazidas pelos brancos voltadas à geração de recursos deveriam ser uma iniciativa comunitária, em contraste com a forma tradicional de organização para o trabalho, predominantemente de cunho familiar, com algumas etapas realizadas em mutirão. Lideranças das aldeias, diante da necessidade de aquisição ou manutenção de bens das comunidades, como motores de popa, barco, gerador ou carro, viram nos chamados projetos comunitários uma possibilidade de obter recursos financeiros “comunitários” para manter essas estruturas, antes inexistentes. Enfrentavam, com isso, o risco de conflito implicado em organizar uma atividade cujo destino é o benefício de uma comunidade inteira, mas que nem sempre conta com o trabalho efetivo de todos, gerando envolvimento desigual e sobrecarga de trabalho para alguns.

Nas seções seguintes, apresentaremos os resultados de algumas experiências de estruturação de um negócio dos índios do Xingu, a partir das pistas identificadas no levantamento prospectivo conduzido pelo ISA em 1996.

Tratado no capítulo 2, o mel de abelha *Apis* (chamada também de abelha-europa), presente na dieta das aldeias como um produto decorrente de uma atividade extrativista, demonstrou bom potencial comercial, considerando a quantidade de mel desse tipo extraída regularmente pelos índios, o que indicava a existência de grandes quantidades de enxames na floresta, passíveis de captura e domesticação. Além disso, fatores como o déficit da produção brasileira de mel do Brasil nos anos 1990, a excelente condição ecológica do mel da TIX, tornando-o um produto naturalmente orgânico, e o conhecimento indígena sobre a ecologia das abelhas colocaram em evidência seu potencial comercial.

Já a meliponicultura, manejo racional de espécies nativas de abelhas (conhecidas como abelhas sem ferrão, melíponas ou indígenas), uma das riquezas de nossa biodiversidade tropical, era pouco conhecida ou valorizada nos anos 1990. Naquela época, tinha-se pouca informação sobre domesticação e manejo racional de enxames dessas espécies, e tampouco havia parâmetros técnicos sanitários para o mel que produziam, o que limitava sua comercialização para além do contexto regional. A diversidade de melíponas sempre foi um fator atraente e desafiador do ponto de vista comercial: há dezenas de variedades dessas abelhas nos biomas brasileiros, várias ainda pouco conhecidas, estudadas ou manejadas. O ISA identificou que a produção do mel de abelhas melíponas demandaria uma série de etapas de desenvolvimento para se tornar comercialmente viável. Portanto, num primeiro momento, a meliponicultura foi conduzida como um projeto experimental, envolvendo apenas algumas aldeias Kawaiwete (Kaiabi) da região do médio da TIX, em paralelo ao desenvolvimento da apicultura como atividade comercial mais abrangente. O interesse pelo mel de abelhas nativas cresceu muito nos últimos dez anos, sobretudo impulsionado pela gastronomia, o que gerou uma perspectiva comercial

mais consistente, que está sendo considerada na iniciativa atualmente em curso na TIX com apoio do ISA, tratada no capítulo 3.

O pequi, muito abundante no Cerrado, tem na TIX uma variedade mais robusta, provavelmente domesticada pelos índios, que faz parte da história e do patrimônio cultural dos povos do Alto Xingu. O pequi xinguaño é tradicionalmente plantado nas roças, formando pequizais familiares que são manejados por gerações. Além disso, sua fruta *in natura* é muito apreciada pelos índios e para elaboração de diferentes tipos de mingaus. O pequi tem alto teor de betacaroteno e seu óleo, segundo os índios, tem poder curativo, além de vários usos cosméticos. Trata-se de um recurso que possui um patrimônio cultural associado muito rico e atrativo, com forte potencial para conciliar uso tradicional e produção comercial, como vemos no capítulo 4.

Os óleos de uso tradicional, como o de tucum, inajá e pequi apareceram no levantamento do ISA como boas possibilidades para o mercado cosmético, considerando a recente e crescente onda de produtos desse segmento com ativos da Amazônia. No entanto, uma avaliação mais detalhada revelou que a palmeira de inajá, presente principalmente em áreas antigas de regeneração da vegetação, é muito utilizada por vários povos para cobertura de suas casas. O coquinho do inajá e o de tucum figuram na confecção de colares e outros artesanatos, e o óleo de seus frutos é habitualmente usado com finalidade cosmética. Os levantamentos verificaram, contudo, que a palmeira do tucum tem baixa densidade e grande dispersão territorial, o que tornaria sua exploração muito trabalhosa. Concluiu-se que uma produção em escala dos óleos de inajá e tucum concorreria negativamente com usos tradicionais importantes. Além disso, são óleos ainda pouco conhecidos no mercado cosmético.

O levantamento prospectivo revelou também a potencialidade de alguns produtos agrícolas, com destaque para banana e o polvilho de mandioca, que têm boa aceitação nas cidades. A banana passa é um alimento já co-

nhecido e apreciado no universo de produtos naturais e orgânicos, com tecnologia solar de baixa complexidade para desidratação. O polvilho, por sua vez, é ingrediente básico do pão de queijo de origem mineira, largamente difundido no território nacional e que, na década de 1990, abria fronteiras no mercado internacional. No entanto, a escassez de terras pretas de índio na TIX, mais férteis, e a provável concorrência da produção em escala comercial desses produtos com as roças de subsistência têm potencial para abalar a segurança alimentar das comunidades e gerar uma ampliação indesejável do desmatamento local com abertura de novas e maiores roças. Esses aspectos acabaram desestimulando o desenvolvimento comercial desses produtos agrícolas.

Um exemplo concreto desse processo foi observado entre os Ikpeng, que ocupam a região do médio da TIX. Esse povo teve uma experiência comercial unilateral de venda de polvilho para um comerciante de Brasília, nos anos 1990. Vale lembrar que o polvilho é um alimento fundamental dos Ikpeng, fonte de carboidratos que está na base de sua alimentação diária. A falta de experiência do grupo em planejar uma produção de excedente levou-os a vender parte importante de suas provisões para o período das chuvas, o que fez com que passassem fome durante esse período, quando o peixe desaparece e os alimentos ficam naturalmente mais escassos.

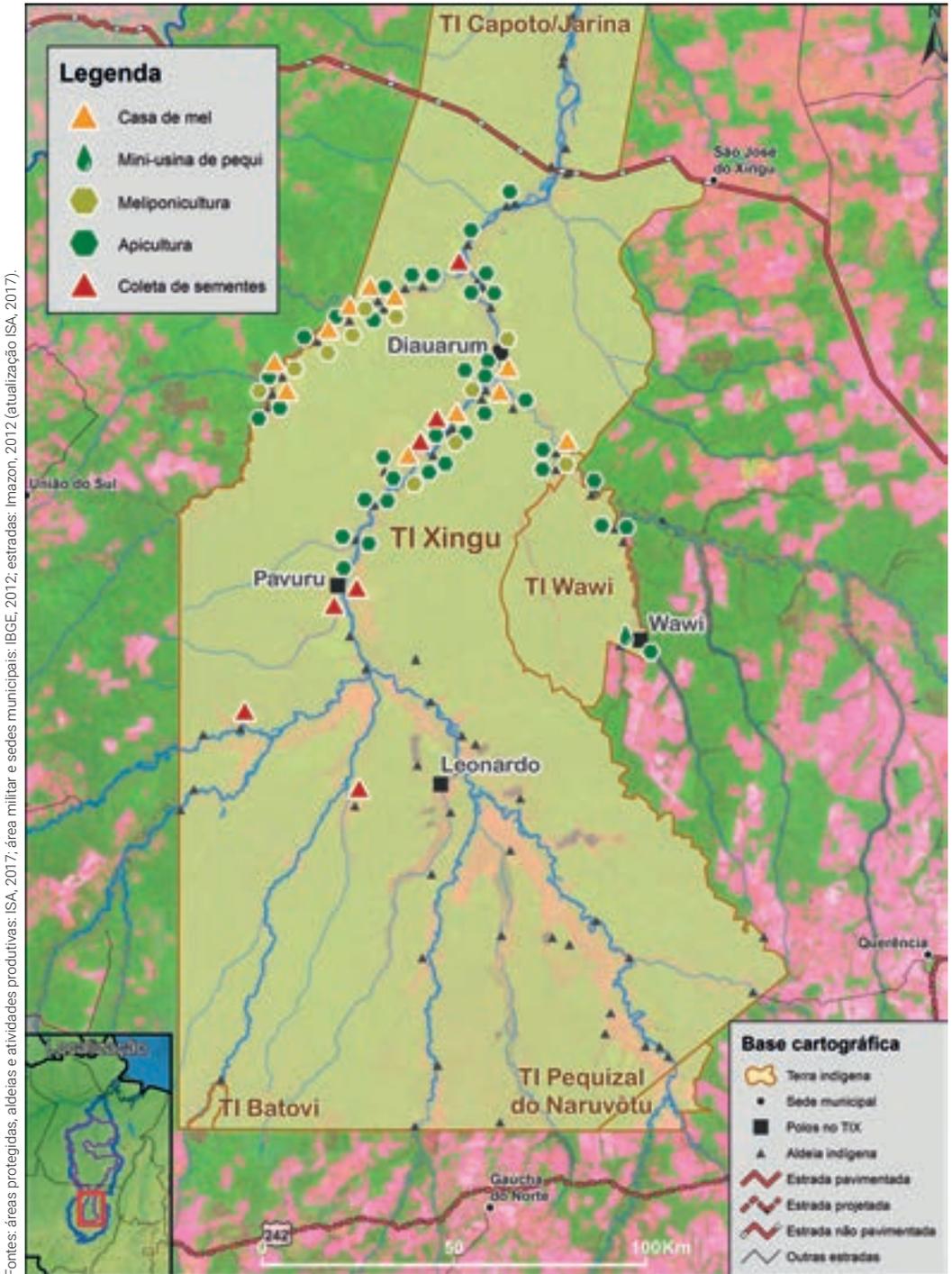
Já no século XXI, por conta da Campanha Y Ikatu Xingu, lançada pelo ISA em 2004, surge a necessidade da produção em escala de sementes florestais para atender à demanda dos projetos de recuperação florestal que começaram a se multiplicar na bacia, voltados à proteção e recuperação das nascentes e das matas ciliares do rio Xingu. Esse novo mercado impulsionou a criação de uma rede de coletores de sementes florestais em 2007 (**ver Jovens e mulheres: a coleta nas Terras Indígenas, p. 182**), e nada mais natural que os índios do Xingu, aqueles que possuem o maior ativo florestal da região e dominam conhecimentos tradicionais sobre a ecologia das florestas, se tornassem coletores e fornecedores dessa matéria prima. O comércio de sementes florestais foi o primeiro produto de ori-

gem florestal não madeireiro a ser atrativo comercialmente no Alto Xingu, que, diferentemente de outras regiões da bacia do Xingu, como a Terra do Meio, não teve picos de atividades extrativistas envolvendo borracha, castanha-do-pará, óleos vegetais, dentre outros.

Enfrentar a questão da autonomia econômica da forma com que se coloca para os povos indígenas não é uma tarefa fácil, e muitas vezes soa contraditório. Ao mesmo tempo em que constitui um desafio de autodeterminação e autonomia dos povos em sua relação com a sociedade envolvente, da qual passaram a depender para obtenção de bens de consumo, as condições e o esforço de adequação necessários para dar início e sustentação a um negócio rentável, dentro das regras do jogo, exige um exercício de adaptação complexo, que oferece riscos sociais e culturais, um percurso aparentemente sem retorno. No entanto, a necessidade de acessar bens e dinheiro é uma realidade incontestável, e a falta de horizonte para esses povos torna-se um fator de grande vulnerabilidade face ao assédio de interesses econômicos predatórios que rondam constantemente seus territórios e seus recursos naturais.

As iniciativas a seguir descritas resultam dos vinte e um anos de parceria entre ISA, ATIX e associações da TIX, para identificar e desenvolver produtos indígenas com potencial comercial. De partida privilegiaram-se os mais adequados culturalmente e menos impactantes do ponto de vista ambiental; e zelou-se pelo enfoque pedagógico que direcionasse o diálogo intercultural entre índios e ‘o mercado’. Era estruturar um negócio indígena visando lucro para gerar renda a um coletivo minimamente informado para se preparar a negociar as regras do jogo. O sucesso da empreita implica em dialogar com a complexidade das práticas de mercado, inegavelmente impactantes para o universo indígena. O processo de estruturação de negócios com essa natureza exige que os índios se ponham a refletir e a se posicionar sobre os valores norteadores da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que a população não indígena assimile, por sua vez, que as tais regras podem vigorar em benefício equilibrado para os dois lados.

TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU (TIX)



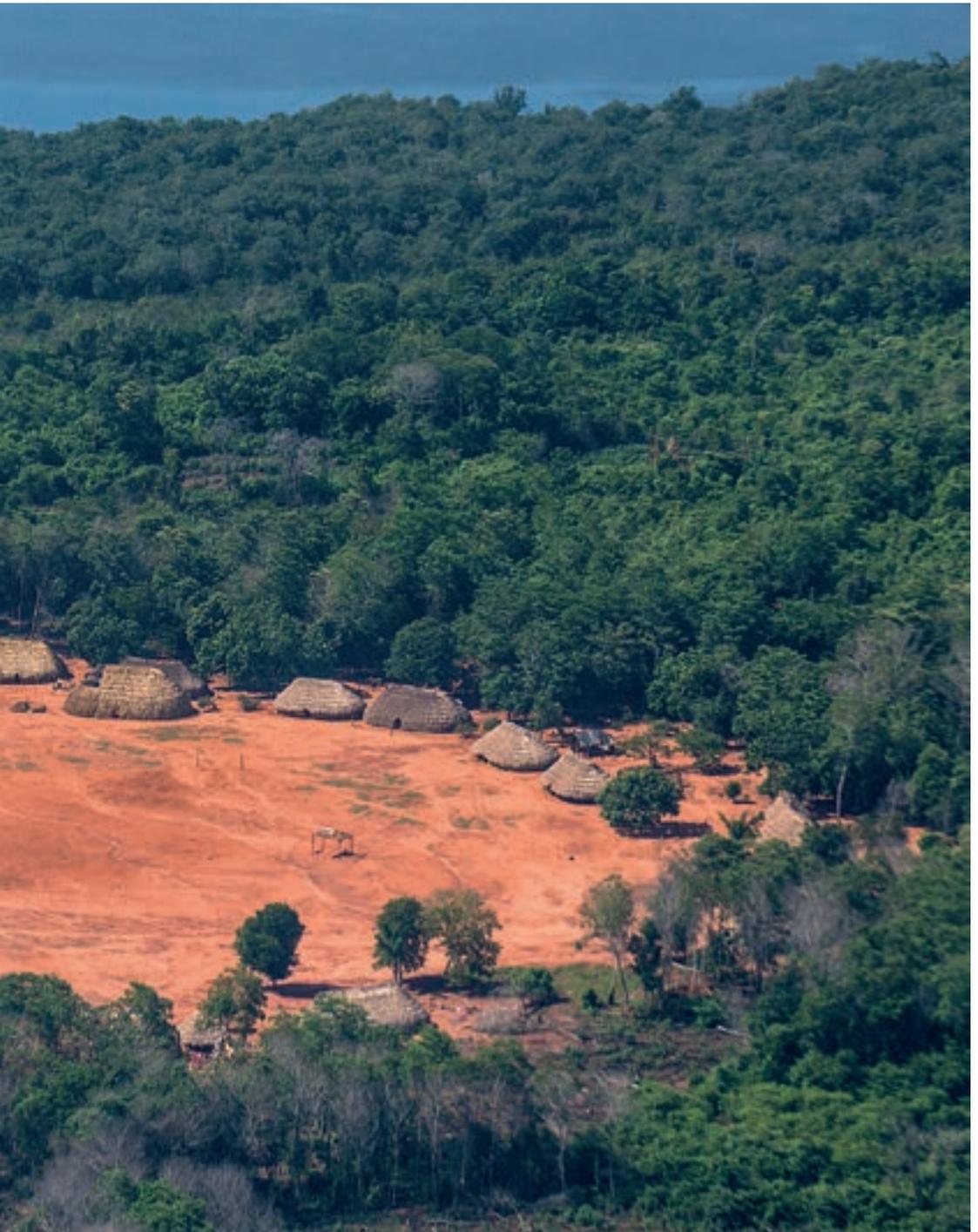


Tradicional banho matutino dos Kamayurá na Lagoa Ipavu.



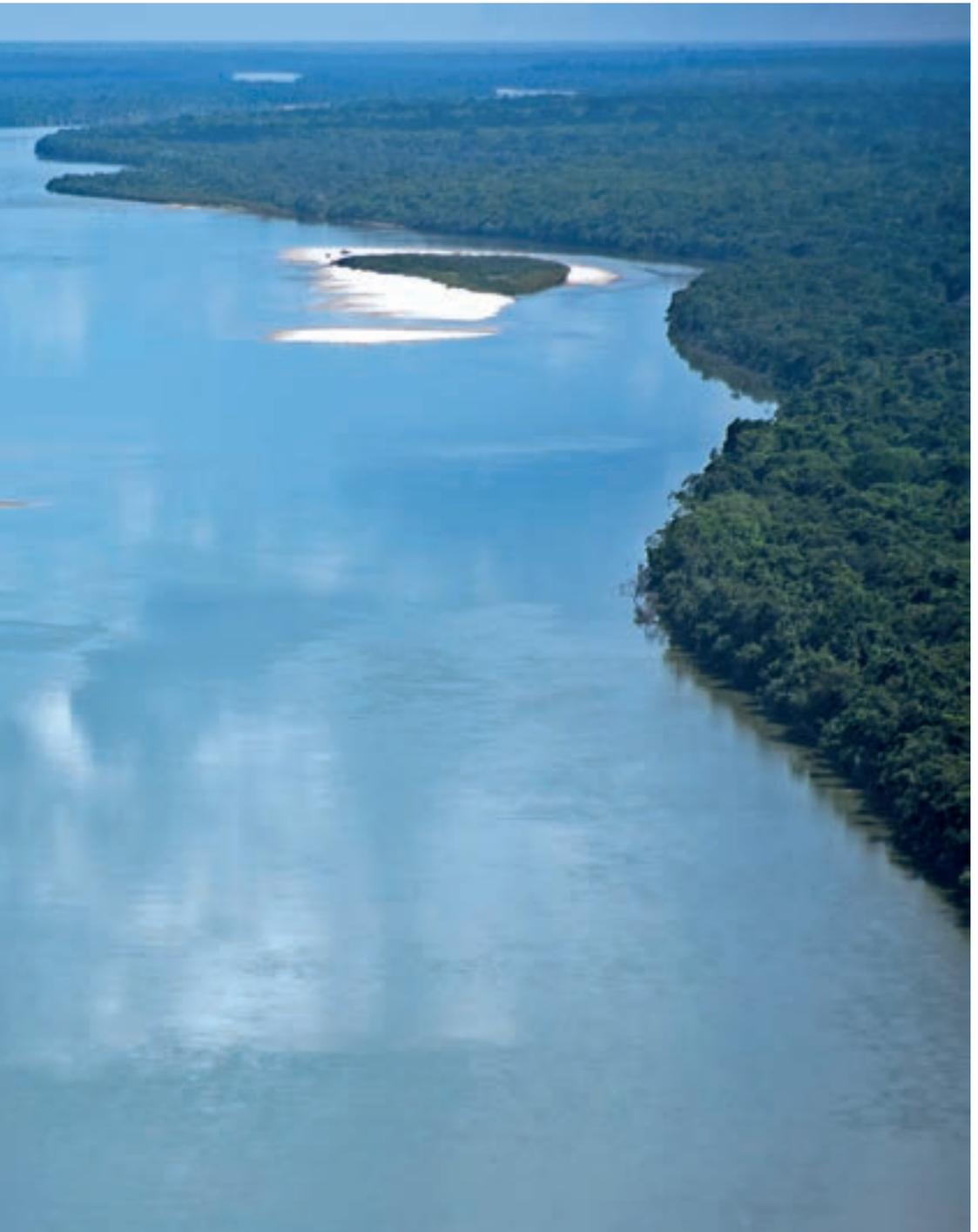


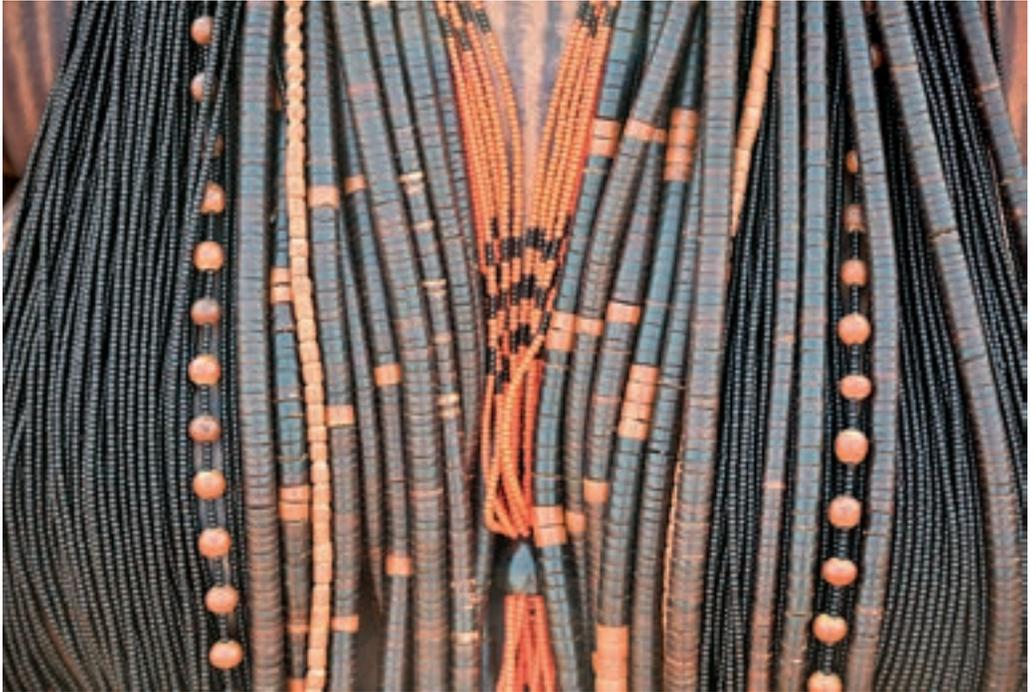
Aldeia Moygu, povo Ikpeng, Terra Indígena do Xingu.





Praias do Alto Rio Xingu.





Mulher Kawaiweté com colares (alto) e grafismo em tecelagem Kawaiweté (acima).



Homens assistem lutas Huka-Huka ao final do Kuarup, aldeia Piyulaga dos Waujá, Alto Xingu, Mato Grosso.



© VALTER CAMPANATO/ABR, 2005

Dança tradicional durante o Kuarup, celebração fúnebre de mortos ilustres, na aldeia Piyulaga dos Waujá, Alto Xingu (MT). Durante o Kuarup, troncos são pintados como os próprios índios representando membros importantes da etnia já falecidos.





Aldeia Piyulaga do povo Waurá.

CAPÍTULO 2

APICULTURA:
O PRIMEIRO
NEGÓCIO DOS
ÍNDIOS NO TIX

Por André Villas-Bôas, Paulo Junqueira
e Marcelo Martins

O mel dos índios do Xingu foi o primeiro produto indígena de origem animal do Brasil a receber o registro do Serviço de Inspeção Federal (SIF), o selo de produto orgânico e conquistar o mercado da maior cidade do Brasil, nas prateleiras das lojas mais sofisticadas do supermercado Pão de Açúcar, em São Paulo.

Na década de 1990, entre diversos pleitos, lideranças da Terra Indígena Xingu manifestavam-se sobre a importância de projetos de geração de renda para as aldeias. Não havia entre os indígenas, porém, uma definição sobre qual atividade, concretamente, atenderia melhor a esse anseio. Nesse espírito, em 1996, o Instituto Socioambiental (ISA) realizou, em parceria com a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), uma prospecção sobre produtos tradicionais com potencial comercial na TIX. O levantamento pretendia trazer um leque de informações para uma avaliação conjunta, de modo a orientar uma decisão sobre o recurso mais adequado a um trabalho com perspectiva comercial.

Dentre as alternativas, surgiu com destaque a possibilidade de produção e comercialização do mel da abelha *Apis mellifera*, também conhecida como abelha-europa. A escolha do produto foi feita à luz de um conjunto de critérios que articulavam questões de viabilidade econômica com quesitos relacionados à sustentabilidade ecológica e cultural da atividade apícola. Sem dúvida, a análise dos parceiros não índios teve um peso significativo nessa decisão – os indígenas expunham sua avaliação de que, naquele momento, a equipe do ISA tinha mais elementos para desenhar um projeto que se inseriria no mundo não indígena e seu mercado.

O grande potencial comercial do mel de *Apis* foi calculado em função de vários fatores. Tratava-se, em primeiro lugar, de um componente tradicional da dieta das aldeias, obtido por meio do extrativismo e envolvendo extenso conhecimento indígena sobre as paisagens florestais e floradas de predileção das abelhas. Além disso, a quantidade extraída regularmente pelos índios indicava a existência de numerosos enxames na floresta, pas-

A INTRODUÇÃO DA ABELHA-EUROPA NO BRASIL

No Brasil, segundo registros oficiais, as primeiras colônias de *Apis mellifera* foram introduzidas por ordens religiosas católicas no século XIX, oriundas de Portugal. Naquele tempo, e por muitas décadas a seguir, a apicultura no Brasil ficou mais concentrada nas regiões Sul e Sudeste, como uma atividade desenvolvida com técnicas rudimentares cujo objetivo principal era, em sua maioria, atender a necessidades de consumo. No início da década de 1950, a apicultura brasileira sofreu grandes perdas em função de doenças e pragas. Estima-se que 80% das colônias tenham sido dizimadas, gerando queda drástica na produção.

Com o objetivo de aumentar a resistência às doenças das abelhas no país, em 1956, o engenheiro agrônomo e geneticista Warwick Estevam Kerr, com apoio do Ministério da Agricultura, dirigiu-se à África para selecionar colônias de abelhas africanas *Apis mellifera* scutellata, mais produtivas e resistentes a doenças. As rainhas foram introduzidas num apiário experimental de Rio Claro (SP), para serem testadas e cruzadas com as abelhas *Apis mellifera* de subespécies europeias. Entretanto, um incidente contribuiu para que 26 colônias de abelhas africanas enxameassem, fugindo do apiário pouco tempo após sua introdução.

Na época, o acontecimento foi caracterizado por alguns cientistas como um desastre ecológico. Com uma agressividade nunca antes vista, as abelhas africanas aterrorizaram várias regiões do país, atacando e matando pessoas e animais de criação nos sítios e fazendas, além de acarretar grandes prejuízos aos apiários. Durante algum tempo, os casos de agressão das abelhas africanas no Brasil ocuparam espaço nos jornais do país e do mundo. Se a apicultura já declinava naquela época, por conta das frequentes doenças que acometiam as abelhas, o risco do ataque por enxames africanos quase ultimou a atividade no Brasil.

No entanto, essas abelhas encontraram aqui condições de clima e vegetação excelentes para se propagarem e cruzarem com as abelhas *Apis* europeias, que já estavam estabelecidas no país. A chegada das africanas e seu cruzamento com a *Apis* de origem europeia criaram uma variedade híbrida, a *Apis* africanizada, com características mais defensivas e produtivas. O que se pretendia como resultado do experimento científico do professor Kerr acabou acontecendo “naturalmente”.

Esse processo forçou a modernização da apicultura no Brasil. O investimento em pesquisa, manejo dos enxames, adaptação de tecnologias e capacitação contribuíram para melhoria e profissionalização da atividade. O Brasil é hoje exportador de mel, cera e própolis, e a maior resistência das abelhas africanizadas às pragas e doenças permite que a atividade seja conduzida com menos aplicação de medicamentos, facilitando a produção de mel orgânico.

Atualmente, a *Apis* africanizada está presente e adaptada em todos os biomas brasileiros, convivendo com as espécies de abelhas nativas dos trópicos. Alguns cientistas ainda acreditam que a *Apis* impacte as abelhas sem ferrão, também conhecidas como melíponas ou abelhas indígenas, com sua agressividade na disputa por alimento. No entanto, na visão dos índios do Xingu, esse impacto não ocorre. Em um ambiente com muitas floradas e alimentação farta, segundo eles, a convivência ocorre de forma equilibrada.

Mesmo considerando a opinião dos índios, o projeto de apicultura da TIX, como medida de cautela contra possíveis impactos sobre a população das melíponas, não introduziu a técnica de repartição de enxames, orientando os índios a trabalharem exclusivamente com a captura daqueles já existentes na floresta. Com isso, pretende-se evitar o aumento artificial da população de *Apis mellifera*.

Na TIX, a chegada da *Apis* foi registrada pelos índios no final da década de 1960, já na versão africanizada, portanto. Até então, conheciam-se somente as abe-

lhas sem ferrão, originárias da floresta tropical, uma diversidade de espécies que só recentemente passou a ser valorizada. Nas décadas seguintes, a *Apis* africanizada continuou se dispersando pelo continente americano, chegando aos Estados Unidos no final do século XX.

Mairawë Kaiabi, presidente da Atix entre 1994 e 2004, conta que morava no Posto Indígena Leonardo quando primeiro soube da existência das abelhas *Apis*: “Foi chegando, sem saber que tipo era.” Um dia, relata, estava com companheiros na mata após uma queimada, quando avistaram o mel, que havia derretido com o calor. “Ficamos com dúvida – uns diziam ‘vamos comer’, outros diziam ‘pode ser veneno, vamos morrer’”. O grupo acabou experimentando e levando um favo para o posto. “Chegando lá, mostramos para o Benedito, o pedreiro branco que estava trabalhando lá. Aí ele contou que era mel. Foi assim que conheci este mel”, lembra Mairawë.

síveis de captura e criação em colmeias. Também concorria em favor dessa opção a excelente condição ecológica para se criar abelhas, considerando que a TIX possui uma área de 2,8 milhões de hectares situados em uma região de transição entre o Cerrado e a floresta amazônica, o que lhe confere uma enorme diversidade de paisagens. Havia ainda o fato de que, nos anos 1990, a produção brasileira de mel no Brasil registrava déficit frente a um consumo *per capita* crescente.

Um aspecto foi investigado detidamente antes da implementação do projeto: cumpria saber se a apicultura poderia se conjugar de forma equilibrada com as demais atividades tradicionais, sem se tornar concorrente, culturalmente deletéria. Alguns elementos permitiram descartar essa hipótese. Um deles foi a sazonalidade, dado que só se realizam duas, dificilmente três colheitas de mel por ano. Outro foi a flexibilidade, já que a natureza do trabalho do apicultor está mais próxima à de um “facilitador” para o árduo trabalho

da abelha, exigindo poucas horas por semana de dedicação ao apiário. Diante disso, a apicultura foi considerada pouco invasiva à rotina tradicional.

Todos esses fatores também colocaram em evidência atributos socioambientais e de mercado, que qualificaram o mel como o produto com maior potencial para enfrentar o desafio de estruturar o primeiro negócio indígena da TIX, capaz de responder à forte expectativa que várias lideranças depositavam sobre o ISA e a Atix em apoiá-los com uma alternativa de geração de renda para suas comunidades. O mel de *Apis* não era, contudo, a única opção desse gênero, já que muitos povos também lidavam com as abelhas nativas, ou abelhas indígenas sem ferrão. A produção comercial desse tipo de mel na década de 1990, porém, envolvia uma série de aspectos técnicos e de legislação, ainda não solucionados. Em contraste, a apicultura contava com um pacote tecnológico e uma cadeia bem estruturada, o que facilitava a inserção no mercado e, portanto, a construção da experiência. Isso acabou orientando a decisão de se trabalhar com as abelhas nativas de maneira experimental, a partir de poucas aldeias, em paralelo ao projeto com *Apis* (**ver capítulo 3, p. 93**).

As consideráveis vantagens do projeto do mel não eliminavam, evidentemente, grandes desafios. Em primeiro lugar, implementar a apicultura na TIX implicava que os índios passassem de coletores extrativistas das florestas do Xingu para apicultores, criadores de enxames de abelhas. Em outras palavras, a experiência de se criar um animal para produzir excedente de forma continuada já era, em si, uma novidade. Outra inovação consistia em estruturar um negócio e estabelecer uma relação de mercado com a sociedade envolvente, algo que demandava a presença de parceiros que os assessorassem nesse caminho. Um desafio adicional, igualmente considerável, era desenvolver uma atividade que pretendia envolver vários povos da TIX em uma única estratégia compartilhada. T tamanha responsabilidade vinha com um alento: caso o mel não obtivesse sucesso, a produção poderia, a qualquer momento, voltar-se à segurança alimentar das comunidades, fato que, por si só, já justificaria a existência do projeto.

APICULTORES EM FORMAÇÃO

Durante o levantamento prospectivo realizado em 1996, o ISA encontrou sinais de que a Fundação Nacional do Índio (Funai) havia tentado introduzir a apicultura na TIX em 1994, sem sucesso. Foram encontradas caixas destinadas à produção de mel em algumas comunidades, nenhuma em atividade. Uma breve avaliação dessa experiência da Funai com os índios permitiu identificar pontos de fragilidade. De partida, entendeu-se que não era suficiente realizar apenas um curso intensivo de apicultura de curta duração e distribuir os equipamentos básicos para que os índios se tornassem apicultores. Mais uma vez, é Mairawë Kaiabi quem explica com todas as letras: “Não é só ensinar, virar as costas e ir embora. O professor de fora não precisa ser eterno, mas o acompanhamento tem que existir sempre”. Mairawë argumenta que a demonstração das técnicas em questão tem um papel fundamental, transmitindo segurança ao aprendiz. “É preciso provar o conhecimento, provar que funciona, mostrar que dá certo, isso traz confiança.”

A aparente simplicidade da apicultura – ou seja, o manejo de práticas, algumas centenárias, de domesticação da abelha para produção do mel e dos demais subprodutos (própolis, geleia real, pólen, cera) – oculta facetas de grande complexidade. Em primeiro lugar, a atividade requer forte empatia com as abelhas africanizadas, tipo de inseto naturalmente sensível e defensivo. Tornar-se apicultor exige necessariamente entender e interagir com todo o ciclo de vida e produção das abelhas. Realizar a apicultura em sintonia com o bem estar do enxame é um aprendizado que demanda, ao menos em um primeiro momento, um acompanhamento por parte de alguém experiente que possa orientar a prática do manejo em cada uma de suas etapas.

No início da implementação do projeto, o ISA ainda não possuía essa competência, razão pela qual convidou a Associação Paulista de Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Europeias (Apacame) para estruturar um

processo de formação de apicultores indígenas no Xingu, com ênfase no acompanhamento nas próprias aldeias. A proposta era apoiar o primeiro ciclo de produção do enxame, que se inicia com sua captura na mata, passa por sua domesticação, envolve cuidados de adaptação para o seu bem-estar e segurança nas colmeias racionais e culmina com a colheita e processamento do mel. Entre 1998 e 2000, a partir do aporte formativo da Apacame, da presença dos mestres apicultores Mario Isao e Waldemar Monteiro e do apoio continuado do ISA, foi formada a primeira geração de apicultores indígenas, além do técnico Emerson Ballester, que posteriormente assumiria a tarefa de formar novas gerações, sucedido posteriormente por outros técnicos igualmente contratados pelo ISA. “A maior alegria é o próprio aprendizado, aprender e entender o trabalho”, avalia o apicultor indígena Tariaiup Kayabi, juízo compartilhado por Jamut Kaiabi: “O mais importante nesses anos foi o próprio trabalho”. Tafut Kaiabi complementa: “É bom ter apiário, conseguir fazer mel foi uma grande satisfação”.

Ao longo dos últimos 15 anos, foram realizadas dezenas de cursos voltados à formação de novos apicultores e aperfeiçoamento técnico para os que já estavam em atividade. Esses momentos são sempre acompanhados de visitas técnicas às aldeias, quando o apicultor tem a oportunidade de sanar suas dúvidas de forma individualizada, debruçado sobre seu próprio apiário. Atualmente, parte do processo formativo, bem como as visitas técnicas, são conduzidos por monitores apícolas indígenas formados na TIX, com resultados muito positivos.

Para além do assessoramento técnico pelo ISA, o desenvolvimento da atividade apícola na TIX contou com suporte financeiro de diferentes instituições. Destaca-se o apoio de longo prazo provido pela Rainforest da Noruega, fundamental para consolidar o projeto como um negócio dos índios. Sem ele, dificilmente o mel do Xingu conseguiria chegar aonde chegou. A lógica de investimento do mercado de projetos ou das agências de cooperação governamentais e não governamentais, calcada no curto prazo, é um fator que dificulta a consolidação de iniciativas como essa. Para o

bom funcionamento de uma atividade comercial envolvendo povos e comunidades tradicionais, há que se considerar o tempo mínimo para que possam se adaptar, assimilar e gerir com autonomia a cadeia de atividades e os desafios de gestão. Fala-se, afinal, de povos com economia voltada fundamentalmente ao autoconsumo, aos quais se propõe uma aproximação com uma economia de mercado. Em outras palavras, um processo gradual, sem garantia prévia de êxito e que implica adaptações socioculturais, referenciadas nas particularidades de cada povo e cada aldeia. O tempo necessário para amadurecimento de uma iniciativa dessa natureza é difícil de estimar, a experiência do mel do Xingu levou pelo menos dez anos, e segue passando por ajustes.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O primeiro grupo de apicultores, formado em 2000, pertencia a 24 aldeias da porção norte da TIX, envolvendo as etnias Ikpeng, Kawaiwete, Kisêdjê e Yudjá. Os povos do Alto Xingu foram mais refratários ao projeto em um primeiro momento, preocupados com a possibilidade de que a criação de abelhas pudesse afetar a produção de polvilho, alimento básico da dieta altoxinguana à base de mandioca brava (as abelhas gostam de se alimentar do polvilho doce quando é colocado para secar a céu aberto). Por alguns anos, portanto, as etnias do Alto Xingu preferiram apenas observar o desenvolvimento da iniciativa. Em 2006, alguns desses povos aderiram à apicultura, contornando o assédio das abelhas ao polvilho com o uso de uma tela de *nylon* ou filó.

Um ponto importante de se frisar sobre a organização da produção foi a decisão, comum às quatro etnias que primeiramente aderiram ao projeto, de conduzir a apicultura como atividade comunitária, em contraste com a forma tradicional de organização do trabalho agrícola e extrativista, predominantemente de cunho familiar. Os caciques das aldeias envolvidas, premidos pela necessidade de aquisição ou manutenção de bens da comunidade, tais como motor, barco ou gerador, viram no negócio do mel uma possibilidade de acesso a recursos financeiros para custear essas estruturas e equipamentos, antes inexistentes. Com isso, assumiram o risco de gerenciar politicamente uma atividade cujo beneficiário principal era a aldeia como um todo, mas que, na prática, era realizada cotidianamente por alguns apicultores somente. Essa decisão, como veremos mais adiante, constituiria uma questão sensível, um dos principais objetos de avaliação entre os envolvidos.

Nos dois primeiros anos de projeto, o foco foi o treinamento dos apicultores indicados pelas lideranças indígenas, um grupo predominantemente jovem, ávido por novas experiências, mas sem qualquer noção de apicultura. Concomitantemente à formação, foram instalados os primei-

ros apiários, em consonância com a proposta pedagógica de “aprender fazendo”. Em algumas aldeias, foram também construídos os primeiros locais de processamento. Chamadas Casas do Mel, trata-se de edificações simples, cujo projeto atende a especificações funcionais e requisitos sanitários, tais como vedação adequada, forro no teto, paredes e pisos com revestimento lavável, telas nas janelas, água corrente e espaços internos segmentados para cada atividade. São também equipadas com centrífuga, mesa desoperculadora, tanque decantador, peneiras e pia com água corrente, todos em aço inox. Com essa estrutura básica, o mel dos índios do Xingu foi o primeiro projeto indígena habilitado a acessar o Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, imprescindível à regularização e ao trânsito dos produtos de origem animal. Com esse selo, por sua vez, pôde-se estender a comercialização a outros estados.

Iniciado o projeto, um acordo importante estipulou que cada aldeia que aderisse à iniciativa poderia expandir seu apiário até seis colmeias de forma subsidiada pelo projeto. Acima disso, qualquer expansão deveria ser financiada pela própria comunidade, com recursos da produção das seis caixas. Esse compromisso estabeleceu a fronteira entre a atividade com subsídios e o negócio que deve se autossustentar. Planejar o investimento em materiais e insumos a partir do resultado das colheitas de mel era um dos desafios colocados para as aldeias e suas lideranças.

Outro aspecto crucial para o desenvolvimento do projeto foi a rotina de encontros anuais, realizados sistematicamente desde o início do projeto, e que reúnem apicultores, lideranças das diferentes aldeias e etnias, representantes da Atix e técnicos do ISA. Essa prática foi fundamental para se estabelecer um controle mais amplo sobre o negócio, em seus diversos âmbitos e etapas, tais como a gestão do fornecimento de materiais apícolas, a comercialização e gerenciamento dos recursos, o controle sobre o pagamento da produção de mel das aldeias, entre outros. Essas reuniões também foram indispensáveis para se avaliar e afinar o entendimento de todos sobre aspectos técnicos da apicultura e sobre o funcionamento do negócio do mel.

GESTÃO DO NEGÓCIO: A CASA CENTRAL DO MEL

A atividade apícola exige constante reposição de materiais utilizados no manejo dos apiários, como melgueiras, quadros, macacão adaptado, luva, fumegador, espátula, cera alveolada, vidro, rótulo, ou seja, um conjunto de utensílios que não podem faltar ao apicultor, sob risco de comprometer a operação. Adicionalmente, reunir o mel produzido por 24 aldeias sob um mesmo rótulo e dentro de uma mesma estratégia de comercialização também impunha um desafio ao bom andamento do negócio.

Essas condições e o correspondente nível de organização que exigiam levaram à criação, em 1999, da Casa Central do Mel (CCM), estabelecida pela Atix com apoio do ISA no polo Diauarum, dentro da TIX. Trata-se de uma central de serviços vinculada à associação indígena que organiza os fluxos de compra dos materiais apícolas, assim como a recepção e registro da produção de mel das aldeias e seu despacho para venda via sede da Atix em Canarana (MT). O funcionamento da CCM também exige constante processo formativo e de monitoramento dos seus gestores para elaboração e interpretação de planilhas de controle de estoque e venda de materiais apícolas, bem como recepção, controle e pagamento da produção às aldeias. Esse tipo de formação voltada à gestão também se estende aos apicultores das aldeias, que igualmente necessitam fazer controles próprios de sua relação de compra e venda com a CCM.

O bom funcionamento da estrutura central é crucial para o sucesso da apicultura, proporcionando transparência e credibilidade do negócio do mel junto às próprias aldeias da TIX. Ferramentas de informática contribuíram para automatizar as rotinas de preenchimento das tabelas de controle e o fluxo de informação de produção e compra entre os apicultores e a Atix. Nesse sentido, o desempenho da gestão esbarrou, no início do projeto, na baixa escolaridade dos índios, exigindo, durante vários anos, monitoramento e apoio técnico do ISA. Esse quadro foi mudando

à medida que a escolarização avançou na TIX, mas permanece um ponto sensível, já que as características desse tipo de trabalho não costumam ser apreciadas, de modo geral, pelos indígenas, contribuindo para a alta rotatividade de gestores.

A fundação da CCM era acompanhada da perspectiva de que, em algum momento, ela se tornaria uma espécie de cooperativa autônoma dos apicultores da TIX. No entanto, não se alcançou ainda o amadurecimento necessário da organização dos apicultores para que esse passo seja dado. A CCM segue vinculada à Atix e deve desempenhar, por algum tempo, esse papel intermediário entre os apicultores e a estrutura administrativa central da associação indígena. Uma desvantagem dessa sobreposição deriva do fato de que a Atix lida com uma intensa agenda política, o que por vezes relega a segundo plano a gestão e o calendário do negócio do mel, suscitando reclamações dos apicultores – nada, porém, que comprometa as operações. Em contrapartida, a escala de produção comercial da TIX segue pequena para subsidiar uma estrutura autônoma de gestão do negócio, o que torna essa vinculação vantajosa para os apicultores, do ponto de vista financeiro.

COMERCIALIZAÇÃO: DO PRECONCEITO À VALORIZAÇÃO

A primeira estratégia de comercialização baseava-se em sua distribuição nas cidades da região de entorno da TIX, cuja colonização foi predominantemente de migrantes originários do sul do país, um público de ascendência europeia, consumidores tradicionais de mel em sua dieta. O plano visava abastecer sobretudo Canarana e Querência, principais cidades matogrossenses de referência dos índios xinguanos na região. Uma parceria entre a Atix e o principal supermercado da cidade de Canarana viabilizou a chegada pioneira do mel do Xingu às prateleiras do mercado. Após quase dois meses de exposição na gôndola, praticamente nenhum vidro havia sido comprado. Constrangido, o proprietário do supermercado informou que o difundido preconceito em relação a um produto comestível produzido pelos índios era o principal motivo da não aceitação, e insistir seria inútil.

Esse revés em relação ao mercado regional motivou, por sua vez, uma reviravolta nas estratégias de venda do mel do Xingu. A perspectiva de uma distribuição regional, menos trabalhosa e onerosa em termos logísticos, foi substituída por uma proposta mais ousada, voltada a conquistar o mercado de grandes centros, sobretudo da cidade de São Paulo. Com apoio do ISA, um novo plano de negócios subsidiou essa decisão, apontando a importância de se colocar em relevo o valor socioambiental do produto. Em 2003, ele obteve a certificação como orgânico pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). No mesmo ano, criou-se uma marca, Mel dos índios do Xingu, cujo rótulo trazia novo tratamento visual e uma *tag* com informações sobre a origem do produto e suas particularidades, com a embalagem enredada em fios de buriti confeccionados pelas mulheres do povo Kisêdjê.

Nessa nova estratégia, aspectos que normalmente seriam entraves para o padrão comercial nos grandes centros, como descontinuidade e esca-

la reduzida de produção, foram valorizados como virtudes de um artigo diferenciado, que respeita a sazonalidade das floradas silvestres nas diferentes paisagens florestais do Xingu e resulta em um mel sofisticado, com aromas e sabores que variam conforme a fisionomia da vegetação da aldeia de origem.

A logística de transporte do mel até São Paulo tem sido feita através de transportadoras que operam na região. Inicialmente, a sede do ISA na capital paulista funcionou como centro de distribuição para lojas de produtos naturais e varejo, implicando custos e trabalho adicionais, não contabilizados no plano de negócios, o que fez crescer temporariamente a dependência dos índios em relação à assessoria do ISA.

O estabelecimento de uma parceria importante mudaria, porém, esse quadro. A inserção do Mel dos índios do Xingu no programa Caras do Brasil, do supermercado Pão de Açúcar, a partir de 2003, soou como uma compensação pelo revés preconceituoso sofrido pela Atix no mercado regional de Mato Grosso. A missão do programa ia ao exato encontro do perfil do artigo do Xingu, com a proposta de comercializar “produtos sustentáveis”, elaborados por “pequenas organizações que se beneficiam do acesso a grandes mercados como ferramenta para seu desenvolvimento pessoal, organizacional, produtivo e comercial”, e com o objetivo de levar a uma “maior capacidade para enfrentar os desafios da geração de renda, do desenvolvimento social e da conservação ambiental”.

Após mais de uma década da parceria estabelecida entre a Atix e o Pão de Açúcar, algumas constatações são relevantes. O Mel dos índios do Xingu é um dos poucos produtos que permaneceu, desde o início e até hoje, na gôndola do programa Caras do Brasil. Essa parceria permitiu que se estruturasse uma relação autônoma e direta da associação indígena com a rede de supermercados. Com uma política de preço justo e vantajoso para as aldeias produtoras, a maior parte de toda a produção certificada processada nas Casas do Mel da TIX tem sido destinada exclusivamente

ao Pão de Açúcar, quantidade apenas suficiente para o abastecimento de poucas lojas das quase 200 que a cadeia possui pelo Brasil. Concentrando o abastecimento somente em alguns estabelecimentos de São Paulo, os mais sofisticados, o mel teve enorme aceitação. Nesses anos todos, nunca houve um problema de inadequação de um vidro que gerasse qualquer reclamação do consumidor.

Em 2015, a produção comercializada de mel no Xingu alcançou 1.700 quilos. Aproximadamente metade desse montante foi comprada pelo Pão de Açúcar, a R\$ 38 o quilo, dos quais R\$ 10 ficam com a Atix e R\$ 28 são repassados para o apicultor. A diferença retida pela associação se destina ao pagamento de impostos e de custos com rótulo e transporte. A parte que não é rotulada foi vendida, em 2015, a R\$ 34 o quilo. A comercialização do total produzido rendeu, assim, R\$ 59.475. Para efeito de comparação, o valor médio pago ao apicultor comum está entre R\$ 10 e R\$ 14 o quilo. Isso quer dizer que o montante oferecido pelo Pão de Açúcar é o dobro do patamar mais alto praticado atualmente pelos entrepostos de mel. Esses entrepostos respondem por outros rótulos que disputam as prateleiras com o Mel dos índios do Xingu.

LIDANDO COM A DEMANDA DO MERCADO

A enorme aceitação do mel do Xingu ensejou insistentes pedidos do Pão de Açúcar para que a Atix aumentasse o volume para venda. Mesmo com o potencial de mercado assegurado, porém, a produção comercial dos índios não mudou significativamente de patamar, a despeito de um pequeno incremento. Em outras palavras, após alcançarem condições comerciais de excelência, seja pela qualidade e estabilidade da parceria, seja em relação ao ótimo preço pago pelo Pão de Açúcar, situação invejada por muitos apicultores do Brasil, os povos da TIX não se engajaram mais fortemente para corresponder às demandas do mercado por uma escala maior de comercialização. Trata-se de uma situação que, a princípio, contraria a lógica de qualquer negócio, e cujo entendimento passa pela relação entre a apicultura e a vida nas aldeias do Xingu.

Cabe a ressalva de que não houve, entre as lideranças e apicultores indígenas, uma decisão consciente que estabeleceu um limite para a produção. Poucas lideranças conseguiam entender a posição vantajosa do mel do Xingu no mercado dos não índios. Por outro lado, a demanda por dinheiro nas comunidades só tem aumentado nos últimos anos. Quando confrontados com esse aparente paradoxo, os indígenas não oferecem uma explicação única, mas um conjunto de fatores, cuja somatória contribui para manter a atividade apícola comercial no mesmo patamar.

Esse tema foi um dos pontos de debate em 2009, quando Atix e ISA promoveram uma avaliação da atividade apícola e do negócio do mel, dez anos após o início do projeto. Dentre as questões que os indígenas identificaram como possíveis limitantes do crescimento da produção, foram citadas: alta rotatividade dos jovens na função de apicultores; dificuldade de transmissão do conhecimento apícola quando esses jovens abandonam a atividade, levando à necessidade quase constante de novos processos de formação; sobrecarga de trabalho de uma atividade comunitária sobre

poucos apicultores; e insatisfação em relação à forma e à frequência da repartição dos ganhos com a venda entre apicultores e comunidade.

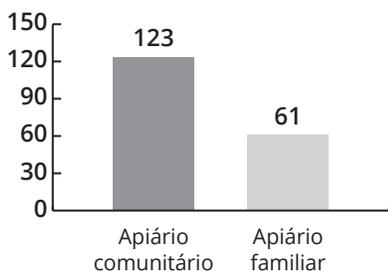
Um resultado significativo dessa avaliação foi a constatação de que a apicultura havia se tornado uma atividade, à semelhança de outras, associada a um período de vida intermediário entre a adolescência e a vida adulta, quando os homens estão mais disponíveis para trabalhos comunitários e para novidades em geral, antes de se tornarem pais e assumirem obrigações familiares. Dessa forma, salvo algumas exceções, quando finda esse período, a apicultura é abandonada, ao lado de atividades e práticas não mais consideradas compatíveis com esse momento da vida. O modelo “comunitário” da atividade apícola contribui para que o seu enquadramento ocorra entre essas atividades “transitórias”, aquelas cuja participação fica restrita a determinadas faixas de idade.

Essa constatação foi vital para se refletir sobre as condições para que a apicultura pudesse ser incorporada ao rol de atividades da economia familiar. Apesar da forma comunitária predominante, essa incorporação até já ocorria, em alguns casos. Ambos os modelos poderiam conviver, então, se a comunidade estivesse de acordo. No âmbito da assessoria técnica, acreditava-se que, em um contexto familiar, questões como repartição de benefícios, rotatividade de apicultores e transmissão de conhecimento entre gerações poderiam ser melhor equacionadas, beneficiando também os apiários comunitários.

A discussão amadureceu e, com o incentivo de algumas lideranças e novas oportunidades de formação voltadas à família, esse modelo de apicultura cresceu nos últimos anos. Atualmente, ele responde por aproximadamente 70% do total produzido nos apiários da TIX. Nas aldeias, esse número se projeta em configurações diversas. Entre o povo Kawaiwete, a produção familiar se difundiu mais rapidamente. Em muitas aldeias predomina um sistema que articula o modelo familiar e comunitário e há, por fim, aldeias que permaneceram exclusivamente com o apiário comunitário, caso da

aldeia Ngojhwere dos Kisêdjê. É indiscutível, porém, que foi a apicultura familiar a principal responsável por um aumento da quantidade de mel produzido na TIX nestes últimos cinco anos.

Gráfico 1. Número de colmeias (em 2015)



Para além dos modelos de organização do trabalho apícola, há outros cálculos que determinam o tempo que as comunidades dedicam ao negócio. Apesar da necessidade por recursos financeiros nas aldeias e da insistente demanda comercial por mais mel, os índios são cautelosos em abandonar de outras atividades consideradas estratégicas para se converterem em grandes apicultores.

Importante ressaltar que a parte da produção de mel destinada à venda representa aproximadamente dois terços do total, reservando-se o restante para o consumo das aldeias produtoras. Do montante comercializado, aproximadamente metade é processada nas Casas do Mel, com o rótulo Mel dos índios do Xingu, e é inteiramente destinada ao Pão de Açúcar, em condições de preços mais favoráveis. A outra metade, cujo processamento está fora do padrão SIF, não recebe o rótulo da Atix e é comercializada internamente na TIX, seja para compor a merenda escolar, seja para alimentação durante reuniões e cursos, ou, ainda, para atender a uma demanda de varejo de consumidores indígenas e não indígenas que trabalham na TIX.

Analisando o quadro atual da apicultura na TIX, identificam-se alguns caminhos possíveis para expansão da atividade, já considerados os fatores socioculturais apontados anteriormente. É possível, de um lado, ampliar o número de caixas nas aldeias que possuem menos de dez (**ver gráfico 3**).

Gráfico 2. Produção e consumo de mel (kg x ano)

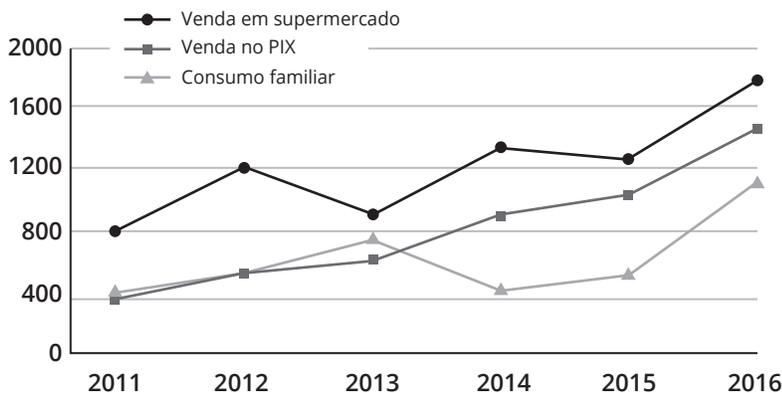
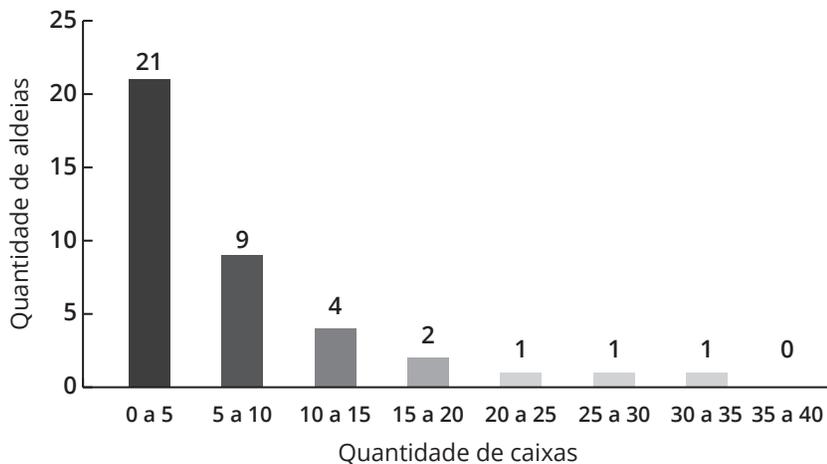


Gráfico 3. Caixas X Aldeias (em 2016)



Outra forma de expansão viável seria pela inclusão de novas aldeias ao projeto. Atualmente, 39 das quase 90 aldeias existentes na TIX são produtoras de mel, número que vem aumentando com a adesão gradativa de aldeias do Alto Xingu, principalmente diante do apoio da Rainforest do Japão.

Uma terceira forma de crescimento seria ampliar a parte da produção que está apta a receber o rótulo de Mel dos índios do Xingu, o que consequentemente agregaria maior valor de venda. Essa via, porém, depende de investimento externo, para que mais aldeias possam contar com a estrutura necessária para processamento dentro dos padrões definidos pela legislação. Atualmente, existem somente sete Casas do Mel, que atendem 18 das 39 aldeias participantes. Aquelas que não conseguem levar sua produção a esses locais não podem acessar o rótulo da Atix, pois seu processamento é muito artesanal. Esse produto fica, então, restrito ao consumo das aldeias ou comercialização interna. Note-se que a falta de políticas que apoiem o desenvolvimento de produtos extrativistas em áreas indígenas é um fator limitante para ampliar a estrutura de beneficiamento do mel do Xingu nas aldeias.

CERTIFICAÇÃO

A certificação do mel do Xingu como produto orgânico se deu no contexto da estratégia de transformá-lo em um artigo atrativo e diferenciado para um mercado exigente como o de São Paulo, onde várias marcas disputam as prateleiras dos supermercados. Em uma época em que não se encontrava qualquer mel certificado como orgânico, o Mel dos índios do Xingu aporta, em 2003, com o selo de certificação do IBD, a principal certificadora de produtos orgânicos no Brasil, com credibilidade internacional. Esse diferencial foi, sem dúvida, fundamental para a projeção da marca Mel do índios do Xingu. No entanto, as exigências das auditorias do IBD, que envolviam altos custos relativos de transação, bem como trâmites burocráticos excessivos, repetitivos e pouco conectados com a realidade da TIX, acabaram se tornando um fardo muito pesado para um projeto cuja produção anual movimentava em torno de R\$ 60 mil. Esses fatores fizeram com que, em 2015, a Atix desistisse da certificação do mel pelo IBD.

Além disso, outras possibilidades de certificação começavam a surgir. Em 2013, a Atix foi convidada a participar da oficina “Desafios e Soluções em Sistemas Participativos de Garantia e Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade-SPG/OPAC”, organizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que regulamenta e fiscaliza o Sistema de Certificação Orgânica (SCO). Nessa ocasião, os índios do Xingu viram uma oportunidade de se construir um novo modelo de certificação orgânica para sua marca, já que o processo participativo permite fortalecer os grupos produtivos, trabalhando com métodos de registro e controle consonantes com sua organização social e realidade cultural.

O passo concreto nessa direção veio em 2015, quando a Atix, juntamente com os apicultores da TIX, conquistaram a possibilidade de aderir ao Sistema Participativo de Garantia (SPG). O SPG é um processo de certificação da conformidade orgânica que avalia produtores ou grupos organizados em um Organismo Participativo da Conformidade Orgânica (OPCO). Com isso,

a Atix passa a cumprir os preceitos da legislação, sob regulação e auditoria do Mapa, com a obrigação de organizar a documentação, realizar reuniões, formar uma comissão de verificação, convocar o comitê de recursos, organizar o regimento interno e receber as auditorias realizadas pela fiscalização do ministério. Para se credenciar, a Atix teve que cumprir uma extensa agenda de reuniões entre apicultores e lideranças, além de realizar adequações estatutárias e processos formativos, vindo a se tornar a primeira organização indígena credenciada a certificar os produtos de seus associados como orgânicos. Fala-se do mel do Xingu, em um primeiro momento, mas esse sistema pode futuramente servir a todos os itens com potencial comercial da TIX, como pimenta, óleo de pequi, sal de aguapé, mel de abelhas sem ferrão, alimentos fornecidos para a merenda escolar etc.

Internamente, a organização da Atix para certificação do mel envolveu a criação de seis grupos de produtores, cujo compromisso consiste em cumprir os combinados técnicos relativos ao trabalho apícola, em consonância com os requisitos da certificação. Isso significa a realização de vistorias anuais aos apiários, com o objetivo de orientar e preparar os apicultores para a chamada visita de verificação, traçando uma avaliação do trabalho, apontado conformidades e não conformidades e estabelecendo prazos de correção, quando necessário.

A visita de verificação acontece também uma vez ao ano, e é conduzida por comissão eleita em assembleia da Atix e composta pelos apicultores mais experientes, ao lado de lideranças e técnicos da Atix e do ISA. O objetivo da visita é avaliar o trabalho de cada produtor e verificar o atendimento às normas do regimento da Atix e da legislação do Mapa, requisitos para que se possa obter o credenciamento como apto a fornecer um produto orgânico.

Existe também, no âmbito do SPG, um comitê de recursos formado por Atix, Funai e ISA que, quando convocado, deve se posicionar sobre eventuais pontos de discordância entre os participantes.

SELO ORIGENS BRASIL

www.origensbrasil.com

O Mel dos Índios do Xingu aderiu também ao Selo Origens Brasil, com a expectativa de agregar maior valor socioambiental ao produto e estabelecer um relacionamento mais informado com seus consumidores nos grandes centros. O Selo Origens se vale de uma poderosa plataforma web para conectar o consumidor com as especificidades das condições de produção daquele item. No caso do mel do Xingu, o consumidor é “transportado”, através de um aplicativo de celular via código QR, para o território da TIX, de modo a conhecer a aldeia e o apicultor responsável por aquele item. Essa plataforma pretende também colocar em evidência um conjunto de serviços ecossistêmicos e socioambientais da territorialidade, estimulando uma

relação de reciprocidade entre a população urbana consumidora e os povos da floresta produtores, que residem e protegem o território do Xingu, estabelecendo uma associação entre os serviços socioambientais desse território e o bem viver dos moradores dos grandes centros.



AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO AMEAÇA À APICULTURA É A TODOS

A mudança do clima na TIX, ocasionada pelo alto nível de desmatamento em seu entorno, é hoje a principal ameaça às condições de vida dos povos que lá residem e à biodiversidade que lá se encontra. Hoje, a TIX constitui uma ilha de 2,8 milhões de hectares de florestas no contexto de uma região que é um dos principais polos de produção de grãos do estado de Mato Grosso. As abelhas, em particular, são animais sensíveis a qualquer alteração ambiental. Uma das consequências diretas da mudança climática local sobre esses insetos decorre da alteração do período das floradas e o crescente ressecamento das florestas, tornando-as mais vulneráveis ao fogo. O monitoramento de focos de calor realizado por satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) tem indicado, nestes últimos anos, a reincidência de altos índices de focos de queimada dentro e fora da TIX. Apenas em 2010, os incêndios florestais atingiram aproximadamente 10% de sua extensão. O aprofundamento desse cenário de alterações climáticas e de degradação das florestas é preocupante, e não só para a apicultura, como ilustra o célebre alerta atribuído a Albert Einstein: “Se as abelhas desaparecerem da face da terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem flora não há animais, sem animais não haverá raça humana”.

Os povos que residem na TIX há muito tempo vêm colecionando percepções e indicadores sobre as mudanças do clima⁵. Estão atentos e preocupados com suas consequências e cada vez mais conscientes de que terão que fazer um grande esforço de adaptação sobre vários aspectos da sua forma tradicional de viver para conviver com as mudanças climáticas. Em que pese a resiliência de povos que já estiveram à beira da extinção e “renasceram”, não é um esforço trivial, mas, sim, uma adaptação para a qual necessitam ajuda.

5. Sobre esse tema, recomenda-se o documentário *Para onde foram as andorinhas?*, produzido em parceria pelo ISA e pelo Instituto Catitu em 2015. Disponível em: <https://vimeo.com/179228552>

CONCLUSÃO

O negócio do mel dos índios do Xingu vai além de uma forma de geração de renda para os povos da TIX ou de um recurso complementar para a segurança alimentar de suas comunidades. Há nele um componente pedagógico extremamente importante. Trata-se da primeira experiência estruturada como negócio com que esses povos tiveram contato e que, ao longo de seus mais de 15 anos, tem possibilitado a gerações se relacionar com exigências de organização e adaptação para que suas comunidades mantenham esse nível de interação comercial continuada com a sociedade envolvente. À medida que o dinheiro cada vez mais integra a vida desses povos, são muitas as ideias para gerar renda, cogitadas sobretudo entre as novas gerações. Nesse sentido, ter uma referência própria de negócio serve como parâmetro para avaliar a viabilidade de novos planos.

À luz da lógica própria do mundo dos negócios, o tempo levado pelos índios do Xingu para desenvolver e consolidar o negócio do mel pode parecer excessivo. Estamos falando de mais de dez anos de projeto. No entanto, não se fala aqui de uma experiência que possa ser completamente compreendida e pautada por uma única lógica. Há uma multiplicidade de etnias, o que por sua vez se reflete em uma multiplicidade de formas de pensar e adaptar economia, produção, organização, família. Conseqüentemente, a estratégia adotada no âmbito do projeto do mel do Xingu só poderia almejar chances de sucesso se comportasse, além da margem comercial, diferentes lógicas de pensar e de se organizar. Deveria comportar, inclusive, o direito desses povos de desistirem a qualquer momento, caso avaliassem que a iniciativa não mais contemplava seus anseios ou que ameaçava a maneira como querem ser.

Levamos milhares de anos para deixarmos de ser caçadores e coletores para nos tornarmos agricultores e criadores de animais. Nessa trajetória, o modo de vida, ocidental e citadino, trouxe superpopulação, consumo desenfreado e a dilacerante incerteza se seremos capazes de manter a inte-

gridade necessária do planeta para a perpetuação da nossa espécie. Não temos o direito e nem a moral para pressionar esses povos a se tornarem o que somos. Temos que apoiá-los na manutenção de seu patrimônio cultural, respeitar a seleção que fazem daquilo que consideram importante absorver da nossa cultura, ajudá-los na adaptação às mudanças climática e compensá-los pelos serviços socioambientais que decorrem da manutenção das áreas das florestas que ocupam e protegem.

Primeiro rótulo do mel do Xingu elaborado para comercialização no contexto dos municípios vizinhos ao TIX.



Rótulo atual do Mel do Xingu, elaborado para comercialização no Programa Caras do Brasil do Pão de Açúcar, com selo do SIF e certificação orgânica.



Primeiro grupo de apicultores formados no TIX pelo ISA/Apacame em 2000.

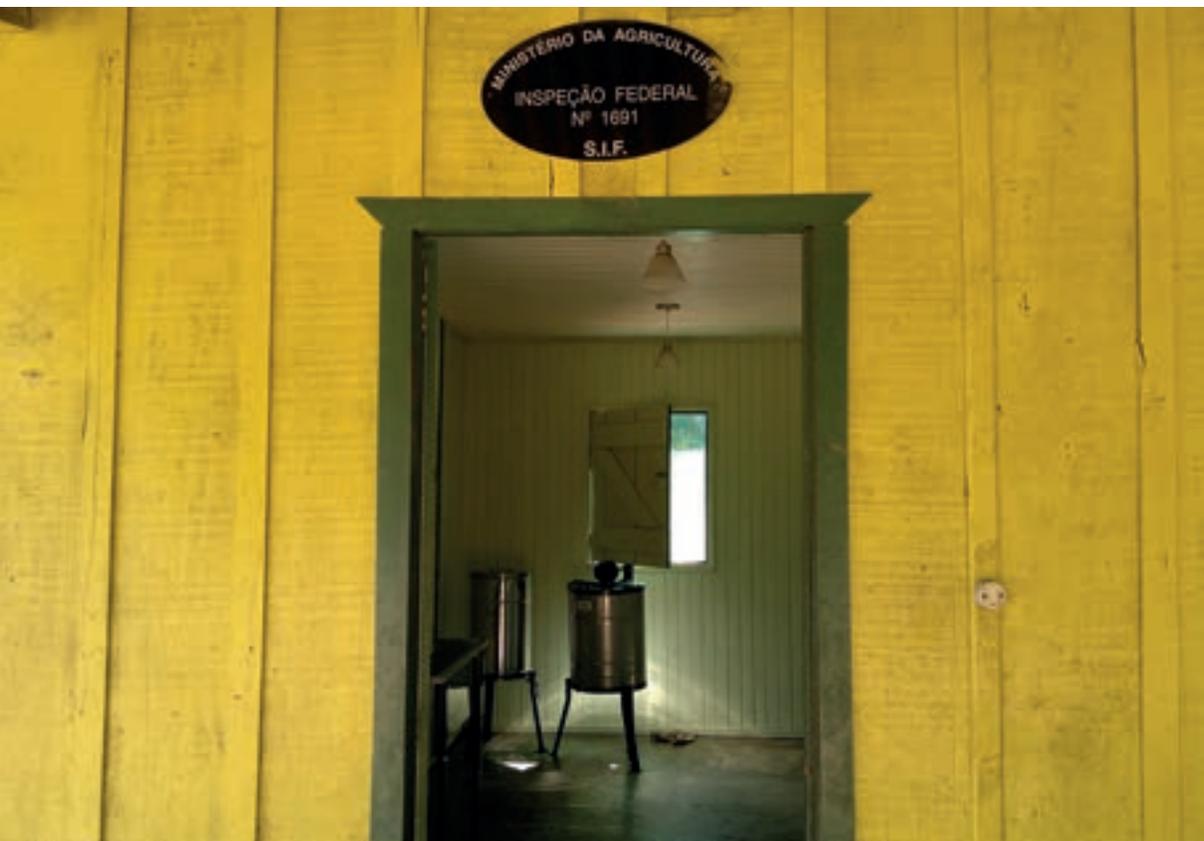




FOTOS: © JACQUES FUNKE/GPA

*Manejo de enxame de abelha
em apiário e revisão do quadro
da comêia pelos índios no TIX.*





© MARCELO MATINS/ISA, 2013

*Casa de processamento do Mel do Xingu
certificada pelo S.I.F (Sistema de Inspeção
Federal) e Mel do Xingu nas prateleiras do
Mercado de Pinheiros (SP).*



© ACERVO ISA, 2003

*Mel do Xingu na gôndola
do Programa Caras do
Brasil do supermercado
Pão de Açúcar.*



© MARCELO MARTINS/2014

*Casa central do mel no
Polo Diauarum, TIX.*

CAPÍTULO 3

AS ABELHAS
NATIVAS E A
EXPERIÊNCIA DA
MELIPONICULTURA

Por Jerônimo Kahn Villas-Bôas

Texto dedicado à memória de Arupá Kayabi, sábio explorador dos meandros das florestas e dos rios, professor de poucas palavras e muitos gestos, unanimemente reconhecido pelos Kawaiwete como grande guardião do conhecimento sobre as Eirup e seus produtos.

UMA RELAÇÃO ANCESTRAL

Diferente da apicultura, cuja protagonista é a abelha exótica *Apis mellifera*, apresentada na seção anterior, a meliponicultura é a atividade de criação do grupo de abelhas cientificamente classificado como Meliponini, ou simplesmente abelhas sem ferrão, nativo de regiões tropicais e subtropicais e representado no Brasil por uma diversidade de aproximadamente 250 espécies, grande parte distribuída na região amazônica.

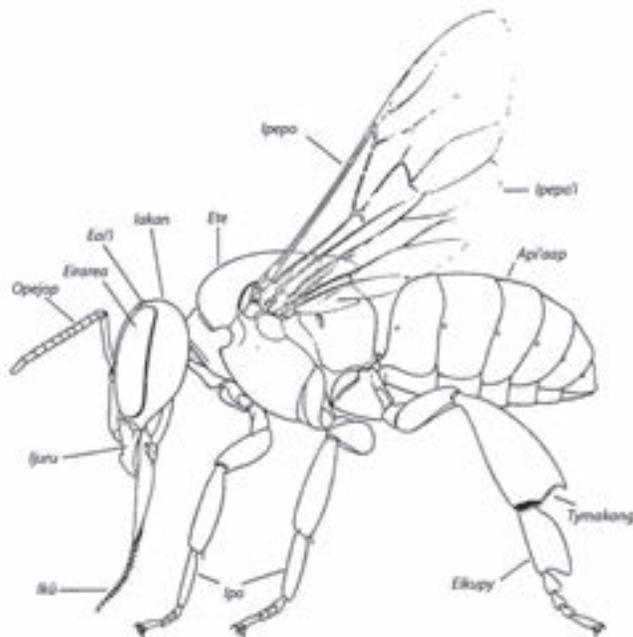
O conhecimento sobre as abelhas sem ferrão e a meliponicultura nas Américas é ancestral. Em praticamente todas as regiões neotropicais existem evidências da relação de povos indígenas com produtos das colmeias, principalmente por exploração extrativista, mas também por meio de técnicas de criação.

Na América Central, por exemplo, a relação dos Maias com os Meliponini transcende o uso alimentar. Algumas espécies de abelhas sem ferrão ocupam lugar de destaque na cosmologia e medicina tradicional. Lá as abelhas nativas foram efetivamente domesticadas pelos povos pré-colombianos e os sistemas tradicionais de criação até hoje são utilizados.

No Brasil, por sua vez, praticamente não existem relatos de criação tradicional. Com exceção de práticas de semidomesticação, registradas pelo antropólogo Darrel A. Posey na aldeia Gorotire em meados da década de 1980 – onde eventualmente os Kayapó extraem o mel das árvores sem matar as abelhas, podendo, assim, acessar o produto sucessivas vezes –, a exploração extrativista e predatória das colônias é a prática mais comum. Antes da introdução da abelha *Apis mellifera* ou da exploração da cana para fabricação de açúcar, o mel das abelhas nativas era o principal adoçante natural, fonte de energia disponível nas longas caminhadas e caçadas que os povos indígenas realizavam – e ainda realizam – na busca por alimento.

No Xingu, berço de extraordinária diversidade socioambiental, a relação dos índios com as abelhas é notável. Apesar de não existirem informações sistematizadas sobre o tema para todos os povos, a experiência na rotina de trabalho de campo da equipe do Instituto Socioambiental (ISA) permite afirmar que as 14 etnias da Terra Indígena Xingu exploram os recursos das abelhas nativas e possuem, em diferentes níveis, expressivo conhecimento sobre sua diversidade e modos de vida.

Figura 1.
Estruturas morfológicas de uma abelha nativa sem ferrão reconhecidas pelos Kawaiweté⁶



6. Figura adaptada de CAMARGO, J. M. F., & POSEY, D. A. "O conhecimento dos Kayapó sobre as abelhas sociais sem ferrão (Meliponinae, Apidae, Hymenoptera): notas adicionais". In: *Boletim de Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Zoologia*, 6(1), 1990, p. 17-42.

Um caso emblemático de estreita relação com as abelhas é o do povo Kawaiwete, também conhecido por Kayabi, habitantes da porção central da TIX. Um estudo de mais de dez anos, recentemente concluído pelo ISA, demonstra que os Kawaiwete conhecem 44 variedades de abelhas nativas sem ferrão, as *Eirup*. Sobre elas, discorrem a respeito de morfologia, comportamento, biogeografia, hábitos de vida, uso alimentar, medicinal e espiritual, configurando um complexo conjunto de conhecimento. De acordo com eles, as *Eirup* são defendidas por uma entidade espiritual chamada Ywa'y Jemujiang, guardiã que exige silêncio e respeito como requisitos para a exploração dos produtos das colmeias. Em ordem de importância, mel (*Eit*), pólen (*Eiru'i fet*) e favos de cria (*Tayt*) são os principais produtos consumidos pelos Kawaiwete. A forma mais comum de consumo é o suco de mel (*Eiry*), alimento rico em carboidratos e proteínas, mistura composta dos elementos listados acima com água.

A sistematização desse conhecimento credenciou os Kawaiwete e o ISA a colaborarem com a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), que desenvolveu em 2015 uma avaliação temática sobre polinizadores, polinização e produção de alimentos, divulgado no início de 2016. O principal objetivo da avaliação foi desenvolver ferramentas de apoio a políticas públicas para conservação das abelhas e outros animais polinizadores. Um aspecto interessante da metodologia utilizada pelo IPBES foi não considerar apenas aspectos econômicos e científicos, mas também credenciar o que chamam de *diversidade biocultural* de comunidades tradicionais como parâmetro relevante de valorização dos serviços de polinização.

DO USO EXTRATIVISTA AO MANEJO EM CAIXAS

Apesar da relação ancestral dos povos indígenas do Xingu com as abelhas nativas, foi apenas no final da década de 1990 que se desenvolveram as primeiras iniciativas de domesticação dessas abelhas, até então exploradas de forma extrativista. Foram ações que ocorreram concomitantemente, mas de forma secundária, ao processo de instalação da apicultura na TIX. Na época, os técnicos responsáveis pela implementação da criação das *Apis* já observavam o potencial da meliponicultura, provavelmente instigados com a diversidade de abelhas lá existentes e atentos à evidente predileção dos índios pelas nativas. Fruto desse diagnóstico, algumas colônias foram capturadas e instaladas em caixas, tendo sido a meliponicultura iniciada pontualmente em aproximadamente 12 aldeias. Diversos tipos de caixas foram utilizados e muitas espécies diferentes foram capturadas.

Apesar do potencial da atividade, a inexistência de um projeto e de investimentos específicos frustraram o sucesso da iniciativa. Naquele primeiro momento, a meliponicultura não se consolidou no Xingu tal como a apicultura. Nos anos subsequentes, um número escasso de colônias sobreviveu, distribuídas nas poucas aldeias que demonstraram mais interesse e se dedicaram com mais iniciativa à nova forma de lidar com as abelhas nativas.

Foi apenas em 2005 que um projeto específico de meliponicultura foi desenhado para a TIX. Conduzido por ISA e Associação Terra Indígena Xingu (Atix), com apoio da Secretaria de Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa ocorreu de 2006 a 2008, iniciando o processo de consolidação da cadeia que até hoje é desenvolvida. A iniciativa foi motivada pelo cenário de valorização do mercado de produtos da floresta existente à época, e também decorria da avaliação de que a atividade era capaz de compatibilizar de forma positiva aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Do ponto de vista social, a meliponicultura é uma atividade cujo esforço gerencial não concorre de forma acentuada com o calendário tradicional de manifestações culturais e de atividades de subsistência, ao mesmo tempo em que interage e se aproveita do conhecimento tradicional acumulado com as práticas extrativistas. Do ponto de vista econômico, é uma atividade cujo mercado se mostra receptivo pela exclusividade do produto, tendo potencial de complementar a renda e suprir pelo menos parte das necessidades de produtos básicos dos quais os povos do Xingu dependem atualmente.

Do ponto de vista ambiental, a adoção da prática de criação poderia substituir, ou ao menos minimizar, a exploração predatória das colônias em *habitat* natural, fato na época considerado relevante sob dois aspectos complementares. Em primeiro lugar, a influência do impacto da exploração dos recursos naturais dentro da TIX tende a crescer na medida em que a população xinguana cresce. Em segundo, há a importância da TIX como berço de biodiversidade em um contexto onde a pressão das atividades agrícolas desenvolvidas no entorno avançava – como segue avançando – exponencialmente. Com o desenvolvimento do projeto e consequente aprofundamento do olhar sobre a relação tradicional dos índios com as abelhas, porém, evidenciou-se que a premissa da exploração predatória não se confirmava, como veremos mais adiante.

De acordo com a metodologia do projeto, apenas as aldeias que tinham mantido os meliponários das primeiras iniciativas foram contempladas. Dada a incerteza sobre os caminhos que a meliponicultura poderia seguir no Xingu e a inexistência de regulamentação da atividade no Brasil, optou-se por uma abordagem piloto. Uma vez definida uma cadeia produtiva viável, compatível com a realidade da TIX, outras aldeias viriam a ingressar.

O marco inicial foi um amplo diagnóstico e uma reunião com lideranças indígenas, criadores e velhos guardiões do conhecimento tradicional sobre abelhas. Em junho de 2006, o encontro teve o objetivo de estabelecer as diretrizes do trabalho. Os principais resultados dessa fase fo-

ram a definição de espécies prioritárias para criação e o desenho de um modelo de caixa apropriado, pautado na experiência de uso dos outros tantos modelos que já tinham sido trazidos à TIX.

Iniciou-se, então, um trabalho intenso de capacitação e organização de meliponários em cinco aldeias de duas etnias: Muitará, Ayporé, Sobradinho e Maraká – todas Kawaiwete – e Tuba-Tuba, do povo Yudjá. Passados os três anos previstos, aproximadamente 180 colônias eram manejadas nos cinco meliponários, resultado da multiplicação induzida das primeiras matrizes capturadas na natureza.

Se, por um lado, os resultados permitiram confirmar a eficácia do modelo de caixa adotado e estabelecer um calendário de manejo para organizar as atividades ao longo do ano, de outro foi possível constatar que nem todas as espécies eleitas se adaptaram ao sistema de criação. De forma espontânea, três tipos de abelhas passaram a ter mais frequência nas aldeias. Na língua Kawaiwete e na classificação científica, são elas: *Jawakãngu* (*Melipona seminigra pernigra*), *Myju'i'ieit* (*Scaptotrigona polysticta*) e *Tapeu'a* (*Scaptotrigona nigrohirta*). Posteriormente, as duas últimas mostraram-se as mais produtivas e protagonizam as safras de mel que têm sido colhidas e comercializadas no âmbito do projeto.

Finalizados os três anos do projeto inaugural, os principais resultados foram o aprimoramento de um sistema de criação e sua devida incorporação por parte da primeira geração de meliponicultores capacitados. A partir daí, colher mel, entender suas características e buscar canais de comercialização passaram a ser a prioridade do ISA para a consolidação da meliponicultura na TIX. Nos anos subsequentes, essas tarefas e a realização de expedições esporádicas para reciclagem das técnicas de manejo com novos meliponicultores – tema que será analisado adiante – mantêm-se viabilizadas pelo ISA com recursos captados para o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis que constam nas metas globais de seu Programa Xingu.

COLHENDO E PROCESSANDO MEL COMO O XINGU EXIGE

Um dos maiores desafios de quem produz mel de abelhas sem ferrão é lidar com um produto muito suscetível à fermentação. Essa característica está associada ao seu elevado teor de umidade – 25% a 35% da composição –, o que possibilita a proliferação de bactérias e leveduras. Para efeito de comparação, o mel de *Apis* tem no máximo 20% de água, ou seja, maior concentração de açúcares, o que impede o desenvolvimento de microrganismos e garante ao mel “comum” sua fama de alimento que “nunca estraga”. Apesar de não ter sido realizado estudo específico para avaliar a vida de prateleira do mel de nativas *in natura* produzido no Xingu, a constatação de que as primeiras safras coletadas fermentaram muito rápido partiu dos próprios índios, que observaram a espuma formada nos potes envasados pelo projeto e vendidos por meio da Atix.

Vale destacar que consumir produtos fermentados nunca foi problema para os hábitos alimentares dos povos do Xingu, vide a tradição de consumo de tantos tipos de mingaus “azedos”. O mesmo vale para o mel, que com certa frequência é extraído já fermentado das colônias em *habitat* natural. Vender no mercado convencional um produto dessa natureza, entretanto, exige certos cuidados, especialmente pela necessidade de proporcionar ao mel um nível de estabilidade que prolongue seu prazo de validade e viabilize o escoamento para mercados externos. Entender esse processo e contornar o desafio passou a ser a principal meta da meliponicultura na TIX a partir de 2010.

O primeiro passo para minimizar os problemas com a fermentação é a adoção de práticas de coleta que impeçam a contaminação do mel. Nas primeiras safras, colhidas em 2008 e 2009, foi utilizada uma bomba elétrica de sucção a vácuo, equipamento adaptado da indústria cirúrgica. Esse aparelho tem como vantagens a eficiência – agilidade para coleta – e

O processo de maturação

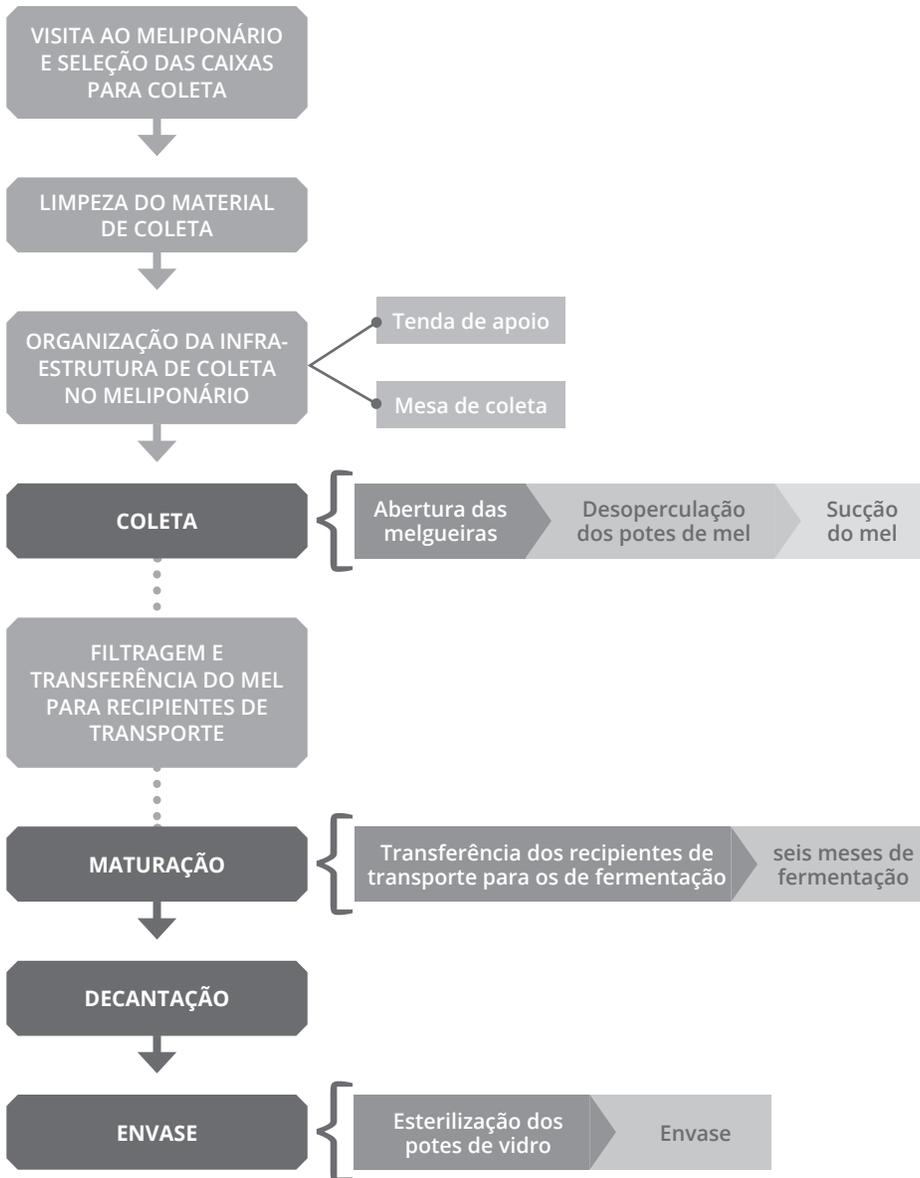
A maturação é uma técnica que, diferentemente de outras técnicas de conservação, não luta contra a fermentação, mas aproveita-se dela. Embora as pesquisas científicas que detalhem esse processo ainda estejam em andamento, o conhecimento empírico, aplicado com sucesso em outros arranjos produtivos do Brasil, demonstra que, depois de algum tempo de armazenamento (aproximadamente seis meses) sob condições específicas, a fermentação do mel se estabiliza.

Adotando o mel fermentado (ou maturado) como produto final – a partir da aceitação comprovada do mercado consumidor em relação a um produto mais ácido e com leves traços alcoólicos ou acéticos –, é possível colocar à venda um produto estável, ou seja, um alimento que não “estraga” rápido na prateleira de quem compra.

Um aspecto interessante é que, para maturar o mel do Xingu, têm sido utilizados equipamentos artesanais de fabricação de cerveja, já disponíveis no mercado. São eles que garantem um processo de fermentação anaeróbia e livre de contaminação ao longo dos seis meses. A principal diferença para o processo de produção da cerveja é que a fermentação não é induzida por leveduras isoladas, mas conduzida pelos microorganismos “selvagens” já presentes no mel *in natura*. Além de agregar certa poesia ao processo, essa prática atribui ao produto final fidelidade ao mel fermentado tradicionalmente extraído da natureza.

Depois de maturado, o mel é decantado e envasado. Vale destacar que, no caminho da colônia ao envase final, o mel passa por um fluxo de recipientes fechados, ou seja, praticamente não entra em contato com o ar. Aliado ao fato de que a maturação é desenvolvida em temperatura ambiente, ou seja, não depende de espaços com temperatura controlada, trata-se de um sistema acessível que não exige estruturas custosas para sucesso da operação e garantia da qualidade do produto final.

ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE COLETA E BENEFICIAMENTO DE MEL DE ABELHAS NATIVAS UTILIZADO NA TIX



assepsia, já que o mel é retirado diretamente das melgueiras para um recipiente previamente esterilizado. O método, porém, apresenta uma grande desvantagem: depende de energia elétrica, recurso de difícil acesso na TIX. A bomba utilizada nas safras de 2008 e 2009 foi acionada com o auxílio de um gerador portátil. O sistema funcionou, mas a logística de manutenção do equipamento e a dependência por combustível se mostraram fatores limitantes para sua adoção.

Com criatividade, chegou-se à solução do problema. A equipe do ISA desenvolveu uma bomba manual, semelhante àquela utilizada para encher pneus de bicicleta, mas com êmbolo e válvula invertidos para sucção do ar. O ar aspirado gera vácuo no recipiente de coleta, sugando o mel pela extremidade de uma mangueira. O equipamento permitiu aliar eficiência, assepsia e independência de energia elétrica, além de funcionar com um sistema analógico de fácil manutenção.

A definição de um ambiente propício para a coleta foi outro fator considerado. As primeiras safras foram colhidas no próprio meliponário, diretamente das caixas em seu lugar de origem. Apesar de prático, o método demonstrou um problema: a exposição do mel colhido atrai moscas, vespas e outras abelhas – principalmente *Apis mellifera* – que atrapalham o trabalho e podem contaminar o mel. A solução foi adotar uma unidade móvel de coleta, uma tenda construída com um gazebo revestido de filó.

Depois de coletado, são vários os métodos de beneficiamento que podem ser aplicados ao mel para auxiliar sua conservação: desumidificação, refrigeração, pasteurização e maturação. Como os dois primeiros também dependem de energia elétrica, apenas os dois últimos foram testados.

A pasteurização foi avaliada com a safra de 2010 e teve bons resultados, proporcionando ao mel o prazo de um ano de validade. Entretanto, sua operação é relativamente complexa e exige um espaço de beneficiamento minimamente estruturado, protegido da poeira, com água corrente dispo-

nível e com espaço adequado para organização dos materiais necessários para o aquecimento do mel. Como o volume de produção do mel de nativas no Xingu ainda não justifica o investimento para a construção de estruturas desse porte, e considerando que simplicidade e acessibilidade sempre foram premissas do trabalho de meliponicultura na TIX, optou-se por se testar também a maturação, cujas referências apontavam menor exigência de infraestrutura para aplicação (**ver box, p. 102**).

O resultado do mel maturado no Xingu, cujo primeiro teste foi realizado com a safra de 2012, foi acima das expectativas. Além do sucesso da aplicação da técnica, tendo sido o mel estabilizado após seis meses de fermentação, o produto final é delicioso. Amostras do primeiro lote maturado foram distribuídas em todas as aldeias que participam do projeto para degustação, e a aprovação foi unânime.

Essa qualidade também foi reconhecida pelo mercado gastronômico. Renomados *chefs* de cozinha como Rodrigo Oliveira, Edinho Engel e Alex Atala testaram e se encantaram com a acidez e notas cítricas do mel de nativas do Xingu. Desde 2014, toda a produção de mel que não é consumida ou comercializada dentro do própria TIX é vendida para o restaurante D.O.M, de Atala, considerado o melhor restaurante do Brasil e um dos dez melhores restaurantes do mundo.

A ABORDAGEM ZOOTÉCNICA E OS DESAFIOS PARA A AUTONOMIA DA ATIVIDADE

Desde o início do projeto, algumas aldeias se engajaram mais na atividade do que outras. Sobradinho e Moitará, por exemplo, formaram meliponários com dezenas de colônias e conseguiram coletar safras significativas de mel. Ayporé e Tuba-Tuba, por sua vez, não mantiveram o ritmo de trabalho e acabaram desistindo da atividade entre 2009 e 2010. Houve, também, uma aldeia que ingressou na atividade por conta própria, sem apoio do ISA, caso da aldeia Três Patos, dos Kawaiwete, que ganhou algumas colônias da aldeia Moitará em 2009 e até hoje participa do trabalho.

Apesar do êxito no desenvolvimento de um sistema produtivo compatível com a realidade do Xingu, a expectativa de expansão da atividade para outras aldeias até hoje não se concretizou. Apenas quatro aldeias seguem com meliponários, resultado de alguns problemas de continuidade que têm freado o entusiasmo para investimento na expansão.

Se por um lado celebramos as virtudes da exuberância de abelhas e flores do Xingu, temos que lidar com o fato de ser proporcional a incidência de inimigos naturais das colmeias, como formigas, forídeos e abelhas cleptobióticas. A investida dessas pragas nos meliponários é constante, resultando em uma elevada taxa de mortalidade de abelhas.

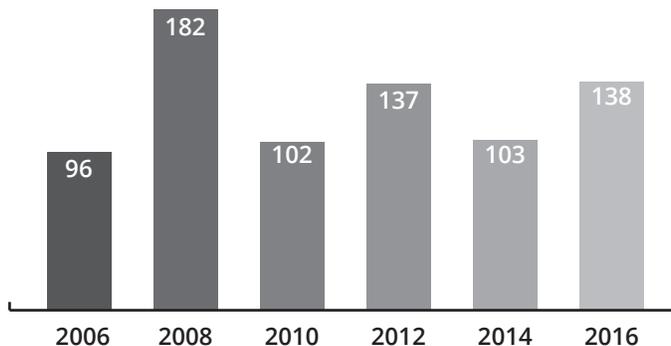
Lidar com essa hostilidade exige uma rotina cuidadosa de monitoramento dos meliponários. Também demanda especial afincamento no trabalho de multiplicação induzida das colônias, já que é ele que pode compensar as perdas e repor o plantel de caixas. É possível afirmar que lidar com inimigos naturais é o que exige dos meliponicultores indígenas os maiores cuidados no âmbito da atividade. Nesse ponto, reside um desafio de natureza cultural, já que essa rotina zootécnica abrange um conceito

de relacionamento com os recursos naturais bem contrastante com o modelo tradicional de uso extrativista. Para efeito de comparação, essa acurácia minimalista de manejo não é exigida pela apicultura ou pela manutenção das roças, por exemplo. Vale reforçar que não se trata de executar técnicas complexas, mas assumir uma rotina de aplicação de técnicas simples.

Apesar das técnicas serem simples, o sucesso na lida com o problema exige algum nível de capacitação. Aqui é importante mencionar uma peculiaridade comum aos povos indígenas e que vem contra o que geralmente se espera de projetos voltados para a busca de “autonomia” ou “sustentabilidade”. Os meliponicultores indígenas passam por um processo de formação e, depois, de aperfeiçoamento técnico, que ocorre durante as visitas de acompanhamento da equipe do ISA nas aldeias. Em cada aldeia são selecionados, pelos próprios índios, geralmente duas ou três pessoas para conduzir o trabalho. Os escolhidos são, majoritariamente, rapazes na faixa etária dos 15 até os 20 anos. Tal como se observa na apicultura realizada na TIX (**ver capítulo 2, p. 57**), quando se atinge essa idade, a maioria dos jovens se casa e abandona o trabalho do manejo das abelhas para dedicar-se à nova família, à roça e a novos afazeres que tomam tempo. Fica instituída, então, a necessidade de se selecionarem outras pessoas, tarefa que não tem acontecido espontaneamente sem a intermediação do ISA.

As constantes conversas para estimular a transmissão das técnicas da meliponicultura para outros moradores da aldeia não têm surtido efeito. Entre cada ciclo de renovação, dadas as condições hostis destacadas acima, os meliponários perdem muitas colônias, impedindo o crescimento – quando não regredindo – e inviabilizando as perspectivas de aumento na produção de mel. Trata-se de um ciclo vicioso de dependência do acompanhamento técnico do ISA. O gráfico a seguir, que demonstra a oscilação do número total de colônias manejadas no Xingu nos últimos dez anos, ilustra bem essa questão.

Gráfico 4. Número total de colônias de abelhas nativas manejadas na TIX nos últimos 10 anos



Assim, o que parece estar em jogo não é a autonomia dos índios para sua sustentabilidade, mas a sustentabilidade dos parceiros, sempre às voltas para justificar aos financiadores a demora no alcance da autonomia dos índios. Se para setores da sociedade urbanizada e industrializada usos e costumes indígenas são referência para se resgatarem padrões de sustentabilidade ambiental, isso não se aplica para a sustentabilidade econômica dos parceiros executores quando olham para o engajamento dos índios na replicabilidade dos resultados dos trabalhos. Vale lembrar com que frequência, para povos indígenas e algumas comunidades tradicionais, a noção de sustentabilidade se confunde com a de sustento, o que os faz estender sua relação de dependência com o aprendizado das técnicas estrangeiras.

A CADEIA PRODUTIVA COMO ATIVIDADE-MEIO E NÃO FIM

A despeito dos percalços e do ritmo homeopático, a experiência de uma década de desenvolvimento da meliponicultura na TIX traz aprendizados e resultados importantes. Sobre a cadeia produtiva propriamente dita, merece destaque o fato de estar pronto o desenho de um sistema produtivo viável, construído de forma participativa e equacionado da melhor forma possível para compatibilizar a lógica produtiva com os saberes tradicionais. Enriquece essa conquista o fato de o mel ser comprovadamente um produto de altíssima qualidade e valor agregado.

Tendo em vista que a produção ainda é pequena – nanossafras de no máximo 60 quilos foram colhidas anualmente a partir de 2012 –, o potencial de mercado do produto ainda não foi totalmente explorado. O mel segue comercializado sem rótulo, consideravelmente distante, portanto, de um processo de certificação. Uma parcela da produção é consumida nas próprias aldeias produtoras, outra é vendida localmente no varejo – para os próprios índios ou não índios que prestam serviços na TIX – e grande parte é vendida a granel para o restaurante D.O.M.

A perspectiva de aumentar a produção, expandir os horizontes de mercado e efetivamente concretizar uma atividade geradora de renda passa necessariamente pela estabilidade dos meliponários existentes e expansão do projeto para novas aldeias. Nesse sentido, solucionar os entraves gerenciais é o principal desafio. Para isso, enquanto houver oportunidades, o ISA está à disposição para apoiar os xinguanos.

Independentemente do sucesso ou fracasso da cadeia produtiva, um aspecto relevante deve ser mencionado. Durante todos esses anos, os povos do Xingu nunca deixaram de consumir mel de abelhas nativas. Muito mel, diga-se de passagem. O olhar aprofundado sobre a relação tradicional dos

índios com as abelhas, viabilizado pela rotina de trabalho no âmbito do projeto, evidenciou que a premissa inicial, que justificava a meliponicultura como ferramenta para minimizar a pressão sobre o estoque de abelhas em *habitat* natural, era equivocada.

Com efeito, a dinâmica de manejo da paisagem associada ao plantio e abandono de roças parece favorecer o estabelecimento de algumas espécies, justamente as que são mais exploradas. Não são necessárias grandes expedições para buscar mel. O recurso está sempre disponível no entorno das aldeias, em um raio que abrange as áreas frequentadas com a rotina das atividades de subsistência. Trata-se de uma extensão relativamente pequena, geralmente adjacente aos rios, onde se localiza a maior parte das aldeias.

O maciço de floresta amazônica da TIX segue preservado – ou ao menos tenta seguir, enquanto lida com a pressão das queimadas e das atividades agrícolas do entorno – e resguarda grande abundância e diversidade de espécies de abelhas. O uso extrativista em nada impacta esse estoque. Muito mais do que predadores, os povos indígenas do Xingu são grandes guardiões desses polinizadores.

Outro ponto importante é que a rotina de trabalho, associada aos ciclos de renovação dos jovens envolvidos com a atividade, evidenciou um lapso de transmissão cultural intergeracional. A cada ano, os jovens parecem conhecer menos os nomes, a diversidade de abelhas e o complexo conjunto de informações resguardado pelos mais velhos. Nesse ponto, é importante abrimos um parênteses para lembrar que a relação cultural entre índios e abelhas foi premissa para justificar o estabelecimento da meliponicultura na TIX. Pensar no desenvolvimento da cadeia produtiva, sem se preocupar com esse lapso de transmissão cultural, seria contraditório.

Nesse sentido, o trabalho de sistematização do conhecimento tradicional, até agora realizado apenas com os Kawaiwete – atividade que foi iniciada despreziosamente, motivada pela predileção antropológica do conjun-

to de profissionais da equipe do ISA – ganha valor. No final das contas, a organização da cadeia produtiva, tida como atividade-fim pela abordagem do projeto, acabou gerando resultados secundários que podem ser considerados ainda mais relevantes.

O mesmo trabalho pode e deve ser realizado com outros povos, dentro e fora da TIX, justificado sob dois aspectos principais. Em primeiro lugar, como instrumento de transmissão cultural, subsidiando a elaboração de alguma publicação, digital ou impressa, capaz de fornecer aos jovens, cada vez menos atentos aos ensinamentos das gerações mais velhas, o rico conhecimento ambiental e espiritual que seus ancestrais têm sobre as abelhas. Em segundo, como referência para políticas públicas. Em um contexto de expansão das fronteiras agrícolas e crescente dificuldade dos povos em reconquistar e demarcar seus territórios, a documentação da relação cultural dos índios com as abelhas pode constituir importante parâmetro para a criação de novas Terras Indígenas (TIs).

Se por um lado as TIs têm se mostrado áreas protegidas significativas para a conservação das abelhas, a predileção das espécies de abelhas por determinados *habitats* – aspecto amplamente conhecido pelos indígenas, como evidenciaram os Kawaiwete – pode ser usada como parâmetro determinante nos laudos antropológicos que subsidiam a demarcação. Metaforicamente, trata-se de um cenário capaz de estabelecer uma relação mutualística entre populações indígenas e abelhas.



© JERÔNIMO VILLAS-BÓAS

*Abelha Jawakãngu (Melipona
seminigra pernigra), uma das três
principais espécies criadas no
Parque do Xingu.*



Pirpory Kaiabi, da aldeia Moitará, e alguns potes de mel da abelha Myju'iteit colhidos em 2009.





FOTOS: © JERÔNIMO VILLAS-BÓAS, 2013

O uso da tenda móvel é uma forma prática e eficiente de colher o mel de abelhas nativas nas aldeias que não têm casa do mel. Página ao lado: Bomba manual para colheita do mel de abelhas nativas: tecnologia desenvolvida para a realidade do Xingu.





FOTOS: © JERÔNIMO VILLAS-BÓAS, 2013

Da esq. p/ dir.: depois de colhido, o mel é filtrado e passa por um período de seis a oito meses de fermentação; uma vez estabilizada a fermentação, o mel de abelhas nativas decanta por 12 horas para separação de resíduos sólidos antes de ser envasado; envase do mel de abelhas nativas na TIX.



Ceviche de flores e mel de abelhas nativas: um dos pratos servidos no D.O.M. com o produto do Xingu.

© SERGIO COIMBRA



CAPÍTULO 4

**ÓLEO DE PEQUI
COM OS KISÊDJÊ
DO XINGU**

**Por André Villas-Bôas e
Eduardo Malta Campos Filho**

PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO XINGU

Na língua kisêdjê, o óleo de pequi é chamado de *hwĩn mbê*. Desde 2011, esse também é o nome que leva uma iniciativa de geração de renda desse povo do Xingu, baseada na produção e comercialização do óleo extraído do fruto do pequi. No interior da Terra Indígena (TI) Wawi, situada na Terra Indígena Xingu (TIX), no município mato-grossense de Querência, os Kisêdjê conduzem o projeto Hwĩn Mbê – Óleo de pequi dos índios Kisêdjê do Xingu, com apoio do Instituto Bacuri, do Grupo Resek, da Rainforest da Noruega e do Fundo Amazônia, além de assessoria técnica do Instituto Socioambiental (ISA).

Para os Kisêdjê, o fruto serve à alimentação e seu óleo é utilizado como cosmético corporal. Iniciado há cinco anos, o Hwĩn Mbê encontra-se em fase experimental de produção e comercialização. Além de um modo de geração de renda futuramente sustentável, os indígenas planejam, com o projeto, garantir o plantio de novos pequizais para recuperar áreas degradadas e formar sistemas silvipastoris.

O pequi (*Caryocar brasiliense*) é uma árvore nativa do Cerrado, de grandes flores esverdeadas ou brancas e frutos caracterizados por polpa alaranjada, que recobre de uma a três sementes oleaginosas que ocultam espinhos em seu interior. Na região da TIX, transição com o bioma amazônico, o pequi é plantado tradicionalmente nas roças dos povos indígenas do Alto Xingu. Ao longo de séculos, esse manejo foi acompanhado do melhoramento de variedades dessa espécie para diferentes usos, como produção de óleo, fabricação de chocalhos, extração das castanhas, consumo *in natura* e preparo de ampla gama de mingaus, cozidos e doces.

Além do banco genético, o pequi do Xingu é um patrimônio cultural dos povos que ocupam a TIX, associado a um conjunto expressivo de rituais e

práticas cotidianas. Tal conjunto abarca desde aspectos da sexualidade feminina, que aparecem no mito de surgimento da árvore (**ver box, p. 125**), a diferentes manifestações que se realizam durante a Festa do Pequi, celebrada pelos povos altoxinguanos na época de colheita, entre os meses de outubro e dezembro, início do período das chuvas.

Dentre os derivados do fruto, o óleo, em particular, é usado pelos indígenas principalmente com fim cosmético, junto com o urucum, dando perfume e cor à pele. Os índios o caracterizam como a “roupa tradicional do índio”, destacando ainda sua ação hidratante, de filtro solar e repelente de insetos.

O surgimento do pequi, para o povo Kalapalo

Tafukumam Kalapalo

O mito da origem do pequi é contado por diferentes povos altoxinguanos, com algumas variações. As principais diferenças concernem o número de mulheres que namoram o jacaré e os seres míticos que fazem a denúncia ao marido ciumento – para os Kalapalo e Kamaiurá foi a cutia, e entre os Yawalapiti, o sol e a lua seriam os denunciantes.

Cinco cigarras eram mulheres e eram irmãs. Cada uma tinha as asas de cores diferentes, entre azul, vermelho e branco. As mulheres sempre iam à beira do rio para se enfeitar, pintavam-se de urucum na testa, nas pernas, colocavam cinto e *uluri* (peça feminina que recobre a região pubiana). De tarde, elas iam para a roça e ficavam trabalhando. Um dia, uma das mulheres chamou o jacaré (*tahinha*) para fora do rio, convidando-o a ir para a roça com suas irmãs. O marido delas (Ãgagate), que era um passarinho, não sabia de nada.

Durante vários dias, o jacaré ia até a roça para namorar com as mulheres. Um dia, a cutia viu o que acontecia, chamou o marido delas e contou tudo. “Ãgagate, você viu suas mulheres? Estão se pintando e colocando cinto na beira do rio, aí o jacaré sai e vai namorar com elas na roça.” Ãgagate falou: “Como é que é?” Falou com ciúmes, deitado em sua rede.

No outro dia, as cigarras, que eram mulheres, foram para a roça de novo, e Ãgagate ficou sozinho na casa. No fim da tarde, a mulher voltou da roça. Ãgagate estava pensando em fazer flecha (*karangate*) e arco (*tahako*).

No outro dia de manhã, as cinco cigarras, que eram mulheres, estavam se pintando na beira do rio e foram para a roça para namorar com o jacaré. Quando as mulheres estavam saindo da casa, Ãgagate saiu na frente e foi para a roça, esperar o jacaré. Ele subiu numa árvore e ficou esperando.

A mulher chegou à roça e ficou esperando o jacaré. Ele não apareceu, e então ela chamou, gritando. Ele não respondeu, porque estava dormindo e sonhando com coisa ruim. Ela chamou de novo, ele acordou e viu a esposa de ãgagate sentada.

ãgagate viu então o jacaré namorando com as mulheres. Namorou com a primeira, a segunda, com a terceira e a quarta. Quando o jacaré estava namorando com a última mulher, ãgagate pegou a flecha e atirou bem na orelha. ãgagate foi embora assim que ele atirou a flecha.

A mulher ficou esperando o jacaré se levantar, mexeu nas pernas, na cabeça, no rabo, mas o jacaré não se mexia. Mexeu no pênis do jacaré e no saco, e nada. A mulher ficou triste que o jacaré não se mexia mais. Então, ela jogou o

cinto (*tike*), limpou a pintura do rosto, tirou o *uluri*, cortou os cabelos e ficou de luto. Ela enterrou o jacaré e foi embora para casa, sem cinto, sem nada.



ãgagate já estava esperando a mulher em casa. Ela chegou lá, ficou quieta, não falou nada. Então, ãgagate perguntou: “O que foi?”. Ela não respondeu nada, não deu comida para ele e nem nada. Só deu comida boa para o filho pequeno, deixando a comida ruim para ãgagate. A mulher mudou de lugar na casa e não quis mais dormir com ele. Ela ficou triste e foi ver onde o jacaré estava enterrado, e ãgagate ficou rindo.

Um tempo depois, a mulher foi visitar o lugar onde o jacaré estava enterrado e viu que tinha uma planta nascendo. Era um pequi que estava nascendo. Dois anos depois, ela viu que tinha flor (*mutumu*). A flor caiu e começou a fruta. A fruta foi crescendo, ficando grande. A árvore também estava ficando grande. Em cada galho, havia um tipo de pequi. Num galho, tinha o pequi vermelho (*tembisuinha*), em outro, pequi branco (*bêsse*), em outro tinha o pequi manchado de vermelho (*ngamuku*), em outro tinha o pequi grosso (*indze tzekego* ou *kaoko*). Em outro ramo, ainda, tinha o pequi do campo (*kapola*).

Os frutos de pequi foram crescendo até cair. Quando caíram no chão, a mulher pegou, tirou a casca e viu que não tinha cheiro. Caiu de novo e nada, caiu de novo e nada, não tinha cheiro nem gosto doce. Então ela pegou um pauzinho, passou na vagina e colocou no pequi. O nome da mulher era Dzuene. Depois veio outra mulher, Afukago, pegou no pauzinho também, passou na vagina e depois, no pequi. Daí que o pequi ficou com cheiro bom.

Então caiu muito pequi. As duas mulheres foram catar os frutos, tiraram as cascas, cozinharam as sementes, fizeram mingau, cortaram a castanha e comeram. Tiraram a casca e colocaram a massa dentro d'água, para conservar (*indzene*), porque quando deixa na casa, amarrado na coluna (fora d'água), estraga.

O espírito Tawngelite veio conversar com Dzuene, perguntar por que ela não tinha dado comida para o marido (foi esse espírito que ensinou tudo, como fazer óleo, doce, comer castanha e mingau). O espírito abriu o *indzene* (massa armazenada) que estava na casa e estragou tudo. Ele perguntou onde nasceu o pequi. Dzuene respondeu: "Eu namorei com o jacaré, meu marido o matou e eu o enterrei". O espírito respondeu: "Você agora vai levar a massa para dentro d'água". O jacaré morava lá dentro e a mulher então levou a massa do pequi para guardar dentro d'água.

LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES COMERCIAIS DO PEQUI

Em 1996, quando o ISA, em parceria com a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), realizou os primeiros estudos sobre recursos com potencial comercial manejados pelos povos da TIX, o pequi apareceu com grande destaque. Tratava-se, porém, de um produto diferenciado, tanto pela variedade genética xingwana como pelo patrimônio cultural associado ao fruto, ambos aspectos compartilhados por nove etnias que compõem o complexo cultural do Alto Xingu. Nesse contexto, qualquer iniciativa comercial pressupunha a adesão e a concordância de todos esses povos, bem como a observância à legislação da época sobre acesso a recursos genéticos com conhecimento tradicional associado.

A partir de 1999, e ao longo de quase dois anos, o ISA realizou um mapeamento dos pequizais das aldeias do Alto Xingu, coordenado pelo engenheiro florestal Marcus Schmidt, e que tinha como objetivo dimensionar o potencial de produção de óleo de pequi⁷. Na época, foram contabilizados aproximadamente 14 mil pés plantados nas roças das etnias Kalapalo, Kamaiurá, Kisêdjê e Waurá. A partir da análise da quantidade de frutos consumida pelas aldeias, entre uso alimentício e cosmético, constatou-se que havia um excedente com potencial para comercialização (**tabela 1**).

Nos marcos do levantamento do ISA e Atix, foram avaliadas as características do óleo de pequi e seus possíveis usos. A bibliografia consultada e análises laboratoriais corroboraram o uso tradicional em emulsões cosméticas, destacando sua emoliência, transporte de componentes lipofílicos, boa penetração e baixa oclusão. A polpa apresenta altas concentrações de caro-

7. SCHMIDT, Marcus. V. C.; VILLAS-BÔAS, André; MOSIMANN, G. da S; BAPTISTA, F; ARAÚJO, A.V; SOARES, D. L. Produção e comercialização de óleos vegetais por etnias xinguanas. O potencial de pequi (*Caryocar* spp.) no Parque Indígena do Xingu. São Paulo; Canarana: Instituto Socioambiental; Associação Terra Indígena Xingu, 2001. 77p. Relatório técnico.

Tabela 1. Dados quantitativos sobre o potencial produtivo de óleo de pequi para quatro etnias do Alto Xingu em 2000

Parâmetros quantitativos	ALDEIAS				
	Kisêdjê	Kalapalo	Waurá	Kamaiurá	TOTAL
Famílias	17	14	16	14	61
Total de árvores de pequi	1.952	7.646	2.943	1.491	14.032
Árvores consideradas para cálculo (*)	1.238	4.848	1.866	945	8.897
Frutos produzidos (**)	123.800	484.800	186.600	94.500	889.700
Frutos consumidos (***)	55.041	215.548	82.962	42.015	395.566
Frutos disponíveis para produção e comercialização do óleo	68.759	269.258	103.638	52.485	494.140
Potencial produtivo do excedente, em litros de óleo (80 frutos para 1 litro)	860	3.367	1.295	656	6.178
Óleo disponível nas casas	Não observado	228	203	Não observado	522

(*). Durante o inventário de frutos realizado em 2000, 36,6% das árvores apresentaram de 0 a 10 frutos, conforme a descrição dos métodos empregados. Assim, desconsiderou-se esse percentual da produção anual.

(**). A média de produtividade observada para uma aldeia no Xingu foi de 130 frutos para o ano de 2000. Assim, assumiu-se a média de 100 frutos por árvore.

(***). Adotou-se a média de consumo obtida entre os Kalapalo, de 44,46%.

teno, vitamina C, riboflavina, niacina, ferro e fósforo⁸. Essas características indicaram um potencial para a indústria cosmética. Além disso, a alta concentração de ácido palmítico e oleico, dois dos principais constituintes da emulsão epicutânea, contribuem para manter a homeostase, além da presença dos betacarotenos. A alta concentração de betacaroteno pró-vi-

8. Cf. PRANCE, G. T. "The Genus *Caryocar* L. (Caryocaraceae): An Underexploited Tropical Resource". In: *Advances in Economic Botany* v. 8, 1990, p. 177-188 e CLEMENT, C. "Piquiá". In: CLAY, J. W.; SAMPAIO, P. CLEMENT, C. (eds.). *Biodiversidade Amazônica, exemplos e estratégias de utilização*. Manaus: Programa de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, 1999. 409 p.

tamina A (107.000 UI/100g), por sua vez, tem a propriedade de absorver as radiações ultravioletas, além de estar associada aos antirradicais livres⁹. No Brasil, para além de sua aplicação cosmética, o óleo também é utilizado na culinária (principalmente da região Centro-Oeste) e na medicina popular.

9. Sobre as propriedades do óleo de pequi para fabricação de cosméticos, cf. SILVA, E. C. *Desenvolvimento de emulsões cosméticas utilizando o óleo de pequi (Caryocar brasiliense Camb.)*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

UM ACORDO FRUSTRADO

Uma primeira aproximação comercial foi realizada por ISA e Atix ainda em 2000, junto à Natura. Naquele momento, a empresa vinha se destacando como uma das maiores companhias do ramo cosmético da América Latina, tendo como carro-chefe produtos com ativos da biodiversidade brasileira, obtidos por meio de parcerias comerciais com comunidades locais. Para a Natura, o principal atrativo do pequi do Xingu não eram suas propriedades cosméticas, ainda que reconhecidamente múltiplas, mas o patrimônio cultural associado. “A história que um produto carrega pode ser mais interessante do que suas propriedades”, resumia Philippe Pomez, vice-presidente da corporação à época.

As tratativas comerciais entre a Natura e os índios, porém, não tiveram sucesso. O fato de o pequi ser um patrimônio compartilhado por nove etnias se mostrou um fator de alta complexidade para a articulação de um acordo comercial. Apesar da disposição da empresa em ceder em pontos que levassem a um contrato mais atraente aos indígenas, foram muitas as dificuldades culturais no processo de diálogo em torno de um acordo. Para os índios, havia ali uma série de novos elementos a processar, envolvendo várias formas de remuneração, que iam desde o pagamento pelo óleo de pequi em si até o pagamento pelo uso eventual do patrimônio cultural, passando por direitos de uso de imagem de pessoas e comunidades nas peças publicitárias. A Fundação Nacional do Índio (Funai) encontrava-se, à época, totalmente despreparada para orientar uma relação dos índios com o mercado, o que acabou prejudicando o processo. Para a Natura, evidentemente, foi também uma experiência inusitada. Até então, a empresa não havia estabelecido um diálogo comercial diretamente com povos indígenas, e sua estrutura não era suficiente para lidar com parcerias mais complexas desse tipo.

O malogro desse processo repercutiu tanto junto às aldeias, como na Natura e no próprio ISA. Os índios, de um lado, perderam uma boa oportu-

nidade de geração de renda e, de outro, viram surgir a desconfiança em relação a um processo novo, o que evidenciou a dificuldade política de suas lideranças da época para estabelecer, simultaneamente, acordos internos multiétnicos e um diálogo comercial de maior porte. A seu turno, a assessoria do ISA também não foi suficiente para ajudar a superar os problemas de interlocução que se sucederam. Já para a Natura, o caso motivou a estruturação e aperfeiçoamento de sua estratégia de relacionamento junto às comunidades com que trabalham. O malogro do Xingu mostrou que a negociação comercial com povos indígenas demanda mediações de assessoria especializada e um método distinto, que dialogue com as diferenças culturais e com a impossibilidade dessas comunidades corresponderem, no curto prazo, à escala da demanda industrial.

A partir dessa experiência, o ISA chegou à avaliação de que iniciativas envolvendo comunidades indígenas e parcerias comerciais devem se iniciar por um projeto-piloto, realizado com um número menor de etnias ou aldeias, como feito com o mel de Apis e melíponas (**ver capítulo 2, p. 57, e capítulo 3, p. 93**).

OS KISÊDJÊ E UMA NOVA CHANCE PARA O PEQUI DO XINGU

Entre os povos da TIX, passou-se quase uma década sem se falar na comercialização do óleo de pequi até que, em 2011, a ideia foi retomada pelos Kisêdjê. Pertencente ao tronco linguístico Jê, esse povo não faz parte do complexo cultural altoxinguano, mas possui laços culturais históricos com povos do Alto Xingu, selados através de casamentos interétnicos. Os Kisêdjê são um grupo aguerrido, que foi quase extinto por doenças e epidemias após os primeiros contatos, reduzidos a uma população de 58 pessoas. Na década de 1950, foram contatados pelos irmãos Villas Bôas e, desde então, tiveram uma fenomenal recuperação populacional, contando atualmente com cerca de 450 pessoas, distribuídas em quatro aldeias.

Em 1996, os Kisêdjê lutaram para reaver uma parcela importante de seu território tradicional, contígua à TIX, que havia ficado de fora da demarcação. Nas últimas décadas, fundaram sua própria associação, a Associação Indígena Kisêdjê (AIK), criaram um centro de produção audiovisual, que se tornou referência para os demais povos da região, e estruturaram um novo polo de assistência de saúde, associativismo e educação, situado na porção leste da TIX, e que também atende a outros povos da TIX.

Nesse intenso processo de autodeterminação, aumentar a autonomia financeira tornou-se quase uma obsessão para esse povo. Ao longo dos últimos 15 anos, foram várias as iniciativas desenvolvidas para geração de renda. Os Kisêdjê estão, por exemplo, entre os maiores produtores do Mel dos índios do Xingu (**ver capítulo 2, p. 57**). Além de manterem uma produção regular de artesanato, as mulheres também cultivam e produzem comercialmente pimenta tradicional em pó, produto que em breve chegará ao mercado. O grupo também maneja um pequeno rebanho de gado em áreas de pasto remanescentes das fazendas que foram retiradas de seu território tradicional, em 1996. Essas pastagens estão agora sendo refor-

madras e sombreadas com o plantio de árvores de pequi, ampliando sua capacidade de produção do fruto.

Em busca de uma fonte de renda sustentável e complementar para suprir as novas necessidades da comunidade, o óleo de pequi se destacou como uma alternativa evidente aos Kisêdjê, dados fatores como seu vasto conhecimento e práticas tradicionais ligadas ao fruto, o potencial de mercado, e a produção abundante, até então para uso doméstico, e de baixo impacto ambiental e cultural. A atividade ainda vai ao encontro de outras iniciativas dos Kisêdjê, como o reavivamento de pequizais antigos e a recuperação e sombreamento das áreas de pasto. Depois de acompanharem todo o processo vivenciado por seus parentes altoxinguanos com a empresa Natura, e lamentarem o malogro das negociações ocorridas em 2001, os Kisêdjê resolveram, assim, resgatar a ideia de comercializar o óleo de pequi.

Surgia, então, o Hwĩn Mbê, em cujo escopo estava: plantar novos pequizais como forma de recuperar áreas degradadas e formar sistemas silvipastoris; produzir mais alimento para a comunidade e gerar renda sustentável; e vender apenas o óleo do pequi, não o patrimônio cultural a ele associado e compartilhado com outros povos da TIX. Tal decisão desobriga os Kisêdjê, ao menos por ora, de submeter seu projeto a um processo de consulta e obtenção de consentimento junto a essas outras etnias.

O ISA foi convidado pela AIK a assessorá-los no desenvolvimento do projeto, aceitando o desafio de encontrar formas de adaptar tecnologia para uma produção em escala e assistir os indígenas com os aspectos organizacional e comercial. Os Kisêdjê e o ISA acreditam que o sucesso da iniciativa poderá futuramente envolver as demais etnias da TIX em uma estratégia comercial ampla e compartilhada.

TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MINIUSINA

Com o objetivo de aumentar a escala de produção, otimizando o trabalho de extração, foi planejada a construção de uma miniusina de processamento. No âmbito da assistência do ISA, diversas técnicas de produção foram analisadas até a definição de um modelo julgado ideal. A construção da infraestrutura demandou a captação de recursos junto a diversos parceiros, inclusive fazendeiros vizinhos. A aldeia Ngôjhwêrê foi o local onde, em 2011, implantou-se a miniusina, constituída por uma casa simples de tábuas de madeira, telhas de barro, piso de cimento queimado e equipada com fogão industrial, gerador de energia, máquina despulpadeira (invenção de um produtor da cidade de Canarana), além de tacho, batedeira e prensa industrial.



O processo de extração inicialmente concebido consistia em retirar o óleo por meio da prensagem da massa de pequi, após sua desidratação por aquecimento em tacho giratório. Essa técnica de secagem da massa levava horas, expondo-a a calor intenso e resultando em um produto com odor de queimado, diferente daquele produzido pelo método artesanal tradicional, o que não agradou aos Kisêdjê. Em 2014, foi realizado um esforço adicional de adequação tecnológica para que os equipamentos pudessem reproduzir com mais exatidão a forma indígena de extração do óleo, via flotação, pela qual a polpa cozida é batida com água fria, fazendo o óleo flutuar na superfície da água, como uma manteiga. Para isso, foram adquiridos resfriadores destinados a produzir água gelada durante todo o processamento. Implantado na miniusina em 2015, o método tradicional se mostrou mais rápido e eficiente, além de resultar em um produto de qualidade superior, de cor preservada, menos turvo e com odor mais próximo ao natural da fruta. No fluxograma ao lado, é possível observar todas as etapas do processo de produção de óleo de pequi pelo método da flotação.

Entre 2011 e 2014, a miniusina funcionou de forma experimental, testando os equipamentos e a organização interna dos Kisêdjê na gestão de seu novo negócio. Em 2011, foram produzidos apenas três litros, número que subiu para 10, em 2012, saltou para 170, em 2013, e sofreu queda em 2014, quando se obtiveram 75 litros. Essa oscilação reflete, em parte, a própria variação anual dos frutos de pequi. Segundo os índios, é comum que, após um ano de safra abundante, suceda-se uma colheita reduzida.

Em 2015, ano de boa safra e no qual se implementaram as adaptações tecnológicas, foram obtidos 280 litros, extraídos pelo método tradicional de flotação. Estima-se que a produção comercial tenha condições de crescer ainda mais, podendo atingir de 400 a 600 litros em um ano de colheita prolífica. Esse potencial de crescimento baseia-se apenas na cota dos Kisêdjê – se for levada em conta a eventual adesão dos outros povos da TIX, e uma receptividade do mercado, o potencial pode chegar a seis mil litros ao ano, o que demandaria a construção de miniusinas adicionais.

Importante ressaltar que a capacidade total de produção estimada da TIX foi avaliada em aproximadamente 10 mil litros de óleo por ano, mas não se trabalha com essa projeção pois se considera que 40% das frutas devem ser reservadas para manter o tradicional consumo das famílias nas aldeias. Note-se também que a estimativa da capacidade total está certamente subestimada, uma vez que se baseia nos levantamentos de campo realizados em 2000, nos marcos dos estudos promovidos pelo ISA e a Atix, e não contabiliza o número significativo de pequizais plantados na última década.

DA FAMÍLIA AOS MUTIRÕES: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

A produção comercial de óleo de pequi é uma novidade para os Kisêdjê, exigindo adaptações também em sua organização do trabalho, costumadamente voltada a atividades de subsistência. O pequi tem apenas uma safra anual, entre os meses de outubro e dezembro. Tradicionalmente, as etapas de plantio, colheita e beneficiamento do óleo são desenvolvidas pela família, e estão intrinsecamente ligadas às formas de se organizar o trabalho para plantio das roças e afazeres domésticos. O beneficiamento do óleo era, ainda, uma atividade desempenhada pelas mulheres.

Já a cadeia de atividades da produção comercial e o funcionamento da miniusina de óleo de pequi envolvem novas e mais numerosas etapas de trabalho, que vão da organização de mutirões para coleta do fruto nas roças antigas e atuais até despacho do produto final para o mercado, passando por: transporte até a miniusina; descasque do fruto; lavagem, pesagem e cozimento dos caroços; despulpamento; flotação, decantação e filtração; envase; compra de insumos; controle de capital de giro e estoques; definição da marca e elaboração de rótulo; e emissão de notas fiscais.

A organização dos Kisêdjê para o trabalho da miniusina significa a mobilização de pessoas de todas as famílias, principalmente jovens e mulheres. Nos primeiros anos de experiência, a comunidade destacava uma ou duas pessoas como responsáveis pelo trabalho, geralmente alguém da direção da AIK. A tais encarregados, cabe mobilizar a comunidade para as diferentes tarefas e organizar a logística quando se inicia a safra do pequi e o funcionamento da usina. Entretanto, com lideranças adultas ocasionalmente fora da aldeia na época da safra, os responsáveis indicados, mais jovens, não conseguiam conduzir as mobilizações necessárias para o trabalho. Ao final da safra de 2014, a comunidade avaliou a necessidade de um melhor compartilhamento das atividades de organização, com a

adesão de mais pessoas e inclusão de lideranças adultas que pudessem manejar carros, barcos e combustível para a coleta de frutas em outras aldeias e pequizais antigos¹⁰.

A produção do óleo do pequi hoje movimentava todas as aldeias kisêdjê, com um número crescente de pessoas envolvidas – uma evolução significativa, considerando-se que, em 2011, esse trabalho era desempenhado apenas por dois jovens. Há, contudo, aspectos a aprimorar.

Um dos principais desafios da organização do trabalho para produção do óleo consiste em evitar a alta rotatividade em algumas funções mais especializadas, notadamente as que envolvem aspectos mais técnicos de manejo e calibragem do maquinário. Com isso, é possível, de um lado, diminuir a necessidade de constante assessoria e capacitação e, de outro, garantir maior aprimoramento na qualidade da mão de obra e do produto final.

Outro aspecto que merecerá atenção nas próximas etapas do projeto é o pacto interno que delimita a remuneração das pessoas que se envolvem diretamente no trabalho e a parcela de recursos que é destinada a suprir necessidades da comunidade. Além disso, há o desafio de administrar o capital de giro para o funcionamento do negócio, comprando materiais de consumo e gerindo uma conta bancária com esses recursos. Os Kisêdjê vêm testando novos arranjos e se aprimorando a cada ano nessa organização.

10. Uma das constatações dos Kisêdjê foi a de que o oferecimento de refeições para os trabalhadores da miniusina melhorou o rendimento e a motivação do grupo. Além de representar uma valorização do trabalho, a prática também os poupava do tempo e da preocupação de preparar suas refeições em casa, e evitava que pessoas envolvidas na miniusina deixassem de comer durante o dia, sentindo-se mal.

A INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS E A LEI DE ACESSO A RECURSOS GENÉTICOS

A indústria cosmética permanece como o principal mercado potencial para comercialização do óleo de pequi, confirmando o que foi verificado no levantamento de 2001, feito pelo ISA. As prospecções realizadas até o momento junto a esse mercado, porém, ainda não identificaram uma parceria comercial viável para o óleo dos Kisêdjê.

Pequi na gastronomia

Na busca por compradores para a escala ainda reduzida de óleo de pequi produzida pelo *Hwĩn Mbê* nos últimos quatro anos, o segmento culinário *gourmet* surgiu como alternativa atraente.

Em 2012, o projeto distribuiu amostras para *chefs* de cozinha de São Paulo, a serem testadas na alta gastronomia. Alex Atala, Mara Salles e Roberto Smeraldi foram os profissionais que fizeram experiências com o produto dos Kisêdjê. Em comparação ao óleo que já conheciam do pequi do cerrado, os *chefs* avaliaram que o do Xingu tem um sabor mais frutado, com uma persistência de paladar mais prolongada, maior nível de saturação, cor viva e transparência, sendo indicado para saladas, massas, frituras e na feitura do arroz.

Desde então, Alex Atala tem adquirido a produção do projeto, propondo-se a associar o óleo de pequi dos indígenas a sua marca de produtos alimentícios Retratos do Gosto. A proposta segue sob avaliação dos Kisêdjê. Por ora, o mercado *gourmet* parece absorver bem o produto do Hwĩn Mbê, remunerando adequadamente os índios.

Um dos motivos é a reduzida escala de produção da miniusina, que até o momento tem oscilado entre 150 e 250 litros ao ano, aproximadamente. Além disso, já existem outros produtos derivados do pequi – potenciais concorrentes – nas prateleiras de lojas e supermercados das cidades, o que praticamente não existia no início dos anos 2000. Tendo em perspectiva o aumento da produção dos Kisêdjê e o envolvimento de outros povos do Xingu no projeto, que pode levar à instalação de outras miniusinas na TIX, a retomada de negociações com a indústria de cosméticos torna-se fundamental.

No entanto, a legislação brasileira que rege o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado tem sido, até então, um fator de complexidade nas relações comerciais entre empresas e comunidades, sobretudo quando o conhecimento tradicional é compartilhado entre vários povos, como é o caso do pequi do Xingu.

Recentemente, entrou em vigor um novo marco legal, com a Lei nº 13.123/2015 e Decreto nº 8.772/2016, cuja elaboração não contou com uma efetiva participação dos detentores de conhecimento tradicional. Por essas normativas, entende-se como acesso a patrimônio genético somente pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, a coleta de componente de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional não é considerada “acesso”. O novo marco legal criou a figura do conhecimento tradicional de origem não identificável para tratar o conhecimento cuja origem não pode ser atribuída a nenhum povo indígena ou comunidade tradicional. De outra parte, reconheceu também as fontes secundárias, como publicações, registros e inventários como formas de comprovação da existência de conhecimento tradicional de origem identificável.

De acordo com as novas regras, quando uma empresa reconhece que há conhecimento tradicional de origem identificável, deve fazer um trâmite de consentimento prévio informado. A comprovação do processo deve se dar por meio de: assinatura de termo de consentimento prévio; registro

audiovisual do consentimento; parecer do órgão oficial competente; ou adesão na forma prevista em protocolo comunitário.

O novo marco legal garante ao provedor de conhecimento tradicional a negociação dos termos da repartição de benefícios, inclusive sua modalidade (monetária ou não monetária). A repartição, porém, só será feita se o conhecimento tradicional ou patrimônio genético for o elemento principal de agregação de valor. Em todas as situações que envolvam conhecimento tradicional de origem identificável, 0,5% da receita líquida anual derivada do produto deve ir para o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB). O restante da repartição deve ser negociado diretamente com o provedor. No caso de acesso ao patrimônio genético, sem conhecimento tradicional, a repartição de benefícios, segundo as novas regras, será sempre realizada com a União. Se for na modalidade monetária, os recursos devem ir também para o FNRB.

FUTURO DO PROJETO: OS PONTOS MAIS SENSÍVEIS

Como se trata de atividade industrial inovadora, deve continuar a busca por adaptações e equipamentos que venham a trazer melhor rendimento para o trabalho e qualidade para o óleo. A cada ano, dificuldades do processo são vencidas e novos desafios aparecem. Contudo, hoje já é possível, por exemplo, desenhar uma miniusina de óleo de pequi mais barata e eficiente do que a que foi construída em 2011.

Outro aspecto que merece atenção são os subprodutos do óleo de pequi, como a amêndoa, a água residual e a casca da fruta. Aproveitando-se o trabalho de coleta, descasque e despolpa, esses outros produtos são disponibilizados a custo muito baixo na miniusina e, se processados, podem gerar uma renda complementar importante para a viabilidade a longo prazo do projeto.

Com relação à organização do trabalho, os esforços dos Kisêdjê resultaram na superação de praticamente todos os obstáculos relacionados a esse ponto crucial da produção. Entretanto, o envolvimento de mais pessoas no circuito implica também maiores despesas de remuneração e alimentação durante a safra. A comunidade deverá seguir avaliando sua organização do trabalho, buscando eficiência e produtividade, de modo que o custo de produção do óleo não inviabilize a geração de renda almejada para a comunidade como um todo.

Em relação aos desafios de comercialização, existem ainda várias possibilidades a serem exploradas concomitantemente, desde a venda em grandes volumes para a indústria de cosméticos até a venda em pequenos volumes no varejo, parcerias com redes de distribuição e até mesmo a exportação do óleo. Espera-se que muito em breve a miniusina dos Kisêdjê terá condições de absorver a produção de pequi de aldeias de outras etnias. Esse momento colocará necessariamente em discussão a necessida-

de de expansão do projeto, com transferência de tecnologia. A perspectiva de uma produção comercial de um mesmo produto, no caso o pequi, que envolva diferentes povos da TIX, coloca, entre vários outros aspectos, o desafio da gestão compartilhada de uma estratégia comercial entre povos culturalmente diferenciados.

Esse desafio, em outros tempos, seria quase impensável sem uma forte mediação política externa. No entanto, a TIX encontra-se mergulhada na construção de um plano de gestão, um plano de futuro, em que a governança autônoma dos interesses e dos temas comuns aos 16 povos que lá residem figura com destaque, sobretudo para as novas gerações, que querem superar definitivamente a tutela política do Estado e validar protocolos e processos de decisão internos que sejam respeitados.



Flor do pequi.



© ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2016

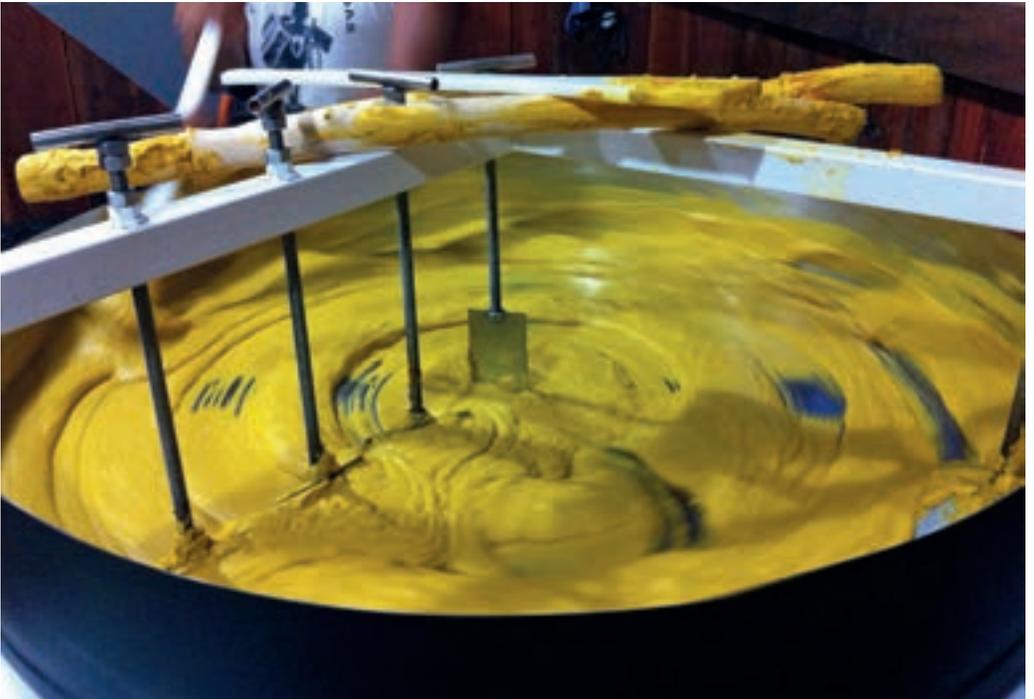
Na aldeia Ngôjwêrê, do povo Kisêdjê, mulheres coletam frutos de pequi que são descascados na miniusina.







Na aldeia Ngôjwêrê, do povo Kisédjê, mulheres quebram as sementes de pequi, que contêm espinhos, para retirar as castanhas de seu interior. Essas amêndoas são processadas pelo povo Kisédjê.





© ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2016

*Página ao lado: processamento da massa da polpa do pequi para refinamento do óleo na miniusina da aldeia Ngôjwêrê, do povo Kisêdjê.
No alto: doce de pequi tradicional, feito com a água onde se cozinhou o pequi e sem adição de açúcar.*



PARTE II

REDE DE SEMENTES DO XINGU

CAPÍTULO 5

SEMENTES DE
RESISTÊNCIA
E FRUTOS DE
TRANSFORMAÇÃO

Por Danilo Ignacio de Urzedo, Dannyel Sá Pereira
da Silva, Rodrigo Gravina Prates Junqueira e
Bruna Dayanna Ferreira de Souza

A experiência da Rede de Sementes do Xingu (RSX)¹ representa como a produção de sementes florestais para a restauração de ecossistemas degradados pode constituir um caminho para valorização da biodiversidade. Na região das cabeceiras do Xingu, estado de Mato Grosso, o histórico recente de uso e ocupação do território representou elevadas taxas de desmatamento, especialmente em áreas de nascentes e matas ciliares. Esse quadro motivou esforços voltados a medidas de adequação socioambiental, reunidos na Campanha Y Ikatu Xingu, lançada em 2004.

No âmbito da Campanha, difundiu-se a restauração florestal por meio da semeadura direta, a custos mais acessíveis para os produtores rurais. A implementação dessa técnica gerou uma demanda concreta por sementes para plantios regionais, que levou à estruturação, em 2007, da RSX, um sistema de produção comunitária que constituiu um marco da união de diferentes atores sociais da região em prol de um objetivo comum. Em uma década de atuação, a iniciativa se consolidou como um exemplo de negócio social de base florestal na Amazônia e no Cerrado brasileiro, com promoção de conhecimentos locais, conservação da biodiversidade, aprimoramento da qualidade de vida familiar e fortalecimento das relações de cooperação e da organização social dos grupos familiares e comunitários de coletores de sementes.

1. Para mais informações, visite www.sementesdoxingu.org.br.

OS LEGADOS DA COLONIZAÇÃO RECENTE EM MATO GROSSO

A efetiva colonização da região das cabeceiras do rio Xingu em Mato Grosso ocorreu na década de 1970, a partir da construção das estradas BR-158, BR-163 (Cuiabá-Santarém) e, posteriormente, da BR-080, no contexto do Programa de Integração Nacional – PIN (Decreto-Lei nº 1.106/1970), implantado pelo regime militar. As duas primeiras foram cortadas no sentido sul-norte, nos divisores de água da bacia do Xingu – a BR-158 a leste, entre o Xingu e a bacia do Araguaia-Tocantins, e a BR-163 a oeste, entre o Xingu e a bacia do Teles Pires-Tapajós. Já a BR-080 interligou ambas as estradas, no sentido leste-oeste, cortando o limite norte da Terra Indígena Xingu (TIX).

A construção dessas rodovias, aliada a uma política agressiva de incentivos fiscais para projetos agropecuários e de colonização privados e governamentais, produziu grandes transformações na região. Em menos de uma década, dezenas de municípios foram criados e milhares de quilômetros de estradas vicinais foram abertos junto com o desmatamento e o carro-chefe dessa saga: o binômio gado e madeira.

Com expressiva migração de famílias do centro-sul, a região passou a ser marcada por interfaces geográficas, políticas e econômicas, com diferentes matrizes culturais. Conflitos sociais eclodiram, envolvendo distintas e por vezes contraditórias concepções de direito e de forma de uso do território entre empresas colonizadoras, povos indígenas e pequenos, médios e grandes agricultores. No início dos anos 1990, trabalhadores rurais protagonizaram vigoroso movimento de luta pela efetivação da reforma agrária. Resulta que foram criados mais de 60 assentamentos nos quais foram assentadas 16 mil famílias, mas a falta de infraestrutura e assistência mostram-se obstáculos para a efetiva viabilização da agricultura familiar, como veremos adiante.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DA ÁGUA

De 1996 a 2005, o estado de Mato Grosso atingiu uma média de desmatamento anual de 7.800 km², correspondente a mais de 40% de todo o desmatamento na Amazônia brasileira ao longo desse período, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área das nascentes do rio Xingu, em especial, sofreu um processo intensificado de degradação ambiental (**ver mapa p. 165**).

Os impactos do desmatamento na paisagem estão presentes na memória da população local. “Eu cheguei aqui na bacia do Xingu em 1972, eu conheci o clima naquela época e venho toda a vida vendo a modificação que aconteceu por conta do desmatamento”, relata Ronaldo Nogueira da Silva, coletor de Santa Cruz do Xingu (MT). “Lugar que você conhecia que era uma água beleza, uma água friinha, uma água docinha, hoje não. Hoje é uma água suja e tem muito pouco. Lugar que você conhecia que era uma mata firme, tudo legal, hoje não. É erosão de um lado e do outro, uma pastagem velha, e a gente vem sofrendo por isso. Então, a gente sentiu o impacto”, avalia.

Atualmente, a porção matogrossense da bacia do Xingu acumula 6,2 milhões de hectares desflorestados, o que representa mais de um terço de sua área total. A condição ambiental das nascentes da bacia tem afetado a quantidade e a qualidade da água, provocado alterações no regime pluviométrico e na umidade da floresta, além de prejudicar os meios de vida de comunidades rurais e povos indígenas, que relatam a aparição mais frequente de bancos de areia nos cursos do rio Xingu, por conta do assoreamento de seus tributários. Além disso, ao longo dos últimos anos, o período das chuvas não só tem demorado mais a iniciar, como se inicia de forma mais intermitente, o que incide no comportamento do fogo, representando um distúrbio ambiental recente na TIX. Como resume a liderança indígena Mairawë Kaiabi, “a cabeça do Xingu está doente”.

Diante dos indicadores socioambientais do início do século XXI, adveio a necessidade de um olhar mais cuidadoso para as nascentes e matas ciliares. As tensões políticas e sociais decorrentes da colonização recente de Mato Grosso evidenciaram entraves para o planejamento territorial mais ordenado. Managu Txicão, liderança do Parque, contrasta sua memória daquele período, quando acabava de deixar a infância, com a dimensão das transformações na vida de seu povo: “No passado era tudo verde, a pecuária era longe, ainda. Quando eu era adolescente, eu pensava que não ia acontecer nada. Mas, infelizmente, hoje nós estamos ameaçados. O rio, a floresta e nós seres humanos estamos ameaçados”. E alerta: “A grande preocupação do Xingu é que o peixe está morrendo, por isso nós estamos precisando de muito apoio”.

A água, um recurso essencial e de interesse comum, passa então a constituir o centro de um diálogo entre os diversos atores da região. Em 2004, essa reflexão coletiva para construção de instrumentos de uso e conservação dos recursos naturais do rio Xingu ganha materialidade. É a Campanha Y Ikatu Xingu, ou “salve a água boa do Xingu”, na língua Kamaiurá, uma experiência de responsabilidade socioambiental compartilhada envolvendo organizações e atores multilaterais, com o objetivo principal de promover a recuperação das nascentes e matas ciliares das cabeceiras do Xingu, um passivo de cerca de 300 mil hectares à época². As ações da Campanha – desde a recuperação ambiental até o planejamento e a gestão territorial, passando por processos educativos agroflorestais – têm sido conduzidas a partir de parcerias entre organizações não governamentais (ONGs), agricultores familiares assentados, povos indígenas, governos municipais, representantes políticos e empresas.

Nos marcos da Y Ikatu Xingu, foram desenvolvidas técnicas e modelos de restauração florestal com a preocupação de que fossem, ao mesmo tem-

2. Com as alterações no cálculo de Áreas de Preservação Permanente (APPs) aprovadas pela Lei nº 12.651/2012, também conhecida como Novo Código Florestal, o passivo de APPs foi reduzido para cerca de 198 mil hectares.

po, eficazes ecologicamente e viáveis economicamente para os produtores rurais da bacia do rio Xingu. Isso porque a técnica de plantio de mudas florestais é reputada regionalmente como algo oneroso, dificultada por entraves logísticos e deficiência de mão de obra para produção e para os plantios. Além disso, é frequente a alta mortalidade das mudas por danos no transporte, bem como em função dos períodos de estiagem na região, com duração de quatro a seis meses. Outra barreira para o estabelecimento de árvores nativas são as formigas cortadeiras e os capins africanos, introduzidos para formar pastagens em toda a área, o que eleva significativamente os custos de manejo, monitoramento e manutenção, superando o patamar que os proprietários das terras estão dispostos a investir.

Para fazer frente a essas dificuldades, as experiências de restauração regional no âmbito da Y Ikatu Xingu apontaram o plantio mecanizado como uma técnica adequada à realidade local. O método se baseia no uso de maquinários agrícolas especialmente adaptados para o plantio da chamada *muvuca de sementes*, ou seja, um conjunto diversificado de espécies florestais associadas à adubação verde. A mecanização do plantio reduziu custos de mão de obra e incorporou conhecimentos técnicos já existentes nas propriedades da região, o que ensejou, afinal, viabilidade técnica, cultural e econômica à iniciativa.

NASCE A REDE DE SEMENTES DO XINGU

Até 2007, o mercado de sementes era, no Centro-Oeste como em diversas regiões do Brasil, desarticulado, informal, com comercialização irrisória. Apesar de existirem leis federais e estaduais que obrigavam proprietários rurais a recuperar áreas degradadas, poucos eram os que plantavam, e os que o faziam recorriam à compra de mudas de viveiros, onde o consumo de sementes, ademais, também era pequeno.

O quadro mudaria com as experiências da Campanha Y Ikatu Xingu. Em 2007, ensaios de semeadura direta, com a muvuca, foram implantados em dezenas de áreas demonstrativas, distribuídas em diversos municípios e pertencentes a proprietários de terras com extensões diversas, parceiros da Campanha. A partir desses ensaios, foi promovido um movimento de divulgação da técnica, por meio de cursos, vídeos, incursões em campo, oficinas, palestras, formações, apresentação em congressos, parcerias com universidades e programas de televisão.

Dessa forma, a semeadura direta na região passou a demandar sementes em grandes quantidades e com diversidade de espécies. Estrategicamente, essa demanda foi utilizada como um meio de estimular a organização de grupos familiares para produção. Com esse objetivo em vista, a Campanha mapeou conhecedores da vegetação nativa da área e os convidou a produzir sementes, a partir de capacitações realizadas em colaboração com profissionais da academia e da troca de experiências entre coletores.

O trabalho de divulgação fez com que as sementes florestais nativas, que eram absorvidas quase que exclusivamente pelos projetos de restauração florestal no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, entrassem no radar dos demais públicos consumidores de Mato Grosso e outros estados. Isso atraiu a adesão de proprietários rurais no processo de adequação ambiental, à exemplo do agricultor Amandio Micolino, dono de uma das

primeiras fazendas onde foi utilizado o plantio mecanizado, e na qual já foram reflorestados 7,5 hectares. “Naquele tempo, desmatei porque precisava, e hoje planto árvores porque quero deixar um exemplo para meus filhos e netos”, explica.

Com a demanda estabelecida, organizações da sociedade civil que já atuavam na região passaram a estimular comunidades e famílias em diferentes contextos socioculturais – povos indígenas, assentados da agricultura familiar e viveiristas residentes urbanos – para atuarem como coletoras de sementes. A partir da Articulação Xingu Araguaia (AXA), envolvendo organizações como o Instituto Socioambiental (ISA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Terra Viva (ATV), Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa) e Operação Amazônia Nativa (Opan), dentre outras, nasce, no final de 2007, a RSX, com o objetivo de articular um sistema de produção de base familiar e comunitária para estruturar um negócio social voltado à adequação ambiental de propriedades rurais. Particularmente, o apoio do ISA foi essencial a esse processo, pois designou uma equipe de dedicação integral para apoiar a gestão da Rede e a organização comunitária, além de articular projetos de apoio financeiro para custear estruturas físicas, como a construção de casas de armazenagem e aquisição de materiais e equipamentos de coleta.

Nos primeiros anos, como mencionado, a produção da Rede foi direcionada principalmente aos projetos ligados à Y Ikatu Xingu. A partir de 2012, porém, as sementes voltam-se majoritariamente a consumidores situados fora do escopo da Campanha. Esse importante marco evidenciou a viabilidade comercial da iniciativa, que necessitava, então, de uma identidade jurídica que representasse sua modalidade de atuação social e comercial, além de firmar o protagonismo de seus coletores, de forma independente de organizações de assessoria parceiras. Um passo nessa direção é dado em 2014, com a Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), uma organização que representa os coletores e responde pela gestão comercial e social da iniciativa. Embora a identidade jurídica te-

Sementes florestais e créditos de carbono

No ano de 1999, o protocolo de Kyoto selou um pacto pelo qual os países signatários se comprometiam com metas obrigatórias de redução das emissões de gases de efeito estufa. A partir de então, o mercado voluntário de carbono passou a ser composto por todas as negociações de créditos de carbono e iniciativas de neutralização de emissões de gases do efeito estufa realizadas por empresas ou instituições que não possuam essas metas obrigatórias de redução de emissões, segundo o tratado internacional.

Nas cabeceiras do rio Xingu, foi iniciado em 2010 o projeto Carbono Socioambiental do Xingu, selecionado por editais do Programa Carbono Netro, da empresa Natura, com a expectativa de captura de 150 mil toneladas de CO₂ em um período de 30 anos. Essa iniciativa está por trás da recuperação, ainda em andamento, de mais de 450 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) degradadas nos municípios matogrossenses de São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Querência e Cláudia. As sementes utilizadas nos plantios foram adquiridas da RSX. Essa importante demanda comercial contribuiu para a consolidação da Rede, assim como ao aprimoramento das técnicas de restauração florestal. Além disso, a articulação dos projetos possibilita valorizar um conjunto de serviços ambientais e contribuir para a sustentabilidade ambiental da bacia do Xingu.

nha sido alcançada, a RSX ainda é apoiada, social e financeiramente, por projetos geridos pelas organizações parceiras.

Em uma década de existência, a Rede acumulou resultados expressivos de produção e participação social, gerando novas oportunidades de diversificação da renda para as famílias, atualmente distribuídas em núcleos coletores em 14 municípios da bacia do rio Xingu, nos estados de Mato Grosso e Pará (**ver mapa, p. 197**).



FOTOS: © ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2016

Divisa entre floresta e plantação de soja, próxima a aldeia dos Kisédjê.



Área de nascente degradada por empreendimento agropecuário vizinho ao TIX.



FOTOS: © ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2016

Vista aérea da fazenda Rancho 60 em Mato Grosso, onde áreas de preservação permanente são restauradas por meio da semeadura direta com as sementes da Rede de Sementes do Xingu.



*Plantação de soja ao lado de
área reflorestada.*



FOTOS: © ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2016

Coletores e parceiros da Rede de Sementes do Xingu misturam as sementes para o plantio da muvuca na fazenda Rancho 60 em Mato Grosso.





© ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2016

Áreas em processo de restauração ecológica em Canarana (MT).

CAPÍTULO 6

**DIVERSIDADE
SOCIAL E
INTEGRAÇÃO**

**Por Danilo Ignacio de Urzedo, Dannyel Sá Pereira
da Silva, Rodrigo Gravina Prates Junqueira e
Claudia Alves de Araújo**

O ARRANJO FUNCIONAL DA REDE

A Rede de Sementes do Xingu (RSX) é constituída por uma complexa relação entre a demanda, diretamente ligada à extensão de áreas com passivo ambiental a ser restaurado, e a oferta do conjunto dos coletores, marcado, a seu turno, por atores de diversificadas origens socioculturais. A iniciativa abrange mais de 30 organizações, entre representações de coletores de sementes, sociedade civil, órgãos públicos e setor privado. Essa diversidade representa uma rica integração de realidades, identidades e culturas que marca toda a cadeia de valor. Variados eixos de ação se concatenam para atender demandas de um mercado específico, o setor de restauração ecológica (**ver p. 178**).

Para que os diferentes atores possam ser contemplados, a tomada de decisão no âmbito da RSX é baseada em acordos formalmente reconhecidos e registrados nos *Critérios da Rede*. Esses pactos são definidos anualmente, em reuniões com representantes dos coletores e técnicos das ONGs, de modo a adequar continuamente as regras de funcionamento da iniciativa. Esse instrumento normativo é reconhecido como um mecanismo que permite a mediação de interesses individuais ou locais com uma compreensão global de cooperação.

O processo de produção de sementes é composto pelas etapas de coleta, manejo, secagem e armazenamento. As técnicas adotadas dependem diretamente da realidade local dos coletores, principalmente em razão das diferenças de infraestrutura, assistência técnica, conhecimentos locais e organização social. Essa adaptação é fundamental, pois as realidades moldam as estratégias dos coletores, evidenciando variadas formas de organizar e executar as atividades de acordo com princípios e condições locais. Tais experiências têm demonstrado que fatores limitantes da produção muitas vezes podem ser atenuados ou superados por meio do conhecimento local. Muitos coletores têm promovido a inovação técnica e tecno-

lógica de materiais e equipamentos que otimizam a produção com ganhos na qualidade. De acordo com o primeiro coletor, Ivan Loch, as atividades requerem uma busca contínua por desenvolvimento e inovação. “Eu estou indo atrás de maquinários e equipamentos diferentes, como a máquina que quebra os frutos de baru. Antigamente, tudo era feito com facão e cunha, e hoje já temos uma maquininha”, lembra. Muitas das adaptações bem sucedidas originam-se em conhecimentos locais. As cestarias, peneiras e redes confeccionadas pelos povos indígenas, por exemplo, têm sido adotadas para as atividades de produção de sementes.

A etapa de comercialização é coordenada por uma central administrativa, que conta com a atuação de técnicos para relacionar a oferta indicada pelos coletores com a demanda de mercado. Dessa forma, a produção de sementes é integralmente comercializada sem excedentes. De modo mais concreto, a central administrativa estabelece contratos e parcerias com compradores, definindo uma demanda produtiva anual. De sua parte, os coletores fazem um planejamento local para dimensionar sua capacidade de produção, considerando tanto sua condição local para executar as operações quanto a dinâmica da vegetação, o que gera a lista potencial de sementes a produzir.

A central administrativa fica, então, responsável por destinar para os diferentes núcleos uma lista de pedido, que é gerida e dividida entre os coletores em cada núcleo. Esses elementos comerciais são essenciais para a continuidade das atividades com o engajamento local das comunidades e famílias. Isso é evidenciado pelos resultados: em uma década, foram produzidas mais de 150 toneladas de sementes, de cerca de 200 espécies (**ver gráfico 1, p. 181**).

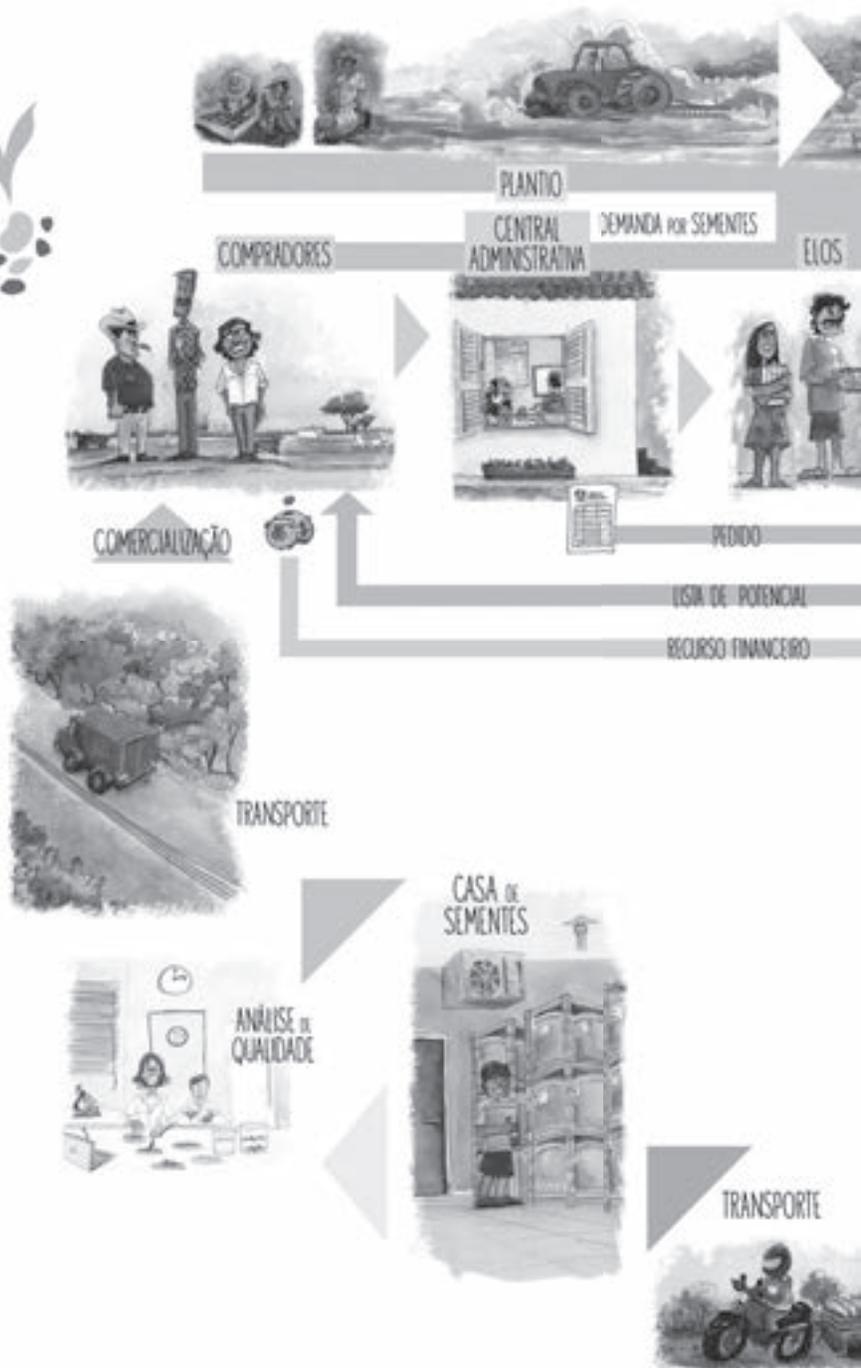
As atividades da RSX ainda envolvem organização, planejamento e negociações constantes entre os coletores e ONGs, bem como a relação com mercado. O sistema de comunicação tem, assim, papel central para estabelecer um fluxo de informações entre os atores. As reuniões, oficinas e

capacitações para gestão das atividades são espaços de troca de conhecimentos e experiências que resultam na formação continuada dos coletores e técnicos, assim como na melhoria contínua da cadeia de valor. O conjunto dessas atividades converge para um instrumento de tomada de decisão coletiva. A participação nesses espaços pelos coletores resulta no empoderamento local para execução de suas atividades com compreensão do funcionamento dos processos produtivos e organizacionais da atividade.

Para que o arranjo funcional da cadeia de valor opere com controle de padrões de qualidade, a Rede tem parceria com o Laboratório de Qualidade de Sementes da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), que permite a realização de testes da qualidade física e fisiológica das sementes florestais comercializadas. De acordo com a lei, a análise laboratorial é um procedimento obrigatório, que deve seguir determinados protocolos. O trabalho do laboratório permite a obtenção da qualidade (pureza, umidade e germinação), promovendo sua melhoria contínua e dando respaldo às atividades dos coletores, assim como reconhecimento de padrões para o mercado consumidor.



Passo a passo do funcionamento da Rede de Sementes do Xingu





RESTAURAÇÃO FLORESTAL

POTENCIAL DE SEMENTES

COLETORES DE SEMENTES



COLETA



MANEJO



SECAGEM



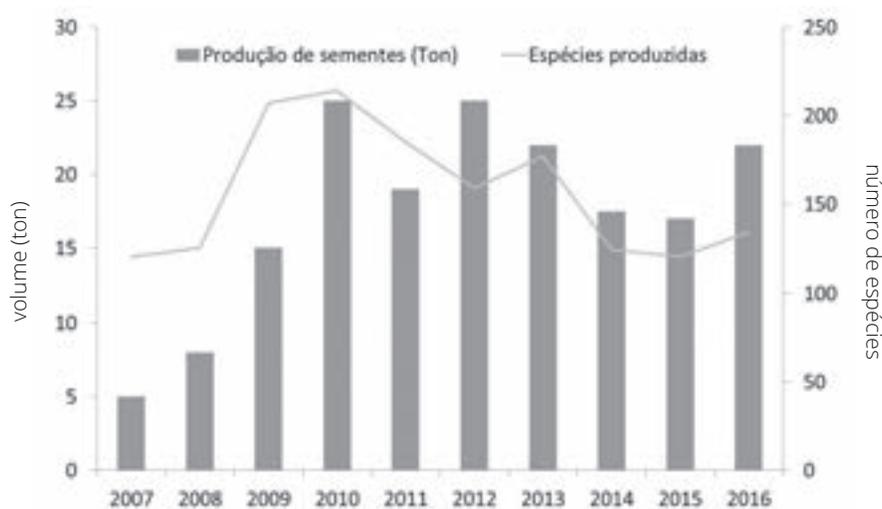
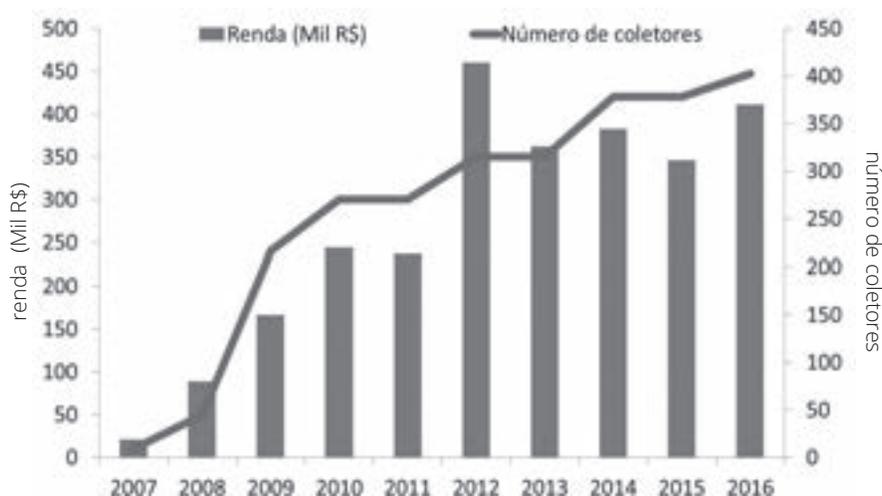
ARMAZENAMENTO

OS GRUPOS DE COLETORES DE SEMENTES

A participação social dos coletores é uma marca expressiva da RSX. Atualmente, participam 447 coletores distribuídos em 13 aldeias de seis povos indígenas, 17 assentamentos rurais, uma reserva extrativista e dois núcleos urbanos (**ver mapa, p. 197**). As sementes representam uma significativa alternativa de renda para essas famílias, que já auferiram aproximadamente 2,5 milhões de reais com sua comercialização. A diversidade sociocultural se reflete em diferentes percepções e formas de engajamento, compondo um mosaico de realidades que se entrelaçam na história da Rede.

Os primeiros coletores da Rede residiam nas sedes dos municípios matogrossenses de Canarana e Nova Xavantina. Nessas cidades, já existiam viveiristas que atuavam com produção de sementes para suprir o mercado local de mudas. Seu conhecimento técnico e infraestrutura tornavam-nos candidatos naturais para suprir os projetos de restauração no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, em meados de 2007. “Na época, ninguém imaginava que a coleta iria gerar renda, porque ninguém comprava sementes”, recorda o coletor Ivan Loch. Nesses municípios, os coletores se firmaram com desenvolvimento e inovação de técnicas, bem como investimentos em sistemas com produtividade.

Dessa forma, a semente se estabeleceu como um meio de geração de renda, representando uma parcela relevante da fonte de renda anual ou até mesmo o principal componente da renda dessas famílias. “Hoje, tenho uma qualidade de vida melhor”, avalia Silvio Santos, coletor no município de Canarana.

Gráfico 1. Produção de sementes de espécies florestais**Gráfico 2.** Participação de coletores de sementes e geração de renda

JOVENS E MULHERES: A COLETA NAS TERRAS INDÍGENAS

A coleta de sementes florestais entre os povos indígenas na bacia do Xingu começou antes mesmo do nascimento da RSX. Os Panará, também conhecidos como “índios gigantes”, foram os pioneiros quando, no contexto de uma parceria com o ISA em 2003, voltaram-se à coleta de mogno (*Swietenia macrophylla* King) na Terra Indígena (TI) Panará, localizada na divisa de Mato Grosso e Pará. A coleta e comercialização das sementes fazia parte de um programa mais amplo, que incluía manejo de produtos da roça e plantio de espécies frutíferas. Nestas últimas décadas, os Panará estão em processo de recuperação dos parâmetros populacionais anteriores ao contato, somando hoje cerca de 500 pessoas, distribuídas em quatro aldeias na TI Panará: Nãsêpotiti, Sankuê, Sankarasan e Kotiko. A geração de renda é uma demanda importante para essas comunidades, a partir do contato mais intensificado com a sociedade envolvente. A produção de sementes florestais constitui, nesse cenário, uma atividade atraente para as mulheres e jovens. Em função dos arranjos sociais decorrentes da abertura de novas aldeias, o grupo de coletores está reestruturando sua forma de atuação por meio da RSX, incorporando a produção de outras espécies nativas ao lado do mogno.

Na Terra Indígena Xingu, de modo geral, a Rede começou a ganhar espaço em 2008, um ano após sua criação. As aldeias que aderiram à iniciativa nesse primeiro momento foram Ilha Grande e Tuiararé, do povo Kawaiwete, e Tuba Tuba e Moygu, dos povos Yudjá e Ikpeng, respectivamente. A principal motivação do engajamento dos coletores indígenas da TIX foi a perspectiva de restauração florestal das cabeceiras do rio Xingu, fortemente ligadas à garantia dos meios de vida dessas comunidades. Essa motivação, porém, não é unanimemente compartilhada entre os diferentes povos que vivem no TIX, alguns dos quais questionam os pressupostos da iniciativa (**ver box, p. 184**).

Nos primeiros anos do projeto, apenas os jovens já capacitados eram responsáveis pela coleta das sementes para suprir a demanda dos plantios nas cabeceiras. No entanto, o desejo de contribuir com a recuperação das áreas degradadas no entorno da TIX, articulado à oportunidade de retorno monetário efetivo, com garantias bem definidas e se mantendo a motivação de promover a restauração florestal, levou a uma adesão mais ampla nos grupos xinguanos. Isso permitiu o desenvolvimento de um controle social bem sucedido, em que os combinados propostos pela Rede são compreendidos e executados plenamente, promovendo a atividade como uma alternativa de renda nas comunidades pioneiras e trazendo a adesão de novos coletores e aldeias. As características desses combinados são definitivas pra facilitar a satisfação dos envolvidos.

Atualmente, o núcleo de coleta da TIX conta com aproximadamente 188 coletores, envolvendo nove aldeias de quatro etnias: Ikpeng (aldeias Moygu e Arayo), Kawaiwete (aldeias Ilha Grande, Kwaruja, Tuiararé e Samaúma), Waurá (aldeias Piyulaga e Piyulewene) e Yudjá (aldeia Tuba Tuba). Os indígenas da TIX representam, assim, 40% do universo de coletores da RSX. Entre 2008 e 2015, cerca de 5,2 toneladas de sementes de 151 espécies foram produzidas e comercializadas por essas aldeias, correspondendo a R\$ 163 mil em renda. Esses números se traduzem em relevantes resultados sociais. “A coleta de sementes é muito importante para a gente, porque a comunidade está querendo comprar alguma coisa e é importante para plantar na cabeceira do rio Xingu. A minha comunidade acha muito importante esse trabalho da Rede de Sementes do Xingu, principalmente a mulherada, gosta muito”, afirma Akari Waurá, coletor da aldeia Piyulaga.

Além do aspecto ecológico e socioeconômico, a semente é um instrumento de fortalecimento institucional das associações indígenas da TIX que visam intermediar o relacionamento com a sociedade envolvente. As associações dos povos Ikpeng (Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng), Waurá (Associação Indígena Tulukai e Associação Indígena Sapukuyawa Arakuni), Kawaiwete (Associação Tapawia) e Yudjá (Associação Yarikayu) parti-

As reservas na TIX em relação à Rede de Sementes do Xingu

Para alguns dos povos da TIX, a avaliação é de que, se as ações de não índios foram responsáveis pelo desmatamento, não seria obrigação dos indígenas xinguanos mitigar esse impacto. Trata-se, assim, de um ponto polêmico que ressurgue cotidianamente em diferentes fóruns de discussão, desde o início do diálogo entre as lideranças indígenas da TIX e os diversos atores da região das cabeceiras do Xingu.

Na visão dos indígenas, a aproximação promovida pela Campanha Y Ikatu Xingu foi simbolicamente contraditória: se o fazendeiro provocou o desmatamento das nascentes que ficam além dos limites demarcados do território indígena, devendo agora reflorestá-las, a responsabilidade pela busca de alternativas seria somente do fazendeiro. Siranho Kaiabi, cacique da aldeia Ilha Grande, do povo Kawaiwete, no Médio Xingu, dá seu testemunho sobre as visões divergentes: “Na época em que eu apresentei [a proposta] para meu pai, eu falei para ele que no encontro a gente combinou de coletar sementes e vender para o fazendeiro. O fazendeiro ia ter que comprar para plantar na nascente do rio Xingu. Ele falou pra mim: ‘não fomos nós que pedimos para eles desmatarem tudo. Agora eles que se virem para fazer’. Mas eu expliquei que eles acabaram com as matas deles. Quem tem semente, quem tem árvore somos nós. Você vê na fazenda, não tem mais nada, derrubaram tudo”.

Essas perspectivas contrastantes têm sua origem na relação entre o histórico de ocupação territorial e as diferentes cosmovisões presentes na TIX, além de estarem relacionadas aos limites geográficos que por vezes sobrepõem territórios de povos distintos e promovem relações diversas com a sociedade do entorno. Por um lado, a experiência dos povos que aderiram à RSX tem propiciado a conciliação do potencial para restauração florestal com uma atividade de geração de renda que valoriza a biodiversidade, promovendo o diálogo entre

fazendeiros e indígenas. Por outro lado, esses núcleos coletores ainda sofrem questionamentos de outros povos que vivem na TIX sobre a destinação das sementes comercializadas, sob o argumento de que a biodiversidade da floresta mantida pelo uso tradicional é um patrimônio dos indígenas e a produção da TIX para restauração florestal atentaria contra esse patrimônio. “Muita gente falava assim, fala até hoje: ‘não vou catar semente para dar para o fazendeiro, porque eles destruíram as coisas’”, conta Siranho Kaiabi. “Mas eu acho que o que nós estamos fazendo é boa ideia. Eu sei que não é para nós [a área reflorestada], mas a gente vê resultado, realmente esse desmatamento é um problema para o rio. Eu já ouvi muito os fazendeiros falarem que estão vendo que o desmatamento na beira, pelar tudinho na cabeceira do córrego, traz mesmo a morte da água. Não tem água para a produção deles. Eu acho que esse trabalho tem que ser fortalecido, mesmo, pedir para o fazendeiro fazer, mesmo. É isso que eu penso.”

A despeito dos questionamentos, a RSX tem despertado o interesse de outras aldeias e povos na TIX. O desafio de mediar as diferentes perspectivas entre os povos do Xingu está previsto no Plano de Gestão da TIX, construído em conjunto pelos 16 povos que habitam o território e aprovado em 2015. Ele aponta a comercialização das sementes florestais como uma alternativa econômica a se considerar, a partir da experiência-piloto dos Ikpeng, Waurá, Kawaiwete e Yudjá. A RSX emerge, portanto, como uma iniciativa estratégica, cuja consolidação contempla a expectativa dos povos do Xingu de geração de renda, fortalecimento institucional das associações indígenas locais e até como um mecanismo significativo de gestão de um território multiétnico.

cipam efetivamente da cadeia de valor. É por meio dessas associações que as sementes das comunidades da TIX são comercializadas, trazendo benefícios aos coletores, às comunidades e às próprias associações indígenas.

O apoio das associações está presente em diversas etapas da produção. Embora os coletores se organizem em núcleos familiares dentro dos grupos de coleta, a unidade promovida pelo envolvimento das associações indígenas no contexto xinguanos é um diferencial significativo em relação aos demais grupos da Rede. A dinâmica do núcleo consiste tanto na articulação interna de cada uma das nove aldeias envolvidas, quanto na relação que mantêm entre si e com o arranjo geral da Rede – e, no caso da TIX, essa articulação está diretamente relacionada à atuação de membros das associações. Em geral, essa função é delegada aos jovens que estão começando a participar dos assuntos comunitários. “A coisa individual muitas vezes não dá certo. Os caminhos coletivos são o melhor caminho”, defende Oreme Otumaka Ikpeng, coordenador do Movimento das Mulheres Yarang (MMY), dos Ikpeng (**ver box, p. 188**).

As especificidades dos grupos indígenas, principalmente em relação à diferença de idioma e o pouco contato com experiências monetárias, demandaram um acompanhamento próximo para o desenvolvimento organizacional e técnico dos grupos de coleta. A estratégia de formação contínua adotada pela Rede como um todo também é executada nas aldeias xinguanas. No entanto, as dinâmicas e os conteúdos são adaptados às realidades locais, distintas não só entre os quatro povos, mas entre aldeias do mesmo povo.

Com o avanço da iniciativa na TIX, os coletores xinguanos defrontaram-se com os desafios da inserção em uma economia de mercado. Nesse sentido, a RSX se configura como uma proveitosa oportunidade para os povos indígenas acessarem arranjos produtivos inovadores da economia da sociedade envolvente. A semente é um produto que promove aos índios do Xingu uma aproximação viável com o mercado, pois a comercialização é feita direta-

mente pelas associações locais (embora intermediada pela central administrativa). Mais ainda, a articulação dos coletores da TIX com coletores não indígenas nos espaços da RSX contribui para a interação harmônica que garante o efeito positivo da diversidade sociocultural da iniciativa.

O tipo de atividade envolvido na Rede também promove a curiosidade dos jovens pelo conhecimento dos recursos da floresta, levando-os a buscar a sabedoria dos mais velhos e, ao mesmo tempo, travar contato com as novidades da sociedade não indígena. “Com os velhos, a gente aprende os nomes na língua indígena, onde ficam as matrizes de sementes, a época da florada, quando dá fruto, e [a gente] vai ensinando a comunidade, pra conhecer mais ainda. No trabalho da Rede de Sementes do Xingu, o jovem conhece como se preserva o meio ambiente, como se recupera a floresta para manter o meio ambiente equilibrado, valoriza a cultura e as riquezas da biodiversidade”, explica Ayakanukala Waurá, o primeiro coordenador dos coletores Waurá da aldeia Piyulaga.

Merece ênfase o fato de que as mulheres compõem a principal parcela dos coletores indígenas nas aldeias da TIX. Elas participam tanto das etapas de produção quanto em papéis de liderança na definição de planejamentos e rumos da iniciativa. O Movimento das Mulheres Yarang (MMY), do povo Ikpeng, é um emblema dessa participação (**ver box, p. 188**). O empoderamento das mulheres coletoras tem figurado com destaque nos resultados da avaliação de sucesso da Rede. Seu trabalho é reconhecido no aspecto interno, próprio às aldeias, mas também junto à comunidade externa. Além disso, tem sido observado que, onde as mulheres atuam como protagonistas na produção, a renda tende a ser revertida prioritariamente para benefício familiar.

Para além da TIX, a atuação dos primeiros grupos de coletores xinguanos inspirou a participação de outros povos indígenas da região Xingu-Araguaia. O povo Xavante da TI Marãiwatsédé, por exemplo, manifestou interesse na produção de sementes florestais após o contato com colete-

Movimento das Mulheres Yarang (MMY)

"Yarang também ajuda o reflorestamento!", ecoa a voz de Ewoera Ikpeng, coletora de sementes da aldeia Arayo, no Médio Xingu, sentada sobre o chão da mata enquanto observa as formigas que carregam as sementes para seus ninhos. A palavra *yarang* quer dizer "saúva" na língua ikpeng, nome escolhido pelas coletoras desse povo para identificar seu coletivo de mulheres, assim como cada participante. A metáfora da formiga alude às características do trabalho de produção de sementes, com a coleta feita em grupos na floresta, seguida pelo transporte até as casas, local onde são manejadas.

A decisão dos Ikpeng de fazer parte da RSX aconteceu em uma assembleia da Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (Aimci), em 2008. Em um primeiro momento, a atividade era desempenhada por jovens para suprir a demanda local, voltada aos projetos de manejo de recursos ambientais da aldeia.

Diante da proposta de se fornecerem sementes nativas para os plantios de restauração das cabeceiras do rio Xingu, as mulheres Ikpeng decidiram, em 2009, compor um grupo de coletoras para a tarefa. Inicialmente com 15 pes-



soas, os bons resultados da atividade quintuplicaram o número de participantes do Yarang, hoje com 75.

As Yarang se organizam para a coleta sob a coordenação de três coletoras experientes, que lideram o movimento nas aldeias Moygu e Arayo, e que atuam, por sua vez, orientadas por dois jovens encarregados da gestão administrativa, com apoio de professores indígenas como conselheiros em questões estratégicas e dos maridos, no mapeamento de matrizes.

O movimento já produziu aproximadamente duas toneladas de sementes, gerando R\$ 60 mil para as coletoras Ikpeng. Uma parte é separada para troca, doação ou para o próprio plantio na comunidade, dando origem às árvores que serão utilizadas para construção de casas, a itens de artesanato, frutas nativas, ervas medicinais e recursos para realização de festas tradicionais.

O dinheiro obtido com a coleta tem possibilitado a aquisição de bens relevantes ao contexto doméstico e comunitário. Desde a criação do MMY, as mulheres se tornaram mais participativas nas reuniões das comunidades e, ao mesmo tempo, mais unidas.

Diante dos novos desafios ambientais enfrentados pelos Ikpeng na gestão do território, a atuação das Yarang também tem sido significativa na proteção das áreas de coleta de sementes e, conseqüentemente, para as fontes de recursos. Atualmente, os incêndios florestais são a principal ameaça às florestas no Xingu.

O cuidado das coletoras com suas matrizes e o respeito de toda a comunidade pelo trabalho que desempenham têm contribuído para o manejo do fogo em prol de um pousio maior das áreas cultivadas, que futuramente serão utilizadas para a produção de alimentos e obtenção de espécies para construção das casas e plantas medicinais.

res da RSX. O interesse culminou com a criação, em 2011, do *Pi'õ Rómnhá Ma'Ubumrõi'wa*, grupo de coletoras que hoje reúne mais de 50 mulheres Xavante e seus familiares.

A adesão desse povo também ilustra como o trabalho de produção de sementes se conecta a outras dimensões políticas e sociais dos grupos envolvidos. Em 2013, foi realizada a extrusão da TI Marãiwatsédé, que estava homologada desde 1998, mas cujo território encontrava-se ocupado por significativo número de não índios. Com a remoção desses ocupantes, os indígenas viram-se diante da necessidade de se recuperarem as áreas degradadas, de modo a recompor recursos naturais elementares para seu modo de vida. Assim, além de atender à demanda de compradores via RSX e gerar renda para as coletoras, uma parte da produção do *Pi'õ Rómnhá Ma'Ubumrõi'wa* é utilizada em projetos de reflorestamento na própria TI Marãiwatsédé. O perfil de atuação das mulheres Xavante se assemelha aos demais grupos indígenas, notadamente com inspiração no pioneirismo e engajamento do MMY, cuja atuação ultrapassa os limites da TIX.

SEMENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Outro importante segmento que compõe os núcleos coletores da RSX tem origem na chamada agricultura familiar. Os sentidos da noção de agricultura familiar são alvo de intenso debate entre movimentos sociais e acadêmicos. Embora reconheçamos que se trata de um grupo social heterogêneo, usamos a categoria *agricultores familiares* tal como definida pelas políticas públicas do setor, em especial aquelas referentes ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Assim como os indígenas, dentre os quais havia povos que já se dedicavam à produção de sementes antes da aproximação com a Rede, os agricultores também aderiram à iniciativa para fortalecer uma atividade preexistente. Em seu caso, tratava-se da realização de sistemas agroflorestais, uma resposta às pressões decorrentes do histórico recente de ocupação. Esse foi o perfil do trabalho de sensibilização, incentivo e adesão realizado em diferentes municípios matogrossenses do Xingu-Araguaia, como Canabrava do Norte, Vila Rica, Porto Alegre do Norte, São José do Xingu, Confresa, São Félix do Araguaia e Querência, totalizando 30 famílias que aderiram e implementaram a técnica.

Como dito anteriormente, a luta pela terra no Xingu-Araguaia na década de 1990 resultou no assentamento de 16 mil famílias em mais de 60 assentamentos. São famílias provenientes de vários estados do país, como Pará, Maranhão, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e do próprio interior de Mato Grosso, que chegavam com a esperança de terras férteis e o sonho de um pedaço de chão. Nas últimas décadas, em meio ao cenário de produção agropecuária no estado, pautado por modelos extensivos e intensivos de uso dos recursos naturais, os agricultores familiares têm sofrido pressões econômicas e políticas. Nos assentamentos, as famílias encontraram limitações de infraestrutura, estradas precárias e de difícil acesso, ausência de logística de transporte e de es-

colas no campo, carência de assistência técnica – um conjunto de elementos que dificulta a produção e acesso aos mercados locais, colocando em xeque a permanência nos lotes. A agricultura familiar, em meio a condições tão desfavoráveis, perde espaço para os avanços significativos da pecuária e da monocultura.

Uma alternativa a esse quadro surgiu em 2001, com projetos voltados à implementação de sistemas agroflorestais (SAFs), articulados por organizações da sociedade civil como sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações de pequenos produtores, Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento das Organizações dos Trabalhadores Rurais do Baixo Araguaia (Motraba) e a Associação Terra Viva (ATV). A agrofloresta é um sistema de produção inspirado no mecanismo natural de sucessão ecológica das florestas tropicais, que valoriza a vocação tropical da agricultura para aproveitamento máximo da luz solar e é caracterizado pela diversidade, com plantio de espécies agrícolas e florestais. A chamada roça, ou lavoura branca, é consorciada com adubação verde, abrangendo árvores frutíferas e madeireiras, incluindo também pequenos animais. Esse método prescinde das formalidades dos espaçamentos convencionais de SAFs, pois não é uma técnica “engessada”, e contempla tanto o uso de mudas como de sementes. Na região do Xingu-Araguaia, as agroflorestas recebem o nome de *casadão*, uma alusão à união da diversidade. “Plantar tudo junto e misturado é um casadão de plantas, né?”, define um agricultor do Projeto de Assentamento (PA) Manah, em Canabrava do Norte.

Para levar a agrofloresta aos assentamentos, foi essencial o envolvimento e a formação dos agricultores. As famílias foram atraídas pela perspectiva de uma alimentação saudável e em abundância, diversificando a produção para além das roças, o que também envolve a criação de pequenos animais e a apicultura. A formação previa também estratégias de planejamento para a futura comercialização, bem como técnicas de prevenção de queimadas e recuperação do meio ambiente.

Nesses processos iniciais de formação, observou-se grande resistência das famílias ao modelo, cuja lógica não contempla retorno financeiro rápido, em contraste com atividades como a pecuária, além de pressupor adesão à ideia de restauração como um dever, um compromisso. “Esse negócio de reflorestamento não dá em nada, não, vai demorar uns 20 anos para essas matas darem fruta. O gado, não!”, justifica Miguel da Silva, agricultor do PA Manah. Aos poucos, porém, esse entendimento vem mudando, e a prática ganha adeptos. As mulheres desempenharam um papel fundamental para essa gradativa mudança de comportamento. “João não queria saber disso, não, os homens eram desconfiados. Eu que acreditei e falei: ‘vamos tentar’”, lembra a agricultora Natalice Botelho, também assentada no PA Manah, e cuja família aderiu ao modelo em 2001. Seu companheiro João Botelho hoje reconhece os bons resultados: “A maioria, quando mudou para cá, tinha uma visão de agropecuária, de grande agricultor, que é desmatar, colocar gado e capim. E alguns, tipo eu, acreditamos que tinha que ter um quintalzinho, com uma plantinha. Com esse trabalho, a gente viu num pequeno lugar que dá de plantar várias coisas, e numa pequena propriedade que nem a nossa a gente pode trabalhar com tudo, sem prejudicar a natureza”.

Conforme se multiplicaram as experiências, o casadão deixou de ser compreendido apenas como um modelo de produção agroflorestal para ganhar o estatuto de uma construção coletiva, uma filosofia de vida, um mote que associa conservação do ambiente com produção e geração de renda, fortalecendo laços entre as famílias. *Natureza, beleza, alimento na mesa e alegria no coração – é o casadão* foi o lema construído pelos agricultores. Placides Pereira Lima, do PA Manah, relata as mudanças proporcionadas pelo modelo: “Na minha terra, o pessoal achava que eu era louco. Mas minha doidece podia um dia ser solução. Hoje eu tenho a minha área de nascente preservada, para mim, para os animais, para os meus vizinhos. Tem sombra nessa caloria toda. Além disso, hoje a gente já está tendo uma renda. Eu sobrevivo aqui das minhas coisas – é uma pequena renda, mas eu não trabalho pra ninguém”.

Fundo Rotativo: um sistema de microfinanciamento

Com o intuito de fortalecer o trabalho dos coletores, a RSX conta, desde 2010, com um instrumento de concessão de microcrédito, o Fundo Rotativo, conduzido primeiramente por intermediação do ISA e, nos últimos anos, em parceria com a Organização Eco-social do Araguaia (Oeca). Um acordo de colaboração foi feito entre coletores e agentes de crédito da Oeca para divulgar os critérios de funcionamento e acesso ao Fundo, cuja adesão depende também da observância aos critérios da Rede.

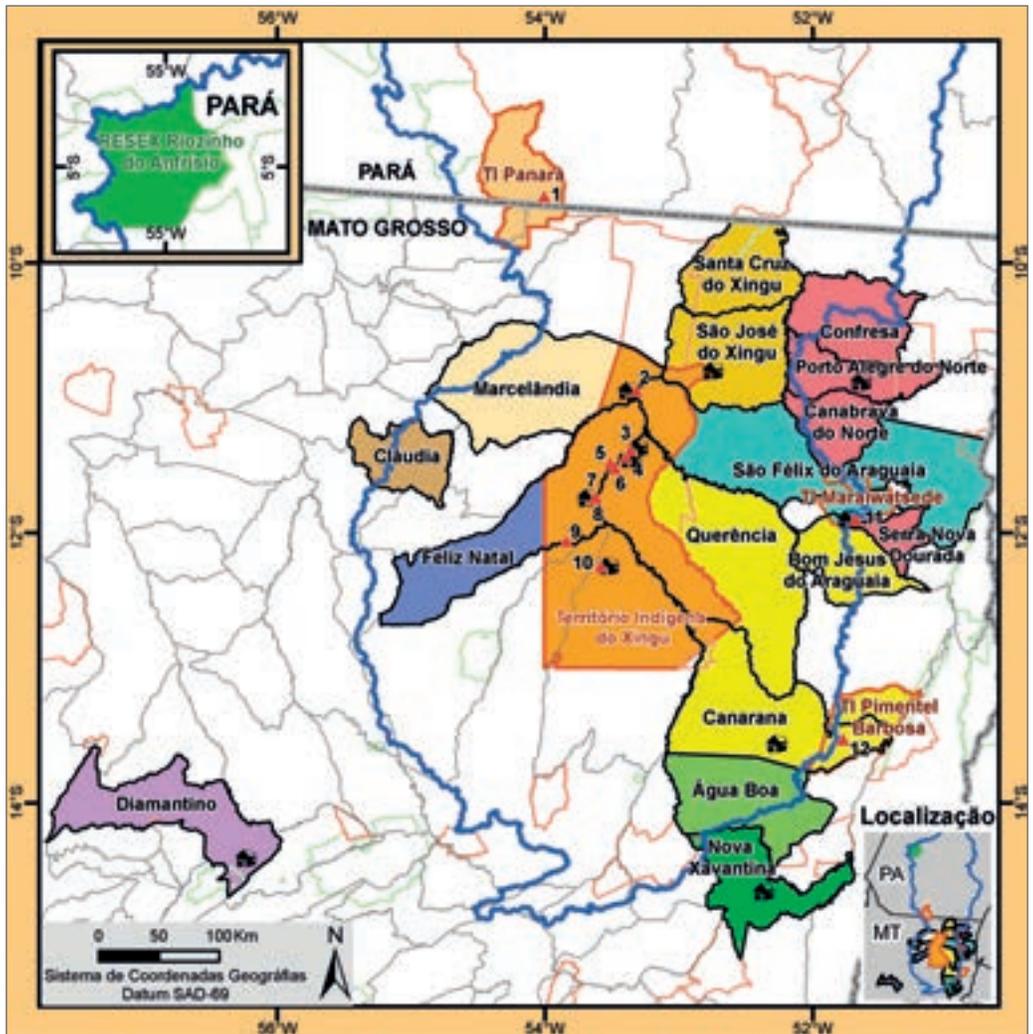
Os empréstimos variam entre R\$ 500 e R\$ 3 mil, dependendo do histórico de entrega de sementes do coletor, e destinam-se à compra de materiais para coleta, transporte, beneficiamento e armazenamento, assim como para plantio e manejo de agroflorestas. Nesse sentido, o Fundo Rotativo configura-se como um potencial dinamizador, integrador e de articulação social da Rede e seus coletores. O Fundo promove a educação financeira, além de capacitar para a construção de capital social em níveis comunitário, municipal e regional. Sua política é pautada no aval solidário, ou seja, os membros do próprio grupo que pretende acessar o recurso são os corresponsáveis pelos compromissos assumidos. Ao longo de seus cinco anos de existência, o Fundo Rotativo já distribuiu R\$ 140 mil para oito núcleos coletores, beneficiando 90 coletores, sem a ocorrência de inadimplência.

Se os benefícios do trabalho de diversificação produtiva do casadão ganhavam cada vez mais reconhecimento, sempre restava a pergunta: o que se ganha preservando, mantendo a floresta em pé? Para os agricultores familiares, a resposta veio a partir de 2008, com a RSX. As sementes coletadas são, em sua maioria, procedentes dos próprios plantios agroflorestais. A forma de organização do casadão foi gradativamente aprimorada com o trabalho de produção de sementes, por meio de coletas coletivas,

de auxílio no manejo e da formação de grupos de acesso ao Fundo Rotativo (**ver box, p. 194**). Em muitas famílias, os agricultores e agricultoras sentiram-se impedidos a retomar os estudos, para aprimorar suas habilidades de escrita e leitura e, assim, ter acesso aos materiais pedagógicos e de divulgação produzidos pela Rede. Os grupos do PA Manah, em Canabrava do Norte, PA Dom Pedro, em São Félix do Araguaia, e PA Fartura, em Confre-
sa, passaram a envolver a comunidade escolar nas atividades, por meio de palestras nas escolas, visitas, intercâmbio dos alunos nos lotes e oficinas sobre produção agroflorestal. “Antes eu não dava valor no meu lote, não. Aliás, eu nem conhecia ele todo, só os marcos e onde o gado pasta”, conta um agricultor do PA Manah. “Com o trabalho da semente, eu tive que marcar as árvores, agora eu sei exatamente o que tem no meu lote, toda árvore tem uma serventia para a Rede.”

A RSX potencializou o trabalho do casadão, contribuindo para permanência das famílias na terra. Isso foi possível por mudanças na perspectiva socioambiental dos agricultores, que passaram a ter um novo olhar para seus lotes e o meio ambiente, além de participarem de espaços conjuntos com povos indígenas da região. “Esse ano eu fiz uma renda de R\$ 4 mil só de semente. Todo esse trabalho com o casadão veio mostrar para a gente que a natureza dá resultado. Quem pensava que a gente ia chegar a uma renda dessas?”, ilustra um dos agricultores participantes do projeto.

LOCALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE COLETORES DE SEMENTES DA RSX



Legenda

- ▲ Aldeia com Coleta de Sementes
- 1 - Násopotiti
- 2 - Tuba Tuba
- 3 - Samaúma
- 4 - Tuianaré
- 5 - Kwaryja
- 6 - Ilha Grande
- 7 - Arayo
- 8 - Moygu
- 9 - Piyulewene
- 10 - Piyulaga
- 11 - Maraiwatsede
- 12 - Ripá
- 🏠 Casa de Sementes
- 🌿 Unidade de Conservação
- 🗺️ Limite Estadual
- 🏠 Terra Indígena
- 🗺️ Limite Municipal
- 🌊 Bacia Hidrográfica do Rio Xingu

Núcleos Coletores

- 🌿 Água Boa
- 🏠 Cláudia
- 🌿 Feliz Natal
- 🌿 Nova Xavantina
- 🏠 Porto Alegre do Norte
- 🌿 São Félix do Araguaia
- 🏠 Terra Indígena Panará
- 🏠 Canarana
- 🌿 Diamantino
- 🏠 Marcelândia
- 🌿 Território Indígena do Xingu
- 🌿 RESEX Riozinho do Anfriso
- 🏠 São José do Xingu



© TUI ANANDI/ISA, 2014

Oficina participativa para a gestão das atividades da Rede de Sementes do Xingu no Projeto de Assentamento Manah em Canabrava do Norte (MT). Página ao lado, de cima para baixo: capacitação de atores da Rede de Sementes do Xingu em oficina de planejamento de produção de sementes no Território Indígena do Xingu (MT); oficina de desenvolvimento de gestores em São Félix do Araguaia (MT).





© TUI ANANDI/ISA, 2015

*Coletores de sementes avaliam e planejam as atividades de produção de sementes em oficina de gestão do núcleo coletor da cidade de Nova Xavantina (MT). Página ao lado: coletor de sementes observa a frutificação de Tingui (*Magonia pubescens*) em uma fazenda na cidade de Canarana (MT).*



© DANILO URZEDO/ISA



© DANILO URZEDO/ISA



© DANILO URZEDO/ISA, 2012



© TUI ANANDI/ISA, 2014





© TUI ANANDI/ISA

*Página ao lado: diferentes processos de manejo de sementes feitos pelos coletores da Rede de Sementes do Xingu. Nesta página: beneficiamento de sementes de tamboril (*Enterolobium timbouva*) por coletora do Projeto de Assentamento na cidade de Água Boa (MT).*



Alto: coleta de sementes de mogno na TI Panará feita por Kapitã Panará, alpinista e coletor de sementes.
Acima: coletoras do povo Panará beneficiam sementes de tamboril (*Enterolobium timbouva*) na Aldeia Nãsepotiti.



Alto: grupo Nõdzõ' de mulheres do povo Xavante coleta sementes na TI Pimentel Barbosa (MT).
Acima: vista aérea da aldeia Ripá do povo Xavante, na TI Pimentel Barbosa (MT).



© DANILO URZEDO/ISA, 2012

Nesta página: mulheres do Movimento Yarang, do povo Ikpeng, coletam sementes de lobeira da mata (*Solanum crinitum*). Página ao lado, de cima para baixo: coletores de sementes das aldeias Tuba Tuba, Piyulewene-Waurá, Piyulaga e Samaúma-Kawaiwete no Território Indígena do Xingu (MT).





© TUI ANANDI/ISA, 2014

Marcilene Pereira da Silva manejando sementes de urucum (*Bixa orellana*) no Projeto de Assentamento Dom Pedro em São Félix do Araguaia (MT).

CAPÍTULO 7

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA RSX

**Por Danilo Ignacio de Urzedo, Dannyel Sá Pereira
da Silva e Rodrigo Gravina Prates Junqueira**

APRIMORAMENTOS E PARCERIAS

Ao mesmo tempo em que a Rede de Sementes do Xingu (RSX) vem se aprimorando, as legislações ambientais também têm sofrido modificações, tal como o Código Florestal, alterado pela Lei nº 12.651/2012. Essas mudanças impõem um desafio adicional aos esforços de incentivo à restauração florestal, enfraquecendo acordos sociais e, conseqüentemente, a dinâmica de mercado.

Por outro lado, a inovação pode ser uma chave para dar seguimento às iniciativas. A Rede optou por uma postura propositiva em relação ao cenário político desafiador, promovendo a diversidade sociocultural como elemento essencial para novas formas de atuação na bacia do rio Xingu.

Desde 2013, foram feitas várias prospecções em busca de parceiros comerciais para estabelecimento de contratos firmes de fornecimento, de médio e longo prazo. Isso foi possível ampliando-se a área onde as sementes do Xingu eram oferecidas, que passou a abarcar outras localidades do bioma, para além das cabeceiras do rio Xingu. Adicionalmente, os conhecimentos locais impulsionaram a criatividade para transformar limitações em formas inovadoras, fazendo da Rede um negócio social capaz de lançar a diversidade produtiva das comunidades como oportunidade de novos produtos e mercados, para além da restauração florestal.

O estabelecimento de parcerias no mercado é primordial, o que significa que o investimento também deve ser feito na credibilidade das atividades, ou seja, na qualidade de gestão e produção. Isso justifica os esforços da RSX em aplicar tecnologias de controle de qualidade, desde a coleta até a comercialização de sementes. Note-se que as iniciativas relacionadas à conservação e restauração da biodiversidade têm esbarrado em um gargalo legal. Trata-se da legislação que torna obrigatória uma série de procedimentos e documentações para a venda de sementes e mudas florestais

no Brasil³. Se, por um lado, a lei se propõe aplicar um sistema nacional de controle de qualidade, inclusive com fiscalização, por outro, evidencia as limitações para colocar tais exigências em prática, considerando a realidade das iniciativas e comunidades rurais. Esses cenários controversos trazem uma relevante questão: como conseguir sementes e mudas legalizadas para a recuperação de áreas degradadas no Brasil?

A RSX incorporou a questão em sua atuação, chegando a um plano estratégico de adequação para que as sementes possam ser utilizadas. Além de cumprir as exigências legais, partiu-se do princípio de que a melhor opção seria adequar-se à lei, o que traria ganhos efetivos na qualidade da produção e na gestão da iniciativa. A adequação legal é um trabalho que exige tempo e formação, já que incide na gestão de toda a cadeia de valor.

O tema da qualidade, por exemplo, tem sido tratado cotidianamente, com a participação de coletores e técnicos. Dessa forma, foi construído um caminho participativo para a adequação legal, ressaltando-se que a legalização das sementes é apenas um dos resultados de um processo mais amplo voltado continuamente para a qualidade. Esse esforço resultou na conquista do Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem), em 2015, o que fez da RSX uma das primeiras organizações comunitárias com produção formalizada de sementes florestais nativas no Brasil.

Além de atuar na legalização, a Rede também tem se preocupado em propor reformulações e adaptações da legislação. Nesse sentido, representantes do projeto têm participado de comissões sobre o tema, para respaldar com dados práticos as novas proposições. Isso é de fundamental importância, já que as atividades de produção de sementes florestais são de base familiar e comunitária, o que torna prioritário unir a dimensão social e econômica das comunidades rurais aos requisitos legais.

3. Trata-se da Lei nº 10.711/2003, do Decreto nº 5.153/2004 e da Instrução Normativa nº 56/2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM)

Criado em 2003, o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças foi instituído e regulamentado por leis para garantir a qualidade, identidade e procedência das sementes florestais. Assim, todo produtor deve estar inscrito no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RenaseM), seguindo os procedimentos técnicos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a partir da Instrução Normativa n. 56/2011. Entretanto, existem muitos gargalos para operacionalizar esse sistema, tais como a deficiência de protocolos para controle da qualidade de sementes de espécies florestais nativas e o número reduzido de laboratórios de análise da qualidade credenciados. Além disso, uma série de documentos de controle da procedência dos lotes dificulta a gestão de informação na cadeia de produção, principalmente quando se trata de contextos comunitários.

Outro desafio relevante consiste na participação e engajamento da juventude rural e indígena. A RSX pode representar caminhos de desenvolvimento e profissionalização, para fortalecer a participação e os papéis de jovens em diferentes contextos socioculturais. De acordo com Milene Alves, jovem coletora de Nova Xavantina, trata-se de uma valiosa oportunidade para difusão de saberes e aplicação da conservação da biodiversidade. “Como a Rede tem em sua maioria adultos e idosos, todo o conhecimento que eles adquirem tem que ser passado adiante. Aí que os jovens entram em ação: aprendemos com eles e damos continuidade na Rede”, explica.

A autonomia no que diz respeito à gestão técnica, financeira e comercial da Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) em relação às organizações de assessoria, especialmente ao Instituto Socioambiental (ISA), é um desafio com que todos lidam desde sua fundação. Incorporar os custos

da equipe técnica e o funcionamento de todas as operações no preço da semente parece não ser o caminho viável para a sustentabilidade da iniciativa. Com efeito, foi elaborado em 2013 um plano de negócios, no qual foi definido quais seriam os custos e investimentos que deveriam ser assumidos pela ARSX, financiados com recursos da venda das sementes e da captação de projetos próprios, independentemente do ISA. Nesse sentido, a proposta aprovada é de que a Associação arque com 10% dos custos, por um período de cinco anos. O horizonte do plano de negócios é que esse montante chegue a 50%. No entanto, como esse caminho de autonomia não é linear ou solitário, a Rede segue contando com o apoio das organizações parceiras, principalmente para equipes e estruturas. Em outras palavras, as previsões para os próximos anos não preveem a dispensa da assessoria técnica, mas postulam que isso deve ocorrer em menor escala e intensidade.

A participação indígena nas tomadas de decisão sobre o futuro da ARSX e da Rede também é uma questão digna de atenção. Reconhece-se que a gestão intercultural deve ser aprimorada. No que diz respeito à governança do sistema sociopolítico da iniciativa, as especificidades socioculturais do componente indígena tornam mais desafiadora a acomodação das diferentes visões de mundo. Além disso, os gestores da RSX lidam estrategicamente com os gargalos impostos pela barreira linguística, os entraves logísticos relacionados à dispersão geográfica dos grupos de coleta e os contrastes do contato dos indígenas com os elementos do mercado da sociedade não indígena.

Nesse sentido, a própria fundação da ARSX é um fato significativo, em diversos aspectos. Embora haja ressalvas importantes ao associativismo no contexto indígena, a definição de uma identidade jurídica foi importante para a gestão de demandas comunitárias. Os grupos xinguanos que desenvolveram associações representativas nos últimos 20 anos têm contribuído, a partir dessas experiências, com a participação dos coletores indígenas na ARSX. Com isso, a gestão compartilhada entre os diversos atores da

iniciativa sai fortalecida pelo componente indígena, no interesse de todos os envolvidos. A Rede se beneficia, portanto, da participação indígena em diversas frentes, seja pelo diálogo intercultural, pela diversidade de espécies ou pela qualidade das sementes.

Para que a integração prossiga, e que os indígenas alcancem maior protagonismo nos espaços de decisão da RSX, seus núcleos devem ser fortalecidos. Além disso, a definição de critérios claros e coletivamente construídos é outra condição para o encontro fértil entre as diferentes culturas e sociedades da região das cabeceiras do rio Xingu que estão envolvidas na produção de sementes florestais. A sociodiversidade mostra-se, assim, como a origem de inovações frente à complexidade da Rede.

O conjunto de estratégias da RSX permite, portanto, aplicar e valorizar os conhecimentos tradicionais de comunidades e povos da floresta, garantindo oportunidade de renda e melhoria do bem-estar familiar, integradas com a conservação ambiental. Esse movimento continuará a ter sentido na medida em que as políticas públicas voltadas aos processos de adequação ambiental se alinhem à valorização da floresta e dos povos que nela e dela vivem, consolidando alternativas concretas de integração socioeconômica por meio do uso da floresta.



© RAFAEL GOVARI/ISA, 2015

*1ª Assembleia e XII Encontro da
Associação Rede de Sementes do
Xingu para avaliação e planejamento
participativo em Nova Xavantina (MT).*



© INGO ISERNHAGEN/EMBRAPA

*Montagem de teste de germinação no
Laboratório de Qualidade de Sementes da
Universidade do Estado de Mato Grosso
(Unemat) em Nova xavantina (MT).*



© RAFAEL GOVARI/ISA

Testes de emergência para o controle da qualidade dos lotes da Rede de Sementes do Xingu no viveiro municipal de Canarana (MT).



© GUAÍRA MAIA, 2016

Juventude participa da II Gincana Intercultural da Rede de Sementes do Xingu em Canarana (MT).

PARTE III

TERRA
DO
MEIO

CAPÍTULO 8

BREVE
HISTÓRICO
DA TERRA
DO MEIO

Por Natalia Ribas Guerrero e Augusto Postigo

Os olhos de Pedro Pereira observam com atenção o fluxo de pessoas que percorre, apressado, as ruas do centro da maior cidade do Brasil. Como muitos, Pedro está ali de passagem, motivado por negócios a tratar, contratos a discutir, parcerias a articular. Como poucos, porém, pode dizer que tempo e trabalho compõem em sua vida uma equação qualitativamente diversa do que vê nos metrô lotados de São Paulo, e que busca explicar em seus escritos: “Quando eu nasci, meu pai e minha mãe trabalhavam numa cultura que até hoje não acabou. Eu corto seringa, quebro castanha, trabalho em roça e pesca – enfim, tenho uma liberdade de trabalho que eu admiro muito”.

Pedro Pereira é um beiradeiro – nome pelo qual se identificam os moradores das margens dos rios da Terra do Meio, no sudoeste do Pará. Os beiradeiros têm suas origens ligadas aos povos indígenas tradicionais ocupantes dessas áreas e aos trabalhadores nordestinos que migraram desde há mais de um século com o objetivo de trabalhar na exploração do látex da seringueira para a fabricação de borracha.

Na Terra do Meio, região correspondente ao interflúvio dos rios Xingu e Iriri, vivem centenas de famílias beiradeiras e indígenas, distribuídas em um mosaico de áreas protegidas de quase 8,5 milhões de hectares. Em uma dessas áreas, a Reserva Extrativista Riozinho do Anfriso, se situa a localidade onde Pedro nasceu e se criou, e onde vive até hoje com sua família. Esse local atualmente é palco de importantes acontecimentos para os moradores das florestas da Terra do Meio, dos quais Pedro é um dos protagonistas, ao lado de dezenas de famílias beiradeiras e organizações de apoio. Foram esses acontecimentos, envolvendo a estruturação das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros, que motivaram a visita de Pedro à cidade de São Paulo, no início de 2015.

Para não beiradeiros, compreender o que está implicado no diário de Pedro significa mergulhar na “cultura que não acabou”, o que passa por abandonar ideias preconcebidas que associam o extrativismo a uma ati-

vidade antiquada e ali reconhecer formas sutis e inteligentes de relação com a floresta.

As seções a seguir buscam conduzir o leitor pela trajetória de famílias beiradeiras e indígenas da Terra do Meio, chegando até os atuais arranjos locais para extrativismo e comercialização de produtos da floresta. Espera-se que, ao final do percurso, esteja claro como essas atividades não se restringem ao âmbito econômico, mas se imbricam profundamente em um modo de viver e conhecer a floresta, com transformações e aprendizados – tanto por parte dos povos da floresta, como por parte das organizações e parceiros que junto a eles têm atuado.

DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL

Durante muito tempo, a Terra do Meio constituiu exclusivamente o território de diversos povos indígenas. Arara, Araweté, Asurini, Juruna, Kayapó, Kuruaya, Parakanã e Xipaya¹ são algumas das etnias que ocupavam ou circulavam pelo vale do rio Xingu e seus afluentes, como o rio Iriri e o rio Fresco. Entre exímios canoeiros e guerreiros afamados, ali se distribuía uma diversidade social extremamente ampla, articulada a formas também diversas e sofisticadas de se relacionar com a floresta, o rio, a biodiversidade.

Essas dinâmicas sofreriam profundos impactos com o avanço da ocupação não indígena à região, a partir do século XVII. “Tem infinitas madeiras”, comentou um cronista português sobre o rio Xingu, em 1662, registrando também a existência de “muitas castanhas que se criam nos montes: são melhores que as nozes e as amêndoas”². As observações do europeu expressam a relevância econômica que ganhava o extrativismo de madeira e das chamadas drogas do sertão, uma variedade de frutos, óleos e resinas encontrados nas florestas amazônicas. Semelhantes itens, dentre os quais se destacavam cacau, baunilha, castanha-do-pará e salsaparrilha, eram embarcados para seu mercado certo na Europa, muitos deles como substitutos das especiarias provindas do chamado Oriente.

Os viajantes que visitavam a bacia do rio Xingu também chamavam a atenção, em suas notas e relatórios, para a diversidade de espécies com potencial valor comercial. Em sua maior parte, esses viajantes eram cientistas que por ali estiveram ao longo do século XIX e início do XX, como o príncipe Adalberto da Prússia (1811–1873), o antropólogo alemão Karl von

1. Informações sobre esses povos podem ser obtidas no acervo Povos Indígenas no Brasil, organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e disponível em <piib.socioambiental.org>.

2. HERIARTE, Mauricio. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*. Vienna d'Austria: edição por conta do Editor: 1874 [1720], p. 33.

den Steinen (1855-1929), o geógrafo francês Henri Coudreau (1859-1899) e a cientista alemã Emília Snethlage (1868-1929). Multiplicam-se, assim, os registros mais detalhados da sociobiodiversidade do curso médio do rio Xingu, bem como de seu mais importante afluente, o rio Iriri. Em seus diários, são encontrados também elementos para compreender as dinâmicas que marcariam a região na virada dos séculos XIX e XX, principalmente aquelas ligadas ao extrativismo da borracha e da castanha-do-pará. Apontavam, ainda, para a presença dos diferentes povos indígenas no período que antecede o processo de colonização capitaneado pela indústria de extração de borracha nativa a partir da década de 1870.

ASCENSÃO E DECLÍNIO DA BORRACHA

A borracha natural, ou *seringa*, fabricada a partir do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), começa a ganhar destaque na economia extrativista da Amazônia e na economia mundial a partir da metade do século XX. O emprego do látex para utilização de artefatos já ocorria na Europa desde o século anterior, mas o aperfeiçoamento do processo de vulcanização da borracha pelo norte-americano Charles Goodyear, em 1839, elevou sua escala de coleta e exportação, em especial a partir da demanda de pneus da nascente indústria automobilística. Como ilustração desse crescimento, note-se que o Brasil exportou, em 1850, 1,5 tonelada de borracha, 50 vezes a quantidade vendida em 1827³.

A chamada economia da borracha, por sua importância para a indústria e pela exclusividade da ocorrência das seringueiras na região amazônica, alavancou um processo de colonização muito mais intenso e geograficamente amplo que o do período anterior. Em poucas décadas, praticamente toda a área em que incidiam seringueiras na Amazônia estava ocupada por seringais, abrigando centenas de milhares de trabalhadores oriundos, em sua maioria, do sertão nordestino, onde eram arrematados de forma massiva pela empresa gomífera. Escusado dizer que os seringais frequentemente se sobrepunham a territórios indígenas, o que acarretou não apenas grandes massacres, mas diversas outras formas de violência, como a incorporação bárbara de mulheres indígenas aos agrupamentos.

Enquanto a exploração de borracha intensificou-se na Amazônia, em geral, a partir do final da década de 1870, algumas regiões demoraram mais a compor esse mercado, como os rios Xingu e Tapajós. Essa integração tardia devia-se, em grande parte, aos trechos encachoeirados que prejudicavam

3. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 23.

o acesso ao curso mais alto dos rios, bem como às incursões guerreiras de povos indígenas que por ali circulavam. A produção de seringa no Xingu só começa a ganhar escala pouco antes da virada do século, após a construção de estradas que permitiam contornar as cachoeiras e pedrais.

À medida que os seringais começavam a se multiplicar no curso médio do rio Xingu, a bacia do rio Iriri também contribuía cada vez mais com a produção do látex que saía da região. O relato de Emília Snethlage, oriundo de expedição da naturalista alemã em 1909, aponta para o grande contingente de pessoas envolvidas nesse tipo de extrativismo, que estimou em mais de mil: “Abundam as barracas de seringueiros nas margens e nas ilhas e a borracha que se produz aqui tem a reputação de ser a melhor do estado do Pará”⁴.

Snethlage testemunha o auge da produção de borracha na Amazônia brasileira. Em 1910, um ano após sua viagem, o valor exportado do produto atinge um pico, compondo 40% do que o Brasil arrecadara em suas transações internacionais e alavancando grande acúmulo de riquezas nas cidades de Belém e Manaus, sedes das casas aviadoras e exportadoras⁵.

Poucos anos depois, seria desencadeada uma crise de preços que colocaria fim no chamado primeiro ciclo da borracha. A partir de 1912, a venda do látex amazônico entraria em um processo longo de decadência, cujo desfecho estava traçado desde algumas décadas antes quando, em 1876, o britânico Henry Wickham consegue contrabandear sementes de *Hevea brasiliensis* da região do Tapajós para o Jardim Botânico de Londres. Essas primeiras sementes foram enviadas pelos britânicos à Malásia, onde as seringueiras foram plantadas no sistema de monocultura em grandes propriedades, com mão de obra altamente explorada. O sucesso do plantio

4. SNETHLAGE, Emília. *A travessia entre o Xingu e o Tapajós*. Coleção “Documentos da Amazônia”, v. 98, fac-símile. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2002 [1910], p. 57.

5. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 290.

na Malásia não só tiraria da Amazônia o posto de principal produtor de borracha como propiciaria um abastecimento em larga escala e com baixo custo, especialmente se comparado aos custos de sua exploração nos seringais amazônicos.

A decadência da borracha amazônica seria temporariamente revertida durante a Segunda Guerra Mundial, quando a invasão japonesa da Malásia barra o acesso à fonte de borracha natural para os Aliados. Como consequência, em acordo celebrado com os norte-americanos em 1941, o Estado brasileiro financia e executa um esforço de retomada da produção, que ficaria conhecido como a Batalha da Borracha. Agora trazido pelo Estado brasileiro, um novo contingente expressivo de trabalhadores nordestinos, os *soldados da borracha*, é recrutado para ocupar os antigos seringais e extrair látex. O preço da borracha amazônica e sua demanda se elevam por alguns anos, até a retomada da Malásia pelos Aliados ao final da guerra, pondo fim ao chamado segundo ciclo da borracha.

FAMÍLIAS SE INSTALAM NO BEIRADÃO

Importante destacar que, não obstante o intervalo entre os dois grandes momentos da borracha amazônica no mercado mundial, parte dos migrantes que vieram à região para trabalhar nos seringais permaneceu ali, dando origem a muitas das famílias que hoje vivem, por exemplo, ao longo das margens dos rios Xingu e Iriri. Outra parte descende da migração que chegou já durante a Batalha da Borracha e outra, ainda, dos que chegaram em período intermediário, algo bastante comum no Iriri e no Xingu.

Em todo caso, vale frisar que a derrocada dos preços da borracha não significou, nessas áreas, um abandono total da atividade, embora ela nunca mais tenha alcançado a importância econômica e comercial que teve nesses dois momentos.

Na Terra do Meio, em seu estabelecimento nos seringais às margens dos rios Xingu, Iriri e seus afluentes, os beiradeiros envolveram-se com outras atividades extrativistas ou agrícolas, muitas das quais também alimentaram as relações comerciais entre o mercado mais amplo e o *beiradão*, como é referido o conjunto das margens ocupadas dos rios. Em sua maior parte, os produtos mencionados a seguir eram – e são – utilizados pelas famílias para autoconsumo, com o excedente destinado à venda. Além disso, são produções que se concatenam, ou seja, embora o conjunto varie, tem-se costumeiramente um rol de atividades diversas realizadas ao mesmo tempo.

Um exemplo que merece destaque é a coleta de castanha-do-pará, produção desde sempre realizada na entressafra da extração do látex, vendida aos seringalistas e, posteriormente, aos comerciantes que passaram a atuar nos rios (**ver Dos padrões aos regatões, p. 242**).

Outra atividade que prosperou durante o longo período de enfraquecimento do mercado da borracha foi a captura de animais silvestres para

venda do couro, especialmente felinos. Muitos dos beiradeiros passaram a trabalhar no *marisco de gato* concomitantemente com a seringa e a castanha. O comércio das peles foi proibido pela lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, mas os relatos indicam que a captura perdurou de forma clandestina por vários anos. Costuma-se dizer que a captura de felinos foi “como um garimpo”, pois as peles chegavam a alcançar preços de venda bastante altos junto aos seringalistas ou outros comerciantes da região.

A comparação é oportuna, pois o fim da venda de couro de animais coincidiu com o período em que começaram a se multiplicar focos de exploração de minério na região, tornando a atividade garimpeira atrativa para os beiradeiros, dada sua característica sazonal e complementar. Ainda hoje, é comum encontrar famílias que possuem membros trabalhando ocasionalmente em garimpos, próximos ou distantes.

O extrativismo pesqueiro é outro tipo de produção que tem engajado número considerável de famílias da Terra do Meio nos últimos tempos. Até algumas décadas atrás, o pescado era vendido aos centros urbanos de Altamira e São Félix do Xingu de forma salgada, técnica posteriormente substituída pela utilização de caixas térmicas com gelo. Hoje, essa é seguramente a atividade comercial de envolvimento do maior contingente de beiradeiros, com exceção daqueles que ocupam os cursos mais altos do rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio. Em algumas áreas, além do pescado no gelo, a captura de peixes ornamentais foi realizada com muita intensidade e proporcionou rendas consideráveis. Nos últimos anos, entretanto, essa comercialização tem se enfraquecido devido a restrições legais.

Embora não esteja no campo do extrativismo, a farinha de mandioca também é um produto fabricado e comercializado pelas famílias. Em alguns períodos, contingenciais, alcançou preços elevados. Além de consumidores nas cidades, há também um mercado local que absorve boa parte da produção, composto pelos próprios beiradeiros, pelos últimos garimpos da região e por aldeias vizinhas – nos últimos anos, este último tipo de co-

mércio ganhou espaço por conta da dotação de recursos das compensações ambientais relativas à obra da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte.

Outras produções comercializadas por famílias beiradeiras junto aos comerciantes itinerantes que sobem os rios da região vendendo mercadorias e comprando produções locais, os chamados *regatões* ou *marreteiros*, são as ervas medicinais, os diversos tipos de óleos e alguns produtos da roça e da criação de animais, embora em menor volume e importância como fonte de renda.

Refletir sobre o histórico de ocupação da Terra do Meio e essa diversidade de atividades características da vida no beiradão foi o ponto de partida para uma intervenção junto às cadeias de valor dos produtos da floresta. Nesse sentido, um aspecto emergiu desse quadro com particular destaque: o *sistema de aviamento* como forma predominante de comercialização do leque de produtos do beiradão. Mais que um mecanismo de comercialização, o aviamento aciona uma complexa rede de relações, que se remete à organização social dos beiradeiros e sua ligação com o território. A compreensão das lógicas subjacentes ao aviamento e ao chamado *sistema das colocações* foi fundamental para se chegar a aspectos inovadores na estrutura do arranjo produtivo. Por essa razão, convém nos debruçarmos com maior detalhe sobre esses sistemas e as transformações pelas quais passaram na Terra do Meio.

CAPÍTULO 9

O AVIAMENTO
E O MODO
DE VIDA
BEIRADEIRO

Por Augusto Postigo e Roberto Rezende

Para os beiradeiros da Terra do Meio, bem como para as organizações com quem vieram a estabelecer parceria nas últimas décadas, pensar em estruturação das cadeias de valor passou por refletir sobre o modo de vida, as formas de organização social, as práticas e os conhecimentos que caracterizam historicamente a vida nas florestas. É esse pano de fundo que fundamenta as estratégias adotadas pelo Instituto Socioambiental (ISA) nas Reservas Extrativistas (Resex) da região.

Assim como em boa parte da Amazônia, nas bacias do Xingu e Iriri o chamado *sistema de aviamento*⁶ marca as relações sociais no interior do beiradão e com a sociedade mais ampla. De forma simplificada, o aviamento pode ser descrito como um sistema de créditos e dívidas estabelecido a partir da ocupação de seringais, por meio do qual as famílias que vivem distribuídas nas margens de rios e igarapés acessam, de forma adiantada, mercadorias industrializadas e dinheiro, em troca da posterior entrega de produtos do extrativismo florestal, da pesca ou de cultivos. Nesse período, a rede do aviamento não se restringia às famílias beiradeiras, mas conectava uma série de personagens, passando por casas aviadoras brasileiras até as firmas estrangeiras, a quem se destinava a produção. São vários os estudiosos que se dedicaram ao tema do aviamento, com abordagens por vezes conflitantes (**ver box, p. 240**).

Na Terra do Meio, o sistema acompanhou a exploração de diversos produtos extrativistas e agrícolas. Nas fases mais intensas da economia da borracha, os seringueiros da região solicitavam aviamentos, ou seja, tomavam adiantadas mercadorias nos barracões dos seringalistas. Esses *patrões*, como eram conhecidos, procuravam impor exclusividade tanto sobre o provimento de mercadorias como sobre a aquisição da produção extrativista, de forma que a família dos seringueiros só pudesse comprar do barracão de seu patrão e negociar a borracha que produzia

6. O dicionário aponta, entre as definições relacionadas aos termos aviar e aviamento, as de despachar, assistir com os recursos necessários ao trabalho, fornecer mercadorias aos seringueiros.

exclusivamente com ele. Um funcionário do seringal, o *guarda-livros*, tratava de registrar a contabilidade composta de entradas de borracha (crédito) e saída de mercadorias (dívidas). Ao final da safra, a diferença entre o produto entregue e a mercadoria adiantada, convertidos ambos em moeda, significava um *saldo* ou uma *dívida* para o seringueiro na safra seguinte.

A exclusividade comercial dos patrões-seringalistas, que caracteriza a forma específica do aviamento nesse período, se sustentava na ideia de que eles haviam aberto os seringais com recursos próprios, o que lhes dava investidura moral para atuar como proprietários dessas áreas. A posse efetiva, por sua vez, envolvia investimentos para a expulsão dos tradicionais ocupantes (o que significava, muitas vezes, chacinas dos povos indígenas da região), a abertura das estradas de seringa, entre outras medidas.

O sistema de aviamento que marcava as relações entre seringalistas e seringueiros atribuía a ambos um conjunto de deveres mútuos socialmente reconhecidos. Um deles era o que prescrevia que o patrão deveria fornecer as mercadorias necessárias ao seringueiro e sua família ao longo de uma safra da borracha. Outro, de suma importância, era a *assistência*, noção que engloba um conjunto de medidas entendidas como deveres morais, como o provimento de transporte, apoio em casos de doença, o adiantamento de recursos quando o beiradeiro necessita ir à cidade, a compra e entrega de encomendas específicas, cobrando ou não esses gastos posteriormente. O seringueiro, por sua vez, cumprindo o patrão com seus compromissos, sentia-se obrigado a entregar sua produção unicamente ao barracão e dele comprar mercadoria. Essas ligações entre patrões e fregueses também eram sustentadas por eventuais vínculos de amizade, compadrio e até parentesco.

Aramburu defende que essa é uma relação central na vida do interior amazônico, pois “não só possibilita a existência de produção mercantil[,] mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe

prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo (doenças, carestias etc.) em troca de uma relação comercial monopolista”⁷.

Com o enfraquecimento da economia da borracha, e conseqüentemente do poder econômico dos seringalistas, a exclusividade se enfraquece. Os patrões já não conseguiam manter o aviamento nas mesmas bases dos períodos de auge, pois suas margens de lucro diminuía, assim como sua capacidade de prover assistência aos beiradeiros.

Outro motivo central para o enfraquecimento da exclusividade na relação comercial foi a emergência, entre as famílias beiradeiras, de um modo de vida baseado em múltiplas atividades agrícolas e extrativistas. As primeiras famílias que foram se constituindo na floresta desde as primeiras migrações desenvolveram um conhecimento do território e uma divisão familiar do trabalho que não existia nos anos iniciais. Seu sustento passou a se apoiar em diferentes bases, fazendo da produção de borracha e castanha apenas uma parte de suas atividades econômicas. Assim, passou-se a depender cada vez menos das compras no barracão para as necessidades básicas.

Com o declínio dos seringalistas, os regatões ou marreteiros rompem definitivamente esse monopólio e passam também a aviar as famílias. Até hoje, na Terra do Meio, esses comerciantes abastecem-se na cidade e se deslocam até as localidades das famílias beiradeiras, onde vendem mercadorias a crédito, na expectativa de receberem como pagamento a produção local. Essa relação, entre regatão (patrão) e beiradeiro (freguês), se assemelha ao aviamento praticado no tempo dos patrões-seringalistas, e envolve, via de regra, registros dos créditos concedidos em forma de mercadoria ou dinheiro adiantados, que serão abatidos quando da entrega da produção. Caso seu valor supere o adiantamento tomado, o freguês tem um saldo, caso contrário, uma dívida.

7. ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, 1994, p. 82-98.

As contradições do sistema de aviamento: escravidão por dívida e acesso a mercados

Uma abordagem frequente entre os pesquisadores que se depararam com o aviamento é a que faz uma associação direta com a chamada escravidão por dívida, enfatizando os mecanismos de coerção e violência que se apresentavam em relações de trabalho envolvendo extrativismo na Amazônia, e que tornavam os seringueiros reféns dos cálculos draconianos dos seringueiros e da exclusividade comercial imposta.

Não há dúvidas de que esses mecanismos aterradores efetivamente existiram. Na própria ocupação dos seringais dos rios Xingu e Iriri, por exemplo, no período que os beiradeiros mais velhos chamam de os “tempos do carrancismo”, há muitos relatos de como a manutenção da exclusividade comercial com os seringueiros se apoiava no uso de violência física por parte dos seringueiros. No entanto, há que se considerar que o carrancismo tem uma localização bem específica no tempo e não pode ser generalizado. Um olhar atento a diversas experiências amazônicas leva a reconhecer que o sistema de aviamento era muito mais do que uma cadeia de endividamento seguida por cobranças violentas.

De fato, são muitos os estudos que apontam para os diversos papéis desempenhados pelo aviamento na Amazônia, da colonização europeia até os dias de hoje. Na década de 1950, sua presença era atestada categoricamente por Miyazaki e Ono, quando afirmavam que “não existe nenhuma produção no Amazonas que não tenha alguma relação com o sistema de aviamento”⁸. Na mesma época, o antropólogo norte-americano Charles Wagley caracterizava o sistema de créditos como o principal elemento estrutural que regulava as relações sociais na Amazônia⁹. Mikel Aramburu, por exemplo, chamou a atenção

8. MIYAZAKI, Nobue; ONO, Morio. O aviamento na Amazônia. *Sociologia*, São Paulo, 4, 1958.

9. WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Nacional, 1957.

para sua eficiência, em contraste com o sistema financeiro formal, incapaz de chegar aos locais onde está o produtor.

Na Terra do Meio, é possível verificar que, ao garantir a comercialização dos produtos dos seringueiros distribuídos por vastas áreas, por mais desfavoráveis que tenham sido algumas das negociações, o aviamento teria constituído condição necessária para a permanência de muitos deles na região desde o início da economia da borracha até os dias de hoje. Essa constatação não é banal. Afinal, se se abandona a ideia de que o aviamento não se resume a um sistema explorador dos povos da floresta (o que não equivale a negar o componente de assimetria), isso implica que qualquer forma de estruturação de cadeias de valor nessas regiões não pode simplesmente ignorá-lo ou trabalhar por sua extinção, mas, sim, compreender as nuances de sua lógica para nela instituir modificações, visando a formas mais justas e equitativas de repartição dos rendimentos.

Sobre esse período, seu Edimilson Viana, veterano seringueiro do Xingu, conta que a partir do final dos anos 1980 ficou claro para os beiradeiros que os seringalistas não eram realmente donos das terras, em termos cartoriais e legais, o que fez com que se sentissem menos atados ao pacto de exclusividade.

A diminuição na assistência também minou moralmente o poder desses patrões. Quando a posse ou arrendamento da terra já não se sustentava, e quando a assistência falhava, caía por terra a justificativa moral, do ponto de vista de seringueiros e outros atravessadores, de sustentação do pacto com os patrões-seringalistas, abrindo espaço para outros atores interessados em estabelecer uma relação comercial do tipo patrão-freguês com os beiradeiros.

DOS PATRÕES AOS REGATÕES

Componente fundamental das relações comerciais do beiradão desde o declínio dos preços da borracha, a atividade do regatão consiste em obter financiamentos ou adiantamentos nos centros urbanos, para então fazer chegar, em barcos, mercadorias desejadas pelos beiradeiros situados nos mais altos cursos de rios e igarapés, a serem pagas posteriormente com a produção de gêneros extrativistas ou, eventualmente, agrícolas. Em outras palavras, sua atividade é o aviamento. A freguesia dos marreteiros pode, dessa forma, alcançar colocações ao longo de milhares de quilômetros de rios da região.

Tal como ocorria com os patrões-seringalistas, os regatões estabelecem redes de fidelidade com seus fregueses a partir da garantia de assistência. Além disso, a relação entre fregueses e comerciantes também é permeada por laços de amizade, compadrio e parentesco.

A história de seu Edimilson, do Xingu, é ilustrativa da passagem dos patrões aos regatões. Quando sua família se desobrigou de comerciar unicamente com o pretense dono do seringal onde estavam suas estradas de seringa, ficou decidido que a borracha excedente ao final da safra, ou seja, a produção que ultrapassava o crédito que haviam contraído junto ao seringalista, seria vendida a outro comprador. Quando conta essa história, seu Edimilson mostra uma carta em que o antigo patrão, solicitando a borracha excedente, propõe comprá-la pelo preço estipulado pelo beiradeiro. A proposta foi negada, e a produção foi vendida a Zeca Nunes, afamado regatão. Nunes era muito amigo de seu Edimilson, ambos tendo crescido juntos, como seringueiros. Mais tarde, Nunes se tornou comerciante, passando a ser referido como o novo patrão. Nesse caso, não por ser ou se dizer proprietário do seringal, mas porque, dentro da lógica do aviamento, aviava e assistia seu freguês, ou seja, Edimilson e sua família.

OS TERMOS DA NEGOCIAÇÃO

Se, por um lado, a rede do aviamento tem propiciado a permanência dos beiradeiros nas localidades mais distantes e isoladas em relação a centros urbanos e comerciais, por outro, os termos da negociação nesse sistema tendem a pender em prol do comprador, dada a inexistência de alternativas comerciais fora desse circuito.

Como mostrou o exemplo de seu Edimilson, no período em que seringa-listas conviveram e disputaram a produção com os regatões, havia uma margem de negociação que permitia aos beiradeiros obter condições menos desfavoráveis. Mais recentemente, porém, essa margem se tornou restrita, pois decorria apenas da competição entre diferentes marreteiros. Às vezes, nem isso. Em localidades mais distantes, é comum que apenas um regatão realize esse comércio.

A sustentabilidade financeira do regatão está em sua capacidade de utilizar duas diferenças de preço. De um lado, a disparidade entre o que paga pelas mercadorias na cidade e o que cobra de seus fregueses no beiradão por essas mesmas mercadorias e, de outro, a diferença entre o preço pago pela produção ao beiradeiro e o preço pelo qual vende a mesma produção a seu patrão na cidade. Nesse quadro, os moradores do beiradão queixam-se com frequência dos preços praticados pelos marreteiros, tanto aquele cobrado pela mercadoria quanto o pago pela produção. Os regatões, por sua vez, defendem-se invocando o alto custo das viagens e de manutenção dos barcos, bem como os custos de aviamento e produção impostos por seus próprios patrões na cidade. De fato, muitos contraem, eles mesmos, dívidas que não conseguem pagar, e acabam desistindo ou falindo.

Na Terra do Meio, embora ainda haja regatões que comprem castanha, óleos, sementes e farinha, a maioria hoje concentra suas atividades na comercialização do pescado, atividade que, como visto, se sucedeu à ex-

ploração de outros produtos, como as peles de gato, o ouro e a seringa. Por essa razão, esses marreteiros são também conhecidos como peixeiros. Eles mantêm relações de crédito e dívidas com compradores da cidade de Altamira e, em menor número, de São Félix do Xingu.

Quando deixam a cidade, os peixeiros abastecem seus barcos com mercadorias e caixas de isopor com capacidade para 100 litros, preenchidas de gelo em barra, motivo pelo qual são também conhecidos como *geleiros*. Ao subirem o rio, distribuem as caixas a cada um de seus fregueses, aos quais também adiantam mercadorias, anotadas em seus cadernos de contas. O esperado é que o beiradeiro trabalhe na pesca pelos dias seguintes, tempo suficiente para que o barco atinja a localidade mais distante e inicie o retorno, rio abaixo. No momento do recolhimento, o peixeiro pesa o resultado da pescaria e verifica o saldo do pescador. Se o valor total do peixe entregue superar as mercadorias adiantadas, paga-se o saldo ao freguês, seja em mercadoria ou em dinheiro. Caso contrário, permanece uma dívida a saldar.

Vale notar que a margem de ganho varia entre os regatões, o que por vezes reflete sua origem social. Há regatões, poucos, que possuem capital próprio e não precisam ser aviados por patrões na cidade, assim como há os que são, eles próprios, moradores do beiradão. Os menores, em especial, trabalham muitas vezes com margens de lucro pequenas, que os deixam mais vulneráveis a imprevistos diversos, incluindo eventuais inadimplências. Além disso, como dito, a manutenção da relação patrão-freguês prevê o provimento de assistência por parte do comerciante, de modo que os beiradeiros permaneçam negociando com ele e honrando suas dívidas. Isso faz com que não se trate de uma interação comercial simples, que se encerra em uma operação de compra e venda, mas de uma correspondência baseada em grande parte na confiança de ambos os lados e em negociações que transitam cotidianamente entre a tensão e a amizade, mas que têm por princípio sua duração no tempo, condicionada aos créditos e dívidas estabelecidos.

A ligação com o regatão é, ao mesmo tempo, fundamental e incômoda. O comerciante busca, por um lado, fidelizar o freguês e garantir sua produção, ao passo que este procura obter toda sorte de benefícios e serviços não restritos ao aspecto comercial da relação. A distância de centros urbanos e do mercado, e a conseqüente ausência de opções de venda da produção e provimento de mercadorias, tornam o regatão importantíssimo para o beiradeiro. Por sua parte, os regatões, que são aviados por seus próprios patrões na cidade e com quem se endividam para empreender as viagens ao beiradão, estão sempre em risco de não receberem o crédito que adiantam às famílias em mercadoria.

O SISTEMA DE COLOCAÇÕES

Se o regatão é uma das únicas opções de abastecimento de mercadoria e de compra de produção dos beiradeiros, seria de se esperar que estes fossem totalmente dependentes do comerciante para a manutenção de sua família. Essa, contudo, é uma conclusão precipitada, pois o modo de vida no beiradão se assenta em um arranjo territorial e produtivo que garante determinado grau de autonomia. Lembremos que apenas parte da economia dos beiradeiros se volta para a comercialização, e que também só parcialmente dependem de mercadorias industrializadas.

A capacidade histórica que beiradeiros desenvolveram para resistir a crises econômicas e à pressão de patrões que cessavam de aviá-los, não só na Terra do Meio como em outras partes da Amazônia, está relacionada à forma com que ocupam o território, bem como ao conhecimento desenvolvido e nele aplicado. A partir das matas, rios e roças, as famílias retiraram a base de seu sustento, além dos materiais para a construção de suas casas, seus medicamentos, dentre inúmeros itens. “Do comprado”, como se referem às mercadorias industrializadas, há itens básicos (que, em momentos de maior dificuldade comercial, foram substituídos por produtos locais) e itens de conforto e desejo (motores, televisores etc.). A independência do mercado e da sociedade envolvente para a manutenção do sustento mais básico garante ao beiradeiro um poder de barganha relativo com patrões e regatões.

O uso dos recursos da floresta e dos rios nessas proporções envolve, necessariamente, além da própria oferta potencial desses recursos de forma permanente, um conhecimento profundo desse meio e de suas possibilidades como veremos no próximo capítulo. Tal forma de se relacionar com o território têm sua origem nas chamadas *colocações*, referidas ao local onde o patrão “colocava” o seringueiro para explorar determinadas estradas de seringa.

A implantação dos seringais no início da exploração da borracha significava, como dito, a migração de nordestinos geralmente evadidos de momentos de seca e miséria no sertão para a Amazônia, com o sonho de uma vida melhor baseado nas histórias propagandeadas pelos que arregimentavam os trabalhadores. Quando ali chegavam, trazidos pelos seringalistas, por intermediários ou pelo próprio Estado, os migrantes, geralmente homens solteiros, eram alocados pelos seringalistas em uma colocação de seringa. A disposição seguia a distribuição das seringueiras nas matas, o que fazia com que, em geral, as colocações se situassem a longas distâncias umas das outras.

Nesse contexto, os seringueiros viam-se em um território que desconheciam e isolados uns dos outros, o que alimentava sua dependência da produção de borracha para sobrevivência. Com os anos de vida no seringal, aqueles que não retornaram ao Nordeste após a derrocada dos preços da borracha constituíram famílias em suas colocações, com mulheres indígenas *pegas* nas disputas por território¹⁰ ou com migrantes ou filhas de migrantes do Nordeste. Isso fez com que as colocações, inicialmente postos de trabalho ocupados por homens solteiros e voltados exclusivamente ao trabalho nas estradas de seringa, tornassem-se moradas de famílias, que passaram a conhecer e dar sentido às florestas e seus recursos, inclusive acionando matrizes de conhecimento indígena.

Com base no conhecimento que construíram, as famílias de seringueiros puderam diversificar sua produção e suas fontes de sustento, dedicando-se à caça, pesca, extrativismo, artesanato e roça. Essa diversificação enfraqueceu a dependência da borracha e, conseqüentemente, das relações comerciais com o patrão, sem, contudo, deixar de reservar um papel importante para os produtos comercializáveis e inseridos em mercados mais

10. Sobre a constituição das famílias e a incorporação de mulheres indígenas aos seringais, cf. PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2004 e WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

amplos, como as peles de gato, o ouro e o peixe. A redução dessa dependência, politicamente e na prática, significou a diminuição do poder do patrão sobre os seringueiros e suas famílias e uma margem de negociação, impossível anteriormente.

Aos poucos, as colocações deixaram a condição de espaços de produção de borracha por parte de seringueiros isolados para assumir a de territórios de famílias voltados para uma produção variada baseada na riqueza e nas possibilidades fornecidas pela floresta. A diversificação das atividades produtivas e os conhecimentos desenvolvidos propiciaram maior segurança para as famílias beiradeiras face a variações nos preços de mercados e ciclos econômicos: se, por um lado, a diversificação garantia o básico para a alimentação e sustento das famílias, por outro, também fornecia uma gama de produtos a serem comercializados.

As colocações também se tornaram espaços políticos importantes. Como analisado pelo antropólogo Mauro William Barbosa de Almeida, que estudou a organização social dos seringueiros do Alto Juruá nos anos 1980, cada colocação tem sua independência no que diz respeito ao uso e conservação dos recursos da floresta, à organização do trabalho e ao estabelecimento de alianças. Assim, elas tornam-se unidades produtivas e decisórias importantes, tanto no que tange ao uso dos recursos naturais como sobre a forma de estruturação das relações sociais.

Nas *colocações* do Riozinho [um afluente do rio Tejo, que, por sua vez, é um afluente do Juruá, no Acre] havia em média duas a três casas. Assim, enquanto uma *colocação* ocupava cerca de 900 ha, à casa correspondiam de 300 a 450 ha. Cada casa abrigava um grupo doméstico de 5,8 membros em média. Isso leva a densidades demográficas entre 1 e 2 habitantes por quilômetro quadrado. Tal número, que pode parecer baixo à primeira vista, reflete mecanismos importantes de equilíbrio ambiental e social nas colocações, como mostrarei adiante.

Os moradores da colocação podem atuar como uma equipe de caça, e como equipe de trabalho para certas tarefas coletivas, como abrir roçados e fazer farinha na casa-de-farinha em *colônias* que agrupam os roçados de cada grupo doméstico. A carne de caça é compartilhada no plano da *colocação*, mesmo que tenha sido obtida por um caçador de uma casa. (Chama-se a isso de *vizinhar* a caça.) As casas de uma *colocação* são na maior parte dos casos de chefes de família ligados por laços de parentesco (assim, a casa de um casal mais velho, ou de viúva, e as casas de filhos ou genros; ou ainda casas de irmãos e de irmãs casados, formando assim como que casas ampliadas). *Colocações* próximas interligam-se por laços de parentesco, casamento, compadrio, cooperação e comércio. Reúnem-se em mutirões e festas, sem respeitar fronteiras de seringais, e transpondo mesmo as bacias hidrográficas (nas *colocações* mais distantes do Riozinho era comum visitar amigos e parentes na vila Jordão, na foz do afluente do Tarauacá). Essas formas de sociabilidade são importantes para contrabalançar as tensões latentes entre vizinhos, alimentadas muitas vezes por intrigas e fofocas, e que podem se tornar *questões*. São *questões* de roçado (porcos que invadem roças), em torno de mulheres (filhas e irmãs que engravidam, que são *roubadas*, que deixam o marido), caçadas (animais perseguidos numa *colocação* que são abatidos à frente da casa dos moradores de outra *colocação*), e estradas de seringa (que se entrelaçam e crescem, são repartidas e emprestadas, sem que haja fronteiras fixas entre territórios de casas e mesmo de *colocações*). Essas tensões atuam no sentido de rarefazer os moradores das *colocações* que competem, quando seu número cresce, por recursos que são limitados. Em suma, o sistema social das *colocações* está longe de reduzir-se às relações entre seringueiro e patrão. Ele possui regras próprias e locais¹¹.

11. Cf. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais*. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 1, 2012, p. 129-130 (destaques no original).

Embora haja diferenças temporais e socioeconômicas entre o Juruá do final dos anos 1980 e a Terra do Meio da primeira década dos anos 2000, as semelhanças entre os dois casos, no que tange ao modo de vida dos beiradeiros, é evidente: a organização do trabalho em torno de unidades domésticas (as casas seringueiras) e a ocorrência da vizinhança como importante marca de aliança entre as famílias. Outros pontos comuns são o uso diversificado da floresta, a necessária distância entre as colocações para o uso dos recursos florestais, a economia fundada na caça, na coleta, no extrativismo, na pesca e na roça, sempre vinculada ao mercado nacional e mesmo internacional, por meio de um ou mais produtos do extrativismo ou da agricultura.

Importante ressaltar que a constituição do sistema de colocações só foi possível por duas razões principais: a riqueza de recursos oferecida pela floresta e o desenvolvimento de conhecimentos específicos associados às atividades produtivas, que dependem de um processo de observação e experiência na relação cotidiana com a floresta. São conhecimentos e práticas que se convertem aos poucos em opções, e que constituem um imenso patrimônio imaterial, do qual parte será apresentada no capítulo 10.

As colocações no Acre e no Pará: trajetórias distintas

A Terra do Meio e o Alto Juruá guardam semelhanças importantes. Em ambos os casos, a saída de atores que ameaçavam os territórios tradicionalmente ocupados foi resultado da criação de Reservas Extrativistas. Essas áreas protegidas, no Acre como no sudoeste do Pará, tiveram como objetivo, portanto, a continuidade de um modo de vida desenvolvido ao longo de mais de um século e levado a cabo nas colocações.

Observando o que se passou em cada cenário, porém, as trajetórias foram divergentes. No Alto Juruá, um conjunto de ações governamentais e políticas públicas, além de outras situações contextuais, por não levarem as potencialidades do sistema em consideração, corroeram essa forma de organização socioespacial e suas conquistas para seringueiros e suas famílias. Um dos motivos dessa corrosão do sistema no Acre foi o fim do aporte de recursos, por parte do governo federal, que financiavam os seringueiros até a década de 1980. Com isso, apesar de conquistarem legalmente o direito ao uso de seus territórios e a possibilidade de manter, ao menos no sentido fundiário, a organização anterior, as bases econômicas da atividade extrativista foram minadas. Houve, inclusive, políticas públicas inadequadas que contribuíram para desagregar a ocupação tradicional, concentrando escolas, postos de saúde e meios de comunicação em poucas localidades e atraindo as famílias para um modelo de “comunidades” que poderiam chegar a mais de cem casas¹².

Semelhante plano foi apresentado aos beiradeiros da Terra do Meio, no início da década de 2000. Edileno Camilo de Oliveira, atual presidente da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora), lembra que, nos anos que se seguiram à criação da Unidade de Conservação, os

12. Sobre esse processo, cf. REZENDE, Roberto. *Das colocações à vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

moradores receberam visitas de entidades, com a proposta de que as famílias se organizassem em nucleamentos. Uma das organizações sugeriu que aquela forma de distribuição espacial, em que a distância entre a morada de uma família e outra pode chegar a horas de viagem, não era muito prática para a criação de uma estrutura de serviços públicos voltados a atender a todos, ou mesmo para fins de mobilização e organização comunitária.

Em um primeiro momento, os moradores consideraram a possibilidade de mudança, mas, como conta Edileno, logo refletiram que “não era o costume”, e que isso implicaria, por exemplo, a reorganização das ideias locais de propriedade, de uso do território, podendo gerar conflitos de vizinhança e outras questões. A sugestão foi, assim, recusada, e se manteve a lógica organizacional das colocações de seringa.

De fato, a organização espacial baseada no antigo sistema de colocações instituído no seringal dificulta a instalação de certos serviços públicos nos moldes concebidos para realidades urbanas, ou mesmo de assentamentos rurais. Por outro lado, no que se refere a outros aspectos da vida social, ela garante aos moradores diferentes vantagens. “Cada um manda no que é seu. Tem seu roçado, suas áreas de pesca, de caça, bem divididas”, explica Edileno. Em suma, essa forma de organização baseada nas antigas colocações é sobretudo uma escolha, mais do que um acaso, e configura uma forma inteligente de utilizar diferentes recursos disponíveis nas florestas, de se organizar politicamente e para o trabalho familiar.



© MARCELO SALAZAR/ISA, 2011

*Localidade Riso da Noite, Resex
Riozinho do Anfrísio (PA).*



© ANNA MARIA ANDRADE/ISA, 2013

*Confecção de cestaria em palha
de babaçu na localidade Lajeiro,
Resex Rio Iriri (PA).*



© MARCELO SALAZAR/ISA, 2010

*Abertura de canoa na localidade
Riso da Noite, Resex Riozinho do
Anfrísio (PA).*



© MARCELO SALAZAR/ISA, 2012

Meninas na localidade Morro Grande, Resex Rio Xingu (PA).



© LILO CLARETO/ISA, 2014

*Localidade Volta da Escada, Resex
Riozinho do Anfrísio (PA).*



FOTOS: © LILO CLARETO/ISA, 2014

*Pai e filha na localidade Novo Paraíso,
Resex Riozinho do Anfrísio (PA).*



Processamento de farinha de coco de babaçu no pilão na localidade Novo Paraíso, Resex Riozinho do Anfrísio (PA).



© ANNA MARIA ANDRADE/ISA, 2015

*Carregamento de mandioca para
produção de farinha na localidade Boa
Saúde, Resex Riozinho do Anfrísio (PA).*

CAPÍTULO 10

**CONHECIMENTOS
TRADICIONAIS E
EXTRATIVISMO**

Por Raquel Rodrigues dos Santos

A mata oferece aos beiradeiros incontáveis recursos, que permeiam os mais diversos aspectos de seu cotidiano, em um manejo pautado no conhecimento tradicional. Da floresta, alimenta-se a família, tratam-se doenças, constroem-se casas, ferramentas, embarcações. Alguns desses produtos extrativistas foram, como vimos, inseridos em circuitos comerciais de maior ou menor dimensão – alguns se mantiveram até hoje, como a castanha-do-pará, outros já cessaram, como as peles de gato.

Na parceria dos beiradeiros com o Instituto Socioambiental (ISA), a base da estruturação dos arranjos produtivos é a diversidade, e não uma cadeia produtiva específica. Nas seções anteriores, vimos como essa diversidade incide na organização social das famílias e em seus sistemas de produção e comercialização costumeiros. Agora, cabe apresentar de que forma ela também é constituída por um extenso rol de práticas e conhecimentos tradicionais. As informações são, em grande parte, oriundas do registro de técnicos de campo do ISA durante suas atividades de acompanhamento do desenvolvimento e estruturação de cadeias produtivas de produtos não madeireiros entre os beiradeiros da Terra do Meio.

CALENDÁRIO SAZONAL E ZONEAMENTO DA FLORESTA

“Janeiro, carretel está cantando, é inverno. Encontrou bicho de ruma¹³ no chão, o inverno é muito longo”. As palavras de um jovem beiradeiro descrevem uma divisão do tempo que nenhuma página de calendário daria conta de fixar. “Maio, arapari de folha nova, é verão.” A enumeração pode se estender por horas inteiras, e traduz o que se aprende escutando a mata e os que nela vivem.

A diversidade de atividades que caracteriza o modo de vida no beiradão da Terra do Meio acompanha seu calendário, assentado em um profundo conhecimento sobre a dinâmica da mata e dos rios ao longo do ano. Um trabalho parcimonioso de observação do cotidiano e da organização da produção extrativista junto a beiradeiros e indígenas mostra como ela ocorre por caminhos diversos e igualmente sofisticados, expressos em práticas tradicionais de manejo.

A divisão de períodos mais marcante no beiradão é sem dúvida entre o *inverno*, tempo de chuvas abundantes, e o *verão*, marcado pela estiagem. As atividades dos beiradeiros estão estreitamente ligadas a essa dinâmica. Tome-se um exemplo ilustrativo: se o verão – que geralmente se estende de junho a novembro – se prolongar, prolongará também o tempo em que se trabalha na seringa, adiando a coleta de castanha, que requer um período de umidade para se iniciar. Se o inverno se prolongar, por sua vez, o corte de seringa começa mais tarde, uma vez que os caminhos ainda estarão alagados, impedindo o acesso às árvores.

13. Nome dado pelos beiradeiros a agrupamentos de larvas de himenópteros que parecem constituir um único animal, por se deslocarem em conjunto na mesma velocidade.

As práticas de extrativismo e manejo nesse contexto dependem, portanto, da observação e conhecimento das alterações no ambiente ao longo do ano. “O começo do inverno, a gente conhece porque começa a subir cardume de peixe. A gente conhece também pelo cantar da coroca, quando ela sobe cantando, rio acima, e senta no galho do pau e canta quente, quente, quente”, descrevem Raimundo Freires da Silva, do Riozinho do Anfrísio, e José Andrade, do rio Iriri¹⁴. A partir de seus conhecimentos, os extrativistas também explicam o comportamento dos animais, que é um importante indicador de mudanças de estação. A variação de paisagens (“começa a nascer capim nas praias”) ou a variação nas quantidades de frutos dão indícios da duração daquela estação específica: “Ano de muita castanha é ano de muita fruta”, assegurou Herculano Filho, do Riozinho do Anfrísio.

“A mata ensina você a andar dentro dela”, conta o beiradeiro Dicé Viana, do Xingu. Uma vez que os sinais da transição do tempo manifestam-se no espaço, a dinâmica de atividades depende também do conhecimento das fisionomias florestais. “Nós temos vários tipos de mata na região, como mata limpa, mata cerrada, mata de açaizal e mata ‘de canela de velho’ – aquela mata de madeira fina, madeira de touceira”, enumeram Dicé Viana e Raimundo Carvalho, do rio Xingu, explicando que as características de cada uma, bem como sua variação ao longo do tempo, informam o tipo de atividade que terá lugar ali. “Durante o inverno, a mata alta é melhor de caça. Com a entrada do verão, a caça vai para a mata baixa, comer o que existe ali. Durante os meses de agosto, setembro e outubro, a caçada é na mata de açaizal, onde quase todas as caças vão comer.”

A partir dessa dinâmica de conhecimento que articula a mata, suas variações e as atividades desenvolvidas, pode-se compreender mais facilmente as práticas de manejo de alguns de seus frutos, compreensão essencial para a estruturação de seus arranjos produtivos.

14. Os textos de beiradeiros mencionados nesta seção foram escritos nos marcos do curso de gestão territorial conduzido pelo ISA em módulos, entre 2011 e 2016 (ver *Os cursos de gestão territorial (2011-2016)*, p. 341).

QUEBRAR CASTANHA

A coleta dos frutos da castanheira (*Bertholletia excelsa*), também conhecidos por castanha-do-pará, consiste, basicamente, nas seguintes etapas: caminhar sob as árvores à procura dos ouriços, nome que recebem os pesados frutos no interior do qual estão as castanhas; amontoar os ouriços caídos em um ponto fora do raio da copa da castanheira, onde não há risco de acidente causado por eventual queda de ouriço; quebrar com um facão o exocarpo dos frutos, de modo que as castanhas fiquem expostas e possam ser despejadas em um tipo de cesto conhecido como *paneiro*¹⁵ ou em um saco de fibra; e transportar as castanhas até a margem do igarapé ou do rio mais próximo.

As castanheiras ocorrem em florestas de terra firme e os caminhos que dão acesso às árvores são chamados de *piques*, trajetos com início e fim, ao longo dos quais o extrativista reúne os ouriços na ida e recolhe as castanhas na volta. Um agrupamento desses caminhos forma o que se conhece por *castanhal*. A abertura de um pique exige conhecimento da localização das castanheiras, o que não é simples. Por essa razão, extrativistas com menos experiência acabam optando por reabrir piques antigos – que seus pais e avós exploravam.

Os nomes dos castanhais geralmente têm relação com elementos da paisagem. Fala-se, por exemplo, no castanhal do Igarapé Preto, da Serra ou do Grotão do Chico Flor. Os piques, em contrapartida, nem sempre são nomeados, exceção feita quando o caminho é palco de algum evento memorável (“Lá tinha uma anta muito gorda [...] nós matamos, [...] então ficou ‘pique da anta’”). Como o conhecimento das fisionomias florestais é partilhado, essas toponímias são importantes para o fluxo de informações entre os beiradeiros. A comercialização da castanha gera renda significativa para as famílias da Terra do Meio, especialmente com a elevação do preço decorrente de parcerias comerciais, estabelecidas desde 2012 (**ver capítulo**

15. Cesto de cipó trançado, feito pelas famílias ribeirinhas, e utilizado para o transporte de objetos variados.

13, p. 317). Para a família de José Moreira da Silva, por exemplo, a venda de castanha significou um aumento anual da renda de, no mínimo, 12% desde 2012. De 2014 para 2015, esse aumento chegou a 41%. Essa evolução considera a variação anual na produção das castanheiras, fato bem conhecido pelos beiradeiros, e um elemento central para o estabelecimento de parcerias comerciais com empresas que possuem demanda fixa e contínua. Durante as negociações, os beiradeiros da Terra do Meio expuseram essa variação aos parceiros comerciais, deixando claro que, por esse motivo, não se sentem à vontade para fixar um volume anual de entrega. Isso não significa, porém, a ausência de produção, inclusive porque ocorrem variações em distintas áreas do próprio território: ano de pouca castanha no Riozinho do Anfrísio pode coincidir com safra abundante no Iriri.

Além disso, a experiência e o conhecimento dos castanhais pelos beiradeiros permite prever a dimensão da safra. O início do segundo meio-verão, em meados de setembro, já permite uma estimativa a partir da observação dos ouriços imaturos nos galhos das castanheiras, ou mesmo da safra do sarão – fruta apreciada pelo pacu –, cuja quantidade nesse período está diretamente ligada à quantidade estimada da castanha para aquele ano. A experiência informa, porém, que as estimativas mais certas são feitas no meio da safra. Por essa razão, os extrativistas sugeriram aos parceiros comerciais que a produção fosse entregue em duas etapas: na primeira metade da safra, em quantidade indefinida, e ao final do período, com uma estimativa fundamentada do total. Os beiradeiros têm uma noção precisa de números envolvendo a produção. “São 1.700 ouriços para 14 caixas de castanha, mais ou menos”, exemplifica um relato, complementado por outro: “o cara coloca 100 ouriços num panela”, ou ainda: “a gente já sabe, pelo monte, quantas caixas vai dar”. No entanto, a predominância da tradição oral faz com que raramente haja registros escritos das quantidades coletadas, o que dificulta a recapitulação de dados mais antigos. Consequentemente, torna-se mais difícil um monitoramento da produção dos castanhais, que poderia elucidar questões sobre variação e contribuir para estimativas que favorecessem seu manejo, assim como acordos com parceiros comerciais.

CORTAR SERINGA

A atividade de extração do látex de seringueira (*Hevea brasiliensis*), ou cortar seringa, foi a base para a organização do sistema das colocações (**ver O sistema das colocações, p. 246**). Na Terra do Meio, com a retomada da atividade a partir de 2000, após algumas décadas de suspensão, surgiram demandas para reabertura de acessos utilizados para coleta do látex, as chamadas *estradas de seringa*.

Diferentemente dos piques de castanha, uma estrada sempre começa e termina no mesmo ponto, descrevendo uma volta na mata, o chamado *rodo*. Cada estrada costuma ter, em média, 200 seringueiras, ou *madeiras*, alinhadas nesse percurso. Eventualmente, é possível que algumas árvores fora do rodo componham a estrada, caso que justifica o traçado de uma *manga*, caminho de uma só direção pelo qual o seringueiro sai e retorna à estrada. Tal prática, porém, não é adotada por todos os extrativistas. Francisco Carlos da Anunciação, do rio Iriri, por exemplo, explica sua rejeição às mangas: “Na minha estrada não tem uma manga. Eu não gosto de caminho que volta pra trás...”.

A breve descrição da complexidade envolvida na abertura de uma estrada ajuda a compreender por que o serviço é dominado por poucos. Tal atividade demanda uma dupla de beiradeiros experientes, composta por um *mateiro* e um *toqueiro*. Este último vai à frente, seguindo a direção para a qual aponta o maior galho da seringueira anterior, técnica chancelada pelos antigos. Quando atinge a árvore desejada, o toqueiro bate na madeira com algo que ecoe, dando a localização ao mateiro, que então perfaz o caminho até aquele ponto, limpando a picada nesse processo. Posteriormente, a picada é roçada, facilitando o trânsito do seringueiro.

Uma vez colocadas as estradas, uma parte da seringueira é *rapada* para formar a região do *pano* ou *bandeira*, que, por sua vez, recebe os *golpes*,

riscos feitos com a faca de seringa e por onde ocorre a sangria da árvore. A partir da grossura do tronco, calculam-se quantos riscos fazer e o número de bicas e tigelas comportadas. O seringueiro também avalia a árvore para calcular o tipo de golpe mais adequado.

“Tem diferentes tipos. Depende da grossura da seringueira”, conta Raimundo Maciel, do Riozinho do Anfrísio. Alguns dos golpes citados são *cara-de-gato*, *bateria* e *espinha de peixe*, cada qual escolhido em função das características da árvore e de um determinado efeito de produtividade. “O seringueiro faz o cara-de-gato para aumentar a quantidade do leite na época certa”, exemplifica Maciel.

A feitura do pano exige habilidade em dois aspectos principais: não afundar muito a faca no tronco, pois o ferro pode ultrapassar o sistema latiférico¹⁶ da casca e atingir vasos que propiciem infecções na árvore; e não distanciar demasiado um risco do outro. Segundo Francisco Mendes, do rio Iriri, um pano largo, ou seja, com intervalo muito grande entre um risco e outro, pode retardar em até dois anos a cicatrização completa do corte, condição necessária para o seringueiro voltar a cortar sobre aquela mesma área da árvore. Além disso, o pano largo faz com que a superfície do tronco seja mais rapidamente ocupada do que se os riscos fossem próximos, outro fator que retarda o aproveitamento. Ambas as práticas – de evitar cortes fundos e panos largos – aumentam a sustentabilidade da estrada.

Nesse sentido, quando escolhem as seringueiras que comporão a estrada, o toqueiro e o mateiro geralmente evitam as árvores mais jovens. Isso ocorre porque, nas madeiras de diâmetro menor, o corte da árvore, que deve tomar somente uma parte do tronco, pode se emendar, anelando-o e apresentando risco de morte à seringueira. Os beiradeiros que se dedicam a essa atividade de seleção das árvores também sabem identificar, pela ob-

16. Sistema de vasos na casca da árvore por onde corre o látex, que é uma substância de defesa da árvore quando a casca é rompida.

servação, as madeiras que darão látex de maior qualidade, o que também influencia a decisão de incluir ou não uma árvore no trajeto. “Madeira ruim de leite é madeira meio seca e de casca grossa”, explica Jackson da Silva, da comunidade Maribel, no rio Iriri. “Seringueira branca dá leite mais fraco do que a seringueira vermelha”, complementa José Moreira, da mesma localidade. E acrescenta: “Leite, quanto mais amarelo, mais forte é”.

A maior parte das estradas se situa em áreas alagáveis, nas ilhas ou no chamado *baixão*. Enquanto o período de estiagem não se consolida, a extração de látex é quase impraticável, seja pela dificuldade de acesso às áreas ainda parcialmente alagadas, seja pela água de chuva que cai nas tigelas e atrapalha a coagulação do leite. Por outro lado, se o verão for muito severo, a produção de leite pelas árvores é prejudicada, fato que orienta os seringueiros no planejamento do corte: “Este ano está muito seco e por isso eu não estou cortando seringa. Estou esperando as chuvas caírem para ver se ainda dá pra cortar alguns dias”, explica Francisco Mendes, do rio Iriri.

Tal como os castanhais, não há estrada de seringa sem nome, e o mote pode derivar de ampla gama de elementos ou fenômenos. Há estradas batizadas por sua produtividade (“estrada do leite”), seu número de madeiras (“estrada das trezentas”), animais caçados ou avistados ali (“estrada da onça” ou “estrada da mutuma”), árvores marcantes (“estrada do mututi”), fisionomia florestal (“estrada do baixão da grota”).

A promoção da sustentabilidade no manejo das estradas de seringa é algo evidente entre os beiradeiros. Casos de sobreexploração das árvores devido a cortes nocivos e inadequados logo tornam-se alvo de *falação* pelo rio inteiro, uma espécie de controle social sobre o seringueiro que erra o corte. Prejudicar uma árvore de seringa é atacar uma reconhecida e reverenciada fonte de sustento. *Foi com o leite dela que meu pai criou a gente* é, por exemplo, uma frase recorrente no beiradão. Assim, justifica-se a importância do seringueiro *amansar*, ou seja, aprimorar suas habilidades de corte antes de trabalhar sozinho: “O meu pai dizia que os mansos já iam ensinando

os bravos”, conta Edinalva de Oliveira, do Riozinho do Anfrísio, “pra não matar as seringueiras”.

A estrada recém-colocada também é considerada brava, mesmo já tendo sido cortada antigamente. A estrada amansa após um verão de corte. A média de produção de uma estrada mansa são oito latas de leite, que geram oito quilos de bloco de borracha, sua forma beneficiada para comercialização atualmente. Uma lata equivale a dois litros de látex, medida usual na atividade. Porém, há estradas que permitem a extração de até 18 quilos de borracha por dia. Estradas produtivas como essa possuem muitas seringueiras “boas de leite”, as quais nos tempos antigos necessitavam de um *carreto* (duas tigelas empilhadas) para armazenar o látex.

FURAR COPAÍBA

O óleo da copaibeira (*Copaifera* spp.) é tradicionalmente extraído pelos beiradeiros para uso doméstico medicinal e comercialização. Embora ocorra em praticamente toda a região da Terra do Meio, a atividade comercial é mais frequentemente realizada pelas famílias da região do Riozinho do Anfrísio.

Furar copaíba, ou seja, extrair seu óleo, envolve expedições que avançam profundamente no território, prospectando-se as árvores que o possam conter. As árvores são procuradas tanto em terra firme como nos baixos de grota, mas a experiência indica que onde há cipoal, não há copaibeiras. Para a extração, a árvore é furada com o uso de um trado, e o óleo proveniente de seu cerne é coletado com ajuda de uma bica, que o faz fluir para um recipiente. Após a coleta, o furo é fechado com um pedaço de madeira chamado *torno*.

Os beiradeiros contam que, antigamente, era comum a formação de expedições envolvendo até seis pessoas, que chegavam a passar mais de um mês sondando árvores em áreas distantes das moradias. Hoje, os grupos costumam passar períodos mais curtos, em torno de 15 dias, na prospecção.

Uma vez na mata, o grupo faz uma primeira seleção das árvores que serão furadas na tentativa de se encontrar óleo. Geralmente, as copaibeiras escolhidas são aquelas com mais de 60 centímetros de diâmetro na altura do peito, ou da grossura de um galão de 50 litros, parâmetro indicado pelos extrativistas. As árvores menores são furadas depois, caso as maiores não contenham óleo. A experiência indica que, quando se observa uma área que contém poucas copaibeiras produtivas e muitas sem óleo, a chamada *faixa seca*, ela costuma ser seguida por uma região de grande produção.

O conhecimento tradicional também incide em vários aspectos da extração de óleo de copaíba. Há diversos elementos considerados, por exemplo, para

se identificar a região mais adequada do tronco para se fazer o furo. Essa região é chamada *trinca*. “É difícil a trinca dar no centro da árvore, é sempre do lado”, explica um beiradeiro¹⁷. “Olha o jeito da árvore, se a árvore estiver mais inclinada, o óleo está nas costas”, ensina outro. A altura do furo também é um aspecto importante para o manejo e depende das características da árvore, como esclarece um coletor: “Quando é grossa, fura na altura de um metro, e quando é fina, em meio metro”. Um beiradeiro indica, ainda, que o instrumento influi nessa decisão: “Quando tem trado grande, fura 70 cm acima do chão. Quando o trado é pequeno, fura a um metro e meio do chão”.

Assim como ocorre com o látex da seringueira, os extrativistas reconhecem qualidades diversas de óleo de copaíba entre as árvores da região, e os mais experientes conseguem identificar o tipo de determinada copaibeira antes mesmo de furá-la. Relatam, por exemplo, como a fonte de óleo fino tem casca branca ou malhada, ao passo que a árvore mais escura, a chamada *copaíba preta*, tem óleo da viscosidade parecida à do óleo de cozinha. O óleo do tipo mais grosso assemelha-se ao mel e, geralmente, provém de copaibeiras de casca grossa, as *copaibeiras vermelhas*.

Após uma extração, os extrativistas aguardam no mínimo seis meses para voltar a coletar óleo de uma mesma árvore: “Não pode tirar direto, senão esgota. Não morre, mas não cria mais óleo”. “[O tempo de espera é] conforme a mata. Se tiver pouquinho, deixa de três a quatro anos até voltar de novo, conforme a precisão”. A atividade pode ser feita em qualquer período do ano, mas em alguns lugares a extração é feita apenas no verão ou no inverno, por conta do acesso à água.

A sustentabilidade dessa atividade extrativista é uma preocupação tanto dos próprios beiradeiros como dos técnicos que acompanham a produ-

17. Os relatos referentes ao manejo da copaíba foram registrados por Rocío Ruiz em oficinas comunitárias no Riozinho do Anfrísio, em 2008, disponíveis em RUIZ, Rocío C.; BOBOT, Teiamar. *Apoio ao Desenvolvimento da Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) na RESEX Riozinho do Anfrísio, Altamira – Pará*. Potencial de Copaiba (*Copaifera* spp.). Relatório Técnico. Altamira: Instituto Socioambiental, 2008.

ção. Sabe-se que as expedições estão avançando cada vez mais distante das moradias, em busca de copaibeiras, inclusive no território de unidades de conservação vizinhas ao Riozinho do Anfrísio. Em 2009, observava-se significativa redução, ou *despesca*, nas áreas mais próximas às localidades de moradia e também em áreas de expedição. Um relato feito por um técnico do ISA, em 2009, registra que, no igarapé do Pereira (área do Riozinho do Anfrísio sem exploração de copaíba há quase 15 anos), “dos 44% de copaibeiras mapeadas, em apenas 19% ocorreu óleo”¹⁸. Os beiradeiros observam que há sempre árvores sem óleo e que, quando vão para regiões mais distantes, trata-se de uma questão normal de rotatividade, uma vez que quando retornarem para as áreas mais próximas as copaibeiras dessa região terão produzido óleo novamente. Não há, porém, estudos conclusivos sobre a dinâmica e sustentabilidade desse uso.

18. Cf. SOUZA, Márcio. *Relatório Preliminar Extração de Copaiba Resex Riozinho do Anfrísio*. Relatório técnico. Altamira: Instituto Socioambiental, 2009.

QUEBRAR COCO DE BABAÇU

A palmeira de babaçu (*Orbignya phalerata*) e seus frutos têm uma série de usos para os moradores da Terra do Meio, dentre os quais os mais notáveis são a cobertura de casas com as folhas e a fabricação de óleo e farinha a partir dos frutos. A colheita e processamento do coco de babaçu foram práticas trazidas para a região pelos migrantes nordestinos entre os séculos XIX e XX, e historicamente têm sido mais frequentemente desempenhadas pelas mulheres, que guardam, portanto, o conhecimento sobre os múltiplos métodos envolvidos.

Por muito tempo, o óleo de babaçu foi utilizado como substituto ao óleo industrializado de cozinha, ao qual as famílias tinham difícil acesso. A substância era extraída de forma manual, essencialmente no início do verão, quando é possível secar o coco ao sol, fazendo com que a amêndoa solte da casca com mais facilidade. “Ele, molhado, não dá quase nada”, explica uma beiradeira do Xingu. “Aí você põe ele pra secar, aí vai, machuca [macera] ele todinho. Põe ele na panela, torra, aí vai pisar até minar. Aí coloca pra cozinhar, pra ele soltar todo o óleo do bagaço. Aí põe na outra panela, coloca pra apurar. Dá um trabalho...”.

A fabricação de farinha do mesocarpo, parte da semente do babaçu rica em fibras, cálcio, ferro, minerais e nutrientes com propriedades medicinais, era menos conhecida do que a fabricação do óleo na Terra do Meio. Poucas pessoas se dedicavam a ela, majoritariamente com o objetivo de usar o produto em mingaus para alimentação das crianças. Ações do ISA passaram a incentivar o aproveitamento integral do fruto do babaçu a partir de 2011, e popularizaram a farinha na região.

A coleta do babaçu na mata exige a abertura de caminhos limpos de acesso aos *palhais*, áreas que concentram grande número de palmeiras. Os frutos são coletados do chão, com a mão, e colocados em um paneiro. Também é

possível cutucar os cachos suspensos com uma vara, para soltarem os frutos. “Primeiro, a gente vai para o mato e calcula quanto que vai pegar de babaçu na floresta”, descreve Raimunda Rodrigues, do rio Iriri. “Eu trago o babaçu para tirar o mesocarpo, a massa. Ele tem que estar verde. [Antigamente,] a gente marcava com um pauzinho ou milho o quanto tirou. Depois vai pesar a massa. A pesagem é feita sem balança, só na base dos quilos, que a gente já conhece.”

Enquanto a feitura da farinha do mesocarpo demanda frutos verdes, a extração do óleo pode ser feita com frutos mais maduros, cujas sementes encontram-se mais secas e mais facilmente soltas da casca. É até possível extrair o óleo do coco verde, mas jamais de frutos apodrecidos ou furados por *gongos* (larvas que comem a amêndoa do coco). Os relatos indicam que o período mais adequado para se colher o coco é durante a lua cheia, uma vez que o processo manual de extração do óleo deve ser feito na lua minguante. “Nas outras luas, não é bom porque quase não dá óleo e dá muita borra [resquícios sólidos considerados impurezas que se decantam quando o óleo filtrado descansa]”, diz uma beiradeira.

CAPÍTULO 11

A CRIAÇÃO
DAS RESERVAS
EXTRATIVISTAS

Por Natalia Ribas Guerrero, Marcelo Salazar
e Jeferson Straatmann

As seções anteriores apresentaram a base sobre a qual se constituiu o processo de reestruturação das cadeias de valor para os produtos extrativistas na Terra do Meio: o histórico de ocupação, a organização social das famílias beiradeiras e seu arcabouço de conhecimentos sobre as florestas e os rios, as dinâmicas territoriais que têm caracterizado a região no último século. A partir desse panorama, fica claro como os arranjos produtivos na Terra do Meio estão profundamente ligados não só a redes sociais, como também a questões de transporte, saúde, ordenamento territorial, entre muitas outras. Veremos como esse aspecto é marcante no movimento de criação das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio e nas articulações interinstitucionais que se estabeleceram nesse processo, e que, posteriormente, levariam a novos arranjos envolvendo produtos da floresta.

A FRENTE DE EXPANSÃO NA TERRA DO MEIO

A tomada do poder pelo regime militar em 1964 trouxe consigo uma série de políticas direcionadas à Amazônia. O uso de expressões como “deserto verde” ou “terra sem homens” apontava para um projeto de “integração” ao restante do país que desconsiderava a existência e a diversidade de povos e comunidades que havia na região. Na prática, essa violência simbólica abria caminho para a violência física, com a expropriação dos territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e posseiros que ali viviam.

O projeto dos militares se apoiava em dois eixos principais: a consolidação do Brasil como grande exportador de *commodities* e a implementação de obras de infraestrutura. Assim, os incentivos do governo federal a novos projetos econômicos na Amazônia envolveram altíssimas somas – em alguns casos, os empresários interessados em investir podiam ter até 100% do valor investido deduzido do imposto de renda¹⁹.

Em 1970, foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970, que, além de projetos de colonização, previa a construção imediata das rodovias BR-230, ou Transamazônica, e BR-163 (Cuiabá-Santarém). Ambas as estradas incidiram na bacia do rio Xingu ou seu entorno, assim como as rodovias BR-080 e BR-158, cujo planejamento e construção também se deram nesse período. Outro segmento visto como necessário ao projeto da ditadura foi o setor de geração de energia, com as obras das usinas hidrelétricas (UHE) de Tucuruí (PA) e Balbina (AM), inauguradas já na década de 1980 – essas obras seriam mais tarde reconhecidas como verdadeiros desastres técnicos, com um saldo de danos socioambientais irreversíveis a contrastar com seus reduzidos potenciais de produção de energia.

19. Para mais informações sobre as políticas implementadas na Amazônia nesse período, cf. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991 e IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil, v. 131).

No rio Xingu, os estudos para barramento também se iniciam na década de 1970, com o projeto Kararaô, que previa a instalação de seis usinas ao longo do rio e afluentes. Esse plano foi suspenso na década de 1980 para retornar dez anos mais tarde, remodelado e renomeado: Belo Monte. Em sua nova versão, o projeto era constituído por uma única usina, a operar nas proximidades da Volta Grande do Xingu. Leiloadada em 2010, e já em funcionamento, a UHE de Belo Monte viu seu processo de construção cercado de questionamentos sobre a dimensão dos impactos socioambientais, bem como do cumprimento de medidas de mitigação²⁰. Na Terra do Meio, o principal eixo pelo qual avançou a frente de expansão na década de 1970 foi ao longo da rodovia Transamazônica. Às suas margens, o governo deu início ao Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Altamira, envolvendo uma área de 2.795.250 hectares e a estimativa de assentamento de 10.060 famílias de colonos.

Mais do que acesso à terra, o projeto estabelecia o compromisso do Estado com uma série de atribuições, como assistência técnica, crédito agrícola, saúde e educação, implantação de infraestrutura etc. A realidade, porém, foi outra, e as famílias dos colonos viram-se diante de toda sorte de dificuldades para se estabelecer, acessar direitos e prosperar na terra. Rotatividade e abandono dos lotes foram alguns dos resultados da descontinuidade de investimentos, propiciando-se a concentração fundiária. Enquanto os migrantes amargavam os obstáculos decorrentes da falta de apoio do Estado nos projetos de colonização, a abertura das estradas serviu de forma eficaz ao plano de atrair outros segmentos econômicos.

Algumas empresas, por sua vez, incumbiam-se elas mesmas da ampliação de infraestrutura para suas atividades²¹. Isso ocorreu no sul da Terra do Meio, por exemplo, com a instalação de duas empresas do setor de mine-

20. Para mais informações sobre as condicionantes da UHE Belo Monte e seu cumprimento, cf. VILLAS-BÔAS, André; GARZÓN, Biviany Rojas; REIS, Carolina; AMORIM, Leonardo; LEITE, Leticia (org.). *Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

21. Cf. CUNHA, Cândido Neto. "Pintou uma chance legal": o programa "Terra Legal" no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira, no Pará. *Agrária*, n. 10/11, 2009, pp. 20-56.

ração, entre as décadas de 1970 e 1980, atraídas pela descoberta de jazidas de cassiterita em localidades do interflúvio Xingu-Iriri. Uma delas foi a Mineração Taboca, pertencente ao grupo Paranapanema, que, para suas operações, abriu uma estrada que ligava os pontos de extração de minério à vila que abrigava os trabalhadores, conhecida desde então como Vila Taboca, e hoje um dos mais relevantes distritos de São Félix do Xingu.

Outro eixo de avanço da ocupação nessa porção da Terra do Meio foi a estrada aberta pela Mineração Canopus, em torno de 1985. Estabelecida desde o início da década na área, onde explorava uma mina de cassiterita a 40 km do rio Iriri, a empresa buscou meios para facilitar o escoamento de sua produção por via terrestre com a construção de uma estrada vicinal até o rio Xingu – até então, o minério era retirado por via aérea ou dependia da cheia do rio Iriri para ser transportado de barco até Altamira.

Foi grande o afluxo de migrantes para o entorno de São Félix do Xingu a partir da década de 1980, fosse por meio do recrutamento de empreiteiros ou por um movimento espontâneo, atraído pelo trabalho na mineração ou em atividades como a extração do jaborandi, usado pela indústria farmacêutica na preparação de medicamentos e cosméticos. Essa mão de obra era composta por parte da própria população ribeirinha da região, que buscava atividades suplementares ao extrativismo da borracha, cujos preços começavam a declinar.

MADEIREIRAS E GRILEIROS

A década de 1990 é lembrada pelos antigos moradores da região da Terra do Meio como o período em que a queda do preço principiada nos anos anteriores leva muitos pequenos seringalistas e regatões a abandonar a compra da borracha dos beiradeiros. Em paralelo a isso, houve um grande número de famílias camponesas, autoidentificadas como de colonos, que intensificaram seu deslocamento para o entorno das vicinais, formando povoamentos. Essa ocupação, feita com base no trabalho direto na terra e pautada pela reprodução das famílias, contrastava com a crescente apropriação de terras públicas por parte de fazendeiros e grileiros, orientados para a concentração e especulação fundiária²².

O avanço das fazendas e grilagens na Terra do Meio, a seu turno, só foi possibilitado pela intensa atuação de madeireiras ao longo da década de 1990, cujo legado foi a abertura de milhares de quilômetros de estradas clandestinas, em busca de essências nobres, particularmente o mogno. Para escoar a madeira, foi feita uma ligação entre a Transamazônica e o rio Iriri através de uma vicinal construída pela empresa Bannach, uma das madeireiras mais poderosas da região. A estrada clandestina, conhecida como Transiriri, também se tornou destino de um processo de colonização espontâneo, com o estabelecimento de diversas famílias às suas margens.

Diante de crescentes denúncias que indicavam a dimensão da extração ilegal de madeira, bem como dos impactos advindos dessa atividade à floresta e aos territórios tradicionalmente ocupados, o governo brasileiro decretou a proibição, em 2001, do corte e comercialização do mogno. Embora a proibição tenha reduzido a atividade madeireira, a extração ilegal ainda

22. Para mais informações sobre esse processo, cf. TORRES, Mauricio. *A polifonia da terra: conflitos de uso da terra na Esec Terra do Meio nas proximidades da estrada da Canopus e em parte das margens do rio Iriri*. Laudo pericial solicitado pela Procuradoria da República no Município de Altamira, no interesse dos Procedimentos Administrativos nº 1.23.003.000424/2008-50 e nº 1.23.003.000693/2008-16. Altamira, 2008.

persistiu em algumas áreas, seja burlando a fiscalização com o mogno, seja com outras essências de menor valor.

Na esteira das estradas abertas pelas companhias mineradoras ou para extração de madeira, o vigoroso processo de apropriação ilegal de grandes porções de terras públicas atingiria seu auge nos anos 2000. Esse movimento, referido nos relatos de beiradeiros como “a época da grilação”, articulava-se tanto para aquecer um mercado especulativo imobiliário como para a implantação direta de fazendas, em que se praticava a pecuária em larga escala. Em 2010, o município de São Félix do Xingu concentrou, sozinho, mais de 2 milhões de cabeças de gado, o equivalente a mais de 10% do rebanho paraense e quase 1% do rebanho nacional²³.

Esses novos padrões de ocupação se fizeram acompanhar, em alguns casos, de terror e violência a famílias indígenas e beiradeiras, com relatos de ameaças para venda da terra e liberação das áreas. Em outros casos, a falta de alternativas de renda e serviços de educação e saúde contribuíram para que essas famílias vissem, na possibilidade de venda da terra pelos preços oferecidos pelos grileiros, uma forma de viver em locais com mais recursos e trabalho. Além disso, a sensação de impotência era agravada pela dificuldade em organizar a vida em um beiradão que se esvaziava e que se recortava, ilhando moradias e interferindo nos circuitos de vizinhos e parentes, parte importante do modo de vida ribeirinho.

Em alguns casos, ainda, a grilagem na Terra do Meio desenvolveu outras formas de relacionamento com a população local, complementares ao assédio e a à violência, de modo a consolidar suas pretensões territoriais. O maior exemplo foi o caso de Cecílio do Rego Almeida, empresário paraense que, por meio de fraudes em cartórios da região, pretendeu-se dono de um latifúndio estimado entre 4,7 e 7 milhões de hectares. A área englobava significativa parte da Terra do Meio, do rio Xingu até o Riozinho

23. Cf. IBGE. *Produção da Pecuária Municipal 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, v. 38, 65p.

do Anfrísio, a noroeste²⁴. Levando em conta o abandono do Estado em relação a direitos básicos, grileiros aproveitavam para oferecer presentes e assistência às populações ribeirinhas, conseguindo, assim, acesso às áreas tradicionalmente ocupadas.

A despeito das tentativas de assédio e cooptação, não foram poucos os tradicionais ocupantes da Terra do Meio – entre povos indígenas, ribeirinhos, colonos e posseiros – que se colocaram na linha de frente de defesa de suas terras e florestas, frequentemente arriscando a própria vida. Esse movimento, articulado a outras organizações da região da Transamazônica, seria crucial para as medidas de ordenamento territorial que o governo veio a tomar.

24. Para um perfil do empresário, cf. BARROS, João de. "Maior grileiro do mundo". In: *Caros Amigos*. São Paulo, 2005, n. 102.

O MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS

No início dos anos 2000, as denúncias de beiradeiros, indígenas e posseiros da Terra do Meio sobre o avanço de grileiros e madeireiros sobre seus territórios foram amplificadas a partir do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), uma aglutinação de mais de 100 entidades regionais²⁵. Como um dos importantes resultados dessa mobilização, foi concluído em 2003 um estudo coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA), a partir de edital do Ministério do Meio Ambiente, com uma proposta de mosaico de áreas protegidas para a Terra do Meio²⁶. Em 2004, um primeiro passo é dado com a criação da Resex Riozinho do Anfrísio, em resposta a reiteradas e contundentes denúncias de ação de grileiros e madeireiros feitas por beiradeiros que viviam nesse importante afluente do rio Iriri e amplificadas por movimentos sociais e pela imprensa²⁷. Contudo, foi somente após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang em Anapu, em 2005, e a conseqüente pressão nacional e internacional junto ao governo brasileiro, que o estudo e a proposta nele contida foram efetivamente levados em conta e o restante das Unidades de Conservação (UCs) é implementado. Grande parte das famílias beiradeiras teve seu território reconhecido por meio das três Resex – outras, a despeito das indicações do estudo coordenado pelo ISA, tiveram seus territórios sobrepostos às UCs de proteção integral, gerando conflitos que se estendem até hoje²⁸.

25. Mais informações em SANTOS, Ana Paula Souza. *O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso de muitas vozes*. Dissertação (Mestrado em Agriculuras Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

26. VILLAS-BÔAS, André; SANCHES, Rosely A.; SCARAMUZZA, Carlos A. M. *Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

27. Sobre as ameaças a povos e comunidades tradicionais e o processo de criação das áreas protegidas da Terra do Meio, cf. BRUM, Eliane. "O povo do meio". In: *Época*. São Paulo, 1º out. 2004 e "Terra do Meio, Brasil Invisível". In: *Bom Dia Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, dez. 2007. Programa de TV.

28. Famílias que vivem hoje no interior do Parque Nacional da Serra do Pardo e da Estação Ecológica da Terra do Meio. Sobre esta última, cf. ALARCON, Daniela Fernandes; TORRES, Mauricio. *"Não tem essa lei no mundo, rapaz!": a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri*. São Paulo: Instituto Socioambiental; Altamira: AMORA, 2014.

ATRAINDO A PRESENÇA DO ESTADO

Quando da criação das Resex, as famílias beiradeiras encontravam-se em uma profunda e grave situação de abandono por parte do Estado. Em grande parte das áreas, o índice de analfabetismo passava dos 80% e a maioria dos moradores sequer possuía documentação cidadã²⁹. Não havia qualquer serviço de saúde do Estado que atendesse às famílias, cujo único recurso era buscar apoio em territórios indígenas vizinhos ou enfrentar difíceis viagens para Altamira. A comunicação com a cidade e o mercado era realizada por intermédio de regatões, os quais proviam também meios de transporte. O deslocamento das Resex até Altamira, no período do ano mais seco, podia levar mais de uma semana, por conta das dificuldades de navegação.

Do ponto de vista do ISA, diante desse cenário, assegurar condições de vida digna e segurança fundiária para aquelas populações, que historicamente zelavam por um patrimônio florestal de milhões de hectares, constituía a ação socioambiental mais indicada naquele momento.

A partir de uma parceria entre o ISA e a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), ONG sediada em Altamira, foram voltados esforços para garantir o acesso das famílias beiradeiras a direitos básicos. Entre as primeiras ações resultantes dessa articulação, esteve a visita à Terra do Meio do programa Balcão da Cidadania, voltado à emissão de documentos. Outras medidas convergiram para atrair a presença da prefeitura de Altamira, com o oferecimento de serviços de saúde e educação, demandas prioritárias. Buscou-se também estruturar e desenvolver o associativismo local e, paralelamente, houve ainda uma cooperação técnica entre o ISA, o

29. Cf. LIMA, Francinaldo Ferreira de. *O acesso às políticas públicas por populações tradicionais na gestão de unidades de conservação de uso sustentável: o caso das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, Altamira – PA*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Manaus, 2015.

Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)³⁰, no sentido de promover a segurança fundiária, buscando retirar os grileiros do mosaico de áreas protegidas. Como resultado, após pouco mais de uma década de ações, é possível observar que as Resex deixaram a situação de abandono para uma vivência com maior presença do Estado e com o fortalecimento e estabelecimento de novas parcerias (**ver box, p. 289**).

Havia, por fim, uma demanda recorrentemente manifesta pelos beiradeiros da Resex às organizações parceiras: o direito a uma renda digna. Embora entendido sempre como indissociável dos outros eixos de ação, esse pleito deu início aos trabalhos do ISA, em 2008, em parceria com as famílias beiradeiras e suas associações, no sentido de valorizar e reestruturar as cadeias dos produtos tradicionais nesses territórios em bases mais justas, objeto das seções a seguir.

30. A partir de 2006, esse papel passou a ser desempenhado mais destacadamente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão de Unidades de Conservação.

Saúde, educação, cidadania: o ISA e o apoio às demandas das Resex

Não é uma tarefa fácil atrair políticas públicas para uma região afastada dos grandes centros, com baixa densidade e dispersão populacional. O custo de atendimento é muitas vezes maior se comparado ao que se despende com a população urbana e, além disso, não possibilita uma “fatura eleitoral” compatível com os “investimentos”. Diante disso, para que as Resex pudessem avançar nesse quesito, foi fundamental o papel das organizações que apoiaram financeiramente as iniciativas implementadas na última década, com destaque para a Rainforest da Noruega, o Fundo Vale e a Fundação Moore. Em geral refratárias a respaldar ações que estão no escopo de deveres do Estado, tais entidades compreenderam que o desafio consistia justamente em criar um modelo de assistência que pudesse atrair as políticas públicas, mas de forma adaptada às realidades diferenciadas em questão.

A partir de articulação com as associações locais e secretarias municipais da prefeitura de Altamira, e com extensos diálogos em espaços como os conselhos deliberativos das Resex e reuniões de associações representativas dos beiradeiros, foram criados polos de inclusão social e desenvolvimento, constituídos por um conjunto de estruturas destinado a gerar centralidade de serviços e facilitar a chegada do Estado, de assistência técnica e de parceiros comerciais. Os beiradeiros escolheram áreas de referência dentro de cada uma das Resex onde foram instalados: unidade básica de saúde, com casa para enfermeiro; centro de formação/escola, com alojamento para os alunos e casa para professores; núcleo de apoio às associações locais e parceiros; estrutura de armazenamento e beneficiamento da produção extrativista local; aparato de comunicação, com internet e telefone público para complementar sistema de rádios que já operavam na região; e, por fim, pistas de pouso, destinadas a facilitar assistência

emergencial, mutirões de atendimento especializado à saúde e ações de proteção e fiscalização, bem como propiciar a articulação com órgãos da administração e com outros parceiros.

Em paralelo à implantação dos polos, ocorrida entre 2010 e 2013, foram firmados convênios com as secretarias municipais de Altamira para que assumissem o funcionamento e a manutenção desses centros. As iniciativas são relativamente recentes, e o arranjo ainda está em consolidação, mas se sabe que a sustentabilidade de uma assistência de qualidade em áreas remotas depende de políticas públicas diferenciadas assentadas no território. Dessa forma, foi também desenvolvida uma proposta de saúde diferenciada, apresentada ao Ministério da Saúde, que originou uma portaria, em 2014³¹. As áreas de educação e crédito à produção ainda carecem, nas Resex, de medidas diferenciadas que reconheçam as especificidades culturais e de custos decorrentes da localização geográfica, em conjunto com a prefeitura de Altamira, a exemplo das políticas que já vigoram para as populações indígenas.

A estruturação dos polos de inclusão, com o maior número de serviços oferecidos em um mesmo ponto, é um componente importante do modelo de assistência às Resex que está em estruturação. É fundamental, no entanto, sua articulação com núcleos menores, situados em localidades que reúnam grupos de famílias de determinados trechos de rio, por motivações culturais próprias. Esses pontos devem dispor de uma estrutura básica de assistência à saúde, educação e saneamento. É importante, ainda, reconhecermos que a dispersão espacial é uma característica do sistema de colocações desenvolvido pela população beiradeira, e deve ser respeitada. Nesse sentido, reitera-se, a perspectiva não é centralizar espacialmente a população nesses polos de assistência, apenas alguns serviços de maior complexidade e custo.

31. Trata-se da portaria nº 837/2014, que redefine o arranjo organizacional das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) e das Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF) dos municípios da Amazônia Legal e do Pantanal sul-mato-grossense.

O grande desafio para as Resex e o mosaico da Terra do Meio como um todo é situar-se na região de construção da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte, com o turbilhão que essa obra traz para a região, reverberando em vários sentidos dentro das Resex e no entorno. Esses impactos não foram sequer considerados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da obra ou contemplados em suas condicionantes mitigatórias.

Outro grande desafio crescente na região é a pressão pela extração ilegal de madeira, associada em parte aos investimentos regionais e à população atraída por Belo Monte, mas não só. Constata-se a redução de desmatamento e o aumento do corte seletivo de madeira, assim como uma enorme dificuldade do Estado para enfrentar a investida, colocando em risco a integridade dessas áreas e de sua população³².

Superar um passivo social histórico dessa magnitude e garantir as condições de proteção das florestas das Resex da Terra do Meio não é algo que se faça no curto prazo. É fundamental a existência de políticas focadas, continuadas e pactuadas com a população local, para que esse enorme passivo não continue se arrastando por décadas.

32. DOBLAS, Juan. *Rotas do saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.



© MARCELO SALAZAR/ISA

Localidade Manelito,
Resex Rio Iriri (PA).



© LILO CLARETO/ISA, 2014

*Criança estudando na localidade Novo
Paraíso, Resex Riozinho do Anfrísio (PA).*



© MARCELO SALAZAR/ISA, 2010

*Atendimento médico na localidade
Boa Esperança, Resex Rio Iriri (PA).*



© MÁRCIO SOUZA/ISA, 2009

*Coleta de castanha-do-pará na Resex
Riozinho do Anfrísio (PA).*



© MARCELO SALAZAR/ISA, 2011

*Miniusina na localidade Rio Novo,
Resex Rio Iriri (PA).*



© MARCELO SALAZAR/ISA, 2010

*Corte de seringa na localidade Baliza,
Resex Rio Xingu (PA).*



© ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2017

*Produção de borracha na
localidade Boa Saúde, Resex
Riozinho do Anfrísio (PA).*



© ROGÉRIO ASSIS/ISA, 2017

*Extração de óleo de copaíba na
Resex Riozinho do Anfrísio (PA).*

CAPÍTULO 12

**PRODUTOS:
OS PRIMEIROS
PASSOS**

**Por Jeferson Straatmann, Marcelo Salazar
e Augusto Postigo**

Um aspecto de destaque no contexto inicial da experiência de valorização e estruturação das cadeias dos produtos tradicionais na Terra do Meio, na busca do direito a uma renda digna, foi a perspectiva dos próprios beiradeiros sobre o que deveria mudar. Nesse sentido, três foram as principais demandas das famílias: maior preço para os produtos locais e conseqüente melhoria da renda; contratos de longo prazo com preços e condições definidas; e a recusa de exigências contratuais que conflitassem com o modo de vida.

Diante desse quadro de reivindicações, o enfoque inicial das propostas implementadas a partir de 2008 foi a busca de contratos diferenciados com preços maiores para os produtos tal como se encontravam e sem volumes predefinidos. Em paralelo, foi conduzido um processo de aprimoramento dos processos produtivos diretamente nas localidades ribeirinhas, com a retomada da produção da borracha, a construção de paióis para armazenamento, providências de transporte e beneficiamento de farinha, apoio à confecção de pequenos móveis e intercâmbios com objetivo de formação.

Glossário

Arranjos Produtivos Locais: são agrupamentos de iniciativas de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm certo nível de interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais, tais como governo e instituições de pesquisa, ensino e crédito.

Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade: é o nome que recebe um sistema integrado, constituído por atores que dependem uns dos outros e por uma série de processos de educação, pesquisa, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços da sociobiodiversidade, com incorporação de práticas e saberes locais e estabelecido de modo que assegure a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios.

Além do Instituto Socioambiental (ISA), outras ONGs, movimentos sociais e órgãos de governo desenvolviam ações correlatas na Terra do Meio, o que apontou para a necessidade de um mapeamento qualificado das cadeias de valor, mercados e políticas públicas, de modo a promover uma atuação coordenada e de longo prazo. Esse esforço prosperaria no âmbito da Rede Terra do Meio (**ver box abaixo**).

Rede Terra do Meio apoia a produção local

Em 2005, a partir da mobilização de organizações que apoiaram a criação do mosaico de áreas protegidas, é criada a Rede Terra do Meio (RTM), uma articulação entre associações locais, sociedade civil, academia e poder público, com o objetivo de constituir o primeiro espaço de ações interinstitucionais no território. Em seus primeiros anos, a Rede compôs um fórum de diálogo que propiciou a coordenação de uma série de ações envolvendo vários aspectos da gestão territorial. No campo fundiário, destaca-se a própria criação e implantação das Unidades de Conservação (UCs) do mosaico, com a estruturação de processos de monitoramento para apoio à gestão territorial e ações de proteção. Também foram realizados estudos da situação fundiária que promoveram medidas de regularização e garantia do território de povos e comunidades tradicionais.

Demandas de educação e saúde também foram debatidas no âmbito da Rede, levando à construção e implementação, até o ano de 2016, de 24 escolas e cinco unidades básicas de saúde (três em funcionamento, duas ainda sem técnico de enfermagem) nas Resex. Foi também estruturado um processo formativo em gestão territorial para lideranças das Resex e áreas do entorno, entre 2011 e 2016, concebido pelo ISA, pela Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP), pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pelos próprios beiradeiros (**ver box, p. 341**).

Mais recentemente, diálogos iniciados na RTM nos marcos do debate sobre a construção da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte³³ (**ver box, p. 308**) possibilitaram, ainda, a criação de um curso de magistério voltado à formação de professores beiradeiros. Além disso, o fórum se articulou em torno do fortalecimento das associações representativas das Resex, promovendo treinamentos ligados ao apoio à gestão, à captação de projetos e à formação de quadros técnicos das próprias Resex para gestão das associações.

Embora não estivesse voltado especificamente para o desenvolvimento de cadeias produtivas, a Rede foi essencial para intervenções nesse campo, com a constituição do Grupo de Trabalho (GT) de Produção e Comercialização, em 2008. A composição do GT variou ao longo dos anos, mas contou, em geral, com instituições governamentais responsáveis pela gestão dos territórios, com organizações cujo escopo de atuação abarcava as áreas protegidas e com entidades e movimentos regionais cujas ações no mosaico eram pontuais, mas se relacionavam com outras medidas envolvendo atividades produtivas na região. Entre os que participaram do GT, além do ISA, destacam-se: FVPP, Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Floresta Tropical (IFT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor) e UFPA. Houve também participações transitórias, tais como a da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da WWF-Brasil e da Universidade de São Paulo (USP).

A participação direta de beiradeiros no GT de Produção e Comercialização ocorreu de forma esporádica e com grande rotatividade de representantes, principalmente nos primeiros anos – um período, afinal, em que as associações estavam se estruturando e formando seus quadros. No entanto, os com-

33. Destaque-se a importância de audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal em 2013, a primeira com foco nas populações das Resex da região, cujo objetivo era impulsionar as políticas públicas de saúde e educação.

ponentes da Rede mantinham, de formas variadas, relação com as famílias e suas associações representativas, trazendo para o espaço da RTM diferentes entendimentos sobre as demandas locais.

Entre 2009 e 2011, no âmbito do GT, foi realizada uma série de estudos com o objetivo de reunir informações e sistematizar conhecimento sobre as cadeias extrativistas regionais, prospectando um tipo de estruturação de arranjo baseado em múltiplos produtos que viabilizasse a melhoria dos processos de produção e comercialização. Esses estudos subsidiaram um plano de ação que formaria a base do planejamento para a RTM entre 2011 e 2013.

A partir do plano de ação, os componentes da Rede se dividiram em eixos. Os órgãos de governo assumiram, principalmente, as ações voltadas ao acesso a políticas públicas e mercados institucionais. Seus esforços foram direcionados para que beiradeiros e indígenas pudessem se preparar para acessar, por exemplo, políticas previstas junto à Conab e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Já os apoiadores do campo não governamental, dentre os quais o ISA, assumiram o aprimoramento de cadeias de valor de produtos extrativistas. Pautadas nos referidos estudos, as intervenções nesse área voltaram-se à articulação com o mercado e à busca de parcerias comerciais diferenciadas e de longo prazo.

COMPREENDENDO AS DINÂMICAS

Em 2008, um diagnóstico preliminar permitiu identificar os produtos e as dinâmicas de comercialização presentes na Terra do Meio. Uma das primeiras constatações foi a de que a gestão da produção ocorria essencialmente na esfera familiar. Em outras palavras, as famílias beiradeiras trabalhavam tradicionalmente com diferentes recursos e produtos, alguns voltados exclusivamente ao consumo, outros cujo excedente era comercializado e outros, ainda, destinados majoritariamente à venda. Os itens comercializados dependiam da demanda de regatões e de sua operação para chegar aos diferentes mercados. Os regatões, por sua vez, necessitavam patrões e compradores na cidade de Altamira para se financiar e oferecer mercadorias – e alguns dos próprios comerciantes da cidade também eram financiados por compradores externos.

Dentre os produtos comercializados pelas famílias beiradeiras em 2008, havia, contudo, escalas e dinâmicas diferenciadas. Destinado ao abastecimento da cidade de Altamira e arredores, intermediado por regatões, o peixe no gelo era o produto que mobilizava o maior número de pessoas durante grande parte do ano, principalmente na Reserva Extrativista (Resex) Rio Xingu e em parte da Resex Rio Iriri. A coleta de castanha-do-pará, por sua vez, sempre foi uma atividade bastante absorvente, mas com dedicação restrita de dezembro a abril, período da safra anual. Igualmente por intermédio dos marreteiros, a produção de castanha se voltava para poucos compradores em Altamira, com destino a grandes beneficiadores que, por sua vez, repassavam-na a mercados nacionais de maior porte, nas regiões Sul e Sudeste do país, ou, com frequência, até mesmo para mercados internacionais. Uma parte menor da castanha coletada ficava com as famílias para consumo ou para venda local.

A produção de farinha de mandioca, além de servir como componente básico da dieta, era em parte comercializada localmente, entre famílias

Belo Monte, o PDRS Xingu e os impactos à Rede Terra do Meio

A partir de 2012, o planejamento e execução no âmbito da RTM sofreram as consequências do processo de implantação da UHE Belo Monte, em Altamira. Foram vários os alertas da sociedade civil sobre os extensos impactos socioambientais da construção da barragem no território, bem como a necessidade de ações condicionantes para mitigar esses efeitos. Embora o consórcio responsável pela usina tenha se comprometido com essas ações, elas foram sistematicamente descumpridas.

A construção de Belo Monte também acarretou a desmobilização de espaços de governança do território, como a própria RTM e o GT de Produção e Comercialização, uma vez que a agenda das instituições foi predominantemente ocupada por espaços de debate relativos à obra, seus impactos e o planejamento do desenvolvimento da área de influência da usina.

Grande parte desses debates ocorreu, a partir de 2010, nos marcos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu. O objetivo do plano, tal como figurava em seu decreto de criação, era o de “promover políticas para melhoria da qualidade de vida da população da bacia do Xingu”. O PDRS foi constituído por um comitê gestor e por câmaras técnicas (CT) setoriais, com reuniões mensais de avaliação, planejamento e articulação política envolvendo representantes do governo federal, estadual, das dez prefeituras da região de abrangência da usina e de organizações da sociedade civil. Para sua implementação, foram destacados R\$ 500 milhões, já previstos no edital de leilão da UHE Belo Monte. Uma vez ao ano, tem-se o processo de elaboração, avaliação e aprovação de projetos a serem financiados com recursos manejados pelo comitê gestor do plano.

O documento que embasou a criação do PDRS Xingu não previa uma CT exclusivamente dedicada aos direitos de povos e comunidades tradicionais. Com efeito, nesse período inicial, apenas os povos indígenas eram matéria para as políticas. Em resposta a isso, pleiteou-se que o escopo das populações tradicionais fosse ampliado, de modo a abarcar também o conjunto de comunidades extrativistas da Terra do Meio, e que se criasse uma câmara exclusivamente voltada ao tema.

A CT de Povos e Populações Tradicionais propiciou, assim, que representantes de diferentes etnias da região e de comunidades tradicionais tivessem um espaço para seus próprios processos de planejamento e articulação, inclusive com a destinação de recursos específicos a projetos por eles apresentados. Com isso, minimizou-se a possibilidade de que esses grupos se perdessem completamente no meio de outros segmentos de interesse, distantes das questões relacionadas a povos e comunidades tradicionais.

As associações representativas dos extrativistas da Terra do Meio tiveram participação pronunciada desde o início, aprendendo a encaminhar suas demandas nos marcos da dinâmica do PDRS Xingu. Seus projetos figuravam já no primeiro edital aberto, em 2010. Até 2015, foram 14 projetos apresentados por comunidades extrativistas não indígenas, somando mais de 5 milhões de reais em recursos captados. Também foram entabuladas importantes articulações para a implantação de um programa de saúde diferenciada nas Resex e um curso de magistério extrativista, ações atualmente em curso.

O processo de elaboração e execução de projetos aproximou as associações extrativistas entre si, bem como propiciou conexões com as associações indígenas, promovendo uma articulação regional para promoção dos direitos das populações tradicionais.

beiradeiras ou indígenas cuja produção, por qualquer motivo, não fora suficiente para as necessidades daquele ano. Outra parte da farinha seguia, via regatões, para o mercado das cidades mais próximas. Em momentos de maior proliferação de garimpos, estes também constituíam importante destino para a farinha de mandioca.

Óleos como o de babaçu, patauí e andiroba eram utilizados por quem os coletava, negociados em pequenos volumes entre beiradeiros ou vendidos aos regatões, atendendo o mercado local de Altamira, embora de forma bastante pontual, à base de encomendas. Dentre todos, o óleo de copaíba merece destaque, pois foi objeto de maior demanda externa – em 2004, na região do Riozinho do Anfrísio, registrou-se a extração de quatro toneladas somente para atender ao pedido de um único regatão.

Finalmente, a borracha, historicamente a atividade extrativista mais importante das bacias do Xingu e Iriri, era em 2008 comercializada por poucas famílias da Resex Riozinho do Anfrísio, junto a regatões que abasteciam um único atravessador, que revendia a borracha para fabricação de pneus por preços irrisórios. Quem seguia cortando seringa nessa época o fazia menos por retorno financeiro imediato do que pela manutenção do modo de vida ou por uma expectativa de que a borracha pudesse voltar a ganhar preço no futuro.

DEFININDO UM CONJUNTO DE PRODUTOS

O primeiro passo para a estruturação das cadeias produtivas de produtos florestais não madeireiros na Terra do Meio foi a definição dos produtos que seriam seu alvo inicial. A partir de objetivos priorizados pelas comunidades, como garantia de preço e segurança na comercialização de longo prazo, ISA e Imaflora procuraram privilegiar, dentre as alternativas, aquelas que não encontravam venda garantida em volumes maiores e que pudessem ser trabalhadas por um grande número de famílias. Além disso, buscavam-se atividades que tivessem sustentabilidade na forma corrente de sua produção e, ao mesmo tempo, que se baseassem em práticas tradicionais de manejo da floresta. Um exemplo seria a castanha, que valorizava a relação dos beiradeiros com a floresta, seu uso e conhecimento, além de apresentar a perspectiva de sustentabilidade ao longo do ano, dada sua forma de manejo e produção tradicional.

Principalmente por conta do primeiro critério, certos produtos ficaram de fora, como o peixe. Embora a pesca mobilizasse grande parte dos beiradeiros, o que a tornava uma candidata natural aos esforços de estruturação, sua compra era garantida localmente, além de implicar desafios maiores de agregação de valor, em curto e médio prazo. A farinha de mandioca também foi preterida em um primeiro momento, dada sua absorção por bons preços tanto no mercado local, entre famílias beiradeiras e indígenas, quanto em Altamira e outras cidades da região. Dito de outra forma, embora as condições de comercialização do peixe e da farinha pudessem ser melhoradas, tratava-se de cadeias sólidas e estruturadas há mais tempo.

Além disso, desde 2011, relatos indicavam o excesso de pesca comercial em alguns períodos do ano, algo que se agravaria, apontavam os beiradeiros, pelo aumento do fluxo populacional em Altamira decorrente da UHE Belo Monte. As famílias temiam que a escassez do peixe colocasse gravemente em risco sua subsistência – previsão que se mostrou bastante

Lindomar e a economia da floresta

Original do Alto Riozinho do Anfrísio, filho de Agostinho, Lindomar estava “no trecho” (fora de sua morada) havia mais de dez anos. Nascido e criado no beiradão, na localidade Buenos Aires, Lindomar deixou sua colocação nos anos que antecederam a criação da Resex, em 2004. Era jovem, poucas chances de renda onde morava, aventurou-se trabalhando em fazendas, garimpos e madeiras ilegais, como ‘explorador’, identificando e traçando mapas para se chegar às árvores de interesse.

Em 2016, Lindomar voltou à Resex Riozinho do Anfrísio. Em uma antiga colocação, levantou casa, fez roça e abriu estradas de seringa. Recentemente, perguntaram-lhe: qual o sentido de se trocar uma diária de R\$ 500, a que ganhava como explorador, para auferir, como seringueiro, o equivalente a R\$ 70, quiçá R\$ 120? Respondeu longamente, repassando suas andanças pela Transamazônica, por diversos travessões e muitos garimpos. Em todas elas, suas diárias, apesar de vultosas, eram incertas: sem encontrar ouro ou madeira, o dia estava perdido e ainda dependia de patrões. Frequentemente, explica o beiradeiro, os madeiros atrasam o pagamento ou deixam de pagar, pondo a culpa na fiscalização, nos problemas de operação do dinheiro ou na venda da madeira. Além disso, ressaltou, “tudo era do comprado”. Paga-se para morar, comer, pela luz, pela água, pela farinha.

Em seus cálculos, argumenta Lindomar, incluindo tudo o que o beiradão oferecia sem necessidade de compra, a diária na seringa chegava a pelo menos R\$ 300. Isso sem contar aquilo no qual não se coloca preço. Economia da floresta, conclui o beiradeiro, passa pela renda, mas também pela segurança, pela certeza de trabalhar no que é seu, de não precisar comprar a alimentação básica, por estar todos os dias em casa com a família, dedicar-se a diversas atividades, ter a floresta como despensa viva e receber por sua produção perto de casa, tendo também acesso a mercadorias industrializadas.

realista. Em 2015 e 2016, a combinação entre as secas intensas desses anos e o caráter predatório da pesca associado à demanda crescente de pescado fez com que muitos que há bastante tempo se dedicavam comercialmente ao peixe voltassem-se, em busca de renda, à extração de seringa, do mesocarpo de babaçu e outras atividades cujas cadeias de valor estavam sendo estruturadas em novas bases. Dessa forma, definiu-se um leque de produtos florestais que ia da bastante difundida castanha-do-pará à então abandonada borracha, passando por óleos vegetais e artesanato. Cada um desses produtos possuía, antes do início da estruturação, distintas condições de preço e mercado.

Dentre as especificidades da castanha, por exemplo, destacam-se as flutuações acentuadas do preço de venda, não apenas entre uma safra e outra, mas ao longo de uma mesma safra. As famílias relatam que, mesmo em anos em que o preço praticado pelos regatões iniciava em valores atrativos, a partir de meados do período de coleta, quando as empresas que monopolizavam a compra e venda da castanha tinham estoques elevados, ele caía vertiginosamente, chegando a 40% do valor inicialmente negociado. A variação entre uma safra e outra também poderia ser grande, dependendo dos estoques já formados e da produtividade dos castanhais naquele ano em toda a Amazônia.

O óleo de copaíba, a seu turno, embora sempre fora tradicionalmente extraído pelas famílias beiradeiras, em especial do curso mais alto do Riozinho do Anfrísio, apresentava demanda comercial esporádica e por volumes pequenos. O preço também variava muito e não trazia segurança para que as famílias organizassem de forma mais efetiva sua produção. Pedro Pereira, uma das lideranças do Riozinho do Anfrísio, conta que, para vender seu óleo de copaíba em Altamira, necessitava oferecê-lo de casa em casa e nos comércios, percorrendo as ruas da cidade com sua produção em um carrinho de mão. Outros óleos vegetais, como o de babaçu, por exemplo, eram de uso frequente entre as famílias beiradeiras, que vendiam somente o excedente, em âmbito local. Com a oferta mais frequente

e acessível de produtos semelhantes industrializados, como os óleos de soja, o de babaçu, cujo método de produção é bastante trabalhoso, foi paulatinamente perdendo espaço nas cozinhas do beiradão.

A retomada da produção de borracha foi um enfático pedido das famílias beiradeiras, principalmente do Riozinho do Anfrísio. A atividade cessou entre as décadas de 1980 e 1990, pela queda nos preços e crescente dificuldade de venda, após a falência dos patrões e abandono dos seringais. Sobre esse período de decadência, é comum ouvir depoimentos frustrados, de que a seringa não trouxe “nada de valor nesse tempo”, como as embarcações, televisores, casas na cidade etc. adquiridos por meio de outras atividades. Por outro lado, em conversas mais longas, emergem outros sentidos ligados à colheita do látex. “Todos aqui foram criados na borracha”, lembra um beiradeiro. É a “produção segura”, complementa outro. Características como a compatibilidade com outros trabalhos e a possibilidade de convivência com a família fazem com que a seringa apareça nesses relatos de forma contrastante com a insegurança e incerteza da pescaria, da copaíba, do garimpo, e mesmo do trabalho para madeireiros e fazendeiros (**ver box, p. 312**).

Há, ainda, um conjunto de itens produzidos pelas famílias beiradeiras e não necessariamente vistos como de ampla comercialização. Trata-se de objetos de uso cotidiano, como peneiras, remos, jamanxins, cestos, balaios e paneiros, confeccionados à base de diversos tipos de madeira, cipós e palhas, envolvendo ampla gama de conhecimentos tradicionais. Sem mercado certo, esses artefatos eram quase que exclusivamente de uso das próprias famílias no beiradão. Com a maior presença de pessoas “de fora” na região, em especial na esteira da construção da UHE Belo Monte, tem crescido o interesse por esse artesanato, dando origem a uma produção voltada à comercialização, com pessoas especializando-se e adquirindo renome pela qualidade de confecção de determinadas peças.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

A seleção de produtos acima também resultou de uma série de princípios definidos para nortear as ações de estruturação das cadeias na Terra do Meio, construídos no diálogo e experiência entre comunidades e parceiros locais.

O primeiro deles consiste em **priorizar produtos baseados em conhecimentos sobre a floresta e no modo de vida ligado às colocações**. Considerando que esses produtos florestais não madeireiros, embora imbuídos de rico arcabouço de conhecimentos, não eram valorizados em termos de preços e condições de comercialização, esse princípio implicava buscar a melhoria nesses dois pontos.

Outro princípio reside no imperativo de se estabelecerem **relações de mercado de longo prazo**. Sem essa perspectiva, as famílias são desestimuladas a se organizarem para aquela cadeia de valor, deixando de investir tempo em uma série de práticas, como ensinar os filhos a exercer aquele ofício, construir estruturas mínimas necessárias para produção e armazenamento, reabrir trilhas na mata, organizar o trabalho familiar e seu tempo para se dedicar a uma atividade sem prejuízo das demais.

Em alguns casos, a mera afirmação dessas garantias de preço e mercado não é suficiente para que as famílias decidam aderir a determinado trabalho, obedecendo, antes, a um **princípio de precaução**. Em outras palavras, por mais que desejem opções de novos produtos para comercialização, e por mais que preços e condições possam soar convidativos para a maioria (incluindo a garantia de compra e de preços definidos e vantajosos no longo prazo), isso não seria suficiente para que todas deixassem, por exemplo, de se dedicar com intensidade à pesca comercial, consolidada há anos na região, considerada garantida. Mesmo levando em conta que os preços e condições de comercialização da pesca não são os desejados, e que sua

sustentabilidade no tempo é problemática, muitas famílias mantiveram-se na atividade, já que trocar a pesca por outro produto significaria trocar o certo (há mais de 15 anos funcionando, mesmo que não nas melhores condições e perspectivas futuras) pelo duvidoso. Por mais vantajosas que fossem as perspectivas, elas seriam apenas perspectivas, até que a experiência daqueles que se arriscassem em um primeiro momento se mostrasse exitosa e duradoura.

A influência do princípio da precaução ficou particularmente clara com a retomada da cadeia da borracha. Mesmo com bons preços e condições de comercialização, garantia de compra, entre outros quesitos que iam ao encontro dos anseios declarados pelas famílias, não houve grande adesão imediata. O preceito da precaução, muito caro entre camponeses de modo geral, demanda dos parceiros uma insistência de anos na manutenção das condições vantajosas, empenhando-se recursos e esforços até que os exemplos bem-sucedidos das famílias pioneiras ganhem reconhecimento e adesões ao longo do tempo.

CAPÍTULO 13

**COMO
APROXIMAR
AS PONTAS DE
UMA CADEIA**

Por Jeferson Straatmann, Marcelo Salazar
e Augusto Postigo

CONTRATOS DIFERENCIADOS

As primeiras experiências de conexão de produtos das florestas da Terra do Meio com mercados diferenciados ocorreram entre os anos de 2008 e 2009, tendo como enfoque, primeiramente, os agentes locais das cadeias.

Para a castanha-do-pará, testou-se o armazenamento da produção de algumas famílias em paióis para comercialização na entressafra. Obteve-se, com isso, um valor melhor do que a negociação realizada na safra, mas as famílias tiveram que aguardar quatro meses para finalmente receber o pagamento pelo trabalho realizado. Além disso, pensando em volumes maiores, a comercialização na entressafra não garantia a melhoria de preços, dada a pouca quantidade de compradores na região, com controle sobre os preços praticados.

Para a borracha, o primeiro ensaio foi feito junto à empresa local Borrachas Viana, que absorvia a produção de propriedades rurais da região que extraíam látex de seringueiras cultivadas, destinando o produto à Michelin, do segmento de pneus. Baseado, portanto, em seringais de monocultivo, o valor praticado localmente era muito baixo frente aos custos de um seringal nativo. Para viabilizar a produção no beiradão, tornava-se necessário o acesso à política pública de garantia de preço mínimo do governo federal. Houve grande esforço de instituições locais para isso, resultando no cadastro de alguns agricultores familiares ligados aos plantios de seringueiras. Já no beiradão da Terra do Meio foi mais difícil – somente em 2014 foi possível a alguns beiradeiros reunir toda a documentação necessária para se candidatar às políticas de promoção das cadeias da sociobiodiversidade e, até 2016, ninguém as havia efetivamente acessado, dada a dificuldade de operação e os custos transacionais envolvidos. Em paralelo, tentou-se também um diálogo direto com a Michelin, visando à melhoria do preço da borracha dos beiradeiros, mas a proposta não teve muita aderência dentro

da empresa. Ainda assim, mesmo sem o subsídio e sem uma negociação diferenciada, algumas famílias do Riozinho do Anfrísio comercializaram por dois anos sua produção com a Borrachas Viana, o que possibilitou a reabertura dos primeiros seringais e uma retomada parcial da atividade.

Diante da dificuldade em se entabularem acordos comerciais favoráveis com agentes locais do mercado, a estratégia foi buscar empresas mais ligadas ao consumidor final, que pudessem levar à maior valorização da matéria-prima com origem na floresta, não só pelas propriedades dos produtos, mas pelo valor gerado por quem produz esses itens.

Um fator de complexidade dessa opção era que as empresas não conseguiam, na maioria das vezes, utilizar o produto tal como saía da floresta, implicando uma etapa intermediária de beneficiamento ou uma mudança significativa na forma de produção, algo muitas vezes difícil de se implementar. Para identificar potenciais parceiros com aquele perfil, foi fundamental a aproximação do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), organização que trabalha com certificação e é bastante procurada por empresas que desejam agregar valor a seus produtos.

O APRENDIZADO DAS PRIMEIRAS PARCERIAS

A primeira empresa que se dispôs a trabalhar com a cadeia da copaíba foi a mineira Atina Ativos Naturais, do segmento de matérias-primas para cosméticos. Em 2009, foram acordadas condições entre a empresa e as comunidades, em um caráter prospectivo das espécies e da qualidade do óleo produzido na Resex Riozinho do Anfrísio. Ao final do processo, a despeito da disposição da Atina, a experiência não funcionou a contento para os beiradeiros, por dois motivos principais, um de natureza técnico-burocrática e outro relacionado à forma de comercialização.

O preço proposto foi considerado bom, mas a empresa requeria uma amostra de cada árvore para testes, com numeração nas próprias copai-beiras e identificação georreferenciada de cada uma, um procedimento custoso e difícil para a realidade dos coletores. Sobre a comercialização, o transtorno era o longo tempo decorrido entre a produção e o pagamento, que poderia chegar a até seis meses. Com efeito, após a coleta, o produto era entregue a um copaibeiro designado, que se responsabilizava por reunir a produção de seus vizinhos e enviar a Altamira, de onde o óleo seguia para Pouso Alegre, em Minas Gerais – uma vez na empresa, era autorizado o pagamento, que ainda passaria por algumas etapas para chegar efetivamente às mãos de cada produtor no Riozinho do Anfrísio. Para os copaibeiros, apesar do valor bem acima do praticado pelo mercado local e da garantia de compra, essa demora em receber pelo produto inviabilizava a atividade, uma vez que gerava insegurança e prejudicava o atendimento de suas necessidades cotidianas.

Esses primeiros ensaios envolvendo a dinâmica de mercado e o funcionamento da organização comunitária foram fundamentais para a estruturação de posteriores parcerias comerciais de longo prazo, pautadas por termos de cooperação entre as diferentes partes, iniciadas em 2010 e, algumas, em vigência até hoje.

A primeira parceria comercial de longo prazo estabelecida na Terra do Meio foi com a empresa gaúcha Mercur, em 2010, para a compra de borracha dos beiradeiros das Resex. Como dito, o látex não era mais extraído desde meados da década de 1990, devido à queda no preço de mercado impulsionada pela borracha asiática e, mais recentemente, por seringais cultivados no próprio Sudeste brasileiro, que impossibilitavam a competição da borracha da Terra do Meio nos mercados convencionais. Os beiradeiros já haviam manifestado, porém, o desejo de retomar essa atividade, caso houvesse condições favoráveis. O contato com a Mercur foi estabelecido ao se saber que a empresa buscava parcerias comerciais com comunidades dentro de uma lógica de reestruturação de ações pela qual passava a empresa como um todo, e que tinha como uma de suas diretrizes a atuação em “mercados éticos, que valorizam a vida”³⁴.

Foi realizada, então, uma primeira reunião entre ISA, Imaflora e Mercur, em que a empresa apresentou o processo de mudança pelo qual passava e a disposição de voltar a comprar borracha natural da Amazônia. As organizações de assessoria, a seu turno, apresentaram o contexto da Terra do Meio e a disposição da comunidade em voltar a coletar látex, desde que com um bom comprador de borracha. O passo seguinte foi a visita de um gerente da Mercur ao Riozinho do Anfrísio e ao rio Iriri, para uma série de conversas diretas com as comunidades e o estabelecimento das bases de um acordo de comercialização de borracha, satisfatório para as duas partes. Uma sequência de encontros se sucedeu até se consolidar a parceria, durante os quais se discutiram temas como o envolvimento de crianças e adolescentes na dinâmica de trabalho familiar e a transmissão do conhecimento tradicional associado à floresta; as condições mínimas de organização da produção; o aprimoramento de processos; e a formalização do contrato de comercialização. Mesmo com a parceria estabelecida e em vigência até hoje, esses diálogos seguem ocorrendo, e são fundamentais

34. Mais informações sobre a proposta de reestruturação das ações da Mercur podem ser encontradas em www.mercur.com.br/institucional#responsabilidades.

para que o mundo da empresa permaneça conectado ao da floresta e vice-versa – no final, um mundo só, visto por perspectivas bem diferentes.

Essa proposta de conexão entre mundos envolveu a visita, em 2012, de representantes dos seringueiros da Terra do Meio à sede da Mercur, no Rio Grande do Sul, e à QR Borrachas Quirino, parceira paulista que beneficia a borracha antes que ela chegue à empresa gaúcha. Pedro Pereira, do Riozinho do Anfrísio, foi um dos que estiveram no intercâmbio e relata como o que viu foi importante para que entendesse as motivações da empresa em oferecer um valor pelo menos três vezes maior do que o valor de mercado pago à borracha natural (em 2016, o valor de mercado do quilo da borracha em bloco era de R\$ 2, ao passo que o contrato dos beiradeiros com a Mercur estabelecia a compra a R\$ 7,50).

Pedro conta que, ao sobrevoar o sudeste e sul do Brasil, quase não viu florestas. A borracha das fazendas próximas à fábrica da Quirino, algumas das quais propriedades da própria empresa, provém de imensas plantações de seringa, que mobilizam funcionários para a extração do látex, o que torna inviável a competição com a borracha amazônica, em termos de custos de produção e logística, produtividade e volume. Analisando esses fatos e conversando com os dirigentes da Mercur, os beiradeiros representantes da Terra do Meio viram que outros valores estão associados aos produtos, e que esses valores interessam às empresas que os adquirem.

OS TERMOS DE COOPERAÇÃO

A experiência com a Mercur resultou em vários avanços na relação entre comunidades e empresas na Terra do Meio. Um deles foi a estruturação do primeiro termo de cooperação da região, um tipo específico de contrato pelo qual se definem as condições da relação comercial e o papel dos diferentes atores envolvidos na promoção e monitoramento das cadeias de valor. Nesse caso, foram incluídas no termo a empresa compradora (Mercur), as comunidades fornecedoras das Resex Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu, representadas por suas associações de moradores, a empresa beneficiadora indicada pela Mercur para processar a borracha (QR Borrachas Quirino) e organizações, governamentais ou não, com funções claras na relação entre as empresas e comunidades, tais como ISA, Imaflora, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O termo celebra, assim, o entendimento entre as partes, considerando em especial os princípios norteadores apresentados anteriormente e as ações previstas para consolidar a relação em longo prazo.

Uma das características desses termos são as condições de sua elaboração, feita em visitas das empresas às comunidades. Esse tipo de encontro permite tanto aos produtores quanto às próprias empresas travar conhecimento com os diferentes níveis das cadeias de valor e, portanto, da cadeia como um todo. Para os beiradeiros, isso significou dimensionar melhor os interesses de todos os atores do processo, aprimorando seu processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, aumentando o protagonismo das comunidades nas negociações. Do lado das empresas, o entendimento mínimo da “outra ponta” da cadeia possibilitou também a compreensão de especificidades da forma de produção, do modo de vida e cultura em que o produto está envolvido, bem como a forma e a razão das demandas das famílias. Cabe lembrar que, embora não seja requisito, outra prática comum nesse processo de estabelecimento dos termos de cooperação tem sido também a visita de representantes das comunidades às empresas, tal como realizado com a Mercur.

O CAPITAL DE GIRO E UMA NOVA CHANCE À COPAÍBA

A segunda parceria se iniciou em 2011, com a empresa de perfumaria suíça Firmenich, interessada no óleo de copaíba. As primeiras etapas foram análogas à experiência com a Mercur: uma aproximação com a empresa intermediada por Imaflora e ISA e uma conversa preliminar, sucedida pela visita de um dos gerentes às famílias diretamente interessadas na coleta de óleo, no Alto Riozinho do Anfrísio.

Dentre os interessados, estava Pedro Pereira, liderança que já havia tomado parte na parceria com a Atina e grande incentivador da comunidade em busca de novas opções mais justas e adequadas para comercialização de produtos locais. Nessa reunião, Pedro apontou para a importância de que, além de um preço satisfatório, a iniciativa previsse uma forma de comercialização em que o copaibeiro pudesse adquirir previamente as mercadorias necessárias para seu trabalho na mata e para abastecimento de sua família durante o período de coleta, bem como receber pela produção no momento em que entregasse o produto no beiradão. Nascia, assim, a ideia de um *fundo da copaíba*, ou capital de giro.

Para impulsionar esse novo molde de comercialização, a Firmenich aceitou apoiar a primeira composição do fundo. Iniciava-se ali a primeira experiência de capital de giro gerenciado pela comunidade, molde do sistema de *cantinas*. Sumariamente, a cantina consiste em um entreposto administrado pelos próprios beiradeiros, onde podem se abastecer de mercadorias, vender sua produção sem realizar grandes deslocamentos e, mais importante, receber em dinheiro ou mercadoria no momento de entrega do produto. Esse ensaio foi fundamental para o bom funcionamento da cadeia da copaíba, evitando muitos dos obstáculos experimentados anteriormente e servindo de base para a replicação das cantinas em outras cadeias e territórios da Terra do Meio como veremos adiante.

O PRIMEIRO IMPULSO À CADEIA DA CASTANHA

Em 2012, firmou-se a terceira parceria, com a Ouro Verde, uma processadora de castanha-do-pará de Alta Floresta, em Mato Grosso. A empresa já realizava a compra por valores diferenciados de grupos indígenas do Xingu quando se aproximou do ISA e do Imaflora, interessada na castanha das Resex da Terra do Meio.

Note-se que esse é um dos principais produtos extrativistas da região, com um volume de produção muito superior, portanto, ao da copaíba e da borracha. Em 2012, a comercialização do látex e da copaíba girava, respectivamente, em torno de quatro e 1,2 tonelada, ao passo que o potencial da castanha na região chegava a 500 toneladas. Desenhava-se, assim, um novo desafio em termos de organização da produção e gestão para o arranjo na Terra do Meio.

Nesse caso, não foram realizadas reuniões preliminares de engajamento das comunidades com a Ouro Verde, uma vez que a empresa já tinha contratos com povos e comunidades tradicionais e os beiradeiros já haviam manifestado sua disposição em realizar uma experiência de venda da castanha diretamente a uma empresa por um preço predefinido.

No primeiro ano da parceria, em 2012, não houve um contrato formal, mas se alcançaram bons resultados. Em 2013, foi programada a visita de um representante do Riozinho do Anfrísio à fábrica da Ouro Verde, com o objetivo de promover a aproximação com a empresa e debater uma modalidade diferente: o processamento de parte da castanha pela Ouro Verde, mas com rótulo da Resex. O primeiro lote foi comercializado no mercado local de Altamira e nas cidades de São Paulo e Piracicaba.

Os ótimos resultados da safra de 2013 repercutiram por todo o território. Em decorrência do contrato com a Ouro Verde, regatões e compradores

locais de castanha, temendo não conseguir produção para negociar, elevaram seus preços a um patamar semelhante ao da empresa mato-grossense. Isso fez com que beiradeiros de todo o território auferissem maiores ganhos, independentemente de sua vinculação ao contrato da Ouro Verde. Iniciava-se, assim, um processo de coordenação da cadeia produtiva da castanha – nos anos seguintes, o preço regional passou a ser definido somente após a definição do preço das cantinas e da empresa compradora.

Com a Ouro Verde, foram comercializadas duas safras de castanha, com aprendizados importantes e abrindo caminho à instituição de outra parceria comercial para esse produto. A partir da cantina do Alto Riozinho do Anfrísio, que havia se estabelecido para trabalhar com a copaíba, o ISA deu o suporte para a comercialização da castanha, proporcionando adiantamentos de mercadoria para os castanheiros e organizando *agentes da castanha* – beiradeiros responsáveis por reunir a produção de seus parentes e vizinhos do entorno, fazer o pagamento e encaminhar o produto à cidade. Os agentes receberam recursos adiantados para isso e depois acompanharam o processo de comercialização com a empresa, e sua atuação constituiu o embrião da cantina para a cadeia da castanha.

Em 2013, a Ouro Verde enfrentou dificuldades para colocar seu produto no mercado e suspendeu suas atividades por um período, trazendo insegurança para a comercialização. Quando voltou à ativa, optou-se pela realização de um teste de terceirização do beneficiamento e comercialização da castanha processada com marca própria das Resex. Todos os processos e custos da empresa foram compartilhados, dando transparência para a relação e permitindo uma experiência mais profunda com o funcionamento da cadeia da castanha. Em 2014, o processamento foi interrompido, pela dificuldade de colocar o produto no mercado com uma boa remuneração aos castanheiros. A relação com a Ouro Verde resultou em uma melhor compreensão dos elementos da cadeia, inclusive com um estudo detalhado conduzido pelo Imaflora, em 2014, que daria origem à quarta parceria comercial com os beiradeiros da Terra do Meio.

NOVOS PATAMARES E DESAFIOS À ALTURA

A mais recente parceria foi com a fabricante de pães Wickbold, envolvendo também a cadeia da castanha. Os primeiros contatos foram realizados pelo Imaflora em 2014 e, pela primeira vez na rotina de negociações, previu-se desde o início o Selo Origens Brasil (**ver box, p. 81**) como um diferencial, baseado em um sistema de garantia de origem socioambiental.

A negociação com a Wickbold foi realizada em etapas, a partir de reuniões técnicas com todos os envolvidos, buscando o entendimento mútuo da cadeia e das possibilidades de entrega do produto dentro do padrão de qualidade demandado. Nos primeiros encontros, foi definida uma empresa beneficiadora, responsável pela compra junto à comunidade e pela entrega da castanha processada para a Wickbold. A negociação final ocorreu em 2015, na Resex Rio Iriri, com presença dos beiradeiros, das organizações de apoio técnico e de representantes da Wickbold e da empresa responsável pelo processamento da castanha. Com essa parceria, as cantinas tiveram uma expansão considerável em todo o território, passando a envolver, além das três Resex, as Terras Indígenas (TIs) Xipaya e Kuruaya (**ver Fortalecimento das cadeias nas Terras Indígenas da Terra do Meio, p. 377**).

Além dos contratos apresentados, outros estão em pauta, seguindo os mesmos princípios norteadores e processos de negociação. Esses acordos foram um aspecto inovador no arranjo da Terra do Meio, que envolveu aprender não só com sucessos, mas também fracassos. Nesse sentido, a primeira experiência com o óleo de copaíba permanece um emblema da complexidade desse tipo de exercício. Por um lado, foi ao encontro da demanda dos beiradeiros, ao estabelecer um contrato e a segurança de compra almejada. Por outro, deixou claro que preço e garantia de compra são importantes, mas condições de comercialização insuficientes para a reprodução das atividades e das famílias no longo prazo.



© RAFAEL SALAZAR/POLTRONA FILME, 2013

*Óleo de babaçu envasado na miniusina da
localidade Rio Novo, Resex Rio Iriri (PA).*



Cacho de coco babaçu (no alto) e secagem de amêndoas de babaçu na miniusina de beneficiamento da localidade Rio Novo, Resex Rio Iriri (PA).



Etapas do processamento de castanha-do-pará na miniusina da localidade Rio Novo, Resex Rio Iriri (PA).



FOTOS: © CLAUDIO TAVARES/ISA

Produtos da Terra do Meio preparados para comercialização.

CAPÍTULO 14

**CANTINAS E
CAPITAL DE GIRO
COLETIVO**

Por Augusto Postigo, Jeferson Straatmann
e Marcelo Salazar

Quando se fala em manter a reprodução das atividades e das famílias no longo prazo, durante o processo de estruturação das cadeias produtivas na Terra do Meio, é importante trazer à tona um elemento que surgia com frequência – desde o início – na análise das famílias beiradeiras sobre os limites e potenciais das iniciativas em curso: a saudosa memória do antigo barracão dos seringais, sortido de mercadorias, onde se podia trocar a produção por itens da cidade. Essa referência ganhou força após a primeira experiência com a venda do óleo de copaíba, quando a longa espera pelo pagamento figurou como uma das principais fontes de insatisfação dos beiradeiros. Para contornar esse problema, e com inspiração na referência histórica dos barracões, começou-se a aventar a possibilidade de estabelecimento de um *fundo* para as cadeias de valor dos produtos extrativistas.

Em 2011, o que era um desejo difuso assume ares de proposta concreta, quando se negociava o óleo de copaíba com a suíça Firmenich. Em uma das reuniões, Pedro Pereira, importante liderança do Riozinho do Anfrísio, apresentou o que via como solução para os problemas de comercialização que ainda afastavam muitos beiradeiros dos contratos: a adoção de um *sistema de cantinas*.

Em um intercâmbio junto às Reservas Extrativistas (Resex) do Acre, Pedro havia tido contato com iniciativas que almejavam substituir o antigo sistema de barracões dos seringais e constituir uma alternativa a relações comerciais consideradas abusivas, como no caso dos regatões ou da imposição de monopólios comerciais.

O que Pedro propunha, em suma, era a criação de locais dentro das Resex da Terra do Meio onde os beiradeiros pudessem se abastecer de itens industrializados da cidade, vender sua produção sem realizar grandes deslocamentos e, mais importante, receber em dinheiro ou mercadoria no momento de entrega do produto.

Embora o princípio seja simples, a realização da proposta demandava uma série de etapas. Em primeiro lugar, um dos produtores teria de ser escolhido por seu grupo de vizinhos e por usuários da cantina para gerenciá-la no dia a dia, assumindo a função de *cantineiro*. Essa pessoa seria responsável pelo local físico, que contaria com espaço para acomodar as mercadorias, arquivar os registros contábeis e receber os produtores durante a negociação de seus produtos. A aquisição de mercadorias na cidade e a compra da produção demandariam um *capital de giro*, gerenciado pelo cantineiro com apoio técnico das organizações parceiras, e cujo uso seria pautado por acordos definidos conjuntamente com os produtores associados à cantina, em reuniões realizadas com esse fim.

Cantinas na Amazônia

As cantinas são um tipo de arranjo, associativo ou cooperativo, que articula a organização política e aspectos de cadeias produtivas de populações extrativistas, implementadas em diversas áreas amazônicas em que famílias extrativistas se encontram distantes de centros urbanos.

Nos seringais acreanos, hoje convertidos em Unidades de Conservação (UC) de uso das famílias, a luta dos movimentos sociais, para além do embate com seringalistas, latifundiários e grileiros, incluía a independência comercial e produtiva em relação a patrões ou regatões. Nesse contexto, a criação de associações representativas ligava-se à composição de um grupo de cantineiros ou, em alguns casos, de cooperativas de produtores que demandavam uma rede de entrepostos comerciais para organizar o arranjo, as chamadas cantinas.

Dentre as diversas experiências do tipo na Amazônia, uma minoria, porém, se sustentou no tempo. Na falência desses sistemas, alguns fatores são recorrentes, como aqueles relativos à inadequada capacitação técnica para a gestão

Poder-se-ia argumentar que, em muitos aspectos, essa descrição corresponderia à ideia de um entreposto comercial similar aos antigos barracões dos patrões seringalistas, ou a um comércio na cidade. Há, porém, diferenças fundamentais. Seguindo a inspiração dos seringueiros do Acre, a cantina e o capital de giro não são recursos privados, mas fundos gerenciados coletivamente, cuja finalidade também é coletiva: garantir, tal como no sistema de aviamento, que os extrativistas sejam abastecidos de mercadorias para si e sua família no início e durante o processo de coleta; que possam vender a produção em sua localidade ou próximo a ela; e que recebam a remuneração pela venda, em dinheiro ou mercadoria, no momento da entrega do produto.

do capital de giro. Outro problema comum são os decorrentes do adiantamento de mercadorias, o chamado *fiado* – mais especificamente, o problema advém de eventuais desequilíbrios entre adiantamentos e capital de giro. Em muitos casos, ainda, vê-se que o sistema das cantinas não havia sido acompanhado da estruturação e organização de toda a cadeia, ou seja, a produção era comprada dos extrativistas e não tinha destino certo, inviabilizando a recomposição do capital de giro e a própria sustentação das atividades.

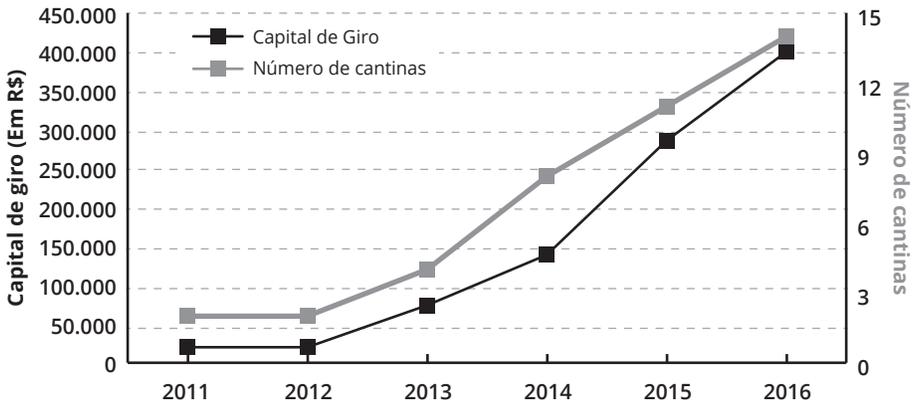
A articulação com a dimensão política também acarretava dificuldades. Em certas experiências, a gestão centralizada em associações ou cooperativas não permitia isolar o gerenciamento do capital de giro, que ficava, consequentemente, sujeito à variação de contextos e situações políticas. Outro empecilho se observa no caso de redes de cantinas, uma vez que a centralização do capital de giro faz com que o problema de um estabelecimento atinja a todos. Em suma, os reveses dessas iniciativas legam um extenso rol de aprendizados a se considerar, envolvendo elementos como a dispersão geográfica, a distância dos centros urbanos, as relações sociais preexistentes, dentre muitos outros.

Em outras palavras, a inovação fundamental do sistema de cantinas com capital de giro consistiria em deslocar o financiamento da produção das mãos do regatão para as dos próprios produtores. Além disso, a proposta também implica maior controle sobre os preços das mercadorias, logrando mantê-los abaixo dos preços praticados pelos regatões por meio da compra diretamente nas cidades.

A primeira cadeia a constituir um capital de giro na Terra do Meio, e conseqüentemente uma cantina para a sua gestão, foi a da copaíba, em 2011, instalada na localidade Paulo Afonso, no Riozinho do Anfrísio. Em 2013, esse arranjo comercial ganhava cada vez mais reconhecimento e inspirava confiança entre outras famílias e localidades beiradeiras, de modo que foi gradativamente adotado para outras cadeias de valor, como a borracha, a castanha, os derivados de babaçu. Por diversos fatores, alguns produtos, porém, permanecem de fora, como veremos adiante (**ver Produtos que não passam pelas cantinas, p. 348**).

Em apenas cinco anos, o crescimento das cantinas foi considerável, não apenas em número, mas também em abrangência territorial. Hoje, há 21 entrepostos do tipo em funcionamento na Terra do Meio, envolvendo não apenas famílias beiradeiras das três Resex e entorno, mas também agricultores familiares e povos indígenas (**ver gráfico 1, p. 339**).

Nesse processo de implementação, para contornar o malogro de outras experiências envolvendo cantinas na Amazônia (**ver box, p. 336**), foram estabelecidos alguns cuidados desde o início. Um deles foi garantir aos beiradeiros a capacitação adequada para o gerenciamento dos entrepostos, com formação e acompanhamento técnico. Para isso, o Instituto Socioambiental (ISA) conta com um coordenador e três técnicos de campo. Outra precaução foi com o controle apurado do chamado fiado – as mercadorias adiantadas –, estabelecendo condições de acesso e regras de pagamento em cada local. Em linha análoga, o rol de produtos negociados também foi objeto de cauteloso debate.

Gráfico 1. Evolução do capital de giro e do número de cantinas nas Resex

Uma preocupação que já acompanhava a estruturação do arranjo antes mesmo da implantação das cantinas ganhou ainda mais importância: a garantia de venda certa da produção, crucial para a sustentabilidade do sistema no tempo. Nesse sentido, buscou-se também que as famílias beiradeiras tivessem em conta a composição da cadeia como um todo, da produção ao consumidor final, de modo a aprimorar o sistema de tomada de decisões. Isso é particularmente importante, pois, ao mesmo tempo em que as associações comunitárias foram incentivadas a se engajar na discussão de estratégias de produção e comercialização, buscou-se promover uma relativa independência no tocante a contextos políticos, com a descentralização do capital de giro e sua vinculação ao cantineiro e seu grupo de vizinhança.

Cada um dos cuidados acima apresenta elevado grau de complexidade, que se torna ainda maior quando são tomados de forma articulada e interdependente. É esse conjunto, a seguir apresentado em detalhe, que caracteriza o aspecto mais inovador da forma com que tem se dado a estruturação dos arranjos produtivos na Terra do Meio.

FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

A té a criação das Resex, como visto no capítulo 11, as famílias beiradeiras viviam um quadro bastante precário de acesso a serviços e direitos. Com seus locais de moradia situados a grandes distâncias da sede de Altamira, principal referência urbana, eram poucas as famílias que tinham condições para empreender mais de dois deslocamentos ao ano, seja por embarcação própria, arcando com os pesados custos, seja acompanhando regatões. Em realidade, há beiradeiros com cerca de 60 anos que só vieram a conhecer uma sede urbana pela primeira vez em 2016.

Diante da omissão do Estado em prover direitos básicos, o índice de analfabetismo no início de 2000 atingia 80% da população. Os restantes, considerados alfabetizados, escreviam e faziam contas com limitações. Nesse quadro, não é de surpreender que uma das grandes dificuldades no processo de implementação das primeiras cantinas tenha sido encontrar pessoas interessadas e aptas a preencher recibos e tomar notas, requisitos mínimos para o gerenciamento de recursos coletivos, com prestação de contas e exigências afins.

A questão do registro contábil assume, ainda, à luz do histórico de ocupação da região, um aspecto simbólico fundamental. A majoritária falta de domínio da escrita entre beiradeiros compôs o modo de exploração utilizado por patrões seringalistas e, posteriormente, reproduzido por regatões. Como só uma das partes mantinha registros escritos das transações, era disseminada a sensação de trapaça nas contas. Os cadernos dos patrões, gerentes, guarda-livros e regatões impunham-se como verdade, uma vez elaborados por quem “realmente dominava a escrita e as contas”. Como forma de resistência, alguns beiradeiros desenvolveram formas de fazer os cálculos da negociação de cabeça, e se orgulham até hoje de dizer que não precisam “lapiseira e nem calculadora”. Trata-se, contudo, de uma minoria.

Os cursos de gestão territorial (2011-2016)

Realizados para promover uma aproximação dos beiradeiros da Terra do Meio a uma série de aspectos implicados na gestão do território de uma Resex, os cursos de gestão territorial também se tornaram fundamentais para consolidação das cadeias de valor. Com coordenação do ISA, foram realizados dois processos formativos, entre 2011 e 2016, compostos de módulos semestrais.

Além de alfabetização, os conteúdos do curso abarcaram temas amplos, como saúde, educação, proteção territorial e organização comunitária, mas também se voltaram a matérias específicas, como a história e a geografia da região ou métodos de organização de cadeias produtivas e operações matemáticas para administração da comercialização. Adicionalmente, o programa também previu o debate das leis que regem o uso do território nas Resex e dos programas dos diversos níveis de governo que podem ser acessados para aprimoramento da produção e incremento de renda.

Os módulos do curso de gestão também propuseram uma discussão dos sentidos do valor em seus diversos âmbitos, não apenas no que se refere à precificação dos produtos locais, mas também aos modos de vida associados a essa produção. Esses debates levaram ao entendimento de que ser extrativista, seringueiro, beiradeiro ou castanheiro é tão digno quanto ser médico, engenheiro, biólogo ou antropólogo.

Trabalhar a autoestima mostrou-se um ponto importante na estruturação das cadeias de valor, como mostra o relato de Herculano Júnior (Louro), um dos estudantes: “Antes eu tinha vergonha de dizer que eu era ribeirinho, porque achava que ribeirinho era nada, mas fazia isso porque não tinha pensado no seu valor. Quando eu comecei a pensar na história dos meus avós e dos meus pais, entendi o valor do ribeirinho. O nosso valor é saber o que sabemos e o que temos”.

Morador da Resex Riozinho do Anfrísio, Loro ressalta como essa reflexão contribuiu para embasar reivindicações. “Há muito tempo trabalhamos na mata com uma inteligência muito grande, tirando sustento do rio, da floresta. Isso pra nós é muito valioso e serve também para conquistar nossos direitos. O curso ajudou a mudar a forma de organização, hoje existem as associações, e a perceber a diferença entre cuidar só da sua família e passar a tomar conta do território maior: a Resex e a bacia do Xingu.”

Quando foi criada a Resex Riozinho do Anfrísio, em novembro de 2004, aquele que viria a ser o primeiro cantineiro da Terra do Meio, Pedro Pereira, era ainda analfabeto. Essa condição mudaria em 2006, a partir de uma série de diagnósticos socioeconômicos solicitados pelo Ibama para a área da Resex. Em uma das etapas desses estudos, a equipe de consultoria responsável pelo trabalho promoveu um processo de alfabetização dos beiradeiros, com base na metodologia do educador Paulo Freire. Ao lado de outros moradores, Pedro Pereira viu ali a oportunidade para “entrar no mundo da escrita”, como costuma dizer. A partir de então, Pedro marcou presença em outros espaços formativos realizados por organizações parceiras, com destaque ao curso de gestão territorial promovido pelo ISA a partir de 2011, em que a alfabetização dividiu espaço com outros conteúdos ligados à ocupação e proteção do território.

Com isso, Pedro Pereira foi o cantineiro escolhido por sua comunidade no Alto Riozinho do Anfrísio, tanto pela confiança que inspirava junto a seus vizinhos, quanto por ter passado pelo processo de alfabetização. Os primeiros recibos de compra e venda de produção eram preenchidos a duras penas, mas com a gravidade de quem sabe que se tratava de um documento de controle de recursos coletivos, sobre o qual se deveria prestar contas.

Mais que o domínio da escrita e cálculos matemáticos, o desafio de manter um sistema contábil eficiente depende de uma série de conhecimentos e práticas de organização. Esse aprendizado é feito tanto no cotidiano da cantina como também com as visitas dos técnicos do ISA, que revisam as anotações, ensinam, corrigem e desenvolvem com os cantineiros formas de registro que sejam ao mesmo tempo adequadas à realidade local e suficientes para o fim que se destinam: uma gestão transparente dos recursos do capital de giro e da cantina.

Chamamos a atenção ao fato de que um acompanhamento técnico desse tipo, de longo prazo, com caráter de formação e com o desenvolvimento de sistemas adequados, leva anos, ao longo dos quais tende a se tornar cada vez mais complexo. Para além do sistema contábil, há dimensões do aprendizado que ocorrem em outros espaços, como reuniões e cursos, envolvendo a comunidade de uma forma mais ampla, e que versam sobre a lógica das cadeias produtivas, seu funcionamento e os princípios que permitem planejar sua sustentação no tempo.

OS FIADOS

Chamado *fiado* é uma das bases do sistema de aviamento apresentado no capítulo 9, pelo qual os regatões, tal como faziam os antigos patrões, abastecem as famílias do beiradão com itens da cidade, que por sua vez são pagos posteriormente, mediante entrega dos resultados da produção extrativista ou agrícola daquele ano.

Há muito envolvido na onipresença do fiado, ou seja, no fato de que as famílias não dispõem, de modo geral, de um capital de reserva em dinheiro ou em mercadoria para poder prescindir de adiantamentos. Uma das fortes razões para a não acumulação está na combinação de dois fatores: a disponibilidade de recursos naturais para manutenção de elementos básicos da vida, como alimentação, habitação, transporte, lazer, e a confiança de que algum tipo de “patrão” proverá assistência, se necessário. Embora algumas famílias tenham conseguido, nos últimos anos, capitalizar-se e evitar a solicitação de empréstimos, o fiado ainda é uma necessidade para a maioria do beiradão.

Essa realidade traduz-se em uma questão de difícil negociação no âmbito da estruturação dos arranjos produtivos. Já foi mencionado que, em outras experiências envolvendo o sistema de cantinas na Amazônia, o fiado foi um dos impasses na gestão de recursos de capital de giro nas comunidades. Na Terra do Meio, as iniciativas também têm experimentado uma série de problemas relacionados a essa prática, e procurado enfrentá-los de diferentes maneiras.

Uma das situações mais comuns, e que repercute no costume do fiado, é o desconhecimento do que seja um capital de giro ou seu mecanismo de sustentação no tempo. Pela ausência de experiência anterior com esse tipo de prática, é frequente que se misture a noção de recursos coletivos com a de recursos sem dono. Contribui para isso o envolvimento naturalmente desigual das famílias nos espaços de debate e decisão. O resultado

é que muitos se sentem eximidos de um compromisso mais ativo com a manutenção do capital de giro, aumentando a inadimplência dos fiados e podendo levar à quebra do sistema. Em outras experiências com cantinas, essa quebra vem acompanhada de sentimentos de frustração e incapacidade, com mútuas acusações entre cantineiros e membros da comunidade.

Há também outros fatores que levam à inadimplência dos fiados solicitados por beiradeiros. Entre produtores de copaíba, por exemplo, há registros de casos em que o extravista contraiu uma doença grave durante o período de coleta e não obteve o produto, tornando impossível a quitação das mercadorias adiantadas. É também possível que a safra ou a coleta não rendam os resultados esperados, deixando o extrativista sem o suficiente para saldar o fiado. Em todos esses casos, ele se vê diante de uma difícil situação: não dispõe de produtos para quitar as mercadorias que tomou adiantadas e, ao mesmo tempo, necessita de mais itens adiantados para um novo período de coleta. Para sair do impasse, é frequente que se procure um regatão conhecido para solicitar outro adiantamento. Ocorre que, ante o fiado da cantina e do regatão, o beiradeiro inclina-se a quitar primeiramente a dívida com o marreteiro, seja pelo temor que lhe falte atendimento em momentos de necessidade, seja porque o regatão aceita o pagamento tanto em dinheiro quanto em quaisquer itens que ele avalie que consiga vender na cidade ou localmente.

É preciso ter em mente que as dificuldades com o fiado não se resumem à inadimplência, mas também derivam da dinâmica e da quantidade disponível de capital de giro. No início de estruturação do arranjo na Terra do Meio, o montante de recursos desse tipo de fundo estava muito abaixo da produção disponível e das necessidades das famílias em relação a mercadorias e dinheiro, o que limitou a quantidade de gêneros que poderia circular nas cantinas.

Tome-se o primeiro estabelecimento, que iniciou suas atividades com um capital de giro de R\$ 10 mil, doado pela empresa parceira como con-

dição para o pagamento imediato dos beiradeiros pelo óleo de copaíba que produzissem. Esse recurso deveria contemplar tanto o fiado quanto o pagamento no momento de entrega da produção. Se fosse adiantado a outras famílias que não coletassem copaíba, ele poderia não estar disponível quando os copaiheiros chegassem. Por essa razão, nas reuniões de planejamento, foi decidido que as cantinas não venderiam mercadorias a dinheiro.

A atração exercida pelas cantinas é grande, pois os preços das mercadorias ali chegam a níveis sensivelmente mais baixos do que os praticados pelos regatões. Essa condição só é atingida, porém, porque o tabelamento de preços é decidido em reuniões a partir de um cálculo no qual boa parte dos custos logísticos envolvidos no transporte das mercadorias da cidade para a Resex, bem como de remuneração dos cantineiros, está atrelada à venda da produção extrativista, e não à comercialização de mercadorias. Dito de outra forma, ficou claro que uma logística voltada somente a constantes reabastecimentos de mercadorias na cantina demandaria mais gente trabalhando, entre técnicos, cantineiros ou outras pessoas das comunidades, ampliação ainda inviável. Além disso, os preços praticados nas mercadorias para pagar o frete e o trabalho das pessoas envolvidas seria equivalente, ou mesmo superior, aos preços praticados pelos regatões.

Um aspecto que deve ser ressaltado nessa decisão se refere à remuneração do trabalho do cantineiro. Ela consiste em uma porcentagem – definida em acordo entre produtores e cantineiros – sobre o montante da produção adquirida, não sobre a mercadoria vendida. Considerando o volume relativamente reduzido de produtos que inicialmente circulava nas cantinas, o que o cantineiro recebia por seu trabalho era bastante simbólico, compensando apenas o tempo menor que dedicava à sua própria atividade extrativista ou a outras atividades para o sustento de sua família. Vender a mercadoria a dinheiro significaria, portanto, um trabalho adicional sem remuneração correspondente.

Restringir o fiado ou o acesso às mercadorias da cantina mediante o pagamento em dinheiro não é uma decisão simples de se tomar, nem de se manter. Fala-se, afinal, de um contexto em que todas as famílias se conhecem, partilham laços de parentesco, vizinhança, amizade, e também partilham das mesmas dificuldades em dispor de recursos para seu dia a dia. Mesmo que haja acordos firmados em reuniões comunitárias, o cantineiro que barrar ou regular adiantamentos do tipo fiado para seus vizinhos pode gerar desconfortos e inimizades.

Atualmente, a proporção de fiado no total de capital de giro dos entrepostos da Terra do Meio está em torno de 30%, em média. Parte significativa desse montante está relacionada aos primeiros anos de funcionamento. Os critérios e condições são constantemente debatidos e aprimorados entre cada cantineiro e os produtores a ele ligados, e as regras variam de local para local.

PRODUTOS QUE NÃO PASSAM PELAS CANTINAS

Para evitar o desabastecimento, além da limitação da venda a dinheiro, também há restrições ao leque de gêneros que elas podem comprar. Por trás dessa decisão, além do fato de o capital de giro ser ainda relativamente restrito, está um dos princípios cruciais de toda a estruturação das cadeias de valor da Terra do Meio: a garantia de mercado, em contratos com fluxo de produção e pagamento bem definidos. Assim, as cantinas compram somente aqueles itens para os quais a venda está prevista em termo de cooperação com o comprador final.

Por esse princípio, ficam de fora itens como a farinha ou o peixe, embora estes sejam, ao lado da castanha, justamente aqueles com que está envolvido o maior número de beiradeiros. Na prática, isso faz com que, em praticamente todas as reuniões das cantinas, muitos pressionem para que se amplie a lista de produtos passíveis de compra, em especial as famílias que não trabalham com os itens definidos nos contratos.

Em síntese, há uma pressão constante por fiados por parte das famílias que: não lidam com os produtos comprados; que trabalham com algum item aceito, mas somente em uma parte do ano (i.e. trabalha com castanha, mas não com borracha); ou, ainda, que têm renda proveniente de salários ou benefícios, tais como aposentados, professores, enfermeiros, agentes de saúde.

Em resposta a esse quadro bastante sensível, pois envolve uma rede de vínculos que não se encerra no aspecto comercial, há um esforço intenso e constante dos cantineiros e técnicos para apresentar os cálculos ao conjunto das famílias beiradeiras, evidenciando que a suspensão das restrições nas cantinas poderia, em curto tempo, levar à quebra do sistema como um todo. A seu turno, as organizações parceiras também têm se empenhado em encontrar compradores para os demais gêneros.

Certas cantinas, a partir de decisões pactuadas nas reuniões, decidiram testar critérios alternativos, tais como vender certa quantidade a dinheiro ou comprar produtos para venda local, com o objetivo de aliviar a pressão de famílias pelo acesso às mercadorias vendidas. Algumas experiências foram revistas, outras se transformaram – em todo caso, porém, constituíram-se aprendizados valiosos para todos que acompanharam.

Note-se que a inclusão da castanha entre os gêneros comercializados teve grande impacto positivo em relação à pressão sobre os cantineiros, pois contemplou, ao menos em determinado período do ano, praticamente todas as famílias do beiradão. Com mais gente próxima do sistema, também começa a crescer o entendimento sobre sua lógica, os critérios e as restrições. Por ora, contudo, essas negociações locais seguem difíceis e desgastantes, em especial para os responsáveis pelos estabelecimentos.

A CERTEZA DA VENDA

Quando se observam experiências semelhantes de estruturação de uma rede local de comercialização, destaca-se a garantia de venda da produção. Embora possa parecer uma ideia óbvia, diversas iniciativas, inclusive na Terra do Meio, viram-se fracassadas por desconsiderá-la.

Nei Xipaya, cacique, ilustra esse raciocínio a partir de um projeto desenvolvido junto aos Xipaya, que consistia em promover a criação de galinhas em maiores quantidades para comercialização, alocando recursos para materiais de construção, compra dos primeiros animais e ração. “Chegamos a ter 150 cabeças de galinha, mas não tinha transporte e não tinha para quem vender na cidade. O que nós fizemos? Comemos as galinhas, tudinho. Então, a associação deve ter essa iniciativa para buscar parcerias fora”, defende.

O projeto das galinhas é emblemático. Sem contar a inadequação desse tipo de produção para a realidade indígena (a organização do trabalho na comunidade e a necessidade de manutenção da alimentação de uma grande quantidade de animais, por exemplo), não foi estruturada a cadeia como um todo, pensando em incluir desde a plantação de milho para alimentar as galinhas, passando por assistência técnica no caso de doenças, por logística e pelo mercado para comercialização, dentre diversos outros aspectos.

Outra história ilustrativa é a da copaíba de Pedro Pereira, já mencionada. Durante um período, o beiradeiro buscou meios de vender o óleo por ele coletado no Alto Riozinho do Anfrísio na sede de Altamira, sem dispor, contudo, de garantia de compra ou preço certo. O resultado é que, após grande esforço, que envolveu circular pelas ruas da cidade com um carrinho de mão até esgotar seu estoque, a renda obtida mesmo assim era insuficiente em relação ao trabalho despendido na coleta.

AS CADEIAS E SEUS ELOS

A abordagem das diferentes cadeias de valor como um todo é outro elemento associado ao êxito de experiências semelhantes de estruturação de arranjos produtivos locais. Para garantir essa conexão, é importante que haja ações coordenadas nos vários elos das cadeias e em sua articulação.

O primeiro elo é o produtor, e para ele há dois aspectos primordiais a se considerar. De início, é preciso garantir que o trabalho envolvido em determinado produto seja compatível com as outras atividades do produtor e de sua família. Essa compatibilidade passa pela definição de um preço de venda suficiente para que a dedicação parcial do tempo da família àquela atividade garanta uma renda satisfatória. Por sua vez, isso pode ser obtido por meio de diferentes estratégias combinadas, tais como a consideração de serviços socioambientais na composição do preço, ou ainda o desenvolvimento de tecnologias que garantam menos esforço e dispêndio de tempo, por exemplo. A outra condição primordial é a garantia de qualidade do produto, alcançada por meio de cuidados em sua produção e manejo, bem como de tecnologias adequadas ao contexto.

No segundo elo está a cantina, que abriga diversas etapas do processo, como o pagamento pela produção, o abastecimento do produtor com mercadorias de sua necessidade e desejo, o estoque e cuidado com a produção antes do envio para a cidade e o gerenciamento cotidiano do capital de giro. Esse elo também se assenta na realização de reuniões periódicas onde são estabelecidos os acordos referentes a todo o funcionamento e gestão das cantinas. Compõem o processo, ainda, práticas de aprendizado e formação, com acompanhamento por parte das organizações parceiras.

É ainda nas cantinas que se realizam práticas cruciais para o controle de qualidade dos produtos. Tome-se o exemplo da castanha-do-pará. Quando chega aos entrepostos, ela é medida e classificada, seguindo depois para ar-

mazenamento em um paiol, onde se complementa sua limpeza e secagem, para depois ser novamente medida e ensacada pelo cantineiro para envio à cidade. Esse processo, aliado às definições sobre medidas e qualidade acordadas nas reuniões das cantinas, dentre outros espaços, tem ano a ano surtido efeitos positivos claros na qualidade do produto. A importância desse trabalho fica ainda mais evidente quando se considera a questão da transparência dentro das cadeias. Há um diálogo constante envolvendo as empresas compradoras, as organizações parceiras e os produtores para estabelecer os termos da qualidade almejada, de modo que contemple tanto as necessidades das empresas quanto as possibilidades das famílias e das cantinas.

O terceiro elo consiste na logística entre a comunidade e a cidade, hoje feita de modo coordenado por cantinas, associações e parceiros – nas Resex, ela é conduzida pelo ISA e, nas Terras Indígenas, por empresas contratadas nos marcos do Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte. Os recursos para pagamento do frete até a cidade e para o abastecimento das mercadorias nas cantinas está, na maior parte dos casos, embutido nos preços praticados. A única exceção é a cadeia da borracha, na qual esse valor é aportado pelo ISA.

A logística representa, talvez, o maior desafio na realidade amazônica, em que é comum um padrão de distribuição espacial caracterizado pela dispersão, como entre os beiradeiros e indígenas da Terra do Meio. Não é só uma questão de longas distâncias a serem percorridas, mas também de condições de navegabilidade dos rios da região, que variam ao longo do ano. Essas características fazem com que transportar a produção das cantinas até a cidade e levar insumos e mercadorias manufaturadas para as Resex seja algo extremamente dispendioso em termos de recursos e tempo. Além disso, há a necessidade de lidar com bancos e notas fiscais, outra questão dificultosa nessa realidade.

Por fim, pensando na abordagem holística das cadeias, um princípio central que tem orientado as ações na Terra do Meio é a **diversificação de**

produtos, de formas de produzir e de mercados. “Não se deve carregar todos os ovos em uma mesma cesta”, dizem os beiradeiros, ilustrando a pertinência do ditado com sua própria história. Foi, afinal, a diversidade da floresta e de suas possibilidades de uso, aliada a um conhecimento construído durante gerações, que permitiu às famílias, por um lado, diminuir a exploração por parte dos patrões e, por outro, garantir a permanência em seu território, dependendo relativamente muito pouco de produtos da cidade. Uma capacidade de resiliência e autonomia baseada na relação de conhecimento com a floresta.

Quando se fala em diversificação, fala-se de algo que pode ser feito inclusive a partir de uma mesma matéria-prima. A castanha, por exemplo, pode ser vendida pelos beiradeiros *in natura* ou embalada. Analogamente, a borracha pode ser produzida na forma de bloco, manta ou, ainda, compor o chamado saco encauchado, um tipo de bolsa impermeabilizada bastante útil em deslocamentos no beiradão. Nesse sentido, a questão tecnológica é fundamental. As miniusinas de processamento de multiprodutos são o exemplo mais claro dessa prática, desenvolvida pelas comunidades e seus parceiros (**ver box, p. 354**).

Miniusinas e o processamento de produtos na floresta

As miniusinas consistem em um conjunto de equipamentos com tecnologias apropriadas para o processamento de vários gêneros florestais, adaptadas ou desenvolvidas a partir da união de saberes tradicionais e científicos, e permitindo o processamento de cerca de 100 diferentes produtos da floresta. Entre os exemplos dessas tecnologias, estão: sistemas de desidratação de castanhas, pimentas e frutas, alimentado por resíduos ou energia solar, com sistema eletrônico de controle de temperaturas; secagem de sementes para processamento de óleos no mesmo equipamento em que se torram farinhas e doces de fruta; extração de óleos com extratora helicoidal adaptada para funcionar com os mesmos motores usados nos barcos regionais; desumidificação e redução de temperaturas de ambientes para estocagem de sementes e outros produtos, dentre outras.

No beiradão da Terra do Meio, a primeira miniusina foi implantada em 2011, na localidade Rio Novo, na Resex Rio Iriri. A principal demanda que motivou a implantação dos equipamentos foi o processamento de óleo de babaçu, tradicionalmente produzido em toda a região.

O primeiro passo foi o mapeamento de unidades de produção de óleos em funcionamento na região, em busca de referências locais e realização de intercâmbios. Dessa forma, chegou-se ao Projeto Sementes da Floresta (PSF), fruto de articulações da igreja católica e de agricultores do município de Uruará, região da rodovia Transamazônica. O projeto trabalha com a proposta de contribuir para que as famílias de pequenos agricultores tenham condições de permanecer em suas propriedades, trabalhando na agricultura familiar e, ao mesmo tempo, conservando a floresta a partir do aproveitamento de espécies de oleaginosas como andiroba, copaíba, castanha-do-pará, cupuaçu, babaçu, entre outras. As primeiras unidades de beneficiamento do PSF foram implantadas em 2007, para processamento do óleo de babaçu, nos marcos de uma parceria com a empresa Naturais da Amazônia, de Belém.

Estabelecido o contato entre beiradeiros e o projeto dos agricultores de Uruará, o primeiro intercâmbio foi realizado em setembro de 2010, sucedido por diversos outros, com o objetivo de transferência de tecnologias e troca de experiências. Nos primeiros encontros, os integrantes do PSF ensinaram como lidar com o maquinário da extração de óleo (operação, limpeza, manutenção, problemas e gestão) e os extrativistas compartilharam sua experiência com a coleta e quebra do coco babaçu, bem como outros produtos da floresta. Nascia ali uma parceria que dura até hoje, com ganhos para todos os envolvidos. Com base em aprendizados do PSF, os primeiros elementos processados na usina da Resex Rio Iriri foram o óleo e o mesocarpo do babaçu, em conjunto com experiências envolvendo manteiga de cacau e óleos de andiroba, castanha e mamona.

Em 2013, foram elaboradas e adaptadas tecnologias locais para o beneficiamento da castanha desidratada. Desenvolveram-se sete modelos de desidratadores, com fontes híbridas de energia (biomassa, gás e solar), para trabalhar com diferentes matérias-primas. Os desidratadores têm uma função central no processamento de produtos da floresta, por estarem presentes em diferentes beneficiamentos e por permitirem adequada conservação. Além deles, foram pesquisados e adaptados processos de moagem, impermeabilização de tecido com látex, manta de borracha e autoclave.

As miniusinas, pela versatilidade de equipamentos e processos produtivos, possibilitam lidar com grande variedade de produtos, permitindo equacionar épocas de safras, aptidões diferenciadas, regionalidades, variações de preço e disponibilidade de contratos. Um exemplo dessa versatilidade pôde ser observado na safra de 2016, no Rio Novo, onde foram processados 1.880 quilos de castanha, 84 quilos de farinha de castanha, 309 quilos de óleo de castanha e 100 quilos de mesocarpo de babaçu, além da produção de bolsas e sacos encauchados, vendidos localmente. Oito famílias participaram diretamente do processamento e 14 foram envolvidas na coleta

dos produtos na floresta. Com as miniusinas planejadas (duas na Resex Rio Xingu, uma adicional na Resex Rio Iriri, uma na Resex Riozinho do Anfrísio e uma na TI Trincheira Bacajá), outras 66 famílias passarão a processar os frutos de seu trabalho. Além do ganho com a comercialização *in natura*, elas também podem complementar sua renda anual com a remuneração direta pelas atividades de beneficiamento.

Em 2014, o ISA foi finalista do prêmio de inovação social promovido pela Google com o projeto de expansão das miniusinas. O recurso oriundo do prêmio foi importante para adaptações de equipamentos e implantação de novos módulos nas miniusinas existentes, com avanço na variedade e qualidade dos itens produzidos. Um resultado positivo, mas inesperado, foi o apoio à fábrica de chocolates CacauWay, em Medicilândia, para implantação de uma unidade de beneficiamento de castanha-do-pará, bem como em discussões para aproveitamento de produtos das porções de florestas dos cooperados da fábrica.

De modo geral, a gestão das miniusinas ao longo dos últimos anos levou a aprendizados importantes. Um deles diz respeito às vantagens do compartilhamento entre as diferentes miniusinas do território. Se uma comunidade quer realizar o processamento de óleos, por exemplo, e se há um equipamento que já realiza o procedimento a uma distância acessível, é recomendável a aquisição de equipamentos do mesmo fornecedor e modelo, ainda que apresentem rendimentos relativamente mais baixos ou preços maiores. Isso propicia intercâmbios diversos entre as miniusinas, tais como o empréstimo de peças para emergências e a contratação conjunta de mão de obra de manutenção e treinamento. A extratora de óleo vegetal adquirida para a miniusina do Rio Novo é um exemplo. Após uma série de avaliações, adotou-se o mesmo modelo utilizado no projeto Sementes da Floresta, possibilitando que operadores mais experientes atuassem como tutores dos operadores da miniusina do Rio Novo.

Outro aprendizado foi a utilização de peças ou equipamentos facilmente encontrados na região, mesmo que originalmente empregados para outros usos. O caso mais emblemático é a escolha de motores geradores de energia para certos dispositivos da miniusinas. Entre vários possíveis, alguns até com melhor rendimento, optou-se pelo tipo de motor mais usado entre os barcos na região. Com isso, garante-se que a manutenção possa ser feita por um número maior de pessoas, com acesso a mais peças e até possibilitando uma substituição emergencial por um motor de barco.

A gestão da miniusina também é objeto de reflexão. Aprendeu-se que seu tamanho deve ser compatível com a gestão familiar, ou seja, de modo que uma família ou conjunto de famílias de uma determinada localidade, que já compartilha a produção, possa gerir a estrutura sem grandes dificuldades. Algo análogo às regras costumeiramente associadas às casas de farinha, equipamento tradicionalmente utilizado pelas famílias beiradeiras há diversas gerações.

AS VANTAGENS DA TRANSPARÊNCIA

Com os patrões ou regatões, as famílias beiradeiras conheciam a trajetória de seus produtos somente até determinado ponto. Sobre a castanha, por exemplo, sabia-se que era negociada frequentemente com um grande comprador em Altamira, mas não mais que isso. Com efeito, nem os regatões que abasteciam esse comprador sabiam para onde ia a produção e a quanto era negociada dali em diante.

Em pesquisa feita pelo ISA, descobriu-se que esse comprador de Altamira negociou por muito tempo a castanha junto a empresas de Belém, ligadas à família Mutran³⁵. Um dos vendedores explicou em detalhe a lógica de funcionamento do negócio: “Os Mutran negociavam com varejistas o preço da castanha, tiravam seus custos de processamento e compra, colocavam uma margem de lucro que desejavam e passavam o preço pelo que iriam comprar a castanha para o Ceará [comprador de Altamira] e diversos outros intermediários. Estes, por sua vez, tiravam seus custos, colocavam sua margem e passavam o preço que estavam pagando para os regatões, que faziam o mesmo para os extrativistas. Quem quisesse entregar no preço que estava sendo pago, entregava, quem não queria ficava sem vender a castanha. Nessa lógica, era muito difícil os Mutran ou Seu Ceará terem prejuízos. Não havia uma preocupação dos compradores com os custos da produção para o extrativista”.

Esse movimento de estoques e mercados não assumia essa forma para os beiradeiros. Do ponto de vista das famílias que manejavam os castanhais, era possível observar apenas que os preços variavam de safra a safra, ou mesmo ao longo de uma mesma safra, sempre caindo de preço durante os meses. Havia pouca transparência para as famílias, que viviam em com-

35. Conhecida por suas atividades agropecuárias e pelo envolvimento em disputas de terras no Pará. Cf. SAKAMOTO, Leonardo. “Os negócios da família Mutran”. In: *Carta Maior*. São Paulo, 19 fev. 2004.

pleto desconhecimento das etapas da cadeia até o consumidor final. Com o processo de estruturação dos arranjos produtivos, esse cenário está se modificando. Do ponto de vista local, por exemplo, um fator que concorre para isso é a realização de reuniões de cantinas, congregando produtores, cantineiros e a equipe técnica de organizações parceiras³⁶. Nessas ocasiões, o grupo debate e decide sobre uma série de aspectos do funcionamento dos entrepostos, como o preço das mercadorias, os termos de cooperação com empresas, medidas para auferir e controlar a qualidade da produção, o gerenciamento do capital de giro, logística e custo etc. O fato de se colocar tão ampla gama de temas em debate coloca justamente em evidência a multiplicidade dos elos das cadeias e suas conexões.

Em 2014, as famílias das Resex tiveram diante de si uma decisão que deixou claro como a transparência na cadeia de produção pode fazer bastante diferença, e em termos muito concretos. Nas reuniões de cantina do final desse ano, a grande questão em pauta era se os estabelecimentos deviam ou não comprar a castanha que seria trabalhada pelas famílias na safra de 2015, entre janeiro e abril. O dilema se justificava porque, após o encerramento do contrato com a empresa Ouro Verde, a castanha era um item sem mercado certo e preço definido, sujeito às variações e incertezas de compradores locais. Com isso, alertava a equipe técnica do ISA, havia um risco. Os cantineiros poderiam estabelecer um preço pela caixa de castanha na reunião, destinando o capital de giro disponível para a compra dessa produção dos beiradeiros, mas poderiam não encontrar condições satisfatórias de venda, resultando em um retorno insuficiente para cobrir o preço pago ao produtor e os custos de transporte e levando, portanto, a uma quebra do capital de giro³⁷.

36. No caso das cantinas das Resex, o principal parceiro é o ISA. Os estabelecimentos indígenas, por sua vez, contam com o apoio da ONG The Nature Conservancy (TNC), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de empresas contratadas pelo consórcio de Belo Monte, no âmbito de compensações previstas no PBA.

37. Esse cálculo era ainda mais delicado se fosse levado em conta as perdas relacionadas à diferença de volume entre a castanha entregue verde na cantina e a vendida seca (a chamada "quebra"), bem como o descarte de castanhas estragadas.

Se, por um lado, havia o risco pela falta de comprador certo naquele momento específico, por outro, uma análise completa das situações de mercado apontava para fatores que o relativizavam. Estava em curso a aproximação com a empresa Wickbold, com boas chances de ser efetivada. Levando em conta todos os cenários, a decisão do grupo foi, por unanimidade, a de que as cantinas deveriam comprar a produção de castanha dos produtores.

Restava, ainda, outro dilema, talvez o maior deles: qual seria o preço definido? Nesse ponto, os próprios técnicos do ISA divergiram entre si, um deles defendendo uma posição mais conservadora de preços e outro, mais arrojada. Se, em um primeiro momento, essa divergência trouxe certa insegurança para os demais participantes da reunião, no decorrer do encontro, ela contribuiu para deixar claro que havia um quadro de possibilidades, e que a responsabilidade da decisão final era da comunidade. Foi definido, assim, que as cantinas pagariam R\$ 45 a caixa de castanha durante a safra de 2015, um valor superior ao da última safra negociada com a Ouro Verde, que fora de R\$ 40, mas ainda moderado pela prudência.

Em meados da safra, porém, a negociação com a Wickbold avançou, e o valor acatado pela empresa permitiria a elevação do preço da caixa a R\$ 55, já descontados os custos de frete e do trabalho do cantineiro. Os moldes do acordo, fechado diretamente entre representantes da empresa e das famílias e associações, foi elogiado pelos beiradeiros como sinal da importância da transparência. Além da negociação cara a cara do preço com o comprador final, tão diferente do que se fazia costumeiramente no beiradão, os representantes da empresa puderam visitar um castanhal e acompanhar uma demonstração do trabalho de coleta, quebra e beneficiamento da castanha realizado pelas famílias.

Por fim, o valor acordado com a empresa incidia não só sobre a produção dali em diante, mas também sobre a castanha estocada da safra de 2015, a mesma que havia sido comprada dos extrativistas pelas cantinas

a R\$ 45. O resultado foi que cada produtor ganhou R\$ 10 adicionais por caixa vendida, um fato inédito na história da região. Até então, uma vez vendida a castanha, não importava a quanto ela seria revendida às empresas de Belém ou de outros locais: essa diferença nunca seria revertida para a família extrativista.

O pagamento efetivo dessa diferença aos beiradeiros colocou em relevo outro aspecto da transparência na gestão de recursos coletivos: os registros contábeis. A identificação dos coletores a remunerar só foi possível por meio dos recibos de transação emitidos pelas cantinas, sempre em duas vias: uma para o estabelecimento e outra para o produtor. É possível afirmar com segurança que essa situação fez crescer a confiança das famílias no sistema, tornando-o mais inteligível e competitivo com as antigas formas de comercialização.

OLHOS POSTOS NO CONSUMIDOR FINAL

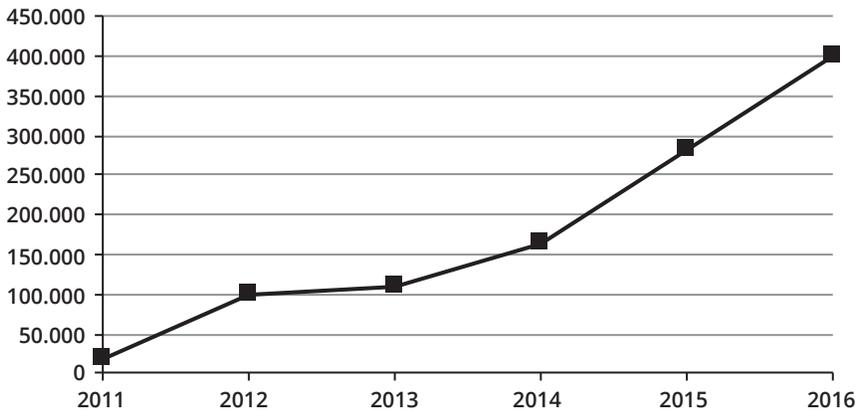
Que leva as empresas a escolherem a Terra do Meio para estabelecer parcerias comerciais? Esse foi o mote de uma reflexão proposta por técnicos do ISA e Imaflora às famílias beiradeiras, e que visava inquirir sobre quais elas acreditavam que eram as motivações do consumidor final.

Algumas respostas apareceram com maior frequência, envolvendo razões ligadas à conservação ambiental, à qualidade dos produtos, ao esforço dos parceiros na articulação com essas empresas, à geração de renda ou, ainda, a preocupações ligadas às mudanças climáticas. Em alguma medida, portanto, todos os elementos respondiam efetivamente à pergunta, ou seja, constituíam condições sem as quais essas empresas jamais levariam adiante as negociações. Um fator importante, porém, não fora mencionado: a possibilidade de transparência da cadeia, do produtor ao consumidor.

A partir dessa constatação, a reflexão conjunta passou a girar em torno das formas de se garantir à empresa ou ao consumidor final que todos os atributos estejam, de fato, associados ao produto. Em outras palavras, se uma empresa veicula a seus consumidores que está pagando um preço justo aos produtores de sua matéria-prima, como dar garantias de que esse acordo está, de fato, sendo seguido? Como a empresa pode verificar se os contratos estão possibilitando um aumento de renda real para as famílias, ou melhoria de sua qualidade de vida? Como saber se a floresta em que essas famílias vivem está sendo conservada?

A resposta encontra-se em processos e procedimentos que garantem transparência, legitimidade e governança nas diferentes escalas do arranjo, e também em instrumentos que aumentem a visibilidade e confiança em todos os elos das cadeias. Uma ferramenta que tem sido utilizada para aprimorar a conexão entre extrativistas e florestas com consumidores e as cidades, por exemplo, é o Selo Origens Brasil (**ver box, p. 81**).

Gráfico 2. Faturamento do arranjo produtivo da Terra do Meio incluindo Terras Indígenas (em R\$)



Além disso, há outros mecanismos que cumprem esse papel. Os termos de cooperação são redigidos e assinados não somente pelas empresas e pelas famílias, estas representadas por suas associações, como também pelos parceiros técnicos e por órgãos de governo, dando lastro à possibilidade de relações mais equilibradas entre os diretamente envolvidos. É uma forma de dar leveza à relação entre as comunidades e empresas, ao mesmo tempo em que se firmam suas responsabilidades nos processos.

No nível mais local, entre famílias de uma determinada vizinhança e a cantina à qual estão ligadas, há também uma governança praticada no dia a dia e consolidada em reuniões locais, das quais participam representantes das famílias, cantineiros, os técnicos diretamente envolvidos nos processos e representantes da associação de moradores. Esse nível de governança também fica formalizado em documentos e espaços, como as reuniões de cantinas, os informativos, memórias e atas das reuniões.

Com a expansão das cantinas pelo beiradão da Terra do Meio e nas TIs, foi necessário pensar em um formato diferente para formação técnica dos cantineiros e para definição de combinados básicos com relação ao atendimento dos diferentes contratos, de acordos de governança básicos entre os estabelecimentos para geração de uma coerência territorial e, mesmo, aproveitar sua replicação para exercitar processos de compra de mercadorias em conjunto. Com esse intuito, foi proposta a realização de ao menos um encontro anual em Altamira entre todos os cantineiros, espaço que eventualmente pode ser utilizado para contatos diretos e ajustes com os compradores finais.

CAPÍTULO 15

ORGANIZAÇÃO DE
ESPAÇOS DE
PROTAGONISMO

Por Augusto Postigo, Marcelo Salazar
e Leonardo Moura

A SEMANA DO EXTRATIVISMO

Desde 2014, as comunidades da Terra do Meio passam a atuar em um novo espaço de protagonismo, a Semana do Extrativismo, para debater os diversos aspectos do arranjo produtivo, desde o planejamento até a eventual negociação de novos contratos.

Sua origem remonta às discussões realizadas no âmbito do GT de Produção e Comercialização da Rede Terra do Meio – RTM (**ver capítulo 8, p. 223**), especialmente quando esse espaço passou a contar com maior número de beiradeiros, evidenciando a importância de se promover a aproximação entre as instituições componentes do GT e a realidade das comunidades. Posteriormente, já nas reuniões das cantinas, o desenho do encontro ganha contornos mais definidos: um evento anual, que reuniria cerca de 30 extrativistas das três Reservas Extrativistas (Resex) e do entorno, cantineiros, representantes das associações locais e as diferentes instituições que já atuavam no GT da RTM, incluindo os parceiros comerciais, já existentes e potenciais, e representantes dos diferentes níveis governamentais envolvidos com as questões associadas às cadeias.

A primeira edição da Semana do Extrativismo ocorreu em 2014, ao longo de uma semana, na localidade Gabiroto, polo central da Resex Rio Xingu. Sua estrutura seria a mesma seguida nas reuniões posteriores.

Os três primeiros dias são destinados a uma avaliação estratégica dos arranjos, reunindo somente os cantineiros, os representantes das associações locais, beiradeiros interessados na discussão, o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse segmento do encontro culmina com um planejamento, que, por sua vez, é apresentado na etapa seguinte, quando chegam os demais participantes (outros órgãos de governo, ONGs e empresas). Essa

apresentação consiste em expor o ponto de vista das famílias sobre a forma que entendem como a mais adequada para pautar a atuação do conjunto de parceiros junto ao desenvolvimento da produção. Além disso, os dois últimos dias voltam-se a uma apresentação prática e ilustrativa da experiência dos extrativistas na coleta e beneficiamento dos produtos da floresta. Como apontaram diversos beiradeiros, esse tipo de intercâmbio “valoriza nossa produção porque as empresas percebem o trabalho e o conhecimento que temos”, gerando maior confiança entre todas as partes interessadas e fortalecendo o arranjo produtivo local.

Nessa primeira edição, outro destaque foi o entendimento de todos os participantes em torno da promoção de uma “economia na floresta” junto às esferas governamentais, sintetizado em um documento final. O objetivo seria fazer com que os princípios debatidos no encontro – e que permeiam os esforços do arranjo – se traduzissem em políticas públicas adequadas de apoio às cadeias (**ver box, p. 370**).

A II Semana do Extrativismo, realizada em 2015, teve como destaque a participação indígena. O funcionamento das cantinas e os contratos chamaram a atenção de povos da Terra do Meio, cujas lideranças manifestaram ao ISA e às associações de beiradeiros o interesse em conhecer mais de perto esse processo. Representantes de diferentes Terras Indígenas (TIs) da região participaram do encontro anual. Muitos dos presentes traziam a experiência frustrada de projetos associados à mitigação de impactos e de condicionantes relacionados à usina hidrelétrica Belo Monte, em contraste com a perspectiva de longo prazo que projetavam na experiência das cantinas dos beiradeiros. Embora o processo de implantação dos estabelecimentos houvesse se iniciado em algumas TIs, os indígenas acreditavam ser fundamental uma cooperação nesse movimento. Os beiradeiros, em contrapartida, viram nesse posicionamento uma fonte de orgulho do processo que conduziam, ao lado de uma perspectiva futura mais sólida de todo o esforço. A partir dali, foi estabelecida uma aliança com o povo Xipaya para delimitação de uma

estratégia comum para todo o território (**ver Fortalecimento das cadeias nas Terras Indígenas da Terra do Meio, p. 377**).

Realizada em 2016, na localidade Manelito, na Resex Rio Iriri, a III Semana do Extrativismo teve a ampliação da participação indígena, e a realização de importantes novos contratos. A iniciativa do Selo Origens Brasil, debatida mais detidamente nessa edição do encontro, também contribuiu para se colocar em perspectiva a produção no território como um todo, bem como consolidar as alianças entre indígenas e beiradeiros e a transparência em todo os elos das cadeias.

Os valores associados ao modo de vida beiradeiro também se tornaram uma questão estratégica partilhada pelos participantes, ensejando uma iniciativa que seria desenvolvida nos marcos do curso de gestão territorial: a promoção de pesquisas interculturais, apontando tanto para os valores internos das estratégias de uma economia de base florestal para as famílias como para o reconhecimento dos serviços socioambientais prestados por ela quando realizam suas atividades tradicionais.

Manifesto da Semana do Extrativismo da Terra do Meio

Altamira, 7 de maio de 2014

Aos governantes Federais, Estaduais e Municipais, Instituições Públicas, Instituições Privadas e Empresas.

Nós, representantes das Populações Tradicionais da Terra do Meio e parceiros participantes da Semana do Extrativismo, pedimos a atenção dos senhores para a valorização do modo de vida dos Povos da Floresta e seus territórios.

As Populações da Terra do Meio possuem uma relação histórica e profunda com seus territórios tradicionais e com as florestas e rios que fazem parte deles. A natureza dessa relação garante, juntamente com a demarcação e proteção dos territórios, a conservação de um dos maiores Patrimônios Socioambientais do planeta. Esse patrimônio material e imaterial é responsável por serviços socioculturais e ambientais ainda pouco valorizados pela sociedade e pelos governos. Consideramos como serviços socioculturais e ambientais:

- A forma de ver e entender o mundo, as pessoas, a mata e os animais;
- O conhecimento tradicional sobre as plantas, animais, rios, mata, rezas, medicamentos, comidas, plantio e manejo, que podem contribuir muito com o planeta;
- A habilidade de utilizar, nas atividades diárias e para a geração de renda, uma enorme diversidade de recursos naturais de forma sustentável, de modo a conservá-los para gerações futuras e para a sociedade;
- O monitoramento realizado pelas populações sobre o território, especialmente pelo uso tradicional e sustentável das florestas através da extração da castanha, copaíba, seringa, breu, cumaru, andiroba e outros recursos;
- E, por fim, a manutenção da floresta em si, uma vez que o modo de vida das comunidades ajuda a conservá-la e, dessa forma, garante os benefícios decorrentes dessa conservação, como: redução das emissões de carbono por desmatamento evitado; manutenção da biodiversidade; manutenção

dos regimes de chuvas do sul, tão importantes para agricultura e estoque de água; manutenção das nascentes, igarapés e rios que abastecem a bacia do Xingu; manutenção da biodiversidade; e manutenção da vida.

O Pará possui grandes áreas de reservas naturais em áreas protegidas (44 Unidades de Conservação Federais, 13 Unidades de Conservação Estaduais, e 60 Terras Indígenas). A região da Terra do Meio e do Médio Xingu é constituída por 20 áreas protegidas (8 Unidades de Conservação e 12 Terras Indígenas). As três Reservas Extrativistas, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex Rio Iriri e Resex Rio Xingu, a Associação Extrativista do Rio Iriri e Maribel (AERIM), em conjunto com as demais áreas protegidas e as áreas pertencentes a agricultores familiares como da Associação Agroextrativista Sementes da Floresta (AASFLO), podem contribuir significativamente para a manutenção e melhoria desses serviços com as medidas e incentivos adequados para a melhoria da qualidade de vida e apoio a formas sustentáveis de gerar renda com a manutenção da floresta em pé.

As atividades extrativistas não madeireiras desempenhadas pelas Populações Tradicionais e Indígenas da Terra do Meio são atividades que contribuem significativamente para a manutenção dos ativos florestais do Município, Estado e Federação e com os serviços socioambientais prestados por seus territórios. Há na Terra do Meio um caminho sendo construído para a estruturação de uma economia florestal não madeireira sólida e que valorize suas populações e territórios.

Esse caminho, discutido e avaliado constantemente com as Associações e na Rede Terra do Meio, foi iniciado com o desenvolvimento de sistemas de educação, saúde, produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros nas Resex da Terra do Meio. As cadeias de valor buscadas pelas populações da Terra do Meio são aquelas que valorizam o modo de vida, seus territórios, os serviços prestados, que busquem relações éticas e que permitam a gestão e o monitoramento das comunidades. Destacamos as seguintes conquistas dentro dessa estratégia de valorização dos extrativistas e seus territórios:

- A estruturação de 20 escolas nas três Resex nos últimos 4 anos;
- A construção de 3 polos centrais e 3 polos regionais comunitários com estruturas para saúde, educação, organização comunitária e pista de pouso;
- A aprovação de uma lei municipal em Altamira para saúde nas Resex;
- A aprovação de 2 decretos federais para a saúde nas Resex;
- A construção de 25 paióis familiares para armazenamento e boas práticas produtivas dos produtos extrativistas;
- O aluguel de um armazém em Altamira para viabilizar o armazenamento, a comercialização na entressafra e a junção da produção das três Resex e Terras Indígenas;
- O início da estruturação de 7 cantinas comunitárias que viabilizam a utilização de capital de giro para a comercialização de produtos e insumos nas Resex e está influenciando também as terras indígenas, como a Terra Indígena Xipayá. As cantinas possibilitaram o aumento do poder de compra dos extrativistas envolvidos e a valorização da produção extrativista dentro e fora das cantinas;
- A estruturação de uma miniusina de beneficiamento de produtos florestais não madeireiros na Resex Rio Iriri, e de três miniusinas na AASFLO, sendo que já está prevista a construção de outras miniusinas nas Resex;
- A consolidação de duas parcerias comerciais na Terra do Meio que viabilizam: a comercialização justa dos produtos, uma relação de longo prazo com as empresas e um processo participativo comunidade-empresa no desenvolvimento de soluções;
- A estruturação de um selo de origem para a Bacia do Xingu a ser implantado em 2014, de modo que a sociedade possa conhecer e valorizar os produtos advindos dessa região;
- O início da estruturação de métodos adequados de valorização dos Serviços Socioambientais vinculados ao modo de vida das populações e sistemas produtivos.

Percebemos, em diferentes encontros realizados entre as associações e parceiros, que uma boa parte da sociedade e dos governantes ainda desconhece como ter

desenvolvimento e geração de renda de uma forma realmente sustentável, com a conservação da floresta e valorização das populações tradicionais. Prova disso é a permanência dos processos de desmatamento e destruição da natureza como modelo de desenvolvimento do Pará. Só no Pará, são 13 os municípios embargados pelo Ministério do Meio Ambiente (Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007). Esses municípios e outros necessitam de referências e caminhos diferentes para o desenvolvimento, sendo a potencialização de uma economia sustentável da floresta entendida como um caminho factível para o desenvolvimento da região. Porém, é necessário aumentar a competitividade dos produtos extrativistas e agroextrativistas do estado do Pará frente a outros produtos e estados.

É também evidente a necessidade de ações coordenadas, entre comunidades, instituição de apoio, governo e empresa, para a estruturação de uma economia agroextrativista de multiprodutos da floresta que fortaleça as áreas protegidas e suas populações. As diretrizes, apresentadas a seguir, visam à implantação da estratégia de valorização dessa economia na Terra do Meio e a estruturação de políticas públicas adequadas às áreas protegidas e suas populações.

Diretrizes para estruturação de uma economia florestal na Terra do Meio: Políticas públicas direcionadas ao Extrativismo

- Implementação da Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo no Pará Decreto Nº 1.001, de 29 de maio de 2008, contemplando apoio à retomada de seringais, apoio logístico, estruturação de linhas de crédito adequadas, estruturação de cooperativas;
- Criação de uma Lei Estadual de subvenção para produtos extrativistas, aos moldes do estado do Amazonas (Lei nº 2.611 de 04/07/2000), com imediata estruturação de decreto regularizando subvenção da borracha no valor de R\$ 2,00/kg;
- Criação de uma lei municipal de subvenção para produtos extrativistas em Altamira, aos moldes do município de Manicoré-AM (Lei Nº 665 de 26 de Abril de 2005), iniciando com a borracha natural no valor de R\$ 1,00/kg;

- Redução das pautas e impostos sobre os produtos da floresta. Destaca-se a urgente redução da pauta da borracha natural de R\$ 6,00 para R\$ 1,50 no Estado do Pará para viabilizar relações comerciais com outros estados;
- Criação de um defeso³⁸ para a borracha, para compensar a necessidade de parada do seringueiro durante a Piroca³⁹;
- A adequação das políticas públicas Federais para que sejam realmente acessíveis às Populações Tradicionais residentes em áreas isoladas. Destacamos às políticas públicas de crédito, financiamento, produção, armazenamento e comercialização, tais como: Pronaf A, PAA, PNAE, PGPM, etc.

Assistência Técnica e formação

- Estruturação de um sistema adequado de assistência técnica extrativista que contemple o conhecimento tradicional envolvido no manejo dos recursos naturais;
- Realização de estudos constantes para garantia de preços adequados/ justos para a realidade de isolamento das diferentes áreas da Terra do Meio e Médio Xingu com objetivo de nortear políticas públicas e negociações com o setor empresarial;
- Formação dos comunitários em gestão de territórios, cadeias de valor, capital de giro, comercialização etc.;
- Construção de um Centro de Tecnologias em Altamira que permita ações de pesquisa, formação, treinamentos e experimentação de diferentes tecnologias de agregação de valor aos produtos agroflorestais.

Capital de giro, crédito, financiamento e incentivos diversos

- Implementação de sistemas de capital de giro e crédito através das Cantinas e outras formas adequadas à realidade dos extrativistas, indígenas e agricultores familiares que funcionem dentro das comunidades;

38. Período em que se interdita a prática da atividade para permitir a reprodução do recurso natural explorado.

39. Denominação local para o período reprodutivo das árvores de seringueira. Compreende a época anual de senescência foliar e produção de flores. Também é uma época em que a árvore produz pouco látex por estar investindo nos elementos reprodutivos e crescimento de novas folhas.

- Financiamento e incentivos para a reabertura de áreas extrativistas antigas e para abertura de novas áreas (borracha, castanha, oleaginosas etc.);
- Financiamento e incentivos para a aquisição de insumos de produção e equipamentos para beneficiamento de múltiplos produtos;
- Financiamento e incentivos para a instalação de unidades produtivas locais comunitárias e privadas para a verticalização da produção na região.

Infraestrutura

- Estruturação de centros de armazenamento em Altamira para estocagem e distribuição adequada dos produtos das diferentes comunidades da Terra do Meio e Médio Xingu;
- Estruturação de unidades de beneficiamento e armazenamento nas comunidades.

Transporte, Energia e Comunicação

- Suporte na estruturação de sistemas adequados de transporte de produção e insumos para viabilizar o funcionamento das cadeias, podendo haver apoio em: combustível, frete e principalmente na estruturação de um sistema conjunto de transporte da produção das áreas extrativistas financiado pelo governo e empresas – implantação do Barco da Produção;
- Estruturação de sistemas alternativos de energia para abastecer as comunidades e suas unidades de beneficiamento;
- Instalação de centros de comunicação que permitam acesso à internet, rádio e telefonia.

Agregação de valor

- Estruturação de formas de pagamento através dos produtos da floresta pelos diferentes Serviços Socioambientais prestados pelas populações e seus territórios. Esses pagamentos podem ocorrer diretamente pelas empresas que comercializam os produtos regionais, por empresas interessadas na redução de suas emissões ou por outros serviços, como água, e

pelo governo e suas instituições e políticas;

- Entendimento e divisão dos riscos inerentes às cadeias de produtos florestais não madeireiros entre os diferentes atores de governo, empresarial, de organizações não governamentais e instituições comunitárias.

Questões Fundiárias

- Resolução do processo de desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca considerando o compromisso assumido com as populações tradicionais;
- Ampliação do PA Trairão para incluir área de uso extrativista das comunidades pertencentes à AASFLOR;
- Demarcação física das Reservas Extrativistas (picadas, pontos geodésicos, placas);
- Ações de proteção dos territórios;
- Reconhecimento e garantia das áreas de uso das populações tradicionais em Unidades de Conservação Integrais.

Ampliação das ações

- Ampliação das ações e estratégias das Resex para as Terras Indígenas do Médio Xingu e os Agricultores Familiares da Transamazônica de forma a potencializar e viabilizar uma economia regional de base agroflorestal considerando as diferenças e potencialidades de cada região;

Assim, reafirmamos a necessidade de ações coordenadas entre Estado (governo municipal, estadual e federal), instituições públicas e privadas e o setor empresarial para a estruturação e consolidação de uma economia florestal multiprodutos não madeireiros que venha a potencializar o grande diferencial socioambiental regional, com a valorização do Patrimônio Social, Cultural e Ambiental presente na Terra do Meio, Xingu e Transamazônica.

Assinam esse manifesto os participantes comunitários e institucionais da Semana do Extrativismo e do curso de Gestão Territorial.

FORTALECIMENTO DAS CADEIAS NAS TERRAS INDÍGENAS DA TERRA DO MEIO

Diferentemente dos ribeirinhos das Resex, os indígenas das TIs da região do médio Xingu receberam, nos últimos anos, significativos recursos de compensação pela construção da UHE Belo Monte, repassados pelo consórcio Norte Energia S.A. (Nesa). Esses recursos chegaram às aldeias, em sua maior parte, na forma de mercadorias de consumo e de projetos. As mercadorias, além de criarem necessidades antes inexistentes para esses povos, fomentaram o abandono de atividades de subsistência que antes supriam demandas básicas. Já os projetos, embora em grande quantidade, devido à falta de foco e à desconsideração das especificidades dos povos em questão, não conseguiram estruturar nenhuma forma de geração de renda.

Como resultado, as medidas de compensação, ao invés de fortalecerem os indígenas, geraram apenas um conforto momentâneo dependente de fontes externas, levando-os a uma situação muito vulnerável: caso o fluxo de recursos de Belo Monte cessasse, a maioria não só deixaria de ter acesso a esse padrão – como luz elétrica, água encanada e transporte para a cidade –, como passaria fome, o que de fato aconteceu quando a Nesa interrompeu o repasse do Plano Emergencial, a partir de 2013.

Devido às características de difícil acesso da região do Alto Iriri, os povos Xipaya e Kuruaya que ali vivem seriam possivelmente os que se encontrariam em situação mais difícil quando o recurso da Nesa minguasse, pois o longo caminho, de acesso exclusivamente fluvial, além limitar as oportunidades de geração de renda, torna os produtores locais totalmente dependentes dos poucos regatões que frequentam a região, comprando a produção por preço bastante inferior ao do mercado e vendendo as mercadorias trazidas da cidade por até o quádruplo do preço. Não foi, porém, o que se registrou.

Vivendo essa situação, os indígenas da TI Xipaya observaram que seus vizinhos beiradeiros das Resex Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, apesar de não receberem recursos da Nesa, estavam logrando contornar o preço alto dos regatões por meio de uma organização comunitária em um sistema de cantinas. Para o cacique Nei Xipaya, não havia motivo para que seu povo ficasse de fora desse processo, que fortalecia regionalmente atividades tradicionalmente desenvolvidas nas aldeias. Ele, então, começou a buscar apoio para desenvolver um trabalho similar em sua TI.

Quando um projeto da Fundação Nacional do Índio (Funai) para fortalecimento regional da cadeia da castanha foi contemplado com recursos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, em 2012, optou-se tecnicamente por iniciar um projeto piloto com um povo apenas, que poderia ser futuramente replicado em outras TIs, servindo inclusive para pautar as ações do Plano Básico Ambiental (PBA) relacionadas à castanha. Como o interesse dos Xipaya era conhecido, eles tornaram-se o público-alvo do projeto-piloto para implementação do sistema de cantina entre os indígenas.

Em 2014, ao final do primeiro ciclo de trabalho, o estoque de castanha composto pelas duas aldeias Xipaya foi de 250 caixas. A retirada dessa castanha do mercado pressionou os regatões locais a pagarem pelo estoque Xipaya o maior preço até então registrado – R\$ 50 a caixa –, superior ao preço pago pelas cantinas da região, já considerado justo.

Diante desse sucesso, os Xipaya demandaram à Nesa que o ciclo seguinte do PBA fortalecesse o sistema de cantinas, ganhando a adesão de seus vizinhos da TI Kuruaya, que solicitaram que cantinas também fossem implantadas em suas aldeias. Em 2015, o estoque indígena formado em seis aldeias Xipaya e Kuruaya foi de 714,5 caixas de castanha, com a cantina pagando R\$ 60 a caixa aos produtores.

A aproximação dos cantineiros Xipaya e Kuruaya ao sistema de cantinas da Terra do Meio foi definitivamente selada na II Semana do Extrativismo,

em 2015. Além da troca de experiências, os indígenas aderiram ao contrato estabelecido com a empresa Wickbold.

Alguns aspectos contribuíram para o fortalecimento das cantinas indígenas. Um deles foi a aproximação com beiradeiros da Estação Ecológica da Terra do Meio (EsecTM), que, nos últimos anos, passaram a utilizar o estabelecimento da aldeia Tukayá para vender sua castanha e adquirir mercadorias por um preço justo. Essa parceria merece destaque pois, ao contrário do cenário comum em conflitos socioambientais envolvendo áreas protegidas de categorias diversas, em que frequentemente há disputas por recursos entre povos e comunidades tradicionais, o que tem se observado ali é o fortalecimento de vínculos e da integração.

Outro acontecimento relevante observado nos marcos de implementação das cantinas nas aldeias indígenas foi a retomada da extração de borracha por dois antigos seringueiros Xipaya da aldeia Tukayá. Ao tomarem conhecimento do contrato firmado entre a empresa Mercur e os beiradeiros da Resex, os indígenas decidiram reavivar a atividade seringueira. O plano saiu do papel por meio do mesmo projeto do PDRS do Xingu voltado à castanha, que financiou a aquisição de materiais e equipamentos e contratou um mateiro local para colocar as estradas de seringa e viabilizar o trabalho dos dois indígenas.

Para atender à demanda dos seringueiros, porém, o entreposto da aldeia Tukayá necessitaria funcionar o ano inteiro, em contraste com o funcionamento sazonal, ligado à cadeia da castanha. A demanda implicou uma série de medidas, traçadas pelo cantineiro Luís Carlos, mais conhecido como Gordo. Uma delas foi a obtenção, junto à Funai, de apoio para o frete das mercadorias até a aldeia. Além disso, de modo a ampliar o acesso às mercadorias sem criar dívidas, Gordo articulou a formação de um estoque de farinha de mandioca para ser comercializado coletivamente em Altamira. Dessa forma, a cantina de Tukayá foi a primeira a funcionar ininterruptamente e a comercializar produtos que não a castanha e a

seringa, tornando-se uma referência no sistema. Diferentemente do que tradicionalmente se via, no início da safra de 2016, não havia praticamente nenhuma família em Tukayá com dívidas junto a regatões contraídas no período de verão. Ao final, os estabelecimentos xipaya e kuruaya encontravam-se totalmente integrados ao sistema regional de cantinas, tendo escoado para Altamira mais de 1.115 caixas de castanha.

O sucesso dos dois veteranos da seringa da aldeia Tukaiá entusiasmou, ainda, cinco jovens a se iniciar no ofício. A aldeia demandou ao PBA apoio para a atividade e há grande possibilidade de que esse entusiasmo contage outras aldeias. Com efeito, o sucesso da estruturação do arranjo produtivo nas TI Xipaya e Kuruaya tem estimulado outros povos a seguir o mesmo caminho. Em 2015, a ONG The Nature Conservancy (TNC) decidiu trabalhar a organização comunitária do povo Xikrin da TI Trincheira Bacajá por meio do fortalecimento da cadeia da castanha.

Os Xikrin compuseram um estoque inicial de 500 caixas, que foi capaz de fazer subir em 50% o preço local pago pelos atravessadores (de R\$ 40 para R\$ 60 a caixa). Analogamente, a Frente de Proteção Etnoambiental da Funai de Altamira, atendendo a uma demanda dos indígenas, está apoiando o povo Arara da Cachoeira Seca a se iniciar nessa atividade. Nos próximos anos, será provavelmente a vez de outros povos da bacia se organizarem nesse sentido.

CAPÍTULO 16

POLÍTICAS PARA O
EXTRATIVISMO E
OS CAMINHOS DA
TERRA DO MEIO

Por Augusto Postigo

PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao longo da história recente, há numerosos exemplos de como as propostas de desenvolvimento econômico para a Amazônia, conduzidas por diferentes governos, se assentam em pressupostos arcaicos, que levaram, na maior parte das vezes, a diversas formas de opressão e violência direcionadas a povos e comunidades tradicionais. Nas últimas décadas, ficou mais evidente, todavia, que essa forma de “desenvolvimento” carrega consigo não somente prejuízos diretos a esses grupos, como também impacta o planeta como um todo.

A resistência dos povos indígenas e tradicionais tem-se feito presente ao longo de todo esse processo. Para ficar em um exemplo recente, no final dos anos 1980, a Aliança dos Povos da Floresta, movimento liderado por seringueiros e indígenas da Amazônia, mostrou ao mundo que não apenas recusavam as intervenções pretendidas sob o pretexto de desenvolvimento, como propunham uma forma própria de pensar mudanças e intervenções para melhoria de suas realidades. Entre outras coisas, o movimento apontava para o reconhecimento dos territórios desses povos e comunidades e de seu modo de vida, para o qual a floresta e os rios lhes eram fundamentais. Defesa da floresta porque ela é condição de existência.

Nesse período, os seringueiros do Acre defenderam com o próprio corpo suas terras do avanço de fazendeiros, nos chamados *empates*, e, inspirado nas Terras Indígenas (TIs), o movimento propôs a criação das Reservas Extrativistas (Resex). As lideranças e parceiros sabiam, no entanto, que assegurar o território era condição fundamental, mas não suficiente, para o sucesso da proposta. Era preciso garantir que à segurança territorial fossem conjugadas ações de acesso a saúde, educação e renda.

Sobre o aspecto da renda, em particular, o movimento lutava contra a retórica onipresente de que o modelo hegemônico de ocupação em curso era o único economicamente viável. Permanência no território, com geração de renda e a floresta em pé, era vista como algo absolutamente utópico. De fato, muito aconteceu desde a Aliança, mas essa visão da vida na floresta como sinônimo de atraso – enquanto agronegócio, latifúndio, gado, madeira e grandes obras seguem associados a progresso – permanece, para muitos, bastante atual. Esse entendimento, incentivado pelos segmentos econômicos interessados, se traduz em apoio a políticas públicas vinculadas a esse “desenvolvimento” concentrador e predatório.

Na Terra do Meio, vemos como se atualiza a resistência de seringueiros, quilombolas, indígenas e diversos outros povos e comunidades tradicionais, ao lado de pequenos agricultores, irmanados no questionamento a essas políticas e a esses tipos de intervenção. Mesmo diante de décadas de abandono por parte do Estado, esses grupos tomam a dianteira, não só como vítimas, mas como arquitetos de alternativas.

O processo de estruturação das cadeias produtivas no beiradão da Terra do Meio, apresentado nas seções anteriores, é um aspecto desse processo de resistência, mas também de inovação. Tal inovação atravessa também eventuais barreiras impostas por agentes externos, tal como a delimitação de áreas protegidas restritivas sobre territórios tradicionalmente ocupados, como visto com a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo, ou os conceitos e sentidos usados por empreiteiras para determinar o que seria uma área impactada por uma grande obra, como visto na usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte.

Em ambos os casos mencionados, temos visto que a resistência tende a se fortalecer na identidade beiradeira, promovendo, assim, as inovações ao longo de todo um beiradão tradicional. Os beiradeiros da área do reservatório da UHE Belo Monte ou de seu entorno, ao conhecer a experiência com arranjos produtivos dos moradores das Resex e indígenas, procuram-nos

para alianças em torno desse tipo de desenvolvimento, da mesma forma que o fazem aqueles que, à sua revelia, tiveram seus territórios sobrepostos por áreas de conservação de uso restrito. O mote “o beiradão é um só” expressa o questionamento às “diferenças” que se impõem, e passa a ser reafirmado e realizado na prática em uma estratégia de desenvolvimento comum.

Experiências como essa, ainda (e sempre) em processo, em seus erros e acertos, pretendem contribuir para relativizar paradigmas arcaicos de desenvolvimento, que ressurgem constantemente entre os envolvidos na reflexão e desenho de políticas públicas – e não só entre os representantes de segmentos econômicos diretamente interessados. “O importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar” é o exemplo ilustrativo de um mote recorrente. Ele denota, por um lado, que é preciso trabalhar as condições de realização de determinada atividade em detrimento de uma postura assistencial. Por outro lado, ele remete ao que se entende por condições suficientes para a “pescaria”, que tanto podem ser entendidas de forma estrita, como uma assistência técnica tradicional, quanto abrangente, a partir de uma ampla gama de elementos – embarcações, o próprio território, conservação ambiental etc. A experiência da Terra do Meio corrobora este último entendimento, pois tem evidenciado desde o início que a estruturação das cadeias nunca poderia ser compreendida de forma independente dos outros domínios. Que ela dependia, em outras palavras, de acompanhamento do processo em diferentes níveis e de forma permanente, com equipes técnicas preparadas com esse pressuposto em mente, que assistência não é o mesmo que assistencialismo, que a produção nas famílias é um, e apenas um, dos elos da cadeia, que a inovação técnica deve ser feita junto com a comunidade, que a equipe desse acompanhamento precisa ser interdisciplinar. E isso custa caro, em diversos sentidos.

Outro mote recorrente é o que preconiza que “a comunidade precisa ser autônoma em suas conquistas”. Um balanço das iniciativas na Terra do Meio aponta também que se, por um lado, o protagonismo da comunidade é o fim e fundamento de qualquer trabalho dessa natureza, não há constru-

ção possível sem alianças, apoios, assessorias técnicas, recursos, formação, intercâmbios etc. O mito da comunidade “de mãos dadas em círculo” resolvendo sozinha questões para as quais ela não está preparada ou não tem domínio completo acaba sendo um posicionamento irresponsável por parte de governo e parceiros. Vários beiradeiros se manifestam sobre isso da seguinte maneira: os ricos e poderosos da cidade, quando precisam resolver alguma coisa, procuram um advogado, um administrador, um contador, um gerente; nós, não, nós temos que fazer tudo sozinhos – por quê?

O financiamento e as questões de cunho gerencial, fiscal e burocrático são especialmente dispendiosos. Os financiamentos públicos e as políticas fiscais e de subvenção para a seringa, como um exemplo do extrativismo de forma geral, cessaram no final da década de 1980, quando os padrões deixaram de existir. Não existem políticas, muito menos programas consideráveis, de financiamento e outras formas de apoio para produtos da floresta e, quando existem, exigem em sua operação conhecimentos que não são do domínio ou das possibilidades das famílias. Enquanto isso, setores como o agronegócio têm para si toda sorte de políticas públicas e fiscais, que garantem um bom ambiente para esse tipo de atividade.

Como fica claro no caso de outras experiências na Amazônia, mas também na Terra do Meio, o protagonismo e autonomia vicejam também quando as alianças, assessorias e apoios cumprem seu papel, não só tecnicamente, mas com posições políticas claras e com diálogo franco, baseado na confiança, que só pode ser construída em uma relação longa e duradoura, sem vitimização ou paternalismo.

Nesse sentido, quando se fala em ações que consideram o tema da produção e renda como inseparáveis da vida das famílias como um todo, as ações de formação técnica e política, tanto do processo de constituição das associações quanto do curso de gestão territorial, foram também essenciais para a composição de um corpo técnico-político que caminhe rumo ao protagonismo e autonomia no processo de estruturação das cadeias de

valor. São lideranças, cantineiros, assessores das associações, membros da diretoria que, formados nesse processo, têm sido fundamentais para o desenvolvimento e manutenção das atuais conquistas.

O processo de estruturação das cadeias e dos espaços de governança que se conectam ao arranjo produtivo da Terra do Meio é dinâmico e passa por modificações constantes ao longo dos anos, especialmente com relação ao entendimento do processo, definição da forma de funcionamento, organização das cadeias e definição de estratégias, com participação ampliada e cada vez mais ativa de lideranças das comunidades. A governança do arranjo em 2016 foi preponderantemente centrada nas comunidades e dividida entre os seguintes espaços de tomada de decisões: núcleos familiares; cantinas; rede de cantinas; Semana do Extrativismo e acordos comerciais, cada um deles com abrangências, formas de funcionamento e finalidades distintas.

A gestão das cantinas desempenha um papel central na gestão do arranjo produtivo e das cadeias de valor. Elas são responsáveis por todo o processo de organização das famílias para a produção e comercialização, pela garantia de qualidade dos produtos e pela gestão detalhada dos fluxos produtivos, o que garante processos de rastreabilidade e transparência.

Os diferentes espaços de governança estruturados garantem tomadas de decisão e coordenação do arranjo que partem das vivências familiares e comunitárias para as instituições de apoio, regulação e assistência técnica e para o mercado e suas demandas. É importante destacar que o arranjo produtivo da Terra do Meio se conecta a diferentes cadeias e mercados, sendo o funcionamento de cada cadeia regulado por acordos comerciais construídos junto com as comunidades e que consideram os principais gargalos, desafios e potencialidades do extrativismo.

A existência de um processo de organização da produção em um território, respaldado por uma articulação entre diferentes instituições (representativas das comunidades, governamentais e de apoio), fornece as condições

e a confiança necessária para o engajamento de organizações do mercado na construção de cadeias de valor justas, que reconheçam os serviços prestados pelos territórios e suas populações. Por outro lado, os acordos comerciais de longo prazo são fundamentais para o bom funcionamento e desenvolvimento do arranjo, trazendo a segurança necessária para o desenvolvimento de habilidades de gestão e melhorias para a agregação de valor aos produtos. Sem a conexão da cadeia como um todo, as comunidades e o arranjo ficam muito vulneráveis às oscilações e riscos do mercado. Essa relação entre comunidades, organizações de apoio e organizações de mercado forma um tripé de sustentação do arranjo e das cadeias de valor que garante a confiança necessária para o bom desenvolvimento das parcerias comerciais e de melhorias nas cadeias de valor e território.

Central também à experiência tem sido a estratégia de se apostar em uma cesta de diferentes produtos, ao invés de eleger apenas uma cadeia. Como visto ao longo das seções anteriores, essa aposta decorre de um entendimento de que o modo de estar no mundo dessas famílias se assenta em saberes, práticas e conhecimentos sobre a floresta, um arcabouço com potencial libertador, uma vez que não amarra a satisfação das necessidades básicas e de bem estar a um único produto.

No âmbito do mercado, essa multiplicidade de produtos também se transforma em vantagens, porque as possibilidades se multiplicam. Sinônimo de riqueza, da floresta e do conhecimento sobre ela, essa diversidade conduz, quando associada à estruturação de diferentes cadeias, a opções, e, com elas, advém maior grau de liberdade e escolha para as famílias. Escolhas e possibilidades de trabalhar com vários dos produtos também por conta da sazonalidade, proximidade, gosto pela atividade, facilidade etc. Um valor prezado pelos beiradeiros é justamente essa opção que lhes é dada na vida da floresta em relação à cidade – ou, como nos diários do beiradeiro Pedro Pereira, mencionado no início desta parte, “uma liberdade de trabalho que admiro muito”. Opções, independência, conhecimento e liberdade andam juntos.



Barragem e desvio do rio Xingu na obra da usina hidrelétrica Belo Monte, Altamira (PA).





Cantina da localidade Paulo Afonso, Resex Riozinho do Anfrísio (PA).





© ANNA MARIA ANDRADE/ISA, 2016

*Cantineiro trabalhando na
localidade Paulo Afonso, Resex
Riozinho do Anfrísio (PA).*



© RAFAEL SALAZAR/POLTRONA FILME, 2014

*I Semana do Extrativismo na
localidade Gabiroto, Resex
Rio Xingu (PA).*



© RAFAEL SALAZAR/POLTRONA FILME, 2014

*Oficina envolvendo beiradeiros,
organizações de apoio e representantes
de empresas na I Semana do
Extrativismo, Resex Rio Xingu (PA).*

“O encontro entre comunidades indígenas e a racionalidade econômica não está fadado a resultar em tragédia anunciada. É bem verdade que destruição, doenças e desagregação social são, de forma esmagadoramente predominante (e não só no Brasil), os principais produtos, para as sociedades nativas, de sua relação com os mercados. Mas as coisas podem ser diferentes. É o que começam a demonstrar, na prática, comunidades indígenas do Alto Xingu e ribeirinhas da Terra do Meio. Ao fazê-lo, elas estão contribuindo a um conjunto de atividades que se contrapõem à violência e ao desmatamento na Amazônia. Mais que isso, elas convidam a uma reflexão inovadora sobre um tema clássico das ciências sociais, a relação entre economia e sociedade, entre mercados e vida comunitária.

Este é o duplo interesse deste livro. Por um lado, ele é escrito por ativas, por pessoas que buscam recursos e soluções práticas para os desafios de quem vive em áreas dispersas, desprovidas dos serviços básicos constitutivos da cidadania. Mas ele é também um texto de caráter reflexivo a autorreflexivo sobre o alcance e os riscos de fortalecer os valores tradicionais dos povos da floresta, não por alguma espécie de redoma que os isolasse do restante da vida social, mas, ao contrário, estimulando a emergência de mercados que reconheçam e desenvolvam as funções decisivas desses povos num dos maiores desafios de nosso tempo: a transição do que tem sido até aqui uma economia da destruição para uma economia do conhecimento da natureza.”

Ricardo Abramovay

PARCERIA

APOIO

